

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO

DIOCLÉCIO LUZ

RADIOJORNALISMO NAS RÁDIOS
COMUNITÁRIAS: CONCEITOS E PRÁTICAS

Brasília
Janeiro, 2011

DIOCLÉCIO LUZ

**RADIOJORNALISMO NAS RÁDIOS
COMUNITÁRIAS: CONCEITOS E PRÁTICAS**

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Comunicação da
Universidade de Brasília, como
exigência parcial para a
obtenção do título de Mestre
em Comunicação Social.**

Orientador: Prof. Dr. Luís Martins da Silva

**Brasília
Janeiro, 2011**

DIOCLÉCIO LUZ

**RADIOJORNALISMO NAS RÁDIOS
COMUNITÁRIAS: CONCEITOS E PRÁTICAS**

**Dissertação de Mestrado aprovada no dia 27 de janeiro de 2011
pela seguinte banca examinadora:**

Prof. Dr. Prof. Dr. Luiz Martins da Silva (Orientador)
Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino
Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Perci Coelho de Souza
Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em
Política Social da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Célia Ladeira Maria Mota
Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (Suplente)

DEDICATÓRIA

*Este trabalho é dedicado ao meu filho **Diego**,
principal responsável pela minha volta à academia.*

*Quando tinha três anos de idade ele me perguntou:
– Pai, minha mãe estuda; minha irmã estuda; eu estudo... E você?*

*Com essa provocação resolvi estudar novamente,
para aprender o que é bom e desaprender o que não presta,
ver o que é visível e tocar o invisível.
Meu filho continua sendo um dos meus mestres.*

AGRADECIMENTOS

Ao povo das rádios comunitárias: Alan Vida Nova, Divino Cândido Ferreira, João Moreno e João Batista de Oliveira Filho, do Distrito Federal; Cláudia Neves e Jerry de Oliveira, de São Paulo; Cléber Silva, Sandro Costa e Edisvânio Nascimento, da Bahia; Roseane Rodrigues, Napoleão de Assunção, John Bigu, Hélio Oliveira e Wilton Lima, de Pernambuco; José López Vigil, da América Latina e do mundo; Denise Viola e Mirim, do Rio de Janeiro; Sérgio Gomes e Ana Luisa Zamboni Gomes, da Oboré, em São Paulo e no Brasil. À Maria Luz, mestre em rádio, que não é parente e me deu luz.

Aos que fazem as rádios comunitárias Sol FM, Guabiraba FM, Valente FM, Santa Luz FM, Heliópolis, Utopia FM, Líder e Vida nova.

Aos professores: Fernando Oliveira Paulino, Ellis Regina, Célia Ladeira, Perci Souza, Pedro Russi, Cicilia Peruzzo e Venício Lima.

Aos colegas da pós-graduação: Rosana Pavarino, Robson Borges, Isabel Clavelin e Silnei Scharthen Soares.

Ao meu orientador: professor Luiz Martins.

E, finalmente, aqueles que, invisivelmente, discretamente, anonimamente, contribuíram com este trabalho.

Muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar os conceitos e práticas do radiojornalismo praticado em rádios comunitárias. A pesquisa foi realizada sobre quatro vertentes: 1) visita a oito rádios comunitárias de três regiões do país; 2) consulta a estudiosos e pesquisadores do tema; 3) consulta à bibliografia existente; 4) análise das limitações impostas pela legislação e elementos do campo técnico, social, político e religioso.

A pesquisa faz um resgate histórico das rádios, rádios livres e rádios comunitárias. Também investigou a participação do Estado na construção de condicionantes para o exercício do rádio comunitário e, em especial, do radiojornalismo praticado nessas emissoras.

Este trabalho é a resultante do que se investigou nas RCs, das reflexões acerca do que foi apresentado pelas autoridades no tema, dos atuais conceitos de jornalismo e radiojornalismo adotados por emissoras comunitárias e outros meios de comunicação, das atuais concepções de jornalismo presentes no meio acadêmico. São identificados 14 conceitos/práticas de radiojornalismo nas rádios comunitárias.

A hipótese de trabalho era de que existiria um radiojornalismo que seria típico das rádios comunitárias. Ela não foi confirmada. Foram descobertos indícios deste radiojornalismo, sugerindo que ele está em formação, mas não foi possível caracterizá-lo como singular às rádios comunitárias.

A dissertação faz uso da linha teórica do construtivismo. Também utilizou a “observação participante”, estabelecida por Lakatos e Marconi. Finalmente, incorporou elementos da subjetividade, trazidos por Edgar Morin e outros autores.

Palavras-Chave:

Rádio. Jornalismo. Rádio Comunitária. Radiojornalismo. Comunidade. Jornalismo Comunitário.

Abstract:

This study aimed to identify the concepts and practices of radio journalism practiced in community radio stations. The research was conducted on four aspects: 1) visitation to eight community radio stations in three regions of the country, 2) conference to scholars and researchers of the issue, 3) consulting to existing literature, 4) analysis of the limitations imposed by laws and elements of technical, social, political and religious field.

This work is the result of which was investigated in community radio stations, of thinking on what was presented by authorities on the topic, of current concepts of journalism and radio journalism adopted by community radio stations and other media, from current conceptions of journalism in academia. Fourteen concepts and practices of radio journalism in community radio are identified.

The working hypothesis was that there would be a radio journalism that would be typical of community radio stations. It has not been confirmed. It was discovered evidence of this kind of radio journalism, suggesting that it is in generation but it was not possible to characterize it as peculiar to community radios.

Keywords:

Radio. Journalism. Community Radio. Radio journalism. Community. Community Journalism.

SIGLAS

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AM	Amplitude Modulada
ABRAÇO	Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária
ALER	Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica
AMARC	Associação Mundial de Rádios Comunitárias
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANCARC	Associação Católica Nacional de Rádios Comunitárias
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
BA	Bahia
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações
CN	Congresso Nacional
DENTEL	Departamento Nacional de Telecomunicações
DF	Distrito Federal
FERCOM	Federação das Rádios Comunitárias de Pernambuco
FM	Frequência Modulada
FDC	Fórum Democracia na Comunicação
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
GARRA	Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
KW	Kilowatt (mil watts)
LGT	Lei Geral de Telecomunicações
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MC	Ministério das Comunicações
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MP	Medida Provisória
OC	Ondas Curtas

OM	Ondas Médias
ONG	Organização não governamental
OT	Ondas Tropicais
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PBDCFM	Plano Básico de Distribuição de Canais em Freqüência Modulada
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pronac	Programa Nacional de Apoio à Cultura
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PE	Pernambuco
PT	Partido dos Trabalhadores
RadCom	Serviço de Radiodifusão Comunitária
RC	Rádio comunitária
RBS	Rede Brasil Sul
REVIRA	Rede Viva Rio de Radiodifusão Comunitária
SINDEREC	Sindicato das Rádios Comunitárias
SJPDF	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal
SP	São Paulo
TV	Televisão
UBS	Unidade Básica de Saúde
UnB	Universidade de Brasília
UNAS	União de Núcleos Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco

SUMÁRIO		Pg.
INTRODUÇÃO		15
CAPÍTULO I – METODOLOGIA		19
I.1	Observação participante	19
I.2	Construtivismo	23
I.3	A nossa pesquisa	33
I.3.1	Referencial teórico	33
I.3.2	O recorte da pesquisa	35
I.3.3	Procedimentos de pesquisa – resumo	39
CAPÍTULO II – RÁDIOS COMUNITÁRIAS		41
II.1	O rádio - imagens invisíveis	41
II.2	O rádio – uma história	44
II.3	Rádios comunitárias no mundo	47
II.4	Rádios revolucionárias e rádios livres	50
II.5	Rádios livres no Brasil	52
II.6	Brasil: RC, a nossa realidade	57
II.6.1	História	57
II.6.2	A legislação	58
II.6.3	A repressão	61
II.6.4	A “municipalização”	66
II.6.5	Os limites da lei e seus efeitos sobre a RC	68
II.6.6	O Estado contra as rádios comunitárias	74
II.6.6.1	Comparativo das legislações	85
II.6.6.2	Conclusões	89
II.6.7	O Estado e as grandes redes de comunicação	90
II.6.8	A resistência do Judiciário	96
II.6.9	Quem quer a ilegalidade?	98
II.7	O que é rádio comunitária.....	103
II.8	Um modelo de rádio comunitária	105

II.9	Mobilização e desmobilização	110
CAPÍTULO III – JORNALISMO E RADIOJORNALISMO		119
III.1	Comunicação	119
III.2	Comunicação comunitária	124
III.3	O jornalismo e o jornalista	128
III.4	Jornalismo cívico	136
III.5	Valor-notícia	140
III.5.1	Valor-notícia para o rádio	114
III.6	Conceitos de radiojornalismo	145
III.6.1	História e normas	145
III.7	Improviso e imprevisto	149
CAPÍTULO IV – A COMUNIDADE E O RADIOJORNALISMO		155
IV.1	Identidade	155
IV.2	Comunidade	164
IV.2.1	Comunidades eletromagnéticas	182
IV.2.2	Comunidades criadas pelo rádio	185
IV.2.3	Representação da comunidade	186
IV.2.3.1	O lugar de fala na RC	187
CAPÍTULO V - ESTUDO DE CASOS		194
V.1	As rádios escolhidas	194
V.1.1	Rádio Santa Luz FM – Bahia	195
V.1.1.1	Instalações	195
V.1.1.2	Origens	196
V.1.1.3	Jornalismo	196
V.1.2	Rádio Valente – Bahia	203
V.1.2.1	Instalações	203
V.1.2.2	Origens	203
V.1.2.3	Jornalismo	204
V.3.3	Rádio Heliópolis – São Paulo	209
V.1.3.1	Instalações	209

V.1.3.2	Origens	210
V.1.3.3	Repressão	211
V.1.3.4	Jornalismo	212
V.1.4	Rádio Sol – Olinda (PE)	215
V.1.4.1	Instalações	215
IV.1.4.2	Origens	215
IV.1.4.3	Jornalismo	216
V.1.5	Rádio Guabiraba – Recife (PE)	220
V.1.5.1	Instalações	220
V.1.5.2	Origens	220
V.1.5.3	Jornalismo	220
V.1.6	Rádio Utopia - Planaltina (DF)	223
V.1.6.1	Instalações	223
V.1.6.2	Origens	224
V.1.6.3	Jornalismo	225
V.1.7	Rádio Líder – Recanto das Emas (DF)	226
V.1.7.1	Instalações	226
V.1.7.2	Origens	226
V.1.7.3	Jornalismo	227
V.1.8	Rádio Vida Nova – Recanto das Emas (DF)	230
V.1.8.2	Origens	230
V.1.8.1	Instalações	231
V.1.8.3	Jornalismo	231
V.2	OUTRAS VOZES	233
V.2.1	Denise Viola	233
V.2.2	Altamiro do Nascimento Costa (Mirim)	234
V.2.3	Jerry de Oliveira	236
V.2.4	Cicilia Peruzzo	237
V.2.5	José Ignacio López Vigil	239
CAPÍTULO VI – LIMITES AO RADIOJORNALISMO COMUNITÁRIO		242
VI.1	Limites	242
VI.1.1	Limitações legais	242

VI.1.2	Limitações técnicas	248
VI.1.3	Recursos financeiros	249
VI.1.4	Recursos humanos	249
VI.1.5	Política	251
VI.1.6	Poder Local	251
VI.1.7	Religião	252

CAPÍTULO VII – CONCEITOS DE RADIOJORNALISMO COMUNITÁRIO 255

VII.1	A notícia como “um processo”	255
VII.2	O ouvinte faz a notícia	257
VII.3	Linguagem informal	258
VII.4	Prioriza o local	262
VII.5	Compromisso com a comunidade	262
VII.6	A notícia é serviço para o social	264
VII.7	Credibilidade	265
VII.8	Liberdade do radiojornalismo	266
VII.9	Valor-notícia focado na comunidade	268
VII.10	Prestação de serviço	274
VII.11	Formato adequado à RC	274
VII.12	As principais fontes estão na comunidade	275
VII.13	Propaganda não é jornalismo	277
VII.14	O tempo do jornalismo é dado pela notícia,.....,,	279

281

CAPÍTULO VIII – PRÉ-CONCLUSÕES

VIII.1	Contexto político precariza radiojornalismo comunitário	281
VIII.2	Falta de infra-estrutura influi negativamente no jornalismo	281
VIII.3	Jornalismo em RC é noticiar	282
VIII.4	“Notícia” é um conceito amplo	282
VIII.5	Presença do jornalista favorece o jornalismo.....	282
VIII.6	Assistencialismo	282
VIII.7	Violência	282
VIII.8	Formação superior dá mais qualidade ao jornalismo	286
VIII.9	Origens comunitárias da RC reforçam um bom jornalismo	286

VIII.10	Boa remuneração dá bom jornalismo	286
VIII.11	Melhor jornalismo depende de melhor formação	286
VIII.12	Fontes de informação associadas à credibilidade	286
VIII.13	Legitimação da rádio	286
VIII.14	A internet é a principal fonte	287
VIII.15	Liberdade de fazer RC sucumbe na emissora comercial	287
VIII.16	O rádio tem um “encantamento” que atrai as pessoas	287
VIII.17	O sotaque é elemento agregador	287
CAPÍTULO IX – CONCLUSÕES		288
IX.1	Observado.....	288
IX.2	Projeções	291
REFERÊNCIAS		292
	ANEXO I: Nota da ABERT sobre rádios sem autorização	304
	ANEXO II: Documento da Anatel	305
	ANEXO III: Burocracia	306
	ANEXO IV: O “Acordo” Governo-Abraço	309
	ANEXO V: Imagens das rádios visitadas	311

INTRODUÇÃO

A questão das Rádios Comunitárias (RCs) é um desafio para o pesquisador. Primeiro, porque é algo novo e em construção, o que dificulta estabelecer amarras empíricas ou epistemológicas. Segundo, porque a ausência de pesquisas e de uma bibliografia consistente sujeita o pesquisador à aridez do saber e, conseqüentemente, ao risco de obter miragens e tratá-las como fatos científicos. Ressalte-se, porém, que apesar de ser uma dificuldade, este segundo aspecto funciona como um desafio, motivando o trabalho científico, e esta pesquisa em particular.

A concepção de rádios comunitárias surgiu no país nos idos de 1980, consolidando-se no final da década de 1990, quando foi sancionada a Lei 9.612/98, que regulamenta o serviço. É, portanto, um fenômeno muito recente. Ainda mais se considerarmos às peculiaridades do veículo quando comparado às emissoras comerciais, educativas e estatais/públicas: elas, as comunitárias, são geridas por um conselho comunitário, têm potência e alcance restritos, não podem ser comandadas por religiões ou partidos; por princípio qualquer pessoa da comunidade pode falar ao microfone, opinar, fazer programas, fazer jornalismo.

Nosso objeto de estudo é exatamente esse jornalismo, ou radiojornalismo, em construção nas rádios comunitárias.

A escolha do tema resultou da minha relação com o rádio, que vem desde 1986, fazendo produção de programas, locução de jornalismo, redação e veiculação de crônicas, em emissora educativa de Brasília¹. Já a relação com as rádios comunitárias teve início em 1996. Tenho visitado rádios comunitárias de todo país; participado de debates, conferências, seminários; produzido artigos; realizado oficinas sobre programação e radiojornalismo comunitário. Publiquei dois livros sobre o tema. Redigi as duas versões (2005 e 2007) do dossiê “Querem calar a voz do povo – A violência contra as rádios comunitárias”, assinado por várias entidades.

A escolha do tema de pesquisa, porém, antes de ser uma questão particular, é uma questão de interesse público. A vivência pessoal me fez ver que o radiojornalismo das RCs necessitava de uma abordagem acadêmica para identificar

¹ Rádio Cultura FM, Brasília-DF. Atuo na emissora até hoje.

e sistematizar os seus conceitos e práticas, e que tais elementos seriam importantes para a sociedade – servindo a quem faz RC, a quem pretende fazer, ou “somente” para quem pretende estudar o fenômeno. Este trabalho é uma contribuição necessária ao tema, tão carente de bibliografia e pesquisas.

O nosso foco de pesquisa é o radiojornalismo nas rádios comunitárias. No início imaginávamos que bastava fazer o recorte sobre radiojornalismo, cotejar os dados, apresentar os resultados. Durante o processo de pesquisa, no entanto, observamos que não havia como tratar de radiojornalismo nas RCs sem considerar o veículo, as condições de trabalho, o contexto social e político de cada emissora, e as muitas limitações impostas pelo Estado.

Nossa hipótese era de que determinadas condicionantes (legislação, precariedade de recursos financeiros e humanos, participação da comunidade, entre outras) favoreceriam o surgimento de um radiojornalismo que é característico das rádios comunitárias. Nosso objetivo era identificar os conceitos/práticas desse radiojornalismo.

O que percebemos foi que na questão do radiojornalismo nas RCs existe um **problema de origem**, e todas têm que lidar com ele de uma forma nada tranquila: como colocar no ar noticiários, informes, boletins, jornais, com o material humano disponível (pedreiros, médicos, engenheiros, garis, professores, e “até” jornalistas), sem recursos técnicos e financeiros para cobrir as despesas, com uma legislação restritiva? Devemos considerar ainda que o conteúdo desse radiojornalismo deve estar a serviço da comunidade como diz a lei e os princípios das emissoras comunitárias.

Como metodologia, fizemos uso da observação participante (LAKATOS; MARCONI, 1991) e adotamos alguns elementos do construtivismo. Visitamos oito emissoras: quatro rádios que, segundo o padrão que estabelecemos, podem ser classificadas como comunitárias (duas na Bahia, uma em São Paulo e mais uma no Distrito Federal), que têm radiojornalismo; outras quatro rádios que não fazem um radiojornalismo formal (duas em Pernambuco e duas no Distrito Federal). Entrevistamos os responsáveis pelo jornalismo nessas emissoras. A partir das concepções e práticas desses radialistas, e de estudiosos que consultamos,

considerando os referenciais teóricos e manuais de rádio, estabelecemos quais os conceitos de radiojornalismo comunitário.

Esta Dissertação está dividida em nove capítulos:

Capítulo I – Aqui apresentamos a metodologia empregada na pesquisa. Mostramos como fizemos uso da observação participante e do construtivismo. Mostramos como fizemos a seleção das rádios pesquisadas, e como fizemos a pesquisa.

Capítulo II – Estabelece o que é rádio; trata de rádios livres e rádios comunitárias; aborda a presença das rádios comunitárias na América Latina e no mundo. Apresenta uma visão da história das rádios comunitárias no Brasil. Por fim, define um modelo de rádio comunitária para servir como padrão “de qualidade” - uma referência para esse estudo.

Capítulo III – Trata do sentido da comunicação e da comunicação comunitária; do jornalismo e do radiojornalismo. Apresenta diversas concepções de valor-notícia e de radiojornalismo.

Capítulo IV – Neste capítulo analisamos diversas concepções de comunidade, tomando como ponto de partida o sujeito, a identidade. Averiguamos desde as visões clássicas até as modernas, chegando ao que Bauman trata como “modernidade líquida”. Estudamos a relação da comunidade com as rádios comunitárias, e de como se dá a representação dessa comunidade na RC.

Capítulo V – Mostra o perfil das oito emissoras pesquisadas.

Capítulo VI – Revela quais são os limites (legais, técnicos, humanos, religiosos, políticos e financeiros) que restringem e definem a prática jornalística nas rádios comunitárias.

Capítulo VII – Aqui são apresentadas as conclusões da pesquisa, com as concepções de radiojornalismo comunitário.

Capítulo VIII – São observações adicionais da pesquisa. Conclusões que carecem de um aprofundamento; constatações da realidade das rádios comunitárias de todo Brasil.

Capítulo IX – Aqui fazemos uma síntese do que foi visto e analisado neste trabalho. E apresentamos algumas projeções para o futuro do radiojornalismo nas rádios comunitárias.

CAPÍTULO I – METODOLOGIA

I.1 – Observação participante

Escolhemos como metodologia de pesquisa a “Observação participante” e o construtivismo². Segundo Lakatos e Marconi, observação participante...

consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste. (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 194).

Para Lakatos e Marconi, estaríamos fazendo o que detalham como “observação participante artificial”, quando “o observador integra-se ao grupo com a finalidade de obter informações” (1991, p.194).

Para Francisco Sant’Anna, casos de observação participante, são aqueles...

onde a presença do autor não está dissociada do conteúdo da pesquisa. Ela permite, contudo, que experiências, vivências pessoais, em especial sobre o processo histórico que interfere no tema seja analisado, sejam trazidas ao texto a partir de um testemunho pessoal. (SANT’ANNA, 2009, p. 76).

O sociólogo Maurice R. Stein relata como a construção de uma relação diferenciada no trato com os mineiros norte-americanos foi fundamental para elaboração do seu trabalho de pesquisa no final dos anos 1940. Diz o autor:

De um ponto de vista mais intelectual descobri que fazer pesquisas e pensar nelas requer do indivíduo a capacidade de envolvimento e imparcialidade ao mesmo tempo, tendo ele que exercê-las de acordo com as circunstâncias. Aprendi que uma forte identificação com os mineiros me permitia estar com eles quando se comportavam naturalmente; permitia-me conversar de homem para homem com eles e até beber em sua companhia e conhecer suas famílias. [...] Nenhum treinamento intensivo para pesquisas poderia ter substituído a verdadeira influência que meus sentimentos espontâneos exerceram sobre aqueles homens, que tinham em tão alto apreço a espontaneidade. (STEIN, 1973, p. 242).

Embora não estejamos nos estudos da antropologia, ressaltando este deslocamento entre campos de pesquisa, não se descarta a possibilidade de também estarmos fazendo uso da etnografia:

Método utilizado pela antropologia para realizar a coleta de dados. Parte da concepção de que o contato intersubjetivo do antropólogo com seu objeto de estudo – pessoas, grupos, tribos indígenas – é de fundamental

² Não se descarta a possibilidade de também estarmos fazendo uso daquilo que a antropologia concebe como “etnografia”: “método utilizado pela antropologia

importância para conhecer e compreender as situações que se deseja analisar. (GUILHEM, Dirce, 2008, p. 383).

A propósito, lembramos que temos uma relação histórica com o tema rádios comunitárias, que vem desde 1996³, o que facilita a aplicação da metodologia sugerida por Lakatos e Marconi.

Tratando do assunto, Marcondes Filho observa que:

O observador é necessariamente participante, não há como estudar a comunicação estando fora dela, como um objeto estranho, distante, em outro contexto de espaço e tempo. Por isso a área da comunicação é substancialmente diferente das outras áreas humanísticas, a lingüística, a psicologia, as ciências humanas em geral, pois todas elas distanciam-se do objeto, enquanto a ciência da comunicação só existe **se se realizar junto com o objeto**. (MARCONDES FILHO, 2008, p. 152, grifo nosso).

Ao se propor estudar o radiojornalismo em rádios comunitárias surgiu a primeira dúvida: como analisar um fenômeno que se transforma rapidamente? Como fotografar algo que “não pára de se mexer”?

Ocorre que o transitório, e não o estático, é uma característica mais evidente nos estudos de ciências humanas. Entes orgânicos, seres orgânicos, sistemas orgânicos, estão em permanente estado de transformação.

Marcondes Filho observa que além do aspecto orgânico, o que lhe dá características mutantes, a comunicação está relacionada com o que é efêmero. Diz ele:

Pesquisar a comunicação é estudar o processo e a constituição da relação que se cria entre as pessoas comunicantes, é falar da ocorrência do acontecimento comunicacional, que tem caráter único, efêmero, irrepitível; é falar da interveniência de fatos extralingüísticos na comunicação, de processos que são mais sentidos que verbalizados; trata-se da captura do momento em que a comunicação se realiza e, em todos esses casos, é preciso que o pesquisador possa apreender a atmosfera presente, o clima criado, o incorpóreo que atravessa os atos. Tudo isso constitui o evento mágico da comunicação humana. (MARCONDES FILHO, 2008, p. 9).

Diante deste cenário não vimos como colocar o nosso objeto de pesquisa - o radiojornalismo em rádios comunitárias - numa redoma. Talvez isto (o isolamento do objeto) se aplique a sistemas fechados, como seria o caso de disciplinas exatas, como a teoria da matemática ou a física teórica, quando aparentemente seria possível colocar todas as variáveis no campo abstrato (“irreal”, portanto) e

³ Como já expressei na Introdução deste trabalho.

plenamente controlável da matemática. Não era o nosso caso. Nosso objeto de pesquisa não poderia ser excluído do seu contexto e submetido a uma análise. Mais adiante, neste mesmo capítulo, voltaremos à questão.

A bem da verdade sabemos que há autores que não concordam com a metodologia que estamos empregando. De acordo com Joahnes Hessen, “sujeito e objeto permanecem eternamente separados”. E acrescenta: “ser sujeito é algo completamente diverso de ser objeto; a função do objeto é ser inapreensível e ser apreendido pelo sujeito” (HESSEN, 2003, p. 20).

Neste trabalho, porém, concebemos que a metodologia e o método não são estruturas definitivas, presas a sistemas ou barreiras axiomáticas. Nosso limite é a epistemologia. Enquanto for ciência continuaremos fazendo ciência.

Um dos pressupostos para “um estudo científico” segundo Umberto Eco: “o estudo deve dizer do objeto algo que ainda não foi dito ou rever sob uma ótica diferente o que já se disse” (ECO, 1998, p. 22). A pesquisa não seria pesquisa se mostrasse o que já se sabe. Quando já se sabe não requer pesquisa.

O mesmo autor afirma que um estudo é científico quando...

- O estudo debruça-se sobre um objeto reconhecível e definido de tal maneira que seja reconhecível igualmente pelos outros.
- O estudo deve ser útil aos demais. [...] Um trabalho é científico se [...] acrescentar algo ao que a comunidade já sabia, e se todos os futuros trabalhos sobre o mesmo tema tiverem que levá-lo em conta, ao menos em teoria. [...] A importância científica se mede pelo grau de indispensabilidade que a contribuição estabelece.
- o estudo deve fornecer elementos para a verificação e a contestação das hipóteses. (ECO, 1998, p. 21)

Acrescentaríamos a esses requisitos, ou pré-requisitos, a noção de “falibilidade”, concebida por Karl Popper: “o que prova que uma teoria é científica é o fato de ela ser falível e aceitar ser refutada” (apud MORIN, 2010, p. 38). Aceitar esses dois requisitos como próprios da teoria científica é reconhecer que o saber científico lida com “verdades efêmeras”. Conforme Popper, citado por Morin, nenhuma teoria científica pode ser provada para sempre ou resistir para sempre à falseabilidade. Se isto ocorre deixa de ser teoria para se tornar dogma.

Parece-nos extremamente lógico considerar que, se a ciência faz parte de um mundo real, “palpável”, e também de um mundo das ideias, mundo este em

permanente mutação, também a ciência teria uma condição de mutabilidade. Sendo assim, também nos parece lógico considerar que existam sistemas e metodologias que estejam em transformação e se transformem no decorrer do processo de pesquisa.

Theodor Adorno aborda as transformações do método durante a pesquisa, reforçando o caráter orgânico do objeto em ciências sociais.

Recusamos a separação entre método e objeto: o método não é fixo, não é invariável em seu trabalho sobre o objeto – pelo qual se regula, legitimando-se através da clarificação do que for capaz. Os campos de pesquisa não se dividem comportadamente em coordenados e subordinados e devem ser colocados em sua relação dinâmica. (ADORNO, 2008, p. 173).

Entendemos que nada no mundo está pronto, acabado, e que as transformações do mundo atingem os mais diversos sistemas, as relações ecológicas mantidas entre os diversos sistemas, todos os seres que constituem os tais sistemas. Pareceu impossível segregar e isolar um sistema que, “por acaso”, está ligado a outros sistemas, e estudá-lo como um ente isolado. Seria fazer necropsias. Entramos no paradoxo de Niels Bohr: “as interações que mantêm vivo um organismo de um cachorro são impossíveis de ser estudadas *in vivo*. Para estudá-las corretamente, seria preciso matar o cachorro” (Apud MORIN, 2010, p. 179)⁴.

Se há diferenças evidentes entre o que é vivo e o que é morto, também temos que considerar os contextos como elementos diferenciadores. Uma rádio comunitária localizada no interior de São Paulo tem diferenças em relação à outra localizada no interior de Sergipe. Temos que estar atentos para não generalizar o que é particular, ou endógeno.

Comentando estudo realizado sobre o comportamento dos soldados na guerra, intitulado *The american soldier* (1949), Maurice Stein observou que:

O fato de sabermos como uma amostra soldados se sentiu a respeito de um combate, ou de outra coisa qualquer, em certo momento da guerra, e em determinado exército, não nos poderia dizer como os soldados se sentiram em outros exércitos, em outras guerras; admitiu-se, porém, às vezes, através da magia da generalização estatística, serem possíveis semelhantes conclusões. (STEIN, 1973, p. 247).

⁴ Edgar Morin é um dos pioneiros e, para alguns autores, o fundador da “complexidade”. Eis uma definição: “A complexidade não é uma receita para conhecer o inesperado, mas nos torna prudentes e atentos para a mecânica e a trivialidade aparentes dos determinismos” (MORIN apud MARQUES, 2010).

Um sistema vivo é um sistema relacional, co-relacional, inter-relacional. Isto é, um sistema ecológico. Não vemos como tirar uma parte desse sistema e estudá-lo, enquanto objeto. Seria como estudar um outro objeto, uma ficção, uma abstração. Não a abstração cognitiva que se requer para conhecer o objeto. A abstração sempre há, por se tratar de processos de apreensão do conhecimento, mas ao se extirpar uma parte do ser vivo do seu sistema, estamos lidando com outra coisa que não é o objeto original. Como diria Bohr, estamos lidando com um cachorro morto. E um cachorro morto tem muito mais a dizer sobre cachorros mortos do que sobre cachorros vivos, sobre a vida.

I.2 – Construtivismo

No nosso caso, à medida que a pesquisa avançava, ficava cada vez mais claro que o objeto pesquisado estava em construção. Como veremos mais detalhadamente, outros autores já tinham observado que no mundo da ciência e da fenomenologia tudo está em construção. Sob esse contexto, deparar-se com um objeto de pesquisa em construção, não soa estranho. E isso nos levou ao construtivismo. Nossa metodologia incorpora elementos análogos aos utilizados pelo construtivismo.

De acordo com Fernando Becker (1992), Piaget mostrou como o homem, logo que nasce, não “consegue emitir a mais simples operação de pensamento ou o mais elementar ato simbólico”. Mostrou ainda que o meio social, por mais que sintetize anos de civilização, “não consegue **ensinar** a esse recém-nascido o mais elementar conhecimento objetivo”. Para ele:

O **sujeito** humano é um projeto a ser construído; o **objeto** é, também, um projeto a ser construído. Sujeito e objeto não têm existência prévia, a priori: eles se constituem mutuamente, na interação. Eles se **constroem**. (BECKER, 1992, grifo nosso).

Becker aponta para a inter-relação estabelecida entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa. Os dois se constroem.

O sujeito age sobre o objeto, assimilando-o: essa ação assimiladora transforma o objeto. O objeto, ao ser assimilado, resiste aos instrumentos de assimilação de que o sujeito dispõe no momento. Por isso, o sujeito reage refazendo esses instrumentos ou construindo novos instrumentos, mais poderosos, com os quais se torna capaz de assimilar, isto é, de transformar objetos cada vez mais complexos. (BECKER, 1992).

Edgar Morin anota que “o próprio progresso científico **exige** que o observador se inclua em sua observação, o que concebe em sua concepção” (MORIN, 2010, p. 29, grifo nosso). Isto é, o sujeito não está fora do processo de observação. O “objeto puro” não existe. O que existe, conforme Morin, “é o objeto visto, percebido, co-produzido por nós, observadores-conceptores”.

O mundo que conhecemos, sem nós não é mundo, conosco é mundo. Daí deriva o paradoxo fundamental: nosso mundo faz parte de nossa visão de mundo, a qual faz parte do nosso mundo. A visão chamada de objetiva, que exclui o observador-conceptor do objeto observado-concebido, é metafísica no sentido mais abstrato do termo. (MORIN, 2010, P. 223).

A ciência avança com o conhecimento, com o desvendar de incertezas. A incerteza é parte da ciência. A ciência se renova a partir da dúvida, do desconhecimento.

Há um outro tipo de dúvida epistemológica - o princípio da incerteza, apresentado por Werner Heisenberg em 1927. Diz ele que não há como detectar, ao mesmo tempo, a velocidade e a localização de uma partícula. O observador não consegue “acompanhar” os dois eventos ao mesmo tempo; o sujeito interfere no objeto da pesquisa, alterando os resultados. Conforme Morin, foi difícil para a ciência entender com Niels Bohr que partículas subatômicas em certo momento se apresentam como corpo e em outro instante como onda. Esse paradoxo, que parece não-científico, existe e significou uma ruptura no pensamento epistemológico.

As transformações ocorrem. O objeto está se transformando; o pesquisador interfere nessa transformação; o pesquisador se modifica.

Estamos tratando do construtivismo. E o construtivismo é uma crítica à abordagem racionalista do mundo.

Define-o o professor Fernando Becker:

Construtivismo significa isto: a idéia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do Indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia [...].

Construtivismo é, portanto, uma idéia; melhor, uma **teoria**, um modo de ser do conhecimento ou um movimento do pensamento que emerge do avanço das ciências e da Filosofia dos últimos séculos. Uma teoria que nos permite interpretar o mundo em que vivemos. (BECKER, 1992, grifo do autor)

A nossa pesquisa, sob um certo ponto de vista, não é neutra. Não ser neutra, porém, não significa que ela tenha sido manipulada ou direcionada para um resultado aguardado.

Afirmamos que nossa pesquisa não é “neutra” porque estamos cientes de que estamos interferindo no fenômeno. Não intencionalmente, mas pela natureza do ato de pesquisar ciências sociais. Como vimos, o objeto se altera ao “toque” cognoscível do pesquisador⁵. Tampouco há como negar, e muito menos descartar, o saber do sujeito (o pesquisador, eu) diante do campo e do objeto de pesquisa.

O saber científico não é dogma. O saber - sendo ciência - se constrói. O sujeito se depara com o fenômeno e faz a indagação científica, inaugurando a pesquisa. O sujeito que sabe se distingue como pesquisador, e não militante, quando percebe que precisa de respostas ao fenômeno e vai “em busca da verdade” – é quando filosofia e ciência se confundem, porque os dois têm essa busca como fundamento, embora cada qual busque a verdade ao modo de cada um.

Neste sentido, embora não sejamos neutros diante do fenômeno, adotamos a postura de neutralidade - condição fundamental para toda pesquisa científica. Buscamos a “verdade” dentro do espírito científico. Nas palavras de Karl Popper: “denominamos uma proposição ‘verdadeira’ quando ela concorda com os fatos ou corresponde aos fatos, ou quando as coisas são tais como a proposição descreve” (POPPER, 2006, p. 108).

Habermas fala que os cientistas são motivados por interesses, mas que, por razões metodológicas da ciência clássica, esses interesses são ocultados. Habermas, citado por Morin, diz que a ciência (ou o pesquisador?) “dissimula” esses interesses.

Daí, entendemos que precisávamos deixar claro nossa posição. Quais os nossos interesses com este trabalho com as rádios comunitárias?

Reconhecemos que temos um interesse social em fazer essa pesquisa. Queremos contribuir com a sociedade, desvendando as concepções do

⁵ Esse “toque” pode ser não apenas o do pensamento do autor, mas devido a sua presença física no campo em estudo. Em outras palavras, ao fazer sua pesquisa, o mestrando e militante provoca mudanças numa rádio comunitária. Na verdade, como Heisenberg, entendemos que as mudanças no objeto pesquisado ocorrem sempre que há uma intervenção – havendo intervenção o objeto se altera, não importa de onde venha a intervenção.

radiojornalismo comunitário, porque isto pode promover o desenvolvimento da comunidade; queremos promover o veículo rádio comunitária, o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, a inclusão de novos saberes dentro da comunidade científica, a abertura de novos campos de pesquisa em comunicação.

Os interesses do cientista dizem respeito a valores. Estamos tratando de valores. Isto é, de uma ética do cientista e das suas responsabilidades. Aqui deixo⁶ claro quais os meus interesses com esta pesquisa e porque vou defendê-la diante da sociedade, da humanidade, e não apenas diante dos meus pares da ciência. Este saber se submete aos princípios e valores éticos do pesquisador. Por isso defendo que o cientista tenha uma postura ética não “somente” nos procedimentos científicos, mas, principalmente, quanto ao conhecimento dado ao mundo. Há uma responsabilidade diante do mundo. Como todo ser humano o cientista também deve assumir pelo que faz. Não vejo diferenças entre o soldado que lançou a bomba sobre Hiroshima, matando mais de 100 mil pessoas, e o carrasco nazista Eischman, que matou milhares na câmara de gás, se os dois dizem que “cumpriram ordens”. E quanto aos cientistas Openheimer e Fermi que fizeram a bomba? Diriam que estavam “a serviço da ciência”? Não há responsabilidades diante do conhecimento que produz um aparato destruidor? Não interessa ao pesquisador o usufruto ideológico pelo Estado ou pelo mercado do saber produzido?

Nem todos os abusos contra a dignidade humana cometidos em nome da ciência ocorreram durante a guerra e nem por conta exclusiva dos nazistas. Em 1966, Henry Beecher, um anestesiológico da Universidade de Harvard, denunciou que experimentos similares aos praticados pelos nazistas continuavam sendo feitos e estavam sendo publicados nos mais importantes periódicos científicos (COSTA, 2008, p. 32). Um dos casos mais emblemáticos ocorreu em Tuskegee (estado de Alabama, Estados Unidos). Entre os anos de 1932 e 1972, isto é, por 40 anos, 399 negros com sorologia positiva para sífilis compuseram um grupo experimental de estudo, e não receberam nenhum medicamento. Embora a penicilina tenha sido descoberta em 1943, eles continuaram sem receber nenhum medicamento até 1972. O experimento prosseguia até a necropsia. Vários trabalhos científicos apresentando resultados parciais foram publicados em periódicos de peso. O estudo foi totalmente

⁶ Coerente com o que estamos esboçando aqui, em alguns momentos desse Capítulo optamos por fazer uso da primeira pessoa do singular, **eu**. O objetivo é deixar clara a nossa posição pessoal, a nossa responsabilidade, quanto ao que estamos fazendo. A primeira pessoa do plural, **nós**, poderia ocultar este posicionamento individual, humanista, do pesquisador.

financiado pelo Estado (Serviço de Saúde pública dos Estados Unidos, o equivalente ao Ministério da Saúde). Foi uma jornalista, Jean Heller, da *Associated Press*, quem descobriu e denunciou o caso, dando fim ao estudo (COSTA, 2008, p. 34). Indagamos: qual a responsabilidade desses cientistas? Qual a relação deles com o Estado? Não há como descartar o fator ideológico:

Se não se pode reduzir a ciência à ideologia (isto é, vê-la somente como produto ideológico de uma sociedade dada), é, contudo, necessário notar que em todo conhecimento científico entra um componente ideológico. Não se pode omitir o conhecimento ideológico do conhecimento científico – portanto, do seu próprio conhecimento -, e isso é válido também para os que se julgam possuidores da verdadeira ciência e denunciam a ideologia dos outros. (MORIN, 2010, p. 271).

São vários os relatos de experimentos antiéticos⁷ nos dias recentes. Alguns experimentos (como estes citados por COSTA) são financiados pelo Estado. Mas o fator econômico, de origem privada, é hoje um dos principais instrumentos de fomento à pesquisa. “O motor contemporâneo da atividade científica é o lucro, a conquista de nichos de mercado, a competitividade, a obtenção de patentes” (KOTTOW, 2008, p. 79).

Mas a ciência clássica insiste em defender um pretenso distanciamento do cientista dos seus interesses particulares ou dos interesses do Estado. É como se eles pudessem ficar imunes aos efeitos do que produzem e ao uso dado ao saber que desenvolvem.

Refuto o saber pelo saber da ciência clássica porque ele mascara os interesses conscientes e inconscientes dos cientistas, os interesses do Estado e, principalmente, porque retira a responsabilidade do pesquisador com o que faz. “A prática científica nos leva à irresponsabilidade e à inconsciência total”, diz Morin (2010, p. 129).

Ainda segundo Edgar Morin:

Ora, a ciência, na sua concepção clássica que ainda reina nos nossos dias, separa por princípio fato e valor, ou seja, elimina do seu meio toda a competência ética e baseia seu postulado de objetividade na eliminação do sujeito do conhecimento científico. [...] Responsabilidade é, portanto, não

⁷ Apenas como referência cito mais dois casos relatados por Costa (2008, p. 35): a) em 1963, foram injetadas células cancerígenas em pacientes idosos internados num hospital israelita de doenças crônicas em Nova York, como se fossem “células”, omitindo que eram “cancerígenas”; b) entre 1956 e 1970, 700 crianças com deficiência mental foram receberem injeções contendo vírus da hepatite B.

sentido e não ciência. O pesquisador é irresponsável por princípio e profissão. (MORIN, 2010, p. 117).

Finalmente, Morin trata da “ecologia das ações humanas”:

Toda ação humana, a partir do momento em que é iniciada, escapa das mãos de seu iniciador e entra no jogo das interações múltiplas próprias da sociedade, que a desviam do seu objetivo e às vezes lhe dão um destino oposto ao que era visado. (MORIN, 2010, p. 128).

No nosso caso, esclarecemos que os interesses que envolvem a nossa pesquisa, a ética e a responsabilidade, estão diretamente relacionados com a linha de pesquisa “Jornalismo e sociedade”, do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, na qual se insere o presente trabalho. Diz a sua ementa:

O principal objetivo desta linha é a realização de estudos e pesquisas sobre gêneros e práticas jornalísticas, de modo a encontrar respostas conciliadoras para as tensões existentes entre as utopias do jornalismo como função pública e social e as reais possibilidades do jornalismo enquanto práxis (ação transformadora da realidade social)⁸.

Então, podemos conceber como objetivo dessa linha de pesquisa a busca de soluções (“encontrar respostas”) para viabilização de um jornalismo “prático” que transforme a sociedade. Não há nada de neutro nisso. E, no entanto, claro, é mantido o espírito científico, a busca da verdade como princípio.

Embora não concordemos, é importante registrar que autores como Frederick Kerlinger contestam um objetivo “utilitário”, ou uma “ação transformadora social”, para a ciência. Acreditam que o propósito da ciência é a ciência. “A ciência é um empreendimento preocupado **exclusivamente** com o conhecimento e a compreensão dos fenômenos naturais. Os cientistas desejam conhecer e compreender as coisas” (KERLINGER, 2007, p. 3, grifo nosso). Conforme Kerlinger, não é propósito da ciência propor soluções para o mundo, mas unicamente buscar o conhecimento. Ele refuta um “propósito da ciência de melhorar a humanidade”. Diz que, se isto acontece, o cientista vê o que deseja ver em vez do que realmente existe (KERLINGER, 2007, p. 20). Esta postura metodológica critica a visão idílica da ciência como instrumental a serviço da humanidade.

⁸ Disponível em http://www.fac.unb.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=169:jornalismo-e-sociedade&catid=14:linhas-de-pesquisa&Itemid=147 Acesso em 13/10/2010.

Concordamos em que haja a busca da verdade, mas, acreditamos que não destoa da ciência que essa busca tenha uma virtude, um sentido social. Buscar soluções para os problemas de infra-estrutura nas periferias urbanas, para os males que afetam a saúde das pessoas, para os problemas gerados pelas mudanças climáticas, para as questões de alimentação e combate à fome, para as dificuldades existentes nas rádios comunitárias, são sim questões que pedem uma abordagem científica. Não há como discriminar e desqualificar essas buscas de saberes, tratando-as como algo fora da ciência. A ciência deve sim fazer a pergunta: para quê serve isso que estou buscando?⁹ Se há um valor científico na busca, não haveria um valor social, humano, para se encontrar as respostas que buscamos? Quando decidimos por pesquisar os conceitos para o radiojornalismo comunitário indagamos: para que servirá essa dissertação além de se juntar ao saber acadêmico? A resposta se encontra na ementa à linha “Jornalismo e sociedade”: a sociedade, e em especial os que atuam ou pretendem atuar com rádios comunitárias, terão um instrumento de conhecimento que pode ser aplicado à sua práxis cotidiana.

Cumpramos fazer uma ressalva. Não estamos aqui defendendo um praticismo para a ciência. Não defendemos que toda ciência deva ter um uso prático; toda ciência deve ser “útil” para alguma coisa. Defendemos, sim, a reflexão ou a teorização sobre todos os fenômenos, e que isso se dê dentro de parâmetros científicos e, a priori, com o posicionamento ético do pesquisador. Entendemos que há saberes diferentes: nem todo saber se tornará tecnologia; nem todo saber se tornará visível ou palpável; nem todo saber será senso comum. Quando defendemos o retorno do saber à sociedade entendemos que esse retorno não é necessariamente uma transformação social visível (como pode ocorrer com as rádios comunitárias).

Com referência ao tema Miranda & Resende (2006) ao desenvolver um estudo sobre as questões do praticismo e seus riscos, discutem sobre a necessidade de estarmos atentos para que “o imperativo de transformação da realidade social não implique a perda da mediação teórica na apreensão dessa realidade” (JESUS; BRETAS, 2009, p. 185).

Nossa posição final é de que a ciência: 1) é a busca do conhecimento; 2) a busca pode ser direcionada para um objetivo transformador social; 3) a pesquisa pode ser exclusivamente teoria; 4) toda pesquisa pressupõe interesses e valores éticos que devem ser assumidos pelo pesquisador diante da sociedade; 5) a

⁹ Será que a bomba Atômica teria sido construída se os cientistas tivessem feito tal questionamento? Não descartamos esta possibilidade. É possível que o argumento (interesse) pátrio tenha sido o motivo maior. Não vem ao caso avaliar isto agora.

pesquisa gera saberes e estes saberes devem estar disponíveis (numa linguagem clara) para a sociedade, e não somente para a academia.

A discussão não se esgota, mas defendemos para o campo comunicacional um código de ética na pesquisa tal qual existe para as ciências da Saúde, estabelecido pela bioética¹⁰. Adequaríamos para a comunicação alguns dos princípios da bioética: 1) respeito pelas pessoas; 2) beneficência - “não causar danos, maximizar benefícios, diminuir os possíveis danos” (COSTA, 2008, p. 36); 3) justiça. Outro princípio: o(s) pesquisado(s) tem direito de saber e usufruir dos resultados da pesquisa.

Na nossa pesquisa, partimos de algumas hipóteses e acatamos algumas variáveis; com o desenrolar do processo de pesquisa refutamos algumas hipóteses, incluímos novas variáveis e descartamos outras originalmente acatadas.

Nossa hipótese central era:

Existe um radiojornalismo que é característico das rádios comunitárias.

A pesquisa revelou que este radiojornalismo “não existe”, mas que ele está em construção. Nossa hipótese se confirmou em parte: desse jornalismo temos alguns indícios e, possivelmente, uma direção, como veremos mais adiante.

Quanto às variáveis...

A proposta original era averiguar a existência de radiojornalismo somente nas rádios comunitárias “de qualidade”. Durante a pesquisa verificamos que isso não era o bastante - era preciso comparar com o que outras faziam.

Também mudou a quantidade de rádios pesquisadas: originalmente eram somente quatro emissoras; por sugestão da banca de qualificação deste trabalho passamos a trabalhar com oito. Incluímos rádios que, mesmo não tendo um jornalismo que se aproxima dos modelos tradicionais, já têm um simulacro disso. Finalmente, mudamos nossa concepção de radiojornalismo. Descobrimos que nem sempre o que o jornalismo profissional ou a visão acadêmica entendem por

¹⁰ “Exame moral interdisciplinar e ético das dimensões da conduta humana nas áreas da ciências da vida e da saúde” (POST, 2004, apud GUILHEM, 2008, p. 375).

jornalismo, é o que as rádios comunitárias entendem como tal. Não se trata aqui exatamente de um “senso comum”, mas de concepções adotadas pelos que atuam no campo das RCs. Sabemos que esta linguagem própria do radiojornalismo das rádios comunitárias se constrói a partir do contato cultural estabelecido entre o senso comum e as peculiaridades do veículo.

Enfim, foi o próprio objeto de pesquisa que mostrou caminhos a seguir dentro do processo de pesquisa. O sujeito, ao “tocar” o objeto, alterou rumos, refez visões. O objeto ensinou ao sujeito por onde ir. Sem perder a objetividade, um dos princípios da ciência. Nisto concordamos com Kerlinger: “objetividade em ciência é um procedimento, um método, uma maneira de dirigir um assunto científico” (KERLINGER, 2007, p. 14).

A objetividade não descarta, porém, o saber estabelecido como “senso comum”. Ouvir os dirigentes das rádios em nossa pesquisa foi um modo de investigar os conceitos que eles tinham sobre determinados temas (noticiabilidade, radiojornalismo, notícia, entre outros) e constatar que eles diferem do entendimento no campo teórico-acadêmico. Descobrimos que essa diferença se dá em forma ou expressão (linguagem, discurso). Deveríamos descartar esse saber do senso comum e acatar apenas o que é da academia? Nossa resposta é negativa. Ainda mais se considerarmos que estamos investigando o rádio, quando a fala manifestada no veículo é, obrigatoriamente, a fala do senso comum, ou está – **necessariamente** - bem próxima dele.

O senso comum pode estar errado em muitas de suas afirmações, mas ele acerta quando lida com uma linguagem universal, não elitizada, diferente da que se destina apenas aos grupos de poder. Meditsch, citando Berger & Luckman (1966), questiona o discurso acadêmico fechado:

O pensamento teórico, as *ideias*, *Weltanschauungen*, não são tão importantes assim na sociedade. [...] Exagerar a importância do pensamento teórico na sociedade e na história é um natural engano dos teorizadores. [...] As formulações teóricas da realidade, quer sejam científicas ou filosóficas, quer sejam até mitológicas, não esgotam o que é *real* para os membros de uma sociedade. Sendo assim, a sociologia do conhecimento deve acima de tudo ocupar-se com o que os homens *conhecem* como *realidade* em sua vida cotidiana, vida não teórica ou pré-teórica. Em outras palavras, o conhecimento do senso comum e não as *ideias*, deve ser o foco central da sociologia do conhecimento. É precisamente este *conhecimento* que constitui o tecido de significados sem

a qual nenhuma sociedade poderia existir. (BERGER & LUCKMAN, 1966, apud MEDITSCH, 2007, p. 234, grifo do autor)

É verdade que o senso comum não tem regras e inclui absurdos, superstições, verdades e mentiras. No entanto, o senso comum é o campo lógico dominante na sociedade. “O senso comum corresponde a uma atitude cognitiva percebida como natural” (MEDITSCH, 2007, p. 234). Não há como descartar essa leitura da realidade.

Por outro lado, questionamos a linguagem acadêmica quando ela se torna fechada, esotérica, restrita a uns poucos. Vamos até a rádio comunitária, que “fala a linguagem do povo”, estudamos seus conceitos e suas práticas, mas, ao sistematizar esse saber o fazemos dentro de padrões tão rígidos que se torna incompreensível para a mesma rádio. Que ciência é esta que recebe um saber em seu estado puro, estuda-o, mas **não consegue dizer** o que descobriu aos que lhe deram o saber? Não sabe retribuir ao principal interessado – numa linguagem universal – pelo que recebeu. Não é justo que o cientista descubra um problema na sociedade, transforme-o num problema de pesquisa, encontre possíveis soluções, e não repasse as descobertas para quem mais precisa. Tais considerações nos levam a perceber a necessidade de construirmos um Código de ética de pesquisa para o Campo comunicacional, a exemplo do que é aplicado ao campo das Saúde.

Neste trabalho consideramos que devemos ser rigorosos na metodologia, na observação dos parâmetros epistemológicos, no acesso e leitura do objeto de pesquisa, mas também devemos considerar que se há um problema, se há indagações nas rádios comunitárias, e se encontramos respostas elas devem ser levadas aos que fazem as rádios (e à sociedade em geral), e numa linguagem que não seja hermética. Em resumo, estamos propondo: 1) eliminar a arrogância do saber (acadêmico, letrado, “superior”); 2) fazer a distribuição social do conhecimento.

A linguagem formal dos cientistas justifica-se por sua universalidade, a universalidade ideal de seu auditório. Porém, essa universalidade será igualmente formal, uma universalidade de direito, mas não de fato, uma vez que esta linguagem só circula por determinadas redes e cria uma incomunicação crescente entre os dialetos das diversas especialidades. Neste sentido, quanto mais as ciências produzem conhecimento, mais tornam opaco este conhecimento. (VIEIRA PINTO apud MEDITSCH, 2007, p. 236).

O paradoxo visível na discussão é que ao se estudar o jornalismo, que tem a comunicabilidade como “princípio sagrado” (ele fala para todos), se faz uso de uma linguagem hermética. O auditório do jornalismo é universal (MEDITSCH). A distribuição social do conhecimento no jornalismo é princípio. Nossa intenção, portanto, foi quebrar esse paradoxo: nosso estudo se fez conforme uma metodologia científica, mas ele busca a distribuição social do conhecimento. Algo, aliás, que está bem claro na ementa da linha de pesquisa “Jornalismo e sociedade”.

I.3 - A nossa pesquisa

I.3.1 – Referencial teórico

A bibliografia sobre rádios comunitárias é limitada. Existem poucas obras sobre o tema. Considerando o foco do nosso trabalho, as principais contribuições para ele vieram de Cicilia Peruzzo, José López Vigil e Eduardo Meditsch. Peruzzo é referência acadêmica em rádios comunitárias e populares; já López Vigil revela como se dá a experiência dessas rádios na América Latina, dentro de um contexto sócio-político. López Vigil é um dos autores mais presentes nas bibliografias sobre rádios comunitárias. Peruzzo e López Vigil definem as rádios comunitárias. Meditsch tem vários textos tratando do rádio e, em especial, do rádio informativo. A obra de Meditsch, pela amplitude e profundidade na abordagem do veículo, foi referência para o nosso trabalho. Também fizemos uso das nossas contribuições ao tema, manifestada em livros e artigos (LUZ. D.).

Nossa atuação na área contribuiu: pelo conhecimento acumulado; por “abrir portas”, facilitando o acesso a rádios, dirigentes, estudiosos, bibliografias; por permitir o acesso a documentos históricos (arquivos do autor ou de outros) e a documentos de acesso restrito, caso do relatório apócrifo do Grupo de Trabalho Interministerial.

Nossa pesquisa localizou diversos manuais e cartilhas sobre rádios comunitárias ou cidadãos. Elas foram importantes para o nosso trabalho porque trazem definições conceituais e abastecem de elementos práticos os radialistas comunitários. É o caso dos *Manuales de capacitación*, produzidos pela *Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica* (ALER), de Quito, Equador (LÓPEZ VIGIL, GEERTS, et al.). No Brasil, alguns parlamentares produziram cartilhas sobre

o tema (deputados, Fernando Ferro, Walter Pinheiro, Edson Duarte; senador Geraldo Cândido e senadora Heloísa Helena)¹¹. Um grupo de alunos e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul produziu uma cartilha referência: “Para fazer rádio comunitária com “C” maiúsculo” (GIRARDI; JACOBUS, 2009).

Para tratar de rádio, buscamos os autores “clássicos”. Uma obra fundamental na pesquisa foi “Teorias do rádio: Textos e contextos” (Florianópolis: Insular), organizada pelos professores Eduardo Meditsch (Vol. I e II) e Valci Zucoloto (Vol. II). A publicação resgata autores como Rosental Calmon Alves, Armand Balsebre, Erving Goffman, Mario Kaplún, Gisela Svetlana Ortriwano, Walter Sampaio, Murray Schafer, Miguel de Moragas Spa, Bertold Brecht, Felix Gauttari, entre outros; também traz para o debate sobre o rádio autores que não são especialistas no tema, como Theodor Adorno, Mário de Andrade, Gaston Bachelard.

São poucos os trabalhos acadêmicos tratando de rádios comunitárias. E a maior parte das teses e dissertações que abordam rádios comunitárias focam de casos isolados, não atendendo ao nosso interesse, que se pretendeu abrangente em termos de distribuição geográfica e conceitual. Destacamos a dissertação de mestrado de Marisa Meliani, “Rádios livres, o outro lado da voz do Brasil” (ECA-USP, 1995); a dissertação de Gisele Sayeg Nunes Ferreira “Rádios comunitárias e poder local: estudo de caso de emissoras legalizadas da região Noroeste do estado de São Paulo” (USP, 2006); a dissertação de Maria Moraes da Luz. “A especificidade do jornalismo nas rádios comunitárias: a construção da notícia cidadã no contexto neoliberal” (UnB, 2008). A dissertação de Cristiano Lopes “Política pública de radiodifusão comunitária no Brasil: Exclusão como estratégia de contra-reforma” (UnB, 2005).

Analisamos o conceito de comunicação em Marcondes Filho, Luís Martins da Silva, entre outros, e a comunicação comunitária/popular nas nossas contribuições, e nas de Peruzzo e López Vigil, entre outros.

O jornalismo também merecia um resgate mínimo do seu referencial teórico. Para tanto consultamos, entre outros, Dominique Wolton, Nelson Traquina, Maurice Mouillaud, Mauro Wolf. Direcionamos nosso foco para o “jornalismo cívico” (Luís

¹¹ O texto básico de todas essas cartilhas é de minha autoria.

Martins da Silva e outros) e o “jornalismo comunitário” ou cidadão (Peruzzo e López Vigil).

Observamos que o radiojornalismo das rádios comunitárias historicamente se abasteceu (e ainda se abastece) do jornalismo nas emissoras comerciais. É um modelo que ainda permanece. Por este motivo achamos necessário investigar o tema “jornalismo em rádio” através de autores como Heródoto Barbeiro, Milton Jung, Eduardo Meditsch, Marcelo Parada, entre outros.

Como tratávamos de rádio e **comunidade** ficou claro que era fundamental estudar o conceito de comunidade. Teríamos que fazer um recorte profundo sobre a questão. Primeiro fomos em busca de um autor clássico, Ferdinand Tönnies. Depois avançamos com Martin Buber, Zygmunt Bauman, Alan Touraine, Maurice Stein, Davide Tarizzo, Louis Wirth, Stuart Hall (que já envereda pela cultura), entre outros. O assunto não foi esgotado, nem era essa nossa pretensão – apenas trouxemos para o trabalho o arcabouço necessário para a nossa pesquisa.

Finalmente, com relação à metodologia, o autor que mudou o nosso processo de pesquisa foi Edgar Morin. Ele deu lastro ao construtivismo que havíamos decidido trilhar. Destacamos, em especial, seu livro “Ciência com consciência” (Bertrand Brasil, 2010).

I.3.2 – O recorte da pesquisa

Inicialmente cogitávamos fazer o recorte unicamente sobre emissoras que tivessem na programação boletins ou programas jornalísticos regulares, isto é, com horário fixo na programação e uma equipe responsável pelo trabalho. Porém, à medida que o estudo avançava, observamos que este seria um universo pequeno, falso e incompleto. Pequeno, porque poucas rádios no Brasil têm noticiário regular; falso, porque embora a grande maioria das rádios não tenha boletins ou noticiários no sentido tradicional, praticamente todas divulgam informes para a comunidade; incompleto porque embora muitas não tenham nada que se assemelhe a um noticiário os que fazem a rádio já têm uma idéia (uma proposta, um conceito) de como ele deveria ser.

A partir daí estava claro que o recorte da pesquisa não poderia excluir o que é comum nas emissoras comunitárias: esse “jornalismo” no seu sentido mais amplo; um jornalismo que pode ser noticiário, informe, boletim, leitura de notícias de jornal, prestação de serviço, ou algo parecido.

Tínhamos dois universos de pesquisa:

1) emissoras **com um radiojornalismo tradicional**, rotineiro;

2) emissoras **sem esse radiojornalismo tradicional**, mas que divulgam informes, fazem leitura de jornais, boletins, etc.

Optamos por pesquisar nos dois grupos. E esta escolha facilitou a pesquisa. Primeiro, porque este é, de fato, o quadro empírico que mais se aproxima da realidade do país; segundo, porque permitiu a coleta e o cotejamento de informações a partir de diferentes contextos.

Também estabelecemos como critério não exigir que todas as amostras de rádios estivessem enquadradas no “modelo ideal de RC” apresentado no Capítulo II.8. Pesquisamos “rádios comunitárias modelo” e também rádios que não se encaixam neste modelo. Este cenário heterogêneo, pareceu-nos, estava mais próximo da realidade nacional.

Finalmente, estabelecemos que as emissoras em estudo deveriam estar minimamente distribuídas pelo país. Com isto, esperávamos, seria possível fazer um comparativo do jornalismo praticado - ou pensado - em distintas geografias. “Pensado” porque, muitas vezes, o radiojornalismo é um ideal da rádio que não foi colocado em prática, embora possa estar preliminarmente conceituado.

Considerando o fator geográfico, estivemos pessoalmente nas seguintes rádios comunitárias:

a) Do **Nordeste**, na Bahia, Santa Luz FM (município de Santa Luz) e Rádio Valente (município de Valente); em Pernambuco, Rádio Sol (Olinda) e Rádio Guabiraba (Recife).

b) Do **Sudeste**, em São Paulo, Rádio Heliópolis.

c) Do **Centro-Oeste**, no Distrito Federal, Rádio Utopia (Taguatinga), Rádio Líder (Recanto das Emas) e Nova Vida (Recanto das Emas).

Integrando o primeiro universo de pesquisa (emissoras com radiojornalismo rotineiro) identificamos: Santa Luz FM e Valente FM, na Bahia; Rádio Heliópolis, em São Paulo. As demais fazem parte do segundo universo de estudo (emissoras sem o radiojornalismo convencional). Observamos as instalações das emissoras, a história de cada uma, como fazem o jornalismo e o que entendem por jornalismo. Ouvimos os responsáveis pelo jornalismo em cada uma.

A pesquisa, porém, não se restringiu às emissoras e seus dirigentes. Uma vez que o radiojornalismo das rádios comunitárias se constitui num fenômeno ainda recente no Brasil, e que ele é mais pensado que praticado, consideramos importante ouvir a opinião de algumas pessoas que estudam o tema no campo acadêmico e outras que fazem a prática radiofônica. Estas pessoas formaram conceitos sobre a radiodifusão comunitária.

Ouvimos:

Cicilia Peruzzo - professora da Universidade Metodista (SP), com diversos livros e artigos publicados sobre comunicação comunitária e popular. Contatada, Cicilia Peruzzo optou enviar suas respostas por email

Jose López Vigil – autor dos livros “*Manual urgente de radioapaisados*”, e “*Radio cidadania*”, além de diversas cartilhas sobre o tema, é referência latino-americana e mundial em rádios comunitárias. Foi contatado e nos respondeu por email.

Jerry de Oliveira – Militante de rádios comunitárias, é criador da rede de jornalismo de rádios comunitárias de Campinas (SP). Preferiu emitir suas opiniões por telefone.

Denise Viola – Antiga militante do movimento das rádios comunitárias, integra a Rede de mulheres do rádio. Gravou a entrevista num contato pessoal com o autor, em Brasília.

Altamiro do Nascimento Costa (Mirim) – Dirigente da Rádio Novos Rumos, no município de Queimados, Baixada fluminense, Rio de Janeiro. A rádio Novos Rumos é uma das mais antigas do país. Mirim gravou a entrevista num contato pessoal com o autor, em Brasília.

Entrevistamos os responsáveis pelo radiojornalismo das oito emissoras. Não fizemos uso de um questionário acabado, com perguntas definidas. Considerando a peculiaridade do meio, este caminho poderia ocultar informações importantes. Optamos por gravar entrevistas abertas, com uma linha de conversa focada em seis pontos:

1) O institucional - localização da emissora, data de fundação, se sofreu repressão estatal, dados sobre o entrevistado, dados sobre a sustentabilidade da emissora.

2) Relação com a comunidade - Como se dá a participação da comunidade na emissora.

3) É comunitária? – Justificativas do entrevistado para assegurar que sua emissora é comunitária.

4) Produção do jornalismo – Indagamos sobre a rotina de produção e a equipe envolvida. Pesquisamos sobre quem faz o quê, se é remunerado, a formação escolar dos responsáveis pelo jornalismo. A formação escolar do responsável pelo jornalismo ou pela rádio pareceu-nos um referencial importante para averiguar sobre as práticas de jornalismo da emissora

5) Radiojornalismo – Indagamos se há jornalismo na emissora, se existe um programa específico de notícias, noticiários ou boletins; qual o formato desse noticiário; que fontes são utilizadas. Indagamos ao entrevistado o que ele entende por valor-notícia; o que é pauta e como se define a pauta; se e como a rádio lida com a cobertura local, regional, nacional e internacional; se ela faz reportagens; qual o conceito de radiojornalismo.

6) Existe “radiojornalismo comunitário”? Em caso positivo, quais os critérios para defini-lo? – Sendo a nossa hipótese de trabalho, era importante que essas pessoas que fazem RC expressassem o conceito sobre o tema.

Não tratamos do **conteúdo** do jornalismo de RC e muito menos da **audiência** da rádio porque são questões que fogem ao foco da nossa pesquisa.

A escolha dessas oito emissoras não levou em conta se elas eram reconhecidas ou não pelo Estado. Ter a autorização de funcionamento não foi critério para as nossas escolhas. Isto porque autores como Lima e Lopes, e o Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2005)¹², revelaram que o processo de outorga de emissoras comunitárias está submetido a influências religiosas e políticas, o que nos leva a questionar a legitimidade das emissoras que obtiveram autorização. O Relatório do GTI reconhece a paradoxal existência de rádios comunitárias autorizadas, mas que não são comunitárias:

A classificação “autorizada pseudo-comunitária” é empregada quando a emissora não desenvolve em sua programação o escopo para o qual lhes foi concedida a exploração deste serviço, estando sujeita, neste caso, às sanções previstas na lei. (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2005, p. 12).

Enfim, ter Autorização de funcionamento (a concessão do Estado para emissora operar) não é o bastante para a emissora ser considerada como comunitária. Trata-se de um parâmetro burocrático e político que não nos aproximaria do objeto de pesquisa. Para nós está claro que não há nenhuma relação entre a qualidade da emissora (conforme nosso modelo ideal estabelecido no Capítulo II.8) e a autorização concedida pelo Estado. Uma autorização burocrática (e suspeita) não garante que estejamos diante de uma rádio comunitária.

I.3.3 Procedimentos de pesquisa – resumo

Apresentamos a seguir um resumo dos procedimentos que adotamos para realizar a nossa pesquisa. Aqui foi sistematizado, passo a passo, como partimos da identificação do objeto de pesquisa até chegarmos às Conclusões.

1. Identificação do objeto: radiojornalismo em rádios comunitárias, conceitos e práticas.

2. Definição da hipótese de trabalho: existiria um radiojornalismo que é típico das RCs.

¹² Criado por Decreto em 26/11/04.

3. Objetivo: definir conceitos e práticas do radiojornalismo nas rádios comunitárias.

4. Como se definiu o universo de pesquisa

4.1 – Razões para seleção das oito rádios comunitárias

4.1.1 – Razões geográficas – RCs distribuídas por três regiões: Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste.

4.1.2 – Razões de prática de jornalismo - emissoras com radiojornalismo e emissoras sem radiojornalismo; autorizadas e não autorizadas.

4.2 – Visitas

As oito rádios foram pessoalmente visitadas pelo autor.

4.3. Entrevistados

4.3.1 – Dirigentes das rádios comunitárias

4.3.2 - Autoridades no tema: acadêmicos, dirigentes de outras emissoras, militantes, estudiosos, pesquisadores.

4.4 – Pesquisa bibliográfica

4.4.1 – Temas: rádio, rádios livres e comunitárias, comunicação, jornalismo, valor-notícia, fontes do jornalismo, identidade, comunidade, legislação¹³.

4.4.2 – Suporte: livros, revistas, cartilhas, artigos, teses e dissertações.

5. Cotejamento dos dados - Conclusão

A construção dos conceitos e práticas do radiojornalismo nas rádios comunitárias, objetivo dessa pesquisa, resulta do que se coletou de dados nas RCs, do que ouvimos das autoridades no tema, dos atuais conceitos de jornalismo e radiojornalismo adotados por emissoras e outros meios de comunicação, das atuais concepções de jornalismo presentes no meio acadêmico.

¹³ A lista dos autores estudados foi apresentada neste Capítulo. Não convém repeti-la.

CAPÍTULO II – RÁDIOS COMUNITÁRIAS

II.1 – O rádio - Imagens invisíveis

O rádio é o meio que atua no invisível. É também quem transmite o invisível. Informação invisível. De várias formas. Por isso, acredita Murray Schafer, sendo som, ele antecede a tecnologia: “o rádio existiu muito antes de ter sido inventado. Ele existia sempre que haviam vozes invisíveis: no vento, no trovão, no sonho”. (SCHAFER, 2008, p. 237).

O rádio lida “diretamente” com o imaginário: é na mente do ouvinte que se formam as imagens; é quando o invisível se torna “concreto”. Uma arte?

A arte de falar no rádio consiste precisamente em usar palavras concretas, que se possam ver, que se toquem, que se mordam, que tenham peso e medida. Palavras materiais. Palavras que pintem a realidade. [...] A linguagem radiofônica é escravizantemente descritiva, narrativa, sensual. [...] Certamente quando falamos de sensualidade nos referimos ao emprego de palavras e expressões que se dirijam aos sentidos, estimulem-nos. No rádio não se trata somente de fazer com que os cegos vejam, senão de fazer sentir o cheiro sem nariz e acariciar sem mãos e saborear à distância. (LÓPEZ VIGIL, 1997, p. 41, tradução nossa).

Conforme o locutor (mais **como** ele fala do que **sobre** o que fala), e conforme os sons e ruídos de fundo, o ouvinte escuta algo que somente ele escuta. Dois ouvintes, diante do mesmo aparelho de rádio, ouvindo o mesmo programa e no mesmo momento, ouvem diferentes “mensagens”. Porque, à parte os códigos, a semiótica, até a tecnologia, o rádio é imagem sonora. E cada ouvinte constrói a sua imagem conforme a sua psiquê no contexto em que o escuta.

O rádio é intimidade, ele vai à solidão de cada um. Ao singular e não ao plural. O locutor de rádio sabe que não deve falar “ouvintes” (no plural), mas “você, meu caro ouvinte”, ou somente “ouvinte”, ou “amigo”.

O locutor tem o poder da invisibilidade. Ele seduz pelo mistério. Sua fala vem “de algum lugar mágico”. Enfim, como um espécie de entidade divina, ele é dotado de poderes: o enunciador está por toda parte (ubiquidade) e em lugar nenhum (invisibilidade).

O rádio desfruta das propriedades dos seres imaginários e novelescos, invisíveis. Nos movemos de lugar e o rádio segue a nos acompanhar. Vou comer no campo e, embaixo de uma árvore, o rádio segue tocando

igualmente, atravessa paredes, entra na ducha, no dormitório, vai à praia. O rádio supera toda exigência corpórea. (SPA, 2008, p. 287).

Seus poderes mais evidentes - invisibilidade e ubiquidade - acentuam o lado mágico do rádio. Devemos temer o rádio.

Essa é a primeira coisa a ser lembrada ao se falar de rádio. Ele é um veículo temível, porque não se pode ver quem ou o quê produz o som: um excitação invisível para os nervos. (SCHAFER, 2008, p. 237).

Não por acaso, o rádio também é usado para manipular a partir da emoção. Schafer observa que, ao ser inventado o rádio, surgiram dois modelos de transmissão: o político, gerado pela ambição pelo poder¹⁴; o iluminista, em oposição ao outro. Em suma: deve-se amar e temer ao rádio.

O rádio, dissemos, é intimidade. Essa intimidade se faz pelo som, pela voz de um ser invisível. Mas a invisibilidade não é problema. “Porque a ausência de um rosto que fala não é uma inferioridade; é uma superioridade; é precisamente o eixo da intimidade, a perspectiva da intimidade que vai se abrir” (BACHELARD, 2005, p. 131).

A intimidade se constrói com o tempo. O locutor busca essa intimidade porque sabe que sem ela estará falando para o vazio. E falar para o vazio em rádio é não falar – é o aparelho sem ninguém escutando ou, o que é mais certo, sem o ouvinte sintonizado na rádio. O radiojornalismo que, para impressionar o ouvinte, busca um tom mais formal, “mais sério”, querendo mostrar que a notícia é mais importante do que a programação musical ou do que os recados dos ouvintes, cria um distanciamento entre ele (locutor/jornalista/rádio) e o ouvinte. Desfaz-se a intimidade e, junto, a confiança. A intimidade é importante no rádio porque faz toda emissão parecer uma conversa entre amigos; ela rompe com a solidão do ouvinte ao fortalecer (porque foi criada antes e agora é mantida) uma relação de confiança entre os dois, locutor e ouvinte.

O rádio cria a ilusão nas pessoas de que os programas são só para elas, individualmente. Cada um pensa que o locutor está falando com ela, e isso toma alta importância numa época em que se comenta muito a solidão do ser humano. (ALVES, 2005, p. 163)

A intimidade é uma das chaves para comunicação via rádio. As rádios comunitárias pesquisadas perceberam isso. E não podia ser diferente. Se, em tese,

¹⁴ Segundo Schafer (2008, p. 238), Hitler teria dito: “nunca teríamos conquistado a Alemanha não fosse o alto falante”

os da comunidade já se conhecem, ou deveriam se conhecer (pela proximidade geográfica), há, ou haveria, uma intimidade entre locutor e ouvinte.

E por que a “conversa” entre locutor e ouvinte é facilitada se houver intimidade? Exatamente porque o rádio aborda a realidade fazendo uso do “aberto” (conforme Edgar Morin), usando imagens sonoras como matéria-prima. O ouvinte “precisa sentir”¹⁵ essas imagens para entender o que elas dizem. E para “sentir” ele precisa dar permissão ao locutor de falar ao seu inconsciente, ao seu íntimo.

O rádio, reconhece Bachelard, lida com o inconsciente, com os sonhos, com os arquétipos junguianos¹⁶:

O rádio está munido dessa possibilidade de transmitir arquétipos? Um livro não estaria mais qualificado a fazê-lo? Provavelmente não: um livro você fecha, reabre, não vem ao seu encontro na solidão. Ao contrário, o rádio está certo de lhe impor solidões. [...] O rádio possui tudo que é preciso para falar na solidão. (BACHELARD, 2005, p. 132).

Para Mário Kaplún (2008, p. 83), o rádio tem como vantagens:

- ampla difusão popular;
- simultaneidade;
- instantaneidade;
- largo alcance;
- baixo custo;
- acesso direto às casas dos destinatários [...] sem que estes tenham que se deslocar para a recepção.

O mesmo autor observa que o veículo tem como limites (KAPLÚN, 2008, p. 83):

- a) unisensorialidade (o rádio emite apenas sons);
- b) ausência do interlocutor (o receptor não pode intervir)¹⁷;
- c) fugacidade (a mensagem do rádio é efêmera).
- d) Público condicionado (é baixo o nível de atenção e concentração para este meio).

¹⁵ O imperativo aqui é subjetivo. É uma forma de dizer que sentir (a locução do rádio ou a obra de arte) é individual e lida com mecanismos racionais e inconscientes.

¹⁶ O termo “arquétipo” foi criado por Carl Gustav Jung. Diz respeito a “imagens primordiais” que se repetem no “inconsciente coletivo” da humanidade. São entes isolados expressos como símbolos, imagens e experiências, que se reproduzem no tempo, gerando correspondentes no consciente.

¹⁷ Não concordamos com isto. Mesmo as rádios comerciais sustentam a interatividade com os ouvintes. Hoje é uma prática comum.

Finalmente, Kaplún lista as possibilidades do rádio:

1) Poder de sugestão. “Ser sugestivo no rádio é quase uma exigência. [...] No rádio, tudo é possível criar” (KAPLÚN, 2008, p. 87).

2) Comunicação afetiva.

“Se é certo que o rádio atua sobre um único sentido, a psicologia nos dá um dado relevante: esse sentido auditivo a que chega o rádio é o mais ligado às vivências afetivas do homem. [...] O ouvido é o sentido da comunicação humana por excelência: e a nível neurofisiológico, o órgão mais sensível da esfera afetiva do ser humano (KAPLÚN, 2008, p. 88).

3) Empatia.

A autêntica comunicação popular reside, em grande medida, na capacidade empática do comunicador. [...] A empatia é a faculdade de saber “sintonizar” com o ouvinte, de nos colocarmos em sua mesma “onda”. [...] Se em toda comunicação é indispensável empatia, no rádio ela é decisiva. O comunicador tem de desenvolver ao máximo sua capacidade de assumir a situação do ouvinte popular, tratar de perceber o mundo como ele percebe; sintonizar com sua vida, sua realidade, seu universo cultural. (KAPLÚN, 2008, p. 89).

4. Relação de identificação

O público se identifica com os locutores, com os personagens, com os artistas, estabelecendo uma relação afetiva. Segundo Kaplún a identificação é fundamental. Sem ela não há como “iniciar nem estabelecer a comunicação”. (KAPLÚN, 2008, p. 89).

II.2 – O rádio – uma história

A transmissão de sons por ondas de radiofreqüência surgiu na virada do século XIX para o século XX, como uma expansão do telégrafo e do telefone. O italiano Guglielmo Marconi fez a primeira demonstração de comunicação sem fio em 1896. A primeira transmissão de voz é atribuída ao canadense Reggie Fassedden, em 1906. No Brasil, em 1893, o padre gaúcho Roberto Landell de Moura teria apresentado um telégrafo e um telefone sem fio (MEDITSCH, 2007). Seu pioneirismo só recentemente vem sendo reconhecido.

A década de 1920 é um marco para o rádio. Segundo Meditsch (2007, p. 34), a primeira emissora profissional do mundo, a KDKA, de Pittsburgh, Estados Unidos,

entrou em operação em 2 de novembro de 1920. O negócio deu tão certo que três anos depois já haviam 500 emissoras registradas no país.

López Vigil (1997, p. 17) informa que na Argentina, no dia 27 de agosto de 1920, foi feita a primeira transmissão de rádio (uma ópera de Richard Wagner) para toda Buenos Aires. No Uruguai, nessa mesma época, o rádio se deu a conhecer. Em 1922 foi fundada a *British Broadcasting Corporation* (BBC). Em 1924 existiam mais de 6,5 milhões de receptores no mundo.

Oficialmente, o rádio começou suas transmissões no Brasil no dia 7 de setembro de 1922, nas comemorações do centenário da independência. Nas dependências do pavilhão da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, a West Electric e a Westinghouse fizeram a primeira demonstração de transmissão de sons no Brasil para receptores espalhados pelo ambiente (JUNG, 2009, p. 21). Nessa época rádios já operavam na Argentina, Canadá, União Soviética, Espanha e Dinamarca.

A Rádio Clube de Pernambuco reivindica o pioneirismo do rádio no país – a emissora teria entrado no ar em abril de 1919 (JUNG, 2009, p. 21).

Com o apoio do presidente da República, Epitácio Pessoa, que importou e cedeu 80 receptores, no dia 20 de abril de 1923, Edgard Roquette-Pinto e Henry Morize fundam a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a primeira rádio a operar no país. A programação era basicamente de música clássica, óperas, discursos oficiais, palestras, para o público selecionado que podia pagar uma “jóia” mensal para ouvi-la (MELIANI, 1995).

E surge a emissora que se tornaria um marco na radiodifusão brasileira:

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro, situada na Praça Mauá, “entrou no ar exatamente às 21 horas do dia 12 de setembro de 1936”. Dirigida por Vitor Costa, “contava com 10 maestros, 124 músicos, 33 locutores, 55 radiadores, 39 radiatrizes, 52 cantores, 44 cantoras, 18 produtores, 13 repórteres, 24 redatores, 4 secretários de redação e 240 funcionários administrativos. Os programas iam ao ar em seis estúdios e um auditório de 500 lugares. (CAMPOS, [19-?]).

A emissora operava com dois transmissores para ondas médias (25 e 50 Kw) e dois para ondas curtas (cada um com 50 Kw), cobrindo todo o território nacional, e chegando também à África, Europa e EUA (CAMPOS, [19-?]).

Em plena guerra, a Nacional pôs no ar dois programas que marcariam definitivamente a radiofonia brasileira: O *Repórter Esso* e a radionovela *Em Busca da Felicidade* “num oferecimento de Colgate-Palmolive”. Seu prefixo era ar: “Senhoras e Senhoritas, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro apresenta *Em Busca da Felicidade*, emocionante novela de Leandro Blanco”, conforme registros de Júlia Lúcia de Oliveira Albano da Silva em “Rádio: oralidade mediatizada” (CAMPOS, [19-?]).

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro, criada em 1936, foi líder de audiência por 20 anos. Nessa época as emissoras já podiam veicular publicidade (inicialmente 10%, depois 25% da programação).

A época de ouro do rádio, segundo Campos, ocupa as décadas de 1940 até 1950, quando o veículo superou todas as outras mídias. O domínio completo do rádio só teve fim em 1950, quando a televisão chegou ao Brasil.

Apesar das grandes mudanças tecnológicas ao longo do tempo, o rádio continua sendo ouvido. Pesquisa realizada pela “Meta – pesquisas de opinião¹⁸”, em março de 2010, revela que 80,3% da população costuma ouvir rádio no Brasil¹⁹. Destes, 60,9% ouvem em média de uma a quatro horas diárias.

A pesquisa detalha a audiência por classes de idade e quais as mídias mais utilizadas. Ela mostra que os jovens (16 a 24 anos) usam a tecnologia mais moderna para ouvir o rádio: um terço da população no aparelho celular e um quinto na internet.

Quanto ao que os brasileiros preferem ouvir:

Entre os ouvintes de rádio predomina a preferência pela programação musical (68,9%). O noticiário foi citado por 19,2% dos ouvintes de rádio como a programação preferida, seguido do futebol, com 5,4%. Conseqüentemente se verificou o predomínio de rádios FM (programação predominantemente musical) sobre rádios AM (programação predominantemente jornalística). Rádios FM são ouvidas por 73,5% dos usuários de rádio, enquanto que rádios AM são ouvidas por apenas 30,7% dos usuários²⁰.

¹⁸ “Hábitos de informação e formação de opinião da população brasileira”. Relatório de pesquisa quantitativa. Relatório consolidado. Governo Federal. A pesquisa foi feita de 31 de janeiro a 5 de fevereiro 2010, em 639 cidades das cinco regiões do País. Disponível em: <http://www.midiarj.org.br/sites/default/files/Pesquisa%20SECOM%202010.pdf> Acesso em 15/09/2010.

¹⁹ A mesma pesquisa informa que a televisão domina a audiência: 96,6% da população assistem TV regularmente.

²⁰ Idem.

Os avanços da tecnologia da virada do século XIX até hoje sempre tiveram repercussão imediata no veículo rádio. Todavia, no início da sua história os efeitos não foram tão imediatos. Em 1915, quando já se conhecia a forma de transmitir vozes sem fio, David Sarnoff, um telegrafista da *American Marconi*, propôs a aplicação do rádio como utilidade doméstica (“caixa musical”). Mas foi rechaçado pela empresa que, equivocadamente, considerou-a inviável (MEDITSCH, 2007). Como se viu, somente 5 anos depois entrou no ar a rádio KDKA de Pittsburgh.

II.3 – Rádios Comunitárias no mundo

Percebendo o poder do rádio, o Estado se apropria do espaço por onde transitam as ondas eletromagnéticas. Mas o que é o Estado?

Nesse trabalho adotaremos a definição dada por Anthony Giddens:

Um **Estado** existe onde há um mecanismo político de governo (instituições como um Parlamento ou Congresso, além de servidores públicos) controlando determinado território, cuja autoridade conta com o amparo de um sistema legal e da capacidade de utilizar a força militar para implementar suas políticas. (GIDDENS, 2005, p. 342).

No Brasil e Estados Unidos, o espaço eletromagnético é considerado um bem público e deve ser distribuído, por outorga, conforme o interesse do Estado (ou do governante na ocasião). Em alguns casos (Japão, França, Itália) o rádio foi inicialmente considerado como monopólio estatal.

No controle do espectro eletromagnético, o Estado promoveu a distribuição de canais de rádio (e depois de TV) com os seus aliados políticos (as elites econômicas e religiosas), excluindo aqueles que não faziam parte deste seleto grupo.

Então, como instrumento de resistência, surgiram as rádios “do contra”:

Ao mesmo tempo em que se estabelecia o controle do Estado sobre as emissões, entregando as concessões aqueles que tinham o perfil do sistema, surgiam também as vozes paralelas. Aquelas que insistiam na democratização dos meios de comunicação e não aceitavam o enquadramento das idéias. Eram rádios livres, clandestinas, secretas, marginalizadas, rádio de guerra, e rádios de paz... Eram rádios de guerrilha, rádios de rebeldia, rádios de trabalhadores, rádios livres por um mundo livre. (LUZ, D., 2004, p. 139).

As atuais rádios comunitárias originam-se das rádios livres, e estas das emissoras revolucionárias.

A América Latina foi vanguarda na instalação de rádios livres ou comunitárias no mundo. A primeira emissora comunitária a entrar no ar no mundo foi a Rádio Sutatenza, do povoado de Sutatenza, montanhas de Boyacá, na Colômbia, em 1947. A emissora, que havia sido fundada por um padre da Igreja Católica, depois se tornou anticomunista, e, nos anos 1990, foi vendida à Cadena Radial, maior rede de rádios comerciais da Colômbia (GHEDINI, 2009, p. 35).

A história das rádios comunitárias na América Latina tem relação direta com a Igreja Católica. A Igreja viu nas rádios uma forma de propagar a doutrina católica e assim ampliar seu poder sobre a população. A mobilização e organização dos trabalhadores tinham um sentido político de contestação ao poder opressor, mas o poder sobre o veículo permanecia com a igreja. Citados por Ghedini (2009) há o caso da Sutatenza, na Colômbia, que com o passar do tempo se tornou uma rádio educadora e evangelizadora, anticomunista; e o da Pio XII, que operava na cidade mineira de Siglo XX, na Bolívia, criada pela missão Oblata de Maria Imaculada, que mais tarde também se tornou anticomunista e saiu em defesa dos donos das minas. Em 1967 ela voltou a defender os mineiros, sendo fechada em 1975.

Financiadas por grupos católicos europeus, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, emissoras deste tipo foram criadas em Honduras, Nicarágua, El Salvador, Peru, Bolívia, Argentina e Brasil. A rádio educativa de Natal (RN) é resultante desse projeto (GHEDINI, 2009, p. 36).

A Igreja Católica continua investindo em comunicação. No Brasil, sua rede equipara-se às maiores do setor privado, competindo com a Globo, Band e SBT. A rede de TV da Igreja católica é formada por 178 emissoras (LIMA, V., 2003). Ela controla rádios e TVs comerciais e educativas, e até “rádios comunitárias”. Seu sistema está organizado em quatro redes²¹:

1) Unda Brasil. É parte da Unda internacional, criada em 1968, em Koln, Alemanha. A Unda Brasil, ou “União de Radiodifusão Católica”, foi criada no dia 28 de abril de 1976. A entidade, que tem sede em São Paulo, conta hoje com 184 emissoras de rádio associadas.

²¹ Em www.rcrunda.com.br Acesso em 17/07/2010.

2) RCR. Criada em 1992 A “Rede Católica de Rádio” reúne as emissoras católicas para transmissão via satélite digital. Ela funciona no mesmo prédio da Unida Brasil. A RCR tem 185 emissoras filiadas. “É a maior Rede de Rádios do Brasil, com transmissão de programas diários em rede”.

3) Rede Milícia Sat. Iniciou suas operações em 1995. Esta rede de rádios católicas é constituída por 112 emissoras que transmitem o programa “A igreja no rádio”, gerado pela Rádio Imaculada Conceição, de Santo André (SP), todos os dias, no horário da meia-noite às 5h00 da manhã.

4) Ancarc. A Associação Católica Nacional de Rádios Comunitárias, entidade subordinada à Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi fundada em 1996. A Ancarc conseguiu outorga para 200 “rádios comunitárias” de sua propriedade (LUZ, D., 2008).

E como a Igreja Católica atua no Brasil com relação as rádios comunitárias?

Em alguns casos, rádios comunitárias receberam uma sala da paróquia para se instalar. E receberam equipamentos. E receberam ajuda para produzir a papelada necessária. E a igreja usa seu poder de mobilização para fazer essa “rádio comunitária”. Como a comunidade não consegue se mobilizar, e nem tem recursos, é “obrigada” a aderir a esta proposta de rádio. Em alguns casos, o padre age até de boa fé, e cede os equipamentos e a sala onde instalar a emissora. [...] Sem contar os padres mais sabidos que “doam” a sala e os equipamentos, e pedem “apenas” que a rádio transmita a missa e seu programa diário de pregação religiosa. Há ainda o caso de emissoras comerciais ou educativas, pertencentes à Igreja, que se tornam “populares” – isto é, o povo participa mais diretamente da programação. Mas quem manda é a Igreja. Ora, num município que tem “rádio popular”, a construção de uma “comunitária” ficará mais difícil porque, para a Igreja, esta “popular” já cumpre o papel da comunitária. O que não é verdade. Por mais democrática que seja a rádio “popular”, a comunitária tem princípios diferentes, gestão diferente, propostas diferentes. Comunitária significa autonomia popular. (LUZ, D., 2007, p.60).

Nossa opinião é de o Estado é laico, apesar de não demonstrar isso. As igrejas (e não somente a Católica) não devem receber autorização de rádios comunitárias. As igrejas não podem impor seus interesses proselitistas, agredindo a lei e os princípios das rádios comunitárias.

Uma cidadania consciente rechaçará qualquer intromissão de qualquer igreja na esfera pública. No terreno privado, que cada qual obedeça às normas morais que lhe pareçam adequadas. Este é o seu problema, e sua livre decisão. Porém, na esfera pública, o poder está indissolúvelmente em mãos populares. E o que a gente uniu a igreja não pode separar. (LÓPEZ VIGIL, 2008, p. 177).

II.4 – Rádios revolucionárias e rádios livres

De rádios clandestinas e revolucionárias temos vários exemplos na América Latina (FERREIRA apud LUZ, D., 2004; GHEDINI, 2009):

Bolívia – Os trabalhadores se organizam em sindicatos com tradição de independência e se agrupam na Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB). Em 1963 existiam 23 emissoras livres funcionando em todo país, cobrindo 20% do território, com transmissores que chegavam a 500 watts de potência.

Vietnam – “A voz do Vietnam” entrou no ar em 7 de setembro de 1945, cinco dias após a proclamação da independência liderada por Ho Chi Minh. Ficou no ar atuando na resistência do povo vietnamita à ocupação francesa (1946-1954) e contra o imperialismo norte-americano (1954-1975). Com o fim da guerra, a emissora mudou seu nome para “Voz unida da República Socialista do Vietnam”.

Espanha – As primeiras emissões não-autorizadas na Espanha têm característica de rádios de guerra. A “Rádio Espanha”, independente, foi fundada em Moscou em 1941, para lutar contra o general Franco. A diretora da rádio foi Dolores Ibárruri, conhecida como “La Pasionária”. A rádio era portátil: ia numa mochila nas costas dos guerrilheiros. A emissora se transferiu para Romênia e só encerra suas atividades em 1976, quando o Partido Comunista é reconhecido oficialmente na Espanha.

Cuba – Em 1958 Che Guevara criou a “Rádio Rebelde”. A rádio serviu para promover a comunicação entre os guerrilheiros que lutavam contra a ditadura de Fulgêncio Batista, mantida pelos Estados Unidos. Com a vitória da revolução e a derrubada do ditador, a rádio foi oficializada²².

El Salvador – O exemplo da “Rádio Rebelde” de Cuba foi seguido pelos guerrilheiros de El Salvador que criaram, em 1981, a “Rádio Venceremos”.

Nicarágua – As tropas contrárias ao ditador Anastázio Somoza criaram a “Rádio Sandino”, que se tornou oficial após a vitória dos sandinistas.

²² Os derrotados, ainda alimentados pelos Estados Unidos, criaram a cadeia de rádios em ondas curtas “La voz del Cid, Cuba Independiente e Democrática”, transmitida de vários países do Caribe, América Central e Miami, com uma programação contrária ao regime socialista cubano.

Na raiz das rádios comunitárias temos as rádios livres.

Para Felix Guattari as rádios livres se constituem num movimento que surgiu nos anos 1970 do século passado “como reação a uma certa utopia abstrata dos anos 60” (2005, p. 207).

Guattari revela como vieram das rádios livres concepções filosóficas e políticas que hoje estão incorporadas às rádios comunitárias. Por exemplo, a noção de que as comunitárias se constituem num experimento de democracia, ao dar voz para todos e permitir a gestão por todos. Sem fundamentos como esses a RC não existe.

Diz Guattari:

As rádios livres representam, antes de qualquer coisa, uma utopia concreta, suscetível de ajudar os movimentos desses países a se reinventarem. Trata-se de um instrumento de experimentação de novas modalidades de democracia, uma democracia que seja capaz de não apenas de tolerar a expressão das singularidades sociais e individuais, mas também de encorajar sua expressão, de lhes dar a devida importância no campo social global. Isso quer dizer que as rádios livres não são nada em si mesmas. Elas só tomam seu sentido como componentes de agenciamentos coletivos de expressão de amplitude mais ou menos grande. (GAUTTARI, 2007, p. 207).

Guattari acompanhou de perto e descreveu as ações da Rádio Alice, de Bolonha (Itália), que começou a operar em meados dos anos 1970. Impressionado com o que viu, Guattari escreveu diversos artigos sobre a Alice, sobre o que ela representava como questionamento político, artístico e sociológico; como contestação ao sistema, aos tabus, às religiões, ao consumismo... Para ele, estava ali (na rádio livre) o instrumento capaz de promover uma nova postura do indivíduo e dos coletivos diante da sociedade e da história. Para ele, a rádio livre não é uma rádio, mas um movimento. É um movimento que contesta e propõe, reúne e provoca, monta e desmonta,...

Na primeira emissão da rádio livre de Bolonha, em fevereiro de 1976, foram ouvidas as seguintes palavras:

Rádio Alice emite: música, notícias, jardins amplos, conversações, invenções, descobrimentos, receitas, horóscopos, filtros mágicos, amor, partes de guerra, fotografias, mensagens, massagens e mentiras (FADUL apud CUNHA, 2007, p. 211)

No Japão surgiram as Mini-FMs. Seu idealizador foi o professor de comunicação Tetsuo Kogawa, da *Musashino Art University*, que, em 1982, teve “a ideia de um rádio onde as unidades de transmissão fossem cada vez mais dinâmicas e independentes capazes de reunir um conglomerado autônomo, uma rede polimorfa” (ZAREMBA, 2008, p. 274). Com apenas 1 watt de potência essas emissoras escapavam da regulamentação do Estado. Já em 1983 espalhavam-se por Tóquio:

O movimento das emissoras Mini-FMs contabilizava mais de cem estações em bares, campus escolares, feiras e ruas. Empresas como a Sony, Hitachi ou Panasonic, atentas a esta tendência rapidamente colocaram a venda transmissores especiais para uso em Mini-FM. (ZAREMBA, 2008, p. 276).

O próprio Kogawa, doutor em filosofia (Waseda University) e artista performático, questionou se as Mini-FMs se enquadram no conceito de rádio:

Como você poderia definir rádio que alcança uma pequena audiência em uma área muito limitada? Poderíamos definir isto como uma espécie de arte performática. Talvez radioarte seja o termo mais adequado para classificar a experiência em Mini-FM. Mas não será totalmente adequado porque Mini-FM ainda é rádio. (KOGAWA, 2008, p. 270).

Conforme Kogawa, as Mini-FMs surgiram num contexto social especial do país, quando o Japão dos anos 1980 fazia a transição da “tradicional coletividade banzai” para a individualidade eletrônica. É quando as pessoas passaram a necessitar “de lugares e canais de comunicação para reinventar o tradicional desejo afetivo de ações simples como comer e beber em família, confraternizar com amigos em escolas e locais de trabalho” (KOGAWA, 2008, p. 268).

As Mini-FMs foram uma tentativa de territorialização das comunidades japonesas, abaladas pela modernidade, que insistia em lançá-las num território sem fronteiras marcado pela destruição das tradições. Kogawa conhecia a experiência das rádios livres da Europa e Estados Unidos e percebeu que, no Japão, elas precisariam de “uma adaptação”, incluindo uma redução de alcance. E isto se deu com as Mini-FMs.

II.5 – Rádios livres no Brasil

Não existe uma legislação brasileira para rádio livre. O Estado não reconhece esse tipo de emissoras.

Conforme define Chico Lobo:

Rádio livre é um tipo especial de emissora. Ela não possui permissão do governo para seu funcionamento. Opera com baixa potência, fazendo com que o seu alcance fique restrito a apenas um bairro ou região de uma cidade. Geralmente é gerida por grupos definidos por afinidade, não abrem para anunciantes nem vendem espaços na programação. Aliás, nem sempre tem programação definida. Vai ao ar espontaneamente e de acordo com a necessidade e possibilidade do grupo gestor. (LOBO Apud LUZ, D., 2007, p.40)

Conforme Marisa Meliani, a primeira emissora não-autorizada brasileira entrou no ar em 1931, em Rio Grande de São Pedro, estado do Rio Grande do Sul, idealizada pelo publicitário Rodolfo Lima (MELIANI apud LUZ, D., 2004, p.149).

As rádios livres existem até hoje. De acordo com um dos dirigentes da Rádio Muda, uma rádio livre que opera dentro da Universidade de Campinas (SP) desde 1990, rádios livres são...

rádios sem concessão (...). A rádio livre é contrária às concessões dadas aos privilegiados. Funciona como um coletivo, livre das hierarquias, e tem entre seus objetivos humanizar as relações. Aqui não se recebe o jabá (o dinheiro que as gravadoras pagam às rádios comerciais para executar tais músicas). Ela não tem fins lucrativos. Livre pra nós significa ser livre do dinheiro. É muito mais eficiente do que ser somente livre geral. A gente faz a humanização dos meios²³. (LUZ, D., 2007, p. 42)

O fato é que, no início da história, rádio livre se confunde com rádio comunitária.

Entre as muitas experiências antigas de rádio livre/comunitária no Brasil, destacamos quatro exemplos (LUZ, D., 2004, p. 157):

1) Rádio Novos Rumos (Queimados/RJ). Localizada na baixada fluminense, no município de Queimados, Rio de Janeiro, a rádio comunitária Novos Rumos surgiu em 1990. Um pequeno grupo de pessoas instalou uma emissora de 20 watts, operando em 106,7 MHz. No dia 15 de maio de 1991, fiscais do Dentel e agentes da Polícia Federal invadiram a Novos Rumos. Apreenderam os equipamentos e levaram preso para Nova Iguaçu (cidade vizinha) o operador da emissora. Mas a comunidade não ficou parada. Ela se mobilizou, comprou equipamentos e a emissora voltou ao ar.

²³ O depoimento foi dado em 2003 por um dos membros da Rádio Muda. O nome é mantido em sigilo para preservar a pessoa de possíveis retaliações.

Fechada e reaberta outras vezes, em 1998 a Novos Rumos fez mais que simplesmente quebrar o lacre e entrar no ar: mandou uma carta ao ministro das Comunicações na época, Sérgio Motta, informando-o que a rádio era legal para comunidade e que, por isso mesmo, ela continuaria no ar!

2) Rádio Livre Paulicéia (Piracicaba/SP). A emissora iniciou suas transmissões no dia 14 de julho de 1990. Começou com 10 watts na frequência de 98,1 MHz.

A rádio chegou ao segundo lugar em audiência, ameaçando as sete rádios comerciais (AM e FM) captadas pela população de Piracicaba. No dia 3 de abril de 1992 a Polícia Federal de Campinas, acompanhada de duas viaturas do GARRA (Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos), invadiu a rádio Paulicéia. Mesmo sem mandado judicial, fecharam a emissora e levaram os equipamentos; prenderam o operador que estava no ar.

3) Rádio Livre Reversão (São Paulo/SP). Instalada no bairro da Vila Ré, Zona Leste de São Paulo, A Reversão notabilizou-se por ter sido a primeira rádio livre do país a ganhar (em outubro de 1993) uma liminar na Justiça permitindo o seu funcionamento.

A apreensão dos equipamentos ocorreu em 9/4/1991, quando seu dirigente, Valionel Tomaz Pigatti, o Léo Tomaz, foi preso. Conforme Marisa Meliani:

Os agentes invadem a Casa de Cultura Reversão em busca do aparelho transmissor, e são informados que o equipamento está na residência do jornalista (Léo Tomaz). Ao se dirigirem ao local, encontram Tomaz no meio do caminho. Um dos policiais o ameaça com uma pistola 765, apontada contra sua cabeça, mas sua mulher, Maria da Graça, que está grávida, interpõe-se entre os dois e argumenta que ninguém ali é bandido. Os agentes apreendem o transmissor e os equipamentos, além de discos, fitas cassetes, fitas de vídeo, cartazes e todos os materiais da rádio, e conduzem Tomaz à sede da Polícia Federal. (MELIANI apud LUZ, D., 2004, p. 158).

A história da Reversão começou em 1975 quando um grupo de artistas, poetas, escritores, músicos e bandas da Vila Ré reuniram-se na casa do jornalista Léo Tomaz. Cinco anos depois a residência de Léo se torna também a “Casa de Cultura Reversão”, um espaço de integração entre artistas locais e um pequeno centro de vivência cultural do bairro e suas imediações. Em 1988 entra no ar a Rádio Reversão, operando em 106,7 MHz.

Apartidária, sem fins lucrativos e com objetivos culturais, a Reversão transmitia diariamente das 20 à 24 horas. O transmissor era de 20 watts, de fabricação própria. Os recursos financeiros da rádio vinham de um bar que funcionava na casa.

Diz Marisa Meliani:

Em março de 94, é divulgada em São Paulo a sentença do juiz Casem Mazloum, encerrando o processo criminal contra Léo Tomaz, da Reversão. O juiz da 4ª Vara Criminal da Justiça Federal, em São Paulo, absolve o réu, mas não o faz sozinho. A própria Procuradoria da República o inocentara no processo, pedindo a sua absolvição. Outros cinco procuradores vão fazer o mesmo nos meses seguintes, mandando arquivar igual número de processos contra rádios livres, por falta de crime. (MELIANI apud LUZ, D., 2004, p. 159).

4) Rádio Livre Xilik (São Paulo/SP). A idéia de Montar a Xilik partiu de um grupo de alunos e professores da PUC-SP. Em 1985 eles adquiriram um transmissor de 6 watts e instalaram no Centro Acadêmico de Ciências Sociais da universidade, transmitindo para a própria PUC. A intenção era provocar a repressão do Dentel (antigo Departamento Nacional de Telecomunicações do Ministério das Comunicações). Logo aumentam a potência para 40 watts.

A rádio é alucinada. Inspirada na Rádio Alice, de Bolonha, organiza a “marcha sem motivo”, que vai do Masp (Museu de Arte de São Paulo) até o Tuca (Teatro da PUC, no bairro de Perdizes). Ensina os ouvintes a remarcarem os preços dos supermercados e a plantar maconha em casa. A Xilik promove a exibição do filme *Je vous salue Marie*, de Jean Luc Godard. A exibição estava proibida no Brasil por solicitação da Igreja Católica.

Na primeira intervenção da Rádio Xilik foi lido uma espécie de manifesto anarquista-revolucionário (MELIANI apud LUZ, D., 2004, p. 160):

*Eles têm medo dos velhos por suas memórias
Eles têm medo dos jovens, por sua inocência
Eles têm medo dos trabalhadores
Eles têm medo da ciência
Eles têm medo de livros e poemas
Eles têm medo de discos e gravações
Eles têm medo dos músicos e cantores
Eles têm medo dos escritores
Eles têm medo dos filósofos
Eles têm medo dos prisioneiros políticos
Eles têm medo das mudanças na cúpula de Moscou
Eles têm medo do futuro
Eles têm medo de sair às ruas
Eles têm medo uns dos outros*

*Eles têm medo de Karl Marx
 Eles têm medo de Lênin
 Eles têm medo da verdade
 Eles têm medo da liberdade
 Eles têm medo da democracia
 Eles têm medo da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 Eles têm medo do socialismo
 Então, por que diabos estamos com medo deles?!*

Em resumo, podemos afirmar que a origem das atuais rádios comunitárias no Brasil e na América Latina parte de três correntes:

1) Rádios revolucionárias - de contestação política, ideológicas de esquerda, “mobilizadoras do povo”, de resistência.

2) Rádios sob controle da Igreja Católica - evangelizadoras, educadoras, com um projeto de poder e com ideologias mutantes.

3) Rádios livres – sem um perfil muito claro; são rebeldes, de contestação, de luta pela democratização da comunicação, anarquistas.

As três concepções muitas vezes se confundem. A Rádio Alice de Bolonha, que gerou similares no Brasil, foi considerada “livre” e “anarquista”. A rádio criada por Che Guevara pode ser considerada “revolucionária”.

Algumas rádios da igreja eram originalmente “rebeldes”, depois mudaram de postura ideológica. No Brasil essa corrente de rádios “rebeldes” da Igreja Católica não existiu. E quando se difundiu o conceito de rádios comunitárias a igreja empenhou-se na luta por um marco legal. Tão logo a Lei 9.612/98 foi sancionada, ela montou suas “rádios comunitárias²⁴”.

Mais recentemente, José López Vigil propôs mudar o nome de **rádios comunitárias** para **rádios cidadãos**.

Diz López Vigil que com a Sutatenza, na Colômbia, se firmou o conceito de **rádio educativa**. As ideias de Paulo Freire fizeram surgir a **rádio popular**. Na Bolívia, mantidas pelos mineiros, se desenvolveram as **rádios sindicais**. No Brasil, como resposta à ditadura militar, nasceram as **rádios livres**. Na América Central as **rádios rebeldes**, cansadas de décadas de autoritarismo e silêncio, se tornaram

²⁴ Mesmo assim a Igreja Católica age fora da lei. Os artigos 3º e 11º da Lei 9.612 vedam, respectivamente, o proselitismo religioso e o controle da rádio comunitária por instituição religiosa.

rádios participativas. No Cone Sul, “talvez para conjurar o anonimato das grandes cidades ou pela falta de referenciais de coletivo”, começaram a conhecer-se como **rádios comunitárias.** Não faltou quem sintetizasse todas em uma só: **rádios alternativas,** “aquelas que querem uma comunicação diferente”.

Para López Vigil todas essas denominações foram adequadas no passado porque nelas aparece “o mesmo compromisso de colocar as ondas de rádio a serviço da população, o desafio de democratizar a palavra para democratizar a sociedade”. Mas essas expressões se desgastaram. Por exemplo, ninguém se dispõe a ouvir um programa **educativo.** O que é **popular** hoje está associado com o de segunda classe, o vulgar. Em muitos países **comunitário** se limita ao campo, e sete de cada dez latino-americanos vivem hoje em cidades. **Comunitário,** hoje sugere pequeno, até “marginal”. Por isso as leis de telecomunicações oferecem potências pequenas as emissoras sem fins lucrativos. “Que se conformem com isso [...] uma vez que são comunitárias”, diz López Vigil.

As rádios cidadãs não se definem pelo lugar onde estão instaladas, suas equipes ou estúdios. Nem pela idade dos seus públicos. Nem por uma visão nacionalista estreita. Estas emissoras assumem um conceito amplo, revolucionário, indispensável, de cidadania global. (LÓPEZ VIGIL, 2008, p. 17).

Para López Vigil, “uma rádio cidadã marcha junto com a sua audiência, ao vivo e direto para quem mais necessita, e no momento oportuno” (LÓPEZ VIGIL, 2008, p. 141).

O debate sobre a mudança de nome continua. A Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), da qual José López Vigil faz parte como diretor, não aceitou sua proposta de mudar o nome para **rádio cidadã.** No entanto, desde 1998 o Conselho de Administração da Amarc para América Latina está usando os dois termos atrelados: “comunitárias e cidadãs”.

II.6 – Brasil: RC, a nossa realidade

II.6.1 – História

Como fizemos notar, as rádios livres no Brasil e no mundo precedem às rádios comunitárias. Mas houve um momento em que elas tomaram rumos diferentes na história. Isso ocorreu no Brasil nos anos 1990, a partir de alguns fatos significativos.

O primeiro deles foi quando militantes brasileiros da radiodifusão, que faziam rádios livres, perceberam que existia uma experiência latino-americana de rádios comunitárias. Na verdade, havia um movimento mundial de rádios comunitárias ou “algo parecido” (uma vez que não havia um modelo a seguir). Um dos efeitos dessa corrente no Brasil foi a transformação de várias emissoras livres em comunitárias.

É difícil identificar qual teria sido a rádio comunitária pioneira no Brasil. Por dois motivos: 1) até meados de 1990 existiam em todo país rádios que eram uma mescla de livres e comunitárias; 2) como todas essas eram consideradas “piratas” pelo Estado a tendência era se manter na clandestinidade para escapar da repressão. A título de exemplo de pioneirismo, citamos o surgimento, em fevereiro de 1991, da RC “Novos rumos”, no município de Queimados, Rio de Janeiro (GHEDINI, 2009, p. 56).

As grandes redes de comunicação perceberam a concorrência dessas emissoras; elas ganhavam audiência (desbancando as comerciais e religiosas) e a credibilidade da população. As grandes redes acionaram o Estado para coibi-las, usando o medo como argumento. Diziam que as rádios clandestinas, tratadas como “piratas”, podiam provocar acidentes aéreos, interferir na comunicação e nos serviços de segurança e hospitais²⁵.

II.6.2 – A legislação

Até surgir uma lei, em 1998, repressão às emissoras não autorizadas²⁶ se dava (e se dá ainda) de forma brutal. De acordo com o Dossiê “Querem calar a voz do povo” (SJPDF, 2005, p. 47), agentes da Polícia Federal, armados de fuzis e mini-metralhadoras, invadiam estúdios e residências onde operava a rádio. Quem estava no estúdio era levado preso e submetido a inquérito. A emissora era lacrada e todos os equipamentos apreendidos. Havia, portanto, um clima de guerra contra essas emissoras. O que fazer?

Duas propostas foram identificadas neste momento histórico:

²⁵ Vide cópia de mensagem da Abert nos Anexos.

²⁶ As “não autorizadas”, como reconhece o próprio Estado através de Grupo de Trabalho Interministerial (que será abordado mais adiante), são emissoras de baixa potência que podem ser comunitárias de fato mas que não conseguiram ainda a legalização. Como veremos mais adiante, o próprio Estado, para beneficiar determinados interesses, cria embaraços para que isto não aconteça.

- 1) prosseguir na clandestinidade e enfrentar o aparato repressor; ou
- 2) propor uma lei para as rádios comunitárias.

Em outras palavras: legalizar ou permanecer na ilegalidade?

Uma parte do movimento acreditava que, havendo legislação, os que lidavam com rádios comunitárias não seriam mais tratados como bandidos. A outra parte opinava que a existência de uma legislação faria o enquadramento de todas em limites fechados, estrangulando o acesso a um espaço limitado na radiodifusão. [...] Uma legislação tiraria o caráter de liberdade e anarquismo que caracteriza a rádio livre. (LUZ, D., 2004, p. 150).

No começo dos anos 1990 o movimento das rádios livres/comunitárias estava desorganizado no país e não havia como tirar uma linha de ação. Não existia nenhuma entidade de peso que representasse as rádios livres ou comunitárias.

Em novembro de 1995, por convocação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), ocorre no Rio de Janeiro o “I Encontro nacional de radiodifusão comunitária e livre”. É um marco na história das emissoras comunitárias porque aí se adota a conceituação para rádios comunitárias: aquelas que têm gestão pública, não têm fins lucrativos; sua finalidade é servir à comunidade (GHEDINI, 2009, p. 58).

Uma decisão importante desse encontro foi defender no Congresso Nacional uma legislação que contemplasse as rádios comunitárias. Eles sabiam, porém, que uma lei aprovada por parlamentares radiodifusores, ou ligados aos grandes grupos de comunicação (portanto, contrários às rádios comunitárias), não seria uma lei justa. Prevaleceu, porém, o argumento de que era melhor ter uma “lei ruim” do que não ter nada.

O debate para se criar uma legislação foi praticamente imposto ao Congresso Nacional, quando, no início de 1996, diversos partidos²⁷ e entidades participaram, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, do “I Seminário nacional das rádios livres e comunitárias”. A movimentação surtiu efeito: se em janeiro de 1996 não havia nenhum Projeto de Lei regulamentando as rádios comunitárias, em

²⁷ Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); Fórum Democracia na Comunicação (FDC); Associação Paulista dos Proponentes de Emissoras de Radiodifusão local (Aperloc); Associação Paranaense de Radiodifusão Comunitária (Apercom); Associação de Rádios Comunitárias (Radiocom); Simprocom, Conselho Regional do ABC paulista, CNBB, diversos parlamentares.

dezembro deste ano oito já tinham sido apresentados. As propostas eram as mais diversas, desde aquelas que propunham uma legislação mais ampla, como a do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), até propostas limitadas, como a que foi apresentada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso²⁸. Como o primeiro Projeto de Lei foi apresentado pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), todos os demais foram apensados a ele.

Seguiu-se um longo debate sobre o tema, com muitas negociações sobre o conteúdo da lei²⁹. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) foi um dos principais definidores da futura lei. O Governo Federal praticamente abriu mão da posição de Estado delegando à Abert a moldagem da legislação para as rádios comunitárias.

A intenção do Governo FHC e seus aliados era de que a lei fosse a pior possível. No dia 20/03/06, a Abert, através do seu presidente na época, Joaquim Mendonça, em reunião com um grupo de parlamentares, externou como queria a lei. Curiosamente, (ao ser aprovada) ela ficou como a Abert propôs. (LUZ, D., 2008b)

Em 28 de janeiro de 1998 o Projeto de Lei foi aprovado pelo Senado Federal. Em 19 de fevereiro de 1998 ele foi sancionado pelo presidente da República, convertendo-se na Lei nº 9.612.

Desde quando foi sancionada, em 1998, até hoje, a Legislação foi modificada em apenas dois pontos:

1) ampliado o tempo de concessão de 3 para 10 anos (Lei nº 10.610, de 12/12/02);

2) estabelece que o Congresso Nacional tem um prazo de 90 dias para deliberar sobre os processos de rádios comunitárias. Se isto não ocorrer a RC tem direito a licença provisória de funcionamento. (Art. 19 da Medida Provisória nº 2.143-33, de 31/05/2001, modifica o art. 2º da Lei 9.612/98)³⁰.

²⁸ O Projeto de Lei do Governo Fernando Henrique Cardoso propunha alcance de 400 metros.

²⁹ O autor participou dessas negociações.

³⁰ A MP 2.143-33 não tratava de comunicação mas de assunto completamente diferente. Sua ementa dizia que ela "altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências". É prática comum do Executivo (referendada pelo Legislativo) a inclusão de temas alheios às ementas.

O Executivo desenvolveu um sistema burocrático para avaliação dos processos referentes às rádios comunitárias. Atualmente ele envolve as seguintes etapas:

1. A associação (que se habilita à RC) apresenta ao Ministério das Comunicações (MC) requerimento de “demonstração de interesse” em implantar uma RC em sua localidade.

2. Depois de submeter o pedido à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e analisar a proposta, em momento oportuno o MC publica “Aviso de habilitação”, convocando não apenas a entidade requerente, mas todas que queiram implantar RC na localidade.

3. O MC faz uma análise técnica, jurídica, e, se for o caso, solicita à interessada que corrija as pendências de seu processo.

4. O MC solicita o projeto técnico.

5. O MC concede a **autorização**³¹ de funcionamento da RC e encaminha o processo para o Palácio do Planalto (art. 223 da Constituição Federal).

6. A Presidência da República encaminha o processo para o Congresso Nacional (CN), em forma de “Mensagem”.

7. Se o CN não se pronunciar em 90 dias a RC tem direito à “Licença provisória”.

8. O CN expede “Decreto legislativo”, para operação da RC em definitivo.

II.6.3 – A repressão

Com a lei aprovada, ficou a impressão de que era fácil montar rádios comunitárias e conseguir a concessão era “um detalhe”. Resultado: proliferaram as rádios de baixa potência sem autorização. Com isso aumentou a repressão, e também as denúncias de abusos dos agentes da Anatel e Polícia Federal no fechamento das rádios e detenção dos que atuavam nelas.

³¹ Conforme a legislação, as rádios comunitárias recebem **autorização** de funcionamento e não concessão. Na prática é uma “concessão” do Estado para que elas operem, mas o termo **concessão** é aplicado somente para emissoras de rádio e TV comerciais.

O fechamento de rádios não autorizadas é mais que uma ação fiscalizatória do Estado. Entendemos como uma ação política com objetivos bem definidos: reprimir a voz dos que não têm poder.

A repressão como ação política foi reconhecida pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva. O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)³², criado por Decreto Presidencial em 26 de novembro de 2004, reconhece isso. Em seu relatório final está registrado que: 1) rádios **sem autorização podem ser** comunitárias; 2) rádios **com autorização podem não ser** comunitárias. Isto é, existem rádios comunitárias que não possuem autorização oficial para operar são reprimidas. Já o Dossiê “Querem calar a voz do povo” registra que ações da Anatel e Polícia Federal são direcionadas para emissoras que contrariam interesses do poder local (prefeitos, vereadores, deputados), não reprimindo as emissoras sem autorização sob o comando desse poder.

Ainda de acordo com o Dossiê “Querem calar a voz do povo”:

Com ou sem mandato judicial, usando de violência, grosserias, abuso do poder, agentes da PF invadem casas, estúdios, salas de rádio, armados de fuzis e metralhadoras. Na operação é comum as pessoas serem algemadas e até espancadas; homens, mulheres e crianças são constrangidas diante do aparato bélico; portas são arrombadas; apreendem os equipamentos, os documentos da rádio, CDs, e até pôsteres pregados na parede! Não se trata mais de ações administrativas, mas políticas. (SJPDF, 2005, p. 35)

O mesmo documento relata que, em outubro de 2004, foi fechada a Rádio Comunitária Constelação. Instalada em Belo Horizonte, era controlada por deficientes visuais. Como ela não tinha autorização de funcionamento, teve seus equipamentos apreendidos, e seus dirigentes (todos cegos) foram presos e levados num camburão da polícia. No dia 2 de setembro de 2005, dois dias após uma ação (violenta) da PF sobre a rádio em que atuava, em Teresina (PI), Maria da Conceição Oliveira morreu de ataque cardíaco.

Durante todo o ano de 2004, foram realizadas 4.089 ações de combate ao funcionamento de entidades de telecomunicações (incluindo radiodifusão) não-outorgadas em todo o País, sendo que 81% dessas ações foram referentes a rádios comunitárias. O resultado foi o fechamento de mais de 2 mil rádios no Brasil apenas em 2004 - ou seja, número duas vezes maior do que o número de rádios comunitárias outorgadas e com funcionamento autorizado pelo poder legislativo em todos os 7 anos de existência do serviço de radiodifusão comunitária no País. (LOPES, 2005a).

³² O GTI será abordado mais detalhadamente no item 1.6.7 – “O Estado e as grandes redes de comunicação”.

Eis dois relatos de ação policial:

1) Rádio Valente (BA) - setembro/2000

Armados até os dentes, Policiais Federais bateram no portão da Rádio Comunitária pedindo que Sampaio abrisse; como as pessoas que batiam no portal não se identificaram, mesmo depois de insistentes pedidos da pessoa que se encontrava na rádio, o funcionário disse que iria abrir. Então eles saltaram o muro, quebraram a porta que dá acesso a rádio e começaram espancar o colaborador da rádio. Como se não bastasse, algemaram o rapaz e começaram a fazer o interrogatório ali mesmo no local. Depois de tudo isso, levaram todos os equipamentos da rádio comunitária. (SJPDF, 2005, p. 71)

2) Rádio Bicuda (RJ) – setembro/2002

Pois bem, neste dia 29 de setembro, a Polícia Federal invadiu a emissora com diversos homens armados. As três pessoas que estavam no local foram impedidas de usar telefones. Uma moradora ainda tentou fotografar o que estava acontecendo, mas teve seu filme apreendido. Uma casa foi invadida, sem mandato, na busca do transmissor. Pessoas foram ameaçadas.

Mas, a polícia não lacrou o transmissor. Ela simplesmente roubou todos os equipamentos da emissora, muitos doados pelo próprio Ministério da Saúde, avaliados em mais de R\$ 20 mil e possuidores de nota fiscal. Bem como, roubou também o acervo da programação da rádio, CDs virgens e até objetos pessoais.

Durante horas os três companheiros da rádio foram mantidos na Polícia Federal, apenas libertados sob fiança e agora terão que responder a processo. (SJPDF, 2005, p. 74)

Quando o Estado reconhece que nem toda rádio comunitária com concessão é comunitária de fato³³ temos aqui uma auto-constatação da existência de irregularidades no processo de concessão. Conforme Lima e Lopes (2007)³⁴, mais da metade das autorizações concedidas pelo Ministério das Comunicações foram obtidas por políticos e religiões. Muitas rádios comunitárias de qualidade tiveram seu processo arquivado ou protelado, porque a concessão foi dada ao político ou à religião com influência no Minicom.

A repressão do Estado às emissoras sem autorização tem se baseado em dois dispositivos legais³⁵:

1º) Artigo 70 da Lei 4.117/62, o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT):

Art. 70 Constitui crime punível com a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, a instalação ou

³³ Relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI).

³⁴ Mais adiante (item 1.6.9) abordaremos mais detalhadamente esse estudo.

³⁵ Eles são usados ainda hoje.

utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta lei e nos regulamentos.

Parágrafo único. Precedendo ao processo penal, para os efeitos referidos neste artigo, será liminarmente procedida a busca e a apreensão da estação ou aparelho ilegal.

Redação dada ao Artigo 70 pelo Decreto-Lei 236, assinado pelo general Humberto Castelo Branco, em 28 de fevereiro de 1967.

2º) Artigo 183 da Lei 9472/97, Lei Geral de Telecomunicações (LGT).

Art. 183. Desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação:
Pena - detenção de dois a quatro anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, e multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, direta ou indiretamente, concorrer para o crime.

A partir das denúncias apuradas, o Dossiê citado sistematizou os elementos comuns nas ações de repressão praticadas por agentes da Anatel e PF:

Abuso de autoridade – agem sem mandado, humilham os acusados, não respeitam seus direitos civis, arrastam tudo que encontram pela frente.

Prepotência dos agentes – se apresentam como juízes e donos da verdade, não aceitam nenhum argumento.

Exposição desnecessária de armamento – precisa metralhadora e fuzil para fechar uma rádio com duas pessoas desarmadas? Precisa algemar?

Constrangimento de crianças e adultos – há vários casos de crianças colocadas diante das armas dos agentes da PF

Despreparo total no lidar com movimentos organizados – eles não sabem o que fazer quando a população se reúne para defender a rádio. A reação dos policiais, principalmente, é sempre atabalhoada, histérica, alucinada.

Despreparo quanto aos direitos humanos – a PF e a Anatel não respeitam os direitos do cidadão.

Covardia contra o povo pobre – os agentes (da PF e Anatel) sabem que o povo das rádios comunitárias é gente pobre e que não tem condições nenhuma de resistir à ação deles, nem mesmo do ponto de vista jurídico. Isso alimenta a prepotência dos agentes.

Ocultamento de identidade – a lei obriga os agentes a se identificarem. No entanto, eles raramente fazem isso. No fundo eles sabem que a ação envolve covardia, ilegalidade, abusos de autoridade,... Por isso, é melhor se esconder.

Ocultamento de registro da ação – Em todas as ocasiões em que a PF ou Anatel tiveram suas ações flagradas por uma câmara de vídeo ou fotográfica, a reação foi de violência, ameaçando com armas os que estavam registrando. É mais um sinal de que eles sabem que se trata de ação covarde e ilegal.

Parceria com a grande mídia – há vários relatos de militantes das rádios sobre a presença de emissora de TV comercial ou jornal de grande circulação logo após o fato consumado. Em alguns casos, a TV comercial acompanha a blitz. Estes veículos, fazendo um jornalismo de segunda categoria, se encarregam de reproduzir a versão da polícia, censurando a voz dos que foram agredidos. (SJPDF, 2005, p. 28)

Eis o relato de um caso exemplar. O nome do autor é mantido em sigilo no Dossiê “para evitar represálias”.

Rádio Angra – Porto Alegre/RS – outubro de 2002

No dia 03/10/2002, bateram na porta que conduz à rádio, agentes da Polícia Federal e agentes da Anatel, com um mandato de busca e apreensão dizendo que era da 2ª vara federal criminal. O coordenador da operação da polícia federal não apresentou sua carteira funcional, mas disse que iria entrar para levar os equipamentos, o horário deveria ser entre 8h00 e 8:30 da manhã. Eu pedi que esperasse alguns instantes porque estava só com roupas menores e camiseta e iria vestir-me. Ele aguardou e eu abri a porta.

No lado de fora, mas já dentro do meu terreno, estavam posicionados três agentes da PF, um de cada lado da porta, e um atrás dele. Ao adentrar já entraram consigo só três agentes com armas em punho e coletes a prova de balas e logo em seguida entraram os demais, uns 3 ou 4, mais 2 ou 3 agentes da Anatel. [...]

Logo que entraram eu disse a eles que iria ligar para o meu advogado e eles não permitiram que eu fizesse a ligação; eu disse que teria esse direito e mesmo assim ele me foi negado.

Um dos agentes disse que se eu atrapalhasse a operação ele iria algemar-me por desacato a autoridade.

Disseram: “nós vamos vasculhar toda sua casa”. Já neste curto espaço de tempo meus filhos estavam a minha volta, apavorados, e eles com armas pesadas de guerra, e meus filhos no meio deles, e não tiveram nem a sensibilidade de colocar as armas num lugar menos agressivo para as crianças. Eu estava envolvido com eles e meus filhos ao mesmo tempo, pois estavam assustados e eu tentando acalmá-los. Como eu senti que não resolveria continuar com aquilo e a pressão psicológica contra nós não iria acabar entrei em minha casa, aonde já se encontravam agentes da PF vasculhando tudo e mesmo porque a rádio é uma extensão da casa. E abri o cofre e passei o transmissor a mão de um agente da PF.

Neste momento desci da casa para a rádio e eles continuaram a vasculhar tudo na casa, até abriram o alçapão do forro. Após a entrega do transmissor perguntei o que ainda procuravam. E me disseram que num primeiro momento como eu não havia dito o local do mesmo, queriam o transmissor “potente”. Neste momento fiquei de espanto, pois já tinha entregue o que eles queriam, assim mesmo não acreditaram em mim e continuaram a busca. [...]

A Sra. Nádia Calero, agente da Anatel, credencial 410-7, disse que eu tinha botado em dúvida a sua palavra.

Paralelamente, na parte da casa, vim saber depois de meu filho maior (5 anos) e do menor (4 anos), que houve uma tentativa de suborno pelo agente que coordenava a operação da PF, perguntando-lhes onde estava o outro transmissor e se dissessem eles ganhariam um saquinho de balas de dar tiro (!), e o filho menor observou e me falou depois na minha volta pra casa que era o homem que escrevia tudo. Como os dois meninos não sabiam de nada, chamou-os de mal-educados. [...]

Assim, recolheram todos os equipamentos, CDs, atas de fundação, livro. Tinha até um agente vendo televisão na minha sala.

Logo após observar isso, lembrei-me que minha esposa tinha guardado R\$ 180 para as despesas de casa no guarda-roupa, bem a vista de todos, já que confiamos um no outro, meus filhos não mexem. Fui ver se estava lá o mesmo e não encontrei o dinheiro.

Nesse entremeio, fui e senti o constrangimento, pois eles fulminaram-me, dizendo que era grave a acusação. E nesse instante bateu a intimidação, dando de recuo, dizendo a eles que talvez eu tivesse me enganado. Mas aí um dos agentes me forçou a ligar para minha esposa que estava

trabalhando. Ao falar-lhe tentei persuadi-la que o dinheiro estaria em outro lugar, com medo de represálias a mim e meus filhos. E que depois o acharia. Mas o agente federal me ordenou dizendo para que eu não desligasse. Falou com minha esposa e ela teria confirmado de que o dinheiro estaria lá, mas não estava.

Terminada a operação, PF e Anatel me conduziram até a PF na Avenida Paraná, e fui conduzido à ante-sala do delegado federal, Genito Cerzola Correia. O coordenador da operação entrou na sala e a porta estava aberta e ouvi ele dizendo que minha casa era uma maloca e que eu estava ali porque tinha sumido da minha residência R\$ 180, como ocorreu de fato.

Então entrei na sala. E o coordenador estava ainda falando algumas coisas a respeito e eu fui fazer uma intervenção e ele mandou calar a boca e de volta para ante-sala. Fui chamado de vagabundo pelo delegado. Depois ele disse “vou mandar a Anatel te monitorar e se tu estiveres no ar, vou mandar botar o pé na tua porta e te prender”. Ouvindo isso perguntei se estava liberado e ele disse que sim. Então me virei e sai daquele inferno de coações e humilhações, como se fosse um verdadeiro traficante de drogas.

Quero perguntar quem vai nos tratar destes traumas psicológicos? E toda essa barbárie desnecessária. Alguém tem que ser responsabilizado ou então a democracia faliu e estamos vivendo novamente a verdadeira ditadura. (SJPDF, 2005, p. 29).

Em 2005, foram fechadas 1086 emissoras de rádio que funcionavam sem autorização. Isso equivale à média de 90/mês ou 3 por dia. No ano seguinte a Anatel foi mais eficiente ainda, atingindo a média de 95/mês.

O Quadro abaixo quantifica as ações de repressão da Anatel e PF a partir de 2004³⁶.

Quadro I: Emissoras sem autorização que foram lacradas e sofreram apreensão e ação conjunta da Anatel e PF, de 2004 a 2010.

Ano	Lacradas	Apreensão	Ação Anatel/PF
2004	710	260	260
2005	1086	177	177
2006	1137	221	221
2007	1024	152	152
2008	996	160	160
2009	728	115	115
2010*	431	40	39
TOTAL	6112	1125	1124

Fonte: Anatel (Resposta ao Req. de Informação nº 5313, do dep. Edson Duarte, em 30/08/10)

* Trata-se do primeiro semestre do ano: 01/01/2010 a 30/06/2010.

II.6.4 – A “municipalização”

A história das rádios comunitárias não estaria completa se não citássemos as tentativas de “municipalização” do processo de outorga. Por “municipalização”

³⁶ Não temos os números referentes aos anos anteriores. Na verdade, dados referentes aos anos anteriores fazem parte do Dossiê “Querem calar a voz do povo!”, mas os números são tão díspares se comparados com os do Quadro I, não havendo como apurar sua veracidade (a própria Anatel não os reconhece), que achamos por bem não utilizá-los.

entenda-se a transferência para o município do poder (hoje Federal) de regular a concessão de canais de rádios comunitárias na sua região. Para tanto, em tese, seria necessária a aprovação de leis municipais que atribuíssem este poder à Prefeitura e Câmara de vereadores. A distribuição de rádios comunitárias deixaria de ser feita em Brasília e se tornaria uma atribuição municipal.

A proposta original partiu do juiz federal aposentado, Paulo Fernando Silveira. Ele redigiu e divulgou uma minuta de Projeto de Lei que foi adaptada e submetida a voto em diversas Câmaras de vereadores³⁷. A lei chegou a ser aprovada em alguns municípios. Consta, porém, que nenhum deles implementou de fato a municipalização. Um dos motivos foi o questionamento sobre a constitucionalidade dessas leis feito pela Abert e Anatel no Supremo Tribunal Federal (isto é, o Estado em parceria com um ente privado).

A municipalização dos processos de outorga de RC não aconteceu. E não somente por conta da resistência do Estado e da Abert. O assunto não é pacífico entre os que atuam com rádios comunitárias. Há divergências quanto à eficácia da municipalização. Listamos as suas vantagens e desvantagens:

Vantagens da municipalização:

1. Os interessados da região poderiam ter uma participação maior no processo de outorga.
2. Poderia ser dada mais visibilidade ao processo de outorga
3. Evitaria gastos com telefone, correios, transporte/estadia, para acompanhamento do processo em Brasília.
4. O processo seria democrático, permitindo a participação da sociedade local na distribuição de canais.

³⁷ Foram aprovadas leis nos seguintes estados: **São Paulo:** São Paulo, Sertãozinho, Campina do Monte Alegre, Campinas, Santo André. **Rio de Janeiro:** São Gonçalo. **Goiás:** Goiânia. **Paraíba:** João Pessoa. **Minas Gerais:** Montes Claros, Uberaba e Belo Horizonte (a Câmara aprovou, mas a lei foi vetada pelo prefeito). **Debatiam a proposta:** Tangará (SC), Goiânia (GO), Votorantim (SP), Recife (PE).

5. Eliminava-se Brasília (Ministério das Comunicações, Anatel e Palácio do Planalto) do processo – um espaço (como veremos mais adiante) comprovadamente contaminado por interferências políticas e religiosas.

Desvantagens da municipalização:

1. O Poder local, usando de má fé, poderia criar sistemas que impedissem a participação da sociedade no processo de outorga.

2. O Poder local poderia distribuir RCs exclusivamente com os seus aliados.

3. O Poder local poderia criar sistemas que reproduzissem as condições de interferência política e religiosa - como ocorre hoje em Brasília - na distribuição dos canais.

4. Poderiam ocorrer conflitos na distribuição de canais caso o município não estabelecesse uma sintonia com o Estado quanto ao uso do espectro eletromagnético.

II.6.5 – Os limites da lei e seus efeitos sobre a Rádio Comunitária

A legislação que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária (Lei 9.612/98 e Decreto 2.615/98) tem muitas restrições. Tais restrições interferem na rotina jornalística e no resultado final: a notícia, sua veiculação, a participação da comunidade, os efeitos da notícia sobre a comunidade³⁸.

Elencamos as limitações da legislação em vigor e os efeitos negativos que resultantes na operação da rádio comunitária.

Aqui tratamos de uma forma ampla dos efeitos da legislação **sobre a rádio comunitária**. Mais adiante (Cap. VI – Limites para o radiojornalismo comunitário) voltaremos a tratar das limitações impostas pela legislação, abordando especificamente os efeitos dessas restrições **sobre o radiojornalismo nas rádios comunitárias**³⁹.

³⁸ Em RC, como se viu, o papel da emissora muitas vezes não se esgota em denunciar um problema, mas em chegar à sua solução, com a participação da comunidade. Daí quando se trata de “efeitos da notícia sobre a comunidade”, está-se se tratando de um fenômeno comum no sistema de rádios comunitárias.

³⁹ Também veremos como se comporta o radiojornalismo nas RCs considerando restrições do campo político, religioso, etc.

1) Potência máxima de 25 watts e alcance de 1 Km.

O § 1º art. Art. 1º da Lei nº 9.612/98 estabelece “potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros”. O art. 6º do Decreto nº 2.615/98 (Regulamento da Lei 9.612/98) diz que “o alcance deve ser limitado por um raio igual ou inferior a mil metros a partir da antena”.

Consequência direta:

Restrição de alcance do sinal. O sinal da RC deve se restringir a esse círculo. A comunidade territorial, que era marcada pela própria comunidade em função da geografia, topografia ou de elementos culturais, é redefinida, agora por marcos invisíveis – marcos eletromagnéticos.

2) Repressão com base em dispositivo criado pela ditadura militar.

A Polícia Federal e a Anatel se baseiam em dois dispositivos legais para reprimir as rádios não autorizadas: o Artigo 183 da Lei Geral de Telecomunicações (LGT, Lei nº 9.472/97) e o artigo 70 do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT, Lei 4.117/62).

O Artigo 70 da Lei 4.117/62 considera crime, punível com detenção de um a dois anos, a instalação ou utilização de sistema de telecomunicações sem autorização do Estado. Ele foi estabelecido durante o regime militar através do Decreto-lei nº 236/67.

Consequência direta:

Medo e insegurança. As emissoras comunitárias não autorizadas atuam sob um clima de medo provocado pela existência de dispositivo legal criado durante a época da ditadura, mas ainda em vigor no país.

3) Designa um só canal de freqüências.

O art. 5º da Lei 9.612/98 estabelece que as RCs de todo país devem transmitir em um só canal (uma faixa limitada de freqüências). Diz a legislação que um canal alternativo será designado quando não for possível usar o primeiro canal indicado. Em 1998, através da Resolução 60, a Anatel designou o canal 200 (faixa de 87,9

MHz, a 88,1 MHz). Em 2004, através da Resolução 356, a instituição disponibilizou opcionalmente os canais 198 e 199 (faixa de 87,5 MHz a 87,7 MHz), como novas opções.

Consequência direta:

Todas as rádios comunitárias do Brasil devem operar nestes canais. Com isso, pode ocorrer uma mistura de frequências, com os sinais se interferindo mutuamente.

4) Sinal fora do dial

O espectro de frequências (dial) definido para FM vai de 88 a 108 MHz. Mas a Norma Operacional 01/04 diz:

4.2. A Anatel promoverá, paulatinamente, a substituição dos canais alternativos atualmente constantes do PRRadCom pelos canais 200 (87,9 MHz), 199 (87,7 MHz) e 198 (87,5 MHz).

Os aparelhos de rádio produzidos para o mercado foram construídos para receber sinais de rádio FM na faixa de 88 a 108 MHz. Como escutar uma rádio que opera abaixo de 88 MHz se o aparelho, em tese (porque alguns, precariamente, captam sinais abaixo), só recebe a partir de 88 MHz?

Como abaixo dos 88 MHz é transmitido o áudio do canal 6 (em TV analógica os sinais de imagem e o de som são transmitidos separadamente), não há como impor o uso dessa frequência para todas as emissoras comunitárias. O Estado foi obrigado a ceder canais alternativos dentro do dial.

Consequência direta:

A princípio, do ponto de vista tecnológico, não há como captar os sinais das rádios comunitárias. Excepcionalmente alguns equipamentos recebem os sinais abaixo de 88 MHz.

A indústria de aparelhos eletrônicos até poderia oferecer aparelhos adequados à recepção dos sinais de rádios comunitárias, o que tiraria essas emissoras dessa situação de invisibilidade forçada. Não cremos, porém, que isto vá ocorrer. Não parece sensato esperar que a indústria vá modificar sua planta e incluir a produção

de aparelhos com novos canais de recepção somente para atender os ouvintes das RCs.

5) Exige que os dirigentes da emissora residam dentro do círculo determinado pelo raio de alcance de 1 Km.

O Parágrafo único do Art. 7º da Lei 9.612/98 diz que os dirigentes devem residir na área atendida pelo serviço.

Consequência direta:

O círculo virtual em que foi inserida a comunidade, com medidas precisas - 1 Km de raio -, restringe a presença de outras pessoas interessadas na rádio comunitária. Com esses limites é até difícil promover uma rotação de dirigentes no comando da entidade, como estabelecem os princípios democráticos (podem faltar candidatos).

6) Veda a formação de redes.

O Art. 16 da Lei 9.612/98 impede que as rádios comunitárias entrem em cadeia para veicular programas de interesse regional. A exceção é aberta para o caso de situações de tragédias (calamidades, guerras, epidemias) e transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

Consequência direta:

A restrição desestimula a criação de vínculos entre comunidades próximas e a troca de saberes entre elas. Favorece mais ainda a fragmentação regional.

7) Veda a publicidade, permitindo apenas o “apoio cultural”

O Art. 18 da Lei 9.612/98 diz que as RCs podem admitir patrocínio somente sob a forma de “apoio cultural”, e “restrito aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida”.

Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de **apoio cultural**, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida. (grifo nosso).

O Decreto que regulamenta a Lei, em seu artigo 32, reproduz o texto da Lei, não definindo “apoio cultural”.

Mas o que é “apoio cultural”? Mais exatamente: o que é “patrocínio na forma de apoio cultural”, como diz o texto legal?

A Norma em vigor (01/04) altera o texto anterior incluindo um novo dispositivo, com uma “definição” para apoio cultural que legitima a limitação:

19.6.1. Entende-se por apoio cultural o pagamento dos custos relativos a transmissão da programação ou de um programa específico, mediante a divulgação de mensagens institucionais da entidade apoiadora.

O único conceito de “apoio cultural” estabelecido em norma legal está contido na Lei nº 8.313/91, ou “Lei Rouanet”, que “institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura” (Pronac) e cria o Fundo Nacional de Cultura (FNC). Mas ela não trata de apoio cultural, e sim de como as empresas podem transformar recursos devidos ao Imposto de renda em patrocínio de eventos culturais. Diz o texto;

Art. 23. Para fins desta Lei, considera-se:

.....

II - patrocínio: a transferência de numerário, com finalidade promocional ou a cobertura pelo contribuinte do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, de gastos, ou a utilização de bem móvel ou imóvel do seu patrimônio, sem a transferência de domínio, para a realização, por outra pessoa física ou jurídica de atividade cultural com ou sem finalidade lucrativa prevista no artigo 3º desta Lei.

A lei Rouanet, portanto, também não esclarece o que é “patrocínio sob a forma de apoio cultural”.

Consequência direta:

O veto à publicidade está impedindo que as emissoras tenham condições de sustentabilidade. Todas as emissoras pesquisadas pelo autor têm dificuldades de sobrevivência. O que se capta de recursos para publicidade é insuficiente para manter as instalações da emissora e remunerar de forma adequada os seus profissionais – por isso todos se consideram voluntários.

Para sobreviver, algumas emissoras comunitárias optaram pela implementação de projetos sociais. São projetos que viabilizam a emissora (pagamento de funcionários e manutenção da sala e equipamentos) e incrementam a integração da

rádio com a comunidade. Mas os dirigentes ouvidos reconhecem que têm dificuldades em elaborar projetos e conseguir aprová-los.

8) Não protege a emissora da interferência de outros serviços de radiodifusão.

O Art. 22 da Lei 9.612/98 diz que as RCs “operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas”. A legislação estabelece também que, se ocorre o contrário, se uma RC causa interferência, ela será punida.

Consequência direta

Fica estabelecida em lei uma discriminação ao Serviço de radiodifusão comunitária. O Estado assume que não irá proteger essas emissoras. A emissora é desqualificada. A Anatel – ente fiscalizador – não poderá atuar em defesa dessas emissoras quando uma rádio comercial interferir no seu sinal. Esta omissão do Estado gera medo e insegurança nos que fazem RC.

9) Estabeleceu um sistema burocrático complexo com muitas punições.

A Norma Operacional 01/04 estabelece que a entidade que pleiteia o serviço de rádio comunitária deve apresentar 15 documentos. Entre eles uma declaração assinada pelos diretores de que vão cumprir a legislação (7.1 i da Norma Operacional 02/04).

As infrações estabelecidas no Decreto 2.615/98 compõem uma lista de 29 itens (Art. 40 incisos I a XXIX).

Consequência direta

As associações terão dificuldades em cumprir o estabelecido na legislação e providenciar todos os documentos solicitados. Por falta de recursos e também pela dificuldade em lidar com tantos papéis.

A quantidade de infrações e punições contidas na legislação revela a intenção do Estado de vigiar e punir (Foucault) aqueles que se rebelarem contra o seu poder.

II.6.6 - O Estado contra as rádios comunitárias

Embora não estejamos aqui interessados em avançar numa investigação mais profunda quanto as relações entre o Estado e as rádios comunitárias, consideramos necessário apontar alguns elementos mínimos dessa relação. Para nós é claro que ações e inações do Estado brasileiro repercutem na instalação e operação das RCs e, conseqüentemente, no radiojornalismo que elas praticam, objeto da nossa pesquisa.

Nossa conclusão, resultado de uma série de observações listadas a seguir, é de que, historicamente, o Estado tem se posicionado contra essas emissoras. O Estado age no sentido de uma contra-reforma ao modelo de comunicação vigente, que permite a uns poucos grupos (ou famílias) dominarem o espectro eletromagnético. “Uma contra-reforma conservadora, com o intuito da manutenção de um certo estado de coisas no que se refere à economia política das comunicações atualmente vigente” (LOPES, 2005b, p. 92).

A repressão estatal nos remete aos estudos de Foucault sobre o poder e, mais especificamente sua noção de “poder disciplinar” – aquele que se instala burocraticamente, com o objetivo maior de tornar dóceis os “indivíduos”. No caso, tanto pode ser a RC como as pessoas que a fazem.

Vigiar e punir⁴⁰ aplica-se ao tratamento dado pelo Estado às rádios comunitárias. O estudo de Foucault nessa obra clássica toma como ponto de partida as prisões, mas também diz respeito às modernas instituições e aos expedientes de controle utilizados pelo Poder⁴¹. O “poder disciplinar”, segundo Foucault, está preocupado, primeiramente, com a regulação e a vigilância, mas no caso das RCs, o grande objetivo é fazer com que a rádio, isto é, o “indivíduo” (confinado a uma lei restritiva e à fiscalização severa), se torne dócil, submisso a este poder. O Estado impôs (regulou) leis, normas e expedientes burocráticos; fez o isolamento (excluiu, discriminou), fiscaliza e pune.

⁴⁰ Título de uma das obras clássicas de Foucault.

⁴¹ O “poder disciplinar” tem sido aplicado a diversas situações. Uma das mais evidentes foi o programa nazista para a “questão dos judeus”.

Destacamos, pela sua dimensão, algumas ações do Estado contra as rádios comunitárias e o que, em contrapartida, ele poderia ter feito para corrigir as limitações existentes, sem ferir a legalidade.

1. Criou e mantém legislação restritiva

Como foi visto, a legislação dificulta a instalação e operação das RCs. Ela foi sancionada no Governo Fernando Henrique Cardoso (1993-2002), e praticamente não foi modificada no Governo Lula (2003-2010). A única mudança no Governo Lula foi na Norma Operacional 02/98⁴², convertida na Norma Operacional 01/04⁴³.

Esta Norma agilizou alguns processos burocráticos; não estabeleceu procedimentos para conter a influência política e religiosa nos processos; não reduziu a quantidade de papéis solicitados. Tampouco resolveu uma questão que é fundamental para sobrevivência da rádio: o direito ao financiamento, isto é, não modificou o que a lei entende por “apoio cultural”.

Para os efeitos da nossa pesquisa vamos adotar as definições de Vander Casaqui:

O conceito de **propaganda** abrange [...] tanto a difusão de valores e ideais pela publicidade quanto a propaganda política, a religiosa, os sistemas ideológicos fundados em convicções filosóficas, em estruturas de poder, em práticas sociais comunitárias. Sendo assim, a publicidade é uma forma de propaganda. (CASAQUI, 2009, p. 291, grifo nosso).

E diz ainda:

A **publicidade** é a linguagem que compõe, a partir de suas narrativas, de sua imagética, a “estética da mercadoria” (conforme Haug), que insere os bens anunciados em cenário socioculturais, ou seja, a publicidade localiza as mercadorias em interações humanas, ao sugerir “modos de uso” que transcendem as utilidades derivadas de suas características materiais. (CASAQUI, 2009, p. 295, grifo nosso).

A Norma 01/04 alterou o dispositivo que trata de propaganda em RCs, mas manteve a dúvida quanto à publicidade. O patrocínio de um programa foi substituído pela “divulgação de mensagens institucionais”. Então não é mais patrocínio, mas “divulgação”. Aparentemente o resultado é o mesmo. Mas não é. Há uma diferença

⁴² Publicada no Diário Oficial da União de 07/08/98, com as alterações feitas pela Port. nº 83, de 19/07/99 e Portaria n.º 131, de 19 de março de 2001.

⁴³ A Norma Operacional, editada pela Anatel, consiste num detalhamento técnico do Decreto, estabelecendo configurações e procedimentos para o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RadCom).

muito grande entre “fazer propaganda” (ou “patrocínio”) na rádio e “divulgar”, como ficou no texto.

Também não está claro na nova Norma (e nem é definido por outra norma legal) o que são “mensagens institucionais”. Radialistas comunitários ouvidos na nossa pesquisa dizem que os agentes da Anatel estão multando rádios que fazem propaganda, divulgando os preços dos serviços e produtos. Os agentes da Anatel proíbem a rádio comunitária de anunciar os preços dos produtos; liberam apenas a citação do nome da loja, o que, para eles, é “mensagem institucional”. Consideramos ilegal essa leitura do agente da Anatel. Se a lei e as normas vigentes não definem o que é “apoio cultural”, um agente público não poderia, ao seu bel prazer, definir e punir aqueles que não seguem à sua definição.

O que o Estado poderia ter feito

- Propor ao Congresso Nacional uma legislação menos restritiva
- Fazer alterações nos dispositivos legais que dispensam passagem pelo Congresso Nacional - caso do Decreto 2.6125/98 e da Norma Operacional 01/04 -, eliminando algumas restrições.
- Definir claramente o que é “apoio cultural”.

2. O Estado não cumpre a lei

O Artigo 20 da Lei 9.612/98 diz que:

Art. 20. Compete ao Poder Concedente estimular o desenvolvimento de Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o território nacional, podendo, para tanto, **elaborar Manual de Legislação, Conhecimentos e Ética** para uso das rádios comunitárias e **organizar cursos de treinamento**, destinados aos interessados na operação de emissoras comunitárias, visando o seu aprimoramento e a melhoria na execução do serviço. (grifo nosso)

O Ministério das Comunicações publicou um “Como instalar uma rádio comunitária - Manual de orientação”. A obra, com 129 páginas, não tem ficha bibliográfica, nem data de publicação. Ela cumpre parte do que determina a Lei, ao fazer uma abordagem técnica e burocrática, orientando sobre como montar uma RC. Não trata, porém, da questão ética, como determina a Lei.

Quanto a organizar “cursos de treinamento” (sic), decorridos 13 anos de promulgação da lei não consta que o MC tenha feito algo neste sentido. Não encontramos nenhuma evidência de que o Ministério das Comunicações tenha promovido algum curso ou treinamento destinado aos que atuam ou pretendem atuar com rádios comunitárias, conforme determina a Lei.

O que o Estado poderia ter feito

- O que determina a lei: promoção de cursos e treinamentos em RC.

3. Estado faz e mantém Decreto que vai além do que diz a lei.

Vamos comparar o que está na Lei 9.912/98 com o que diz o seu Decreto regulamentador. Na Lei 9.612/98, artigo 1º, está escrito:

Art. 1º

§ 1º Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

O Decreto 2.615/98, que regulamenta a lei 9.612/98, diz em seus artigos 5º e 6º:

Art. 5º A potência efetiva irradiada por emissora do RadCom será igual ou inferior a vinte e cinco watts.

Art. 6º A cobertura restrita de uma emissora do RadCom é a área limitada **por um raio igual ou inferior a mil metros** a partir da antena transmissora, destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro, uma vila ou uma localidade de pequeno porte. (grifo nosso).

Podemos verificar que a Lei estabelece três parâmetros de operação das RCs.

1) Potência: 25 watts; 2) altura da antena: igual ou inferior a 30 metros; 3) cobertura: “atendimento a determinada comunidade de um bairro e/ou vila”.

O Decreto vai além da Lei. Ele dá uma nova redação ao parâmetro 3 cobertura: “a área limitada por **um raio igual ou inferior a mil metros a partir da antena transmissora**, destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro, uma vila ou uma localidade de pequeno porte” (grifo nosso).

Para nós é evidente que o Decreto vai além do que determina a Lei, o que caracteriza uma ilegalidade.

Ao mudar o conteúdo da Lei fazendo uso de Decreto, o Estado ampliou mais ainda o seu caráter restritivo. Ele criou, na legislação, uma comunidade com fronteiras eletromagnéticas; substituiu o que eram barreiras culturais e geográficas por “cercados eletromagnéticos”, com limites restritos a um círculo de raio de 1 Km. Antes, pela Lei, a RC deveria atender a “comunidade do bairro e/ou vila”. Com o trecho incluído no Decreto, a RC deve atender somente a quem está dentro dessa circunferência de rádio de 1 Km.

O que o Estado poderia ter feito

- Elaborado o Decreto 2.615/98 conforme a lei.

4. Estado usa dispositivo do regime militar

No período de 1964 a 1985 o país esteve sob o controle de um regime militar ditatorial. Os instrumentos que configuram um Estado democrático foram agredidos ou descartados. O Congresso foi fechado, parlamentares foram perseguidos; muitos que contestavam o regime foram perseguidos, presos e submetidos a torturas, mortos ou desaparecidos; atos institucionais foram criados para legitimar a ditadura implantada. No bojo desse estado de exceção, o regime criou dispositivos “legais” para coibir de forma “mais dura” aqueles que o contestavam através da radiodifusão. A intenção era prender e punir “os subversivos” que, usando as ondas eletromagnéticas, questionassem o poder ou relatassem o que estava acontecendo. Esse dispositivo repressor (e de censura) foi inserido no Decreto-Lei 236, assinado em 28 de fevereiro de 1967 pelo general Humberto Castelo Branco, um dos comandantes do golpe. O Decreto 236/67 modifica o Artigo 70 do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), estabelecendo:

Art. 70 Constitui crime punível com a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, a instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta Lei e nos regulamentos.

O artigo 70, como foi visto, está em vigor e sendo usado pelo Estado para reprimir as emissoras não autorizadas. Mesmo que tenhamos um Estado democrático devidamente implantado, decorridos mais de 40 anos da publicação deste Decreto, não parece haver intenção do Estado de se desfazer desse dispositivo. O Estado faz uso de um “entulho autoritário” criado pelos ditadores para

vigiar e punir os inimigos do regime militar. Não localizamos nenhum ato, nenhuma declaração, nenhuma manifestação contrária dos atuais governantes ao referido Artigo, ou a intenção de revogá-lo.

O que o Estado poderia ter feito

- Proposto a revogação do Artigo 70 da Lei 4.117/62 e a anistia para os que foram punidos por operarem sem autorização.

- Em substituição ao Artigo 70, poderia propor medidas administrativas mais brandas que as atuais para punir quem opera emissora sem autorização.

6. O Executivo incorporou ao sistema as influências políticas e religiosas

Existe tráfico de influência dentro do Ministério das Comunicações e no Palácio do Planalto. Todos os processos de rádios comunitárias aprovados pelo Estado estão sob suspeição. Os estudos de Venício Lima e Cristiano Lopes mostram isso (LIMA, V.; LOPES, 2007). Veremos mais detalhes em 1.6.9/3. Apesar da gravidade das denúncias, desconhecemos alguma ação de Estado para coibir essa ilegalidade.

O que o Estado poderia ter feito

- Promovido mudanças no sistema de tramitação de processos das rádios comunitárias, eliminando as interferências políticas e religiosas no Ministério das Comunicações e no Palácio do Planalto (LIMA, V.; LOPES, 2007). Poderia ter aberto inquérito administrativo para averiguar as denúncias contidas no citado estudo e punido os envolvidos.

7. Estado excluiu as RCs do espectro eletromagnético

O espectro eletromagnético está distribuído em faixas de operação. A faixa de 88 a 108 MHz foi destinada à transmissão de rádio em Frequência Modulada (FM). Conforme o quadro abaixo.

Utilização dos canais (frequência em MHz)

TV Canais 5 e 6 76 a 88	Rádio FM 88 a 108 MHz	Radionavegação aeronáutica 108 a 118	Serviços fixos/Móvel aeronáutico/ Móvel marítimo 118 a 174	TV Canais 7 a 13 174 a 216
--	---------------------------------	--	--	---

Fonte: Anatel

A Lei 9.612/98 estabelece:

Art. 5º O Poder Concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal **na faixa de frequência** do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. Parágrafo único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, será indicado, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva nessa região. (grifo nosso).

Não bastassem as restrições impostas pela Lei, também aqui o Estado foi além do que ela diz, e impôs novos limites. O artigo 5º observa que o Ministério das Comunicações deverá indicar um canal para as rádios comunitárias dentro da “faixa de frequência” (sic) do serviço de rádio em FM. O que se entende por faixa de frequências de FM é a porção do espectro eletromagnético que vai de 88 a 108 MHz. O Estado, no entanto, em duas oportunidades, através de Resoluções, agiu para impor um canal fora dessa faixa:

a) Resolução nº 60, de 24/09/1998, designa o canal 200 (87,8 a 88,0 MHz). É assinada por Renato Guerreiro, presidente da Anatel no. Governo Fernando Henrique Cardoso.

b) Resolução nº 356 de 11/03/04, Destina a faixa de radiofrequências de 87,4 a 87,8 MHz, para o serviço de Radiodifusão Comunitária. É assinada pelo presidente da Anatel, Pedro Jaime Ziller de Araújo. Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O deputado Walter Pinheiro (PT-BA)⁴⁴ questionou a Anatel sobre as razões que levaram a agência decidir por alocar as RCs em faixas de frequência fora do dial. O seu presidente na época, Renato Guerreiro, apresentou três motivos:

a) em função do artigo 5º da Lei 9.612/98 “que determina ao Poder concedente a designação em nível nacional de um único e específico canal”;

⁴⁴ Através de Requerimento de Informações (RIC) nº 2908/2001.

b) visando adequar o Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada (PBDCFM);

b) e “principalmente reduzir o custo para as emissoras comerciais já em funcionamento com uma possível substituição de frequência”.

O deputado, no mesmo RIC, também indagou quais as vantagens desse canal único para quem faz rádio comunitária. Renato Guerreiro respondeu:

Para as entidades autorizadas e para os ouvintes é saber que em qualquer parte do território nacional não necessita procurar no dial a rádio comunitária de sua preferência, pois a frequência é praticamente a única⁴⁵.

Estes argumentos expressam uma posição política do Estado : as rádios comunitárias (e os que as fazem) devem ser segregadas. A motivação é de ordem econômica (reduzir custos), protegendo as elites da comunicação, os grandes grupos. Finalmente, trata-se de uma posição autoritária: temos aqui o discurso do tutor, daquele que sabe o que é bom para os da camada inferior, aquele que impõe a “boa” norma, que vai ser boa para todos, desde que obedeçam. Conforme Fairclough:

O discurso é tanto uma representação do mundo quanto uma prática social. [...] No discurso está manifesto o significado do mundo e, ao mesmo tempo, o discurso dá significado ao mundo. O discurso é modelado também por normas e convenções, e, ao mesmo tempo, modela essas mesmas normas e convenções. [...] O discurso, igualmente, modela identidades e relações sociais e é modelado por ele. (FAIRCLOUGH apud BONFIM, 2002, p. 13).

O poder do setor privado, controlador do Estado, faz uso de métodos e metodologias para camuflar uma ação autoritária, construída entre os seus pares, com o objetivo de excluir aqueles que incomodam ou podem incomodar esse grupo. Daí, não é o setor privado, não são as grandes redes de comunicação, mas o Estado quem propõe, através de Consulta pública, locar todas as rádios comunitárias fora do dial.

Os grupos mais poderosos e seus membros controlam ou têm acesso a uma gama cada vez mais ampla e variada de papéis e gêneros, oportunidades e estilos de discurso. Eles controlam os diálogos formais com subordinados, presidem reuniões, promulgam ordens ou leis, escrevem (ou mandam escrever) vários tipos de relatório, livros, instruções, histórias e vários outros discursos dos meios de comunicação de massa. Não são apenas falantes ativos na maior parte das situações, mas tomam a iniciativa em encontros verbais ou nos discursos públicos, determinam o “tom” ou o

⁴⁵ Resposta ao RIC nº 2908/01.

estilo da escrita ou da fala, determinam seus assuntos e decidem quem será participante e quem será receptor de seus discursos. (VAN DIJK, 2008, p. 44).

O que o Estado poderia ter feito

- Destinar às RCs frequências dentro da faixa destinada à radiodifusão sonora em FM, que vai de 88 a 108 MHz, como determina a Lei.

8. Aprimorou a repressão

De acordo com o Dossiê “Querem calar a voz do povo” (SJPDF, 2005), a repressão às emissoras não-autorizadas (algumas são rádios comunitárias com grande atuação na comunidade) manifesta uma posição política histórica.

A perseguição às rádios comunitárias [...] é a continuidade de uma linha política histórica. Por isso os argumentos têm mudado conforme as circunstâncias. Antes se fechava rádio comunitária porque não tinha legislação própria. Desde 1998 fecham porque não têm a autorização. (SJPDF, 2005, p. 32)

Conforme o mesmo documento, a repressão não se faz dentro de ritos legais, como se espera de agentes públicos que representam o Estado. O Dossiê cita casos em que os agentes não apresentaram o devido mandado judicial para entrar na casa ou sala aonde a rádio operava.

A Polícia Federal também é acusada no Dossiê de agir com rigor exagerado na repressão.

Em meados de 2004, uma delegada de polícia federal de Guarulhos (SP), enquadrou um grupo de evangélicos, que tinham um rádio no ar, por formação de quadrilha. E botou todos na cadeia, junto com os marginais. Assim ela julgou e condenou (à humilhação, pelo menos) cinco pessoas. Decerto não faziam rádio comunitária, mas enquadrá-las por formação de quadrilha é um abuso de autoridade e um desrespeito aos direitos humanos (SJPDF, 2005, p. 34).

Há também um questionamento quanto ao poder de polícia dos agentes da Anatel para lacrar e apreender equipamentos.

Quando a Lei Geral de Telecomunicações (LGT) foi sancionada, em 1997, alguns partidos políticos⁴⁶ entraram com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN)

⁴⁶ Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Socialista Brasileiro (PSB).

no Supremo Tribunal Federal (STF), por causa do Inciso XV do Artigo 19, que dá poder de polícia aos seus agentes. Diz o texto da LGT:

Art. 19 - À Agência compete adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade, e especialmente:

.....
 XV - realizar **busca e apreensão de bens** no âmbito de sua competência. (grifo nosso).

A contestação teve por base o princípio do contraditório, expresso na Constituição, em seu artigo 5º, inciso LIV: “Ninguém será privado da liberdade ou dos seus bens sem o devido processo legal”.

Em 20/08/98 o STF deferiu a ADIN, através da liminar 1668-5, suspendendo de forma cautelar a aplicação do inciso XV do Artigo 19 da LGT.

Em janeiro de 2003 o Presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, proponente da LGT, deu lugar a Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. O PT, como foi visto, foi signatário da ADIN que considerava inconstitucional o poder de polícia dos agentes da Anatel. Em 2004, porém, o Palácio do Planalto encaminhou Projeto de Lei dispendo sobre as carreiras dos ocupantes de cargos nas agências reguladoras. O projeto se converteu na Lei 10.871, sancionada em 20 de maio de 2004. O artigo 3º dessa lei considera legal o poder de polícia dos agentes da Anatel. Diz o texto:

Art. 3º São atribuições comuns dos cargos referidos nos incisos I a XVI do art. 1º desta Lei:

Parágrafo único. No exercício das atribuições de natureza fiscal ou **decorrentes do poder de polícia**, são asseguradas aos ocupantes dos cargos referidos nos incisos I a XVI do art. 1º desta Lei as prerrogativas de promover a interdição de estabelecimentos, instalações ou equipamentos, assim como **a apreensão de bens ou produtos**, e de requisitar, quando necessário, o auxílio de força policial federal ou estadual, em caso de desacato ou embaraço ao exercício de suas funções.

A Lei está em vigor. E o que antes era inconstitucional hoje é legal.

No dia 10 de dezembro de 2008, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados, aprovou Substitutivo apresentado pelo deputado Walter Pinheiro (PT-BA) ao Projeto de Lei (PL) nº 4.549

de 1998⁴⁷, anistiando os que foram punidos por operar emissoras de rádio sem autorização. A proposta era “avançada” e conseguiu a proeza de ser aprovada no “ninho dos parlamentares donos de emissoras comerciais” (LUZ, D., 2009).

O Governo, porém, em 16/01/2009, isto é, 25 dias depois, encaminhou nova proposta ao Legislativo tratando do mesmo tema. A nova proposta foi considerada como “absurdamente reacionária” (LUZ, D., 2009). Considerando que o deputado Walter Pinheiro é do PT, o mesmo partido que comanda o Estado, e que ele mantém uma relação histórica com o tema rádios comunitárias⁴⁸, esta posição de Governo suscita uma série de perguntas sem respostas:

Por que o governo Lula encaminhou Projeto de Lei tão ruim para o Congresso Nacional poucos dias depois da Câmara aprovar o substitutivo de Walter Pinheiro? A intenção do governo era atrapalhar o processo ou impedir avanços? Estamos tratando de má-fé do governo para com as rádios comunitárias? Quem articulou politicamente este projeto? Alguma entidade colaborou com ele?⁴⁹ (LUZ, D., 2009).

O que o Estado poderia ter feito

- Ao invés de apresentar uma nova proposta de lei de anistia, poderia acatar a que estava tramitando, resultado de anos de negociação com os mais diversos setores da sociedade.
- Estabelecer normas e procedimentos de ação dos agentes públicos na repressão às rádios não autorizadas.
- Aberto inquéritos administrativos visando apurar e punir os agentes públicos que cometeram crimes contra o cidadão.
- Promovido a formação desses agentes em temas como direitos humanos, democracia na comunicação, cidadania.
- Ter tirado o poder de polícia dos agentes da Anatel, por ser considerado inconstitucional pelo STF em outra oportunidade.

⁴⁷ Entende-se por “Substitutivo”, na linguagem do Legislativo, a proposta que substitui a proposta original. Para compor seu Substitutivo, o relator, deputado Walter Pinheiro, incorporou elementos dos seis PLs que foram pensados ao PL primeiro tratando do tema (4.549/98) e outros elementos que achou necessário.

⁴⁸ É autor de vários projetos, cartilhas, e pronunciamentos em defesa das RCs.

⁴⁹ Uma entidade nacional que lida com rádios comunitárias teria colaborado com o Ministério da Justiça na elaboração dessa proposta, mas não conseguimos confirmar a informação.

9. Criou e mantém burocracia excludente

A burocracia estabelecida pelo Estado para o Sistema de Radiodifusão Comunitária (RadCom) está contida na Lei 9.612/98, Decreto 2.615/98, Norma 01/04, e diversas Portarias e Resoluções da Anatel. Os itens anteriores revelam como a legislação aplicada às rádios comunitárias cria barreiras à sua legalização e normatiza de forma rigorosa as punições, criando de fato uma situação de exclusão.

Não bastasse tudo isso, o processo burocrático para obtenção da concessão pública também é excludente.

Como observa Lopes, o Estado ,

Criou um processo de outorga demasiadamente burocrático e excludente, no qual há exigências descabidas, que levam ao arquivamento da maior parte dos processos analisados (exatos 4.878 em um total de 7.894, ou 61,78%) e à retenção de outros 6.112 processos, os quais são impedidos até mesmo de iniciarem o longo processo de análise.

Tanto esse arquivamento quanto essa retenção de processos, na maior parte das vezes, se dá não por motivos técnicos, mas sim por motivos meramente burocráticos. (LOPES, 2005b).

A burocracia é uma “peneira política” conscientemente criada para promover a exclusão. E funciona.

Entre 14.006 processos apenas 2.189 (em 2004), foram capazes de vencer todas as barreiras burocráticas levantadas pela legislação de radiodifusão comunitária no que concerne ao processo de outorga. (LOPES, 2005b).

A burocracia exige a apresentação pela entidade concorrente de 23 documentos no prazo de 45 dias⁵⁰.

O que o Estado poderia ter feito

Estabelecer uma burocracia sensata, não excludente, e de acordo com a realidade nacional.

II.6.6.1 – Comparativo de legislações

As limitações impostas pela legislação às rádios comunitárias representam um posicionamento de Estado. Temos a lei e quem faz cumprir a lei – os agentes repressores, impondo uma situação de fato. A lei, já se viu, é restritiva. Mas como

⁵⁰ Nos Anexos transcrevemos trecho da Norma 01/04 com a listagem dos documentos solicitados.

verificar se o Estado foi injusto ao criar essa lei? Uma das maneiras é comparar a legislação das RCs com a de outros serviços de radiodifusão. E então fazer a pergunta: as emissoras comerciais e as educativas estão submetidas às restrições similares as que são aplicadas às rádios comunitárias?

Os canais são disponibilizados conforme um Plano Básico de Distribuição de Canais específico para cada sistema: rádios comunitárias, educativas e comerciais. Não existe uma legislação específica para as rádios comerciais e educativas. Elas são regidas pela Lei 4.117/67 (Código Brasileiro de Telecomunicações), modificado pelo Decreto 236/67, e se submetem a uma série de Normas técnicas e Portarias específicas.

As emissoras comerciais são outorgadas por licitação (compra quem pagar mais), e as concessões devem ser legitimadas pelo Congresso Nacional. As educativas são outorgadas para universidades, pessoas jurídicas de direito público interno e fundações (Portaria interministerial 651/99, MEC/MC). As outorgas das educativas não se submetem a avaliação do Congresso Nacional – é uma decisão única e exclusiva do Executivo. Não há uma legislação específica para esse tipo de emissora, o que sinaliza uma abertura para interferências de empresários, políticos e grupos religiosos.

Comparemos as restrições impostas às RCs com o que se permite nas emissoras comerciais e educativas:

1) Cobertura

RC: Potência máxima de 25 watts e alcance de 1 Km.

Comerciais e educativas: A potência das emissoras comerciais é definida no momento da licitação, conforme a disponibilidade do Plano de distribuição de canais, podendo chegar a milhares de Kw; não existem restrições para o alcance. As educativas não se submetem ao processo de licitação; a priori, não há limites quanto à potência ou alcance, vai depender da disponibilidade de canais.

2) Repressão

RC: Tem como base dispositivo criado pela ditadura militar.

Comerciais e educativas: Em tese o artigo 70 serve para todos. No entanto, são raros os casos em que emissora comercial ou educativa tenha sido lacrada ou fechada por operar sem autorização.

3) Canal específico

RC: um só canal de freqüências.

Comerciais e educativas: Ocupam o dial conforme a disponibilidade de freqüências (o Plano de Distribuição de Canais). Não existe um canal específico destinado a elas.

4) Presença no dial

RC: a freqüência disponibilizada está fora do dial

Comerciais e educativas: São destinadas freqüências dentro da faixa destinada a FM, 88 a 108 MHz.

5) Dirigentes devem residir dentro da área de cobertura do sinal

RC: os dirigentes da emissora comunitária devem residir dentro do círculo determinado pelo raio de alcance, 1 Km.

Comerciais e educativas: Não é exigido dos dirigentes de emissoras comerciais ou educativas que residam no território alcançado pela emissora.

6) Entrar em cadeia

RC: vedada a formação de cadeia.

Comerciais e educativas: Não há restrições. As emissoras comerciais e as educativas podem atuar formando redes para transmissão de programas. A Constituição Federal veda, porém, a formação de oligopólios. Diz o texto:

Art. 220

Parágrafo 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

Não há informações de que algum dos grandes monopólios da comunicação no Brasil (Globo, bandeirantes, SBT, RBS, entre outros) tenha sido questionado pelo Estado por descumprir o que diz a Constituição Federal.

7) Proteção

RC: O Estado não protege a RC da interferência de outros serviços de radiodifusão

Comerciais e educativas: Por lei, as emissoras comerciais e as educativas têm direito a proteção do Estado.

8) Publicidade

RC: proibida de fazer publicidade

Comerciais e educativas: As emissoras comerciais podem fazer publicidade (até 25% da programação⁵¹) e arrendar o espaço na grade de programação; as educativas estão proibidas (Art. 13, Dec. 236/67⁵²).

9) Arrendamento

RC: proibida de arrendar o espaço.

Comerciais e educativas: Podem arrendar o espaço.

10) Transferência de concessões

RC: outorga não pode ser transferida para outra entidade

Comerciais e educativas: As concessões de emissoras comerciais podem ser vendidas para interessados. As emissoras educativas podem ser “vendidas” desde que mantenham a característica de educativa.

⁵¹Decreto 88.067/83, “Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963”. Modifica o Art. 28: 12 – “Na organização da programação: [...] d) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do horário da sua programação diária o tempo destinado à publicidade comercial”.

⁵² Decreto 236/67. Art. 13º “A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.
Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos”.

II.6.6.2 - Conclusões

Esses dados nos levam a concluir que o Estado concede “vantagens” para as emissoras comerciais e educativas (controladas por empresários, religiões, fundações privadas) enquanto discrimina as rádios comunitárias. Quais são estas vantagens?

a) a legislação para as emissoras comerciais e educativas não tem restrições como as que foram estabelecidas para as RCs;

b) a repressão inexistente nas comerciais e educativas, ou se faz numa escala inferior⁵³;

c) as emissoras comerciais e educativas ocupam o espectro eletromagnético.

Diante desse comparativo, em cinco itens, podemos concluir que o Estado:

- 1) discrimina as rádios comunitárias ao sancionar uma lei restritiva,
- 2) ao fazer uso de dispositivo criado no regime ditatorial,
- 3) ao acatar e legitimar a prática do tráfico de influências
- 4) ao acionar seu aparato repressor, discriminatório e eficiente,
- 5) ao excluir as rádios comunitárias do espaço eletromagnético.

Observamos que a Lei 9.612/98 foi discutida e sancionada no Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Quando assumiu a presidência o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) encontrou essa postura política definida.

⁵³ Em matéria publicada na Folha de São Paulo, em 28/09/2010, a repórter Elvira Lobato denunciou: “Pelo menos 184 emissoras de rádio e de televisão funcionam com prazo de concessão vencido. Segundo especialistas, a situação no setor é caótica. Há casos de emissoras que estão com as concessões expiradas há mais de 20 anos e cujos pedidos de renovação de outorga ficaram emperrados no Ministério das Comunicações e no Congresso Nacional. As famílias dos ex-presidentes da República Fernando Collor de Mello e José Sarney têm emissoras nessa situação, além de outros políticos, como o senador Edison Lobão Filho (PMDB-MA) e os deputados federais Jader Barbalho e Elcione Barbalho (ambos do PMDB-PA). Todos alegam que entregaram a documentação no tempo adequado ao governo”.

O repórteres, Diego Moraes e Edson Sardinha, do site “Congresso em foco”, na matéria intitulada “Rádios à margem da lei”, falam: “Com a conivência do governo e do Congresso, 75 emissoras, algumas de parlamentares, funcionam há mais de uma década sem concessão”. E dizem ainda que: “Em todo o país, 75 emissoras de rádio estão em funcionamento mesmo tendo suas concessões vencidas há mais de uma década. Pelo menos três delas estão em nome de parlamentares ou seus familiares. É o caso da Rádio Clube do Pará, em nome de Luiz Guilherme Fontenelle Barbalho, irmão do deputado Jader Barbalho (PMDB-PA); da Rádio Jornal de Propriá, da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE); e da Rede Amazonense de Comunicação, do deputado Humberto Michiles (PL-AM)”. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/Noticia.aspx?id=8740> Acesso em: 04/10/2010.

Uma vez que o Estado não tem alterado esta situação histórica, optando pela legislação atual (omissão também é ação), podemos concluir que ele é pela manutenção desse poder estratificado em grandes corporações familiares e nas religiões, mesmo ciente de que a Constituição está sendo ferida. Há uma intenção deliberada de impedir que parte da sociedade tenha acesso aos meios de comunicação.

Fica patente a utilização da exclusão como uma estratégia de contra-reforma, visto que o direito à comunicação é, na maioria das vezes, negado a diversas comunidades que pretendem prestar o serviço de radiodifusão comunitária.

Assim, exclui-se a possibilidade de considerar a política de radiodifusão comunitária estabelecida pela Lei 9.612/98 como um fator para o estabelecimento de ações includentes e a superação da exclusão social nas comunicações. Pelo contrário, trata-se de mais um fator a promover a exclusão, na medida em que transforma o Ministério das Comunicações em um grande arquivador de processos, impedindo, de maneira artificial, devido aos entraves gerados pela legislação, o acesso a uma outorga de radiodifusão. (LOPES, 2005b, p. 105).

Não é nossa pretensão aprofundar-se aqui nas relações entre o Estado e a grande mídia. No entanto, não poderíamos deixar de registrar a existência desse vínculo histórico que causa profundos efeitos sobre a mídia comunitária.

II.6.7 - O Estado e as grandes redes de comunicação

Há um poder hegemônico⁵⁴ histórico atuando e comandando o Estado “por dentro”. E isto ocorre, pelo menos, desde a instituição do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), a Lei 4.117/62⁵⁵. Desde então, todos os generais⁵⁶ e presidentes que assumiram o Estado, sem exceção, se submeteram a esse poder. Ele atua em duas direções: para obter mais benefícios e para evitar que esses benefícios sejam retroagidos. É o que Cristiano Lopes trata como contra-reforma:

Estratégias hegemônicas de contra-reforma, que silenciam praticamente qualquer tipo de forma alternativa de comunicação, têm poder enorme, e costumam, na esmagadora maioria das vezes, saírem vencedoras nesse embate. (LOPES, 2005b, p. 62).

Embora não seja nossa pretensão se aprofundar no tema, apontamos aqui cinco elementos que dizem respeito às RCs e revelam o poder das redes, através

⁵⁴ “Hegemonia é no seu sentido mais forte uma ‘cultura’, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e a subordinação vividas por determinadas classes” (WILLIAMS apud LIMA, 2001, p. 180)

⁵⁵ Seria preciso fazer um estudo mais profundo para averiguar as relações históricas entre o Estado e grandes redes antecedendo o golpe de 1964.

⁵⁶ É importante registrar que os grandes empresários da comunicação estiveram no comando da articulação civil-militar que resultou no golpe de 1964. Vide “LIMA. Venício Artur de. **Mídia: Teoria e Política**” (Fundação Perseu Abramo, 2001), entre outros.

da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), sobre o Estado

1º) A Abert foi decisiva na elaboração da lei. Reunião realizada na sede da entidade no dia 20/03/96, com o seu presidente Joaquim Mendonça, mostrou que a Abert queria uma lei restritiva. A lei que foi sancionada em 1998 acatou as propostas da Abert (LUZ, D., 2008b).

2º) A Abert nos GTs. Quando o Estado criou Grupos de Trabalho (GT) para analisar a situação das rádios comunitárias a Abert marcou presença neles. Foram dois GTs (ambos no Governo Luiz Inácio Lula da Silva) e a Abert participou dos dois.

Por que uma entidade que reúne emissoras comerciais estaria presente num GT criado para discutir emissoras comunitárias? Para garantir que não haveria mudanças nas leis e o distanciamento entre o Estado e as RCs. O Estado não poderia ceder às reivindicações das rádios comunitárias, mudando a legislação, promovendo cursos, criando fundos, enfim, criando facilidades para as comunitárias. A Abert estava lá, presente às reuniões, para impedir que isso acontecesse (para fazer a contra-reforma). E conseguiu: o Estado se submeteu ao seu poder.

Quanto aos dois grupos de Trabalho:

Primeiro GT. Foi criado em março de 2003⁵⁷, iniciando seus trabalhos no dia 2 de abril. O ministro das comunicações na época era Miro Teixeira (deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro). O objetivo único da criação do GT era burocrático: propor métodos para agilizar a burocracia no órgão (havia 4.300 processos referentes às RCs parados no MC). Depois de 90 dias o GT apresentou suas conclusões. Entre elas, não era sua missão, mas apresentou um Projeto de Lei para modificar a lei 9.612/98.

Algumas propostas burocráticas do GT foram acolhidas pelo Ministério das Comunicações. O Decreto 2.615/98 não foi alterado; o PL nunca foi apresentado pelo Governo.

Este primeiro GT foi constituído por representantes do Ministério das Comunicações e da sociedade civil: Carlos Alberto Freire Resende, Diretor do

⁵⁷ Portaria nº 83, do Ministério das Comunicações, 24 de Março de 2003.

Departamento de Outorga de Serviços da Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica do MC (presidente do GT); Alexandra Luciana Costa (Coordenadora do Departamento de Outorga de Serviços da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica); Daniel Koslowsky Herz⁵⁸; Sebastião Correia dos Santos⁵⁹; José Carlos Rocha⁶⁰; José Luiz do Nascimento Sóter⁶¹ (suplente).

Segundo GT. O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) foi criado por Decreto Presidencial (assinado por Luiz Inácio Lula da Silva) em 26 de novembro de 2004,

com a finalidade de analisar a situação da radiodifusão comunitária no País e propor medidas para disseminação das rádios comunitárias, visando ampliar o acesso da população a esta modalidade de comunicação, agilizar os procedimentos de outorga e aperfeiçoar a fiscalização do sistema. (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2005).

Eis a lista dos ministérios que constituíram o GTI e, entre parênteses, seus representantes: Ministério das Comunicações (Sérgio Luiz de Moraes Diniz e Carlos Alberto Freire Resende), Casa Civil (André Barbosa Filho e André Fonseca de Paula Leite), Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República (Alexandre Pinheiro de Moraes Rego e Jorge Antônio Menna Duarte), Secretaria-Geral da Presidência da República (Silvio dos Santos e Célio Celso Cruz Júnior), Assessoria Especial da Presidência da República (Cezar Santos Alvarez e Carla Márcia Cecchia Parisi), Ministério da Justiça (Sérgio Torres Santos e Marcos Aurélio Pereira de Moura), Ministério da Educação (Tânia Maria Maia Magalhães Castro e Denise Frank Paulsen), Ministério da Cultura (Adair Rocha e Alfredo Manevy).

Coordenado pelo Ministério das Comunicações, as atividades do GTI tiveram início no dia 3 de fevereiro de 2005 e foram concluídas no dia 10 de agosto de 2005. O GTI vetava a participação da sociedade civil, mas entidades que atuam com rádios comunitárias e com a defesa da democracia na comunicação reivindicaram o

⁵⁸ Daniel Herz. Militante político, atuou na criação da Lei de TV a Cabo; foi dirigente do Fórum Nacional pela Democracia na Comunicação (FNDC). Faleceu em 30/06/2006.

⁵⁹ Tião Santos. Um dos fundadores e primeiro presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), atua na ONG carioca "Viva Rio", como coordenador geral da Rede Viva Rio de Radiodifusão Comunitária (REVIRA). A Revira chegou a distribuir o áudio de programas da TV Globo para as rádios comunitárias retransmitirem. Hoje seu site (www.revira.org.br) não informa sobre isso.

⁶⁰ José Carlos Rocha. É presidente da ONG Fórum Democracia da Comunicação (FDC) desde sua fundação, em meados de 1990. Pesquisamos e não obtivemos nenhuma informação sobre a entidade: não localizamos site na internet ou o endereço de sua sede; telefone ou email.

⁶¹ José Sóter. É hoje, pela segunda vez, o Coordenador Geral da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço).

e foram ouvidas pelo GTI⁶². A Abert também pleiteou o mesmo e foi atendida. O relatório conclusivo desse GT é considerado apócrifo⁶³.

3º) A Abert teria financiado o Estado. Algumas ações da Anatel e da Polícia Federal na repressão às rádios não autorizadas teriam sido bancadas pela Abert. De acordo com o Dossiê “Querem calar a voz do povo” (SJPDF, 2005), a Abert financiou combustível e pagou diárias dos agentes públicos encarregados de fiscalizar emissoras na ilegalidade.

4º) Abert teria privilégios na obtenção de informações. Ela estaria sendo informada com antecedência das ações de fiscalização promovidas pela Anatel/PF. Emissoras filiadas se deslocavam para cobrir os acontecimentos.

5º) A Abert e o Estado questionaram a municipalização. A Abert e a Anatel entraram na Justiça para questionar a criação de leis municipais para as rádios comunitárias.

A Abert e suas filiadas estaduais deflagraram campanha contra as rádios sem autorização, denominadas por ela de “piratas”. A campanha ocupou as principais mídias: rádio, TV e jornais impressos. A campanha dizia que as rádios “piratas” seriam capazes de derrubar avião, atrapalhar os sistemas de segurança pública e a comunicação dos serviços de saúde. Na imprensa escrita, mensagens da Abert e da filiada estadual ocuparam ¼ de página.

Eis uma das mensagens da Abert veiculadas nos jornais impressos:

RÁDIOS ILEGAIS: UM COMUNICADO DA ABERT E DA AVEC
 A ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e a AVEC – Associação dos Veículos de Comunicação do Distrito Federal, perplexas diante da espantosa proliferação das rádios ilegais, cumprem o dever de tornar público o seguinte:
 - Atualmente milhares de rádios operam ilegalmente no Brasil. Alegando serem prestadores de serviços (sic), atuam clandestinamente, sem autorização oficial, desrespeitando as leis do nosso país, sonegando impostos, não respeitando os direitos trabalhistas e prejudicando a população de várias maneiras.

⁶² Fui ouvido pelo GTI como representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF.

⁶³ O relatório final do GTI jamais foi tornado público pelo Governo. Cópias dele, porém, foram distribuídas com entidades e estudiosos da comunicação. Ao que parece o Governo optou por manter o documento em “sigilo”, não se manifestando sobre o assunto, em virtude das muitas críticas que recebeu. Tivemos acesso ao documento e observamos que ele faz um diagnóstico da situação das rádios comunitárias e encaminha propostas de mudança na legislação e na burocracia do Executivo. Uma vez que a Casa Civil dizia não ter conhecimento desse documento, que não teria sido ainda encaminhado pelo Ministério das Comunicações, em fevereiro de 2006 um grupo de entidades encaminhou cópia dele ao Presidente da República. Não houve resposta a este encaminhamento.

- Sem compromissos com a sociedade, essas rádios interferem criminosamente em serviços essenciais, prejudicando a comunicação entre hospitais e ambulâncias, delegacias e viaturas, quartéis e bombeiros e aeroportos e aviões, colocando em risco milhares de vidas humanas.

- As rádios ilegais interferem, ainda, na telefonia celular e nas emissoras de rádio e televisão legalmente estabelecidas.

A expansão das rádios ilegais é uma afronta ao público e grave exemplo de desobediência às leis brasileira (sic). É fundamental que a população e as autoridades estejam atentas a esse grave problema e tomem todas as iniciativas cabíveis para erradicá-lo definitivamente.

ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

AVEC – Associação dos Veículos de Comunicação do Distrito Federal⁶⁴

Para este estudo não havia como relevar as ações da Abert junto ao Estado, ou desconsiderar as campanhas contra as “rádios piratas”, porque elas configuram o cenário social e político em que atuam as rádios comunitárias. Entenda-se, “rádio pirata”, como rádio sem autorização de funcionamento. Ocorre que a expressão “rádios piratas” inclui rádios comunitárias “de qualidade”. Isto é, com o apoio da Abert, o Estado estaria fechando rádios comunitárias que têm um padrão de qualidade, conforme expressamos no item II.8.

O que nos faz indagar: por que as grandes redes de radiodifusão – representadas pela Abert – são contrárias às rádios comunitárias? Temos três hipóteses:

1) AS RCs representam concorrência no mercado de publicidade

As RCs estariam atraindo a propaganda dos comerciantes da região e reduzindo a clientela das emissoras comerciais. É possível que isso esteja ocorrendo⁶⁵. Mas é preciso observar que o lucro não é objetivo da emissora comunitária. Por lei, a associação da RC não deve ter fins lucrativos. A concorrência existe porque a RC precisa de recursos para se manter. Fazer publicidade é um dos meios disponíveis e uma forma de garantir a sobrevivência da emissora.

Como as rádios comunitárias, em tese, estão mais próximas da comunidade, podem ter mais audiência. E mais audiência atrai mais publicidade. Como o custo de manutenção é menor que o de uma comercial, as rádios comunitárias podem cobrar menos pelos anúncios.

⁶⁴ Publicado no Jornal de Brasília e Correio Braziliense em 17/01/2000.

⁶⁵ Nossas observações empíricas dão conta que sim. Mas seria necessário um estudo para averiguar essa informação.

Em resumo: é possível que rádios comunitárias estejam atraindo a propaganda dos comerciantes da região.

2) As RCs representam uma reação ao *mass media*, que visa a pasteurização do receptor/consumidor.

Os estudos críticos da Escola de Frankfurt atribuem à indústria cultural o objetivo de alienar e massificar as pessoas, criando consumidores ao invés de cidadãos. Os meios de comunicação, nas mãos da burguesia, alienariam as pessoas. Esclarece Renato Ortiz:

O conhecimento manipulatório pressupõe uma técnica e uma previsibilidade que possa controlar de antemão o comportamento social. [...] A possibilidade de controle se vincula à capacidade que o sistema possui de eliminar as diferenças, reduzindo-as ao mesmo denominador comum, o que garantiria a previsibilidade das manifestações sociais (ORTIZ, 1985).

Em contrapartida, as rádios comunitárias formariam cidadãos, provocaria a reflexão, o pensar. “A função da rádio comunitária [...] é fazer com que as pessoas façam perguntas, questionem, pensem. [...] Que as pessoas se acostumem, a partir da informação, a ter sua opinião, sua posição” (LUZ, D., 2007, p. 24).

3) A RC incomoda porque rompe com redutos políticos

Ocorre de emissoras comerciais pertencerem a políticos, que usam a rádio para projetos particulares. A emissora pode estar sendo utilizada como cabo eleitoral permanente, promovendo os políticos e seus aliados na região.

A RC pode ser uma cunha nesses interesses ao questionar o poder e provocar reflexões sobre a política local. Ela pode instigar debates, difundir informações relevantes, revelar dados, que podem levar a comunidade a se mobilizar para enfrentar e até desbancar o poder local.

Devemos considerar que os grandes grupos de comunicação, cada um, estão distribuídos por diversas mídias. O mesmo grupo é dono de rádio, TV, jornais impressos e página na internet. Uma RC de qualidade “incomoda” ao grupo e não apenas a uma rádio local. E é o grupo por inteiro todo que se mobiliza contra ela. Aí se entende porque a Abert é tão presente quando o assunto é rádios comunitárias.

II.6.8 – A resistência no Judiciário

Provocado pelas emissoras que estavam sendo reprimidas o Judiciário se posicionou em alguns casos pelo direito dessas rádios operarem sem autorização. A base para este posicionamento foi:

a.1 - Legislação nacional:

Constituição Federal

Art. 5º

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Art. 220.

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Parágrafo 2º - é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

a.2 – Tramitação lenta do processo no Executivo

O relatório do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) informa que o processo de concessão de uma RC demora, em média, 3 anos e 4 meses tramitando no Executivo, mais exatamente no Ministério das Comunicações, Anatel e Palácio do Planalto (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2005).

Alguns dos dirigentes ouvidos para este trabalho disseram que, quanto ao tempo de tramitação no Executivo, o GTI não retratou a realidade. Emissoras estariam sendo discriminadas no processo. Seria o caso da Rádio comunitária Santa Luz FM, do município de Santa Luz (Bahia). A emissora deu entrada no processo em maio de 1998, mas só recebeu a outorga depois de 10 anos de tramitação (e cinco ações de repressão). A Rádio Valente (de Valente, Bahia), deu entrada no pedido de concessão no mesmo ano, 1998, mas só recebeu a autorização de funcionamento em 2004 (também sofreu repressão diversas vezes). A Rádio Utopia, em Planaltina (DF), também deu entrada no processo em 1998, mas só recebeu autorização em 2006.

Muitas emissoras (como as que pesquisamos) dão entrada no processo mas, cansadas de esperar o fim da tramitação, ligam os transmissores e colocam a rádio

no ar. A repressão estatal, porém, não reconhece o processo em tramitação, e fecha essas emissoras.

b) Legislação internacional

b.1 - Convenção Americana dos Dir. Humanos/Pacto de San José da Costa Rica (1969)

Artigo 13 - Liberdade de pensamento e de expressão:

1. Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e idéias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha.
2. [...]
3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de freqüências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões.

b.2 – Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Art. 19

Qualquer um tem direito a liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui liberdade de sustentar opiniões sem interferência e procurar, receber e compartilhar informações e ideias por qualquer meio e independente de fronteiras.

b.3 – Pacto internacional dos direitos civis e políticos (1966)

Art. 19

1. Ninguém poderá ser molestado por suas opiniões.
2. Toda pessoa terá o direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, de forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha.

O Dossiê “Querem calar a voz do povo” citado informa que a Anatel, percebendo que o Judiciário estava se pronunciando em favor das emissoras não-autorizadas, encaminhou pedido para que este não mais expedisse liminares permitindo seu funcionamento⁶⁶. Por que o Estado, através da Anatel, se movimentou sobre o Judiciário, uma instância livre da República, para coibir o funcionamento das rádios não autorizadas? Acreditamos que ele foi movido por razões políticas e não técnicas – agiu em defesa dos interesses das grandes redes de comunicações.

⁶⁶ O fato teria ocorrido em 2004. O dossiê não precisa a data.

II.6.9 – Quem quer a ilegalidade?

Em tese, ficar na legalidade é muito mais interessante do que ficar na marginalidade. Ficar dentro da lei é ter o reconhecimento público dos poderes constituídos, é ter condições de obter recursos de operação, é poder difundir abertamente a rádio comunitária. Enfim, é não correr o risco de ser tratado como “pirata” e se submeter aos constrangimentos associados à repressão.

Supondo que os que fazem rádio comunitária preferem a legalidade, pelas vantagens que a situação ainda oferece, indaga-se porque eles parecem optar pela ilegalidade, colocando a rádio no ar, sujeitando-se à repressão violenta e cada vez mais eficiente.

Na verdade existem algumas barreiras no processo. Podemos apontar pelo menos três elementos que atrapalham aqueles que, de boa fé, optam pela legalidade:

1. A lei é restritiva

Desde a sua criação a Lei 9.612/98 é criticada por conter uma série de limitações à operação das rádios comunitárias. Até mesmo o GTI reconheceu isso: “o atual marco legal inviabiliza a sustentabilidade das rádios comunitárias”, diz o relatório do Grupo (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2005). Se é assim, para que legalizar a RC se a lei inviabiliza as rádios comunitárias?

2. A lentidão do processo no Executivo

Como foi visto, para obter a outorga a emissora pode ter que esperar até dez anos. É o caso de se perguntar se vale a pena esperar dez anos para se conseguir uma outorga de operação dentro de uma lei restritiva?

3. Interferência política no processo

Dois estudos mostram que políticos e religiosos conseguem intervir no processo e obter concessões para si ou seus apadrinhados. O primeiro é de Cristiano Lopes.

Pesquisa realizada por Lopes no Ministério das Comunicações, revela que existe um “Sistema pleitos” dentro do órgão. O sistema, de acesso restrito, abriga os pedidos (pleitos) relacionados às RCs feitos pelos parlamentares ao Ministério. O “Sistema pleitos”, portanto, reúne as solicitações de deputados e senadores para as “suas” rádios. Lopes descobriu que processos de rádios comunitárias andaram mais rápido quando havia um político por trás:

70,97% das 503 autorizações de rádios comunitárias concedidas no período (2003-2004) foram outorgadas a rádios apadrinhadas por políticos profissionais. Também comprovam que os processos apadrinhados têm 4,41 vezes mais chances de serem aprovados do que os que não contam com qualquer apadrinhamento. (LOPES, 2005a).

A existência de um “Sistema pleitos” já revela a existência de um planejamento de atendimento aos políticos. Mostra que o Estado se preparou técnica e burocraticamente para acatar as interferências políticas no MC. E, finalmente, que o Estado atendeu a esses pleitos.

Um outro estudo, dessa vez de Cristiano Lopes em parceria com Venício Lima (LIMA, V.; LOPES, 2007), mostra que, além dos políticos, também as instituições religiosas foram privilegiadas no atendimento pelo Estado. No sistema de privilégios montado dentro do Ministério das Comunicações aparecem os nomes de deputados estaduais, governadores, prefeitos e vereadores.

As conclusões do estudo:

1. *Durante a gestão de pelo menos dois ministros após a edição da Lei 9.612/98, há indícios de preferência na distribuição de outorgas de interesse político do próprio ministro.*

2. *O Palácio do Planalto acelerou processos ou reteve outros conforme interesses políticos.*

3. *Há uma “intensa utilização política das outorgas de radiodifusão comunitária”. Ela se dá em dois níveis: no municipal, em que as outorgas têm um valor político localizado; e no estadual/federal, aí as rádios comunitárias são controladas por forças políticas locais que devem o “favor” de sua legalização a um padrinho político.*

O estudo de Lima e Lopes mostra como a Igreja Católica tem abocanhado concessões de RCs:

No total, em 120 (5,4%) rádios comunitárias pesquisadas foi encontrado algum tipo de vínculo religioso. O domínio de vínculos pela religião católica é notável. Dessas 120 rádios, 83 (69,2%) eram ligadas à igreja católica, 33 (27,5%) a igrejas protestantes, 2 (1,66%) a ambas, 1 à doutrina espírita (0,8%) e 1 (0,8%) ao umbandismo. (LIMA, V.; LOPES, 2007).

Para os autores, essa forma de distribuição de outorgas de rádios comunitárias é “um comportamento que remonta ao velho Estado patrimonialista, no qual não havia limite entre o público e o privado e os patrimônios do Estado e do governante terminavam por se misturar”. Foi visto que:

Dos 1.106 casos detectados em que havia vínculo político, exatos 1.095 (99%) eram relativos a um ou mais políticos que atuam em nível municipal. Além disso, todos os outros 11 casos restantes são referentes a vínculos com algum político que atua em nível estadual ou candidatos derrotados a cargos de nível federal. **Não houve nenhum caso detectado de vínculo direto entre emissoras comunitárias e ocupantes de cargos eletivos em nível federal.** (LIMA, V.; LOPES, 2007, grifo dos autores).

Finalmente, os autores pedem a cassação dessas outorgas:

Os dados revelados por esta pesquisa permitem, portanto, que se iniciem ações legais para o afastamento dos dirigentes das associações e fundações que cometem essas ilegalidades ou até mesmo para a cassação das respectivas outorgas. (LIMA, V.; LOPES, 2007).

Com o objetivo de averiguar se procedem as conclusões do estudo de Lima e Lopes, analisamos três casos de rádios comunitárias autorizadas pelo Estado. Escolhemos uma do Sudeste (Rio de Janeiro), uma do Centro-oeste (Taguatinga), uma do Nordeste (Paraíba). Nossa pesquisa foi focada numa questão: se o endereço consignado no site do Ministério das Comunicações para a associação que ganhou a concessão tem relação com instituições religiosas, e se a programação da emissora diz algo parecido. Constatamos o seguinte:

1. Sudeste/RJ

Processo nº 53770.000456/99. Licença Definitiva para a “Associação Comunitária Nossa Senhora de Copacabana”, localizada na rua Hilário Gomes, 36, Copacabana, Rio de Janeiro. No local funciona a Igreja Nossa Senhora de Copacabana.

Conclusão: embora autorizada, a rádio está sob o comando da Igreja Católica.

2. Nordeste/PB

Processo nº 53730.000060/99. A autorização foi atribuída à “Associação Diamantense de Radiodifusão Comunitária”, instalada na Rua Abílio Sérvulo, 50, município de Diamante, Paraíba. Seu nome fantasia era “Rádio Comunitária Diamante FM”. Posteriormente, conforme o blog da emissora⁶⁷, mudou seu nome fantasia para “Rádio Comunitária Paullus FM”, e também sua razão social, para “Associação Paulina de Comunicação e Cultura para a Evangelização”.

A emissora, diz o seu site, surge...

com uma missão específica: assumir concretamente a missão de São Paulo, compartilhando em diferentes graus, sua espiritualidade e vida apostólica, especificamente no anúncio da Boa Nova através dos meios de comunicação social⁶⁸.

Diz ainda o blog da emissora:

Por fim, a Rádio Comunitária Paullus FM continua com os mesmos propósitos desde o seu nascedouro, enquanto Rádio Comunitária Diamante FM, acrescentado a estes, nossa missão específica: **viver e anunciar Jesus Cristo na cultura da comunicação seguindo os passos de São Paulo, que encarnou as palavras do Mestre: "Ide pelo mundo e anunciai o Evangelho a toda criatura" (Mc. 16,15)**⁶⁹. (grifo do autor)

Conclusão: embora autorizada, a rádio está sob o comando da Igreja Católica.

3. Centro-Oeste/DF

Processo nº 53000.000210/00. Autorização concedida à “Associação de Assistência Social Casa da Bênção”, localizada, de acordo com o MC, à Área Especial 5 - Setor F Sul Taguatinga Sul, Distrito Federal. A Catedral da Casa Bênção funciona no mesmo endereço, com o nome de fantasia de “Rádio ondas da bênção”⁷⁰.

Conclusão: embora autorizada, a rádio está sob o comando da Igreja evangélica Casa da Bênção.

⁶⁷ <http://radiopaullusfm.blogspot.com/p/nossa-historia.htm> Acesso em 13/09/2010.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ <http://www.catedraldabencao.org.br> Acesso em 29/09/2010.

Notamos que o processo de outorga de RC está submetido às interferências políticas e religiosas em duas instâncias de tramitação no Executivo: no Ministério das Comunicações (MC) e no Palácio do Planalto.

Essas as duas instâncias são autônomas. Uma emissora pode ser apadrinhada e receber a autorização no MC, mas isso não basta para que a outorga seja concedida. Ela vai precisar de um novo “empurrão”, “um jeitinho”, quando chegar ao Palácio do Planalto. Esse “empurrão” deve ser dado pelo político ou pela igreja interessada. Enquanto isso não acontecer o processo pode esperar bastante tempo antes de ser encaminhado ao Congresso Nacional.

As interferências políticas no Ministério das Comunicações se tornaram práticas comuns no Executivo. Mas não se limitam às rádios comunitárias. Conforme Girardi e Jacobus os parlamentares têm até cota de rádio/TV:

Na média, um em cada três congressistas (deputados e senadores) é dono ou testa de ferro de emissora de rádio e/ou TV. É por isso que, a cada duas rádios comunitárias outorgadas, uma sai através da chamada “cota parlamentar”. Mas, na mídia comercial, a situação é ainda pior. Todas as rádios e TVs comerciais conseguem suas licenças com a intermediação de algum político. Portanto, e apesar das conquistas já alcançadas, as regras que regulam as telecomunicações no Brasil ainda apresentam muitos problemas e precisam de mudanças. (GIRARDI; JACOBUS, 2009, p. 29)

O relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) observa que, se no Ministério das Comunicações um processo demora em média 26 meses, no Palácio do Planalto o tempo médio entre a entrada e saída de um processo é de 14 meses (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2005, p. 17). Este tempo de espera no Planalto mostra como um trâmite burocrático foi transformado em balcão de “negócios políticos”. Considere-se que, em tese, cabe ao Planalto apenas “carimbar” o processo e encaminhá-lo para o Congresso Nacional. Essa demora na liberação de rádios comunitárias corresponde ao tempo de negociação com os poderes envolvidos. E, claro, se uma rádio não conta com padrinhos políticos, se não aparece ninguém para negociar por ela, por melhor que seja seu projeto de RC está condenada a uma espera que pode chegar à dezena de anos.

Mas porque as interferências políticas e religiosas ocorrem em duas instâncias de tramitação (MC e Planalto) dentro do Estado? Uma só não bastaria?

Nossa hipótese é de que isto acontece por causa de disputas políticas dentro do Governo. Se o Palácio do Planalto é domínio do Partido dos Trabalhadores (PT), o Ministério das Comunicações foi historicamente controlado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No interior do Brasil, os aliados do PT nem sempre são aliados do PMDB. Por isso, rádios autorizadas pelo MC (instância do PMDB) podem estar sendo boicotadas quando chegam ao Palácio do Planalto (instância do PT). O Planalto, portanto, faz uma “peneira” do que foi aprovado pelo MC, ajustando a liberação de RCs aos seus “negócios políticos”⁷¹. Andam mais depressa as outorgas de rádios comunitárias ligadas a vereadores ou prefeitos aliados.

Essa “peneira política” feita no Palácio do Planalto toma uma importância maior porque, na prática, é a última instância antes da rádio ser aprovada. “Aprovado” no Planalto, o processo de outorga da emissora é enviado para o Congresso Nacional (que tem três meses para se pronunciar). Acontece que, desde a promulgação da Lei 9.612/98, o Congresso Nacional não vetou uma só RC⁷².

De qualquer modo, de acordo com o Ministério das Comunicações, atualmente existem 4.020 rádios comunitárias autorizadas⁷³. Considerando que a tramitação dos processos é contaminada por influências políticas e religiosas, estimamos que, no máximo, 10% dessas rádios sejam comunitárias “de qualidade”⁷⁴. A maioria das rádios autorizadas pelo Estado pertenceria às igrejas ou empresários, seriam emissoras comerciais disfarçadas, ou estariam subordinadas a prefeitos, vereadores ou deputados.

II.7 – O que é rádio comunitária

Para se fazer uma rádio comunitária é preciso mobilizar os indivíduos, homens e mulheres, entidades, líderes e liderados. É preciso fazer com que se reúnam e trabalhem por um objetivo comum, o “desenvolvimento” da comunidade. Ou, mais

⁷¹ Por “negócios políticos”, no caso, entendemos a liberação de RCs que são subordinadas ou gerenciadas por políticos ou religiosos aliados que têm poder na cidade. Não é interessante para o Planalto que um padre ou pastor anuncie no púlpito que a rádio comunitária não foi liberada ainda “por causa do Governo”. É politicamente interessante liberar uma rádio para igreja, mesmo com ambas as partes cientes, como vimos, de que isso é ilegal.

⁷² Nosso entendimento é de que se o Conselho de Comunicação Social (CCS), previsto na Constituição, estivesse atuando seria possível fiscalizar e impedir que processos irregulares fossem aprovados pelo Congresso nacional.

⁷³ A lista das RCs autorizadas: acesso em 13/09/2010. Disponível em http://www.mc.gov.br/images/radio-comunitaria/processos-autorizados/Rel_radcom_entidades_autorizadas-brasil_2010-09-09.pdf

⁷⁴ Essa estimativa é um dado empírico. Somente uma estimativa. Seria preciso investigar cada rádio para saber se ele está correto.

precisamente, que trabalhem por “objetivos comuns”. Os objetivos comuns, como parte do processo de “desenvolvimento”, incluem mais emprego, renda, trabalho; a conquista dos direitos constitucionais do cidadão (educação, saúde, moradia, transporte, meio ambiente equilibrado).

Para se criar uma rádio comunitária de fato é preciso haver uma mobilização social, e isto requer um entendimento comum (dos que fazem parte da comunidade) de que há um propósito comum.

Mobilizar é convocar voluntários a um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados. Vamos examinar os quatro elementos que compõem esta definição:

- 1) Se mobilizar é convocar, quer dizer que mobilizar é, antes de tudo, um ato de liberdade. Esta é a diferença entre a mobilização e os atos de manipulação, de persuasão, de chantagem pública que, às vezes, ocorrem.
- 2) Se é voluntário, é um ato de paixão, ou seja, não é possível mobilizar uma sociedade se não se despertar, previamente, a paixão.
- 3) Se é um propósito, quer dizer que é um ato de precisão, ou seja, de precisão pública. Não se convoca para qualquer coisa ambígua ou vaga, é algo que tem de ser claramente delineado, delimitado.
- 4) Se é compartilhada com interpretações e sentidos, a convocação é uma ato de comunicação. (TORO, 1996, p. 26).

A RC tem um papel importante na construção e sustentação da comunidade e na conquista dos direitos do cidadão, isto porque ela tem como princípios e finalidades (conforme os artigos 3º e 4º da Lei 9.612/98): promover a educação e a cultura, permitir a difusão de idéias, estimular o convívio social, prestar serviços de utilidade pública, respeitar os valores éticos, eliminar discriminação de raça, sexo, preferências sexuais, políticas e religiosas.

E o que é uma rádio comunitária?

É uma emissora administrada por um conselho da comunicação, sem fins lucrativos; não pertence à religião, partido ou empresa; seu objetivo maior é o desenvolvimento da comunidade. [...] Ela deve ser plural e democrática – tem que abrir espaço para todas as pessoas, todos os partidos, todas as religiões. Não pode fazer proselitismo religioso. (LUZ, D., 2001, p. 165).

Para autores como R. Murray Schafer, “a forma mais saudável de radiodifusão na atualidade é aquela que é intensamente comunitária” (SCHAFER, 2008, p. 243)

Aprioristicamente é estabelecida uma relação entre a comunidade e a RC. Os fundamentos para instalação e funcionamento de uma rádio comunitária já expressam os interesses maiores da coletividade por ela atendida.

Para ser comunitária, a (rádio) FM necessita mais do que um transmissor com antena. É preciso ter um grupo de pessoas determinadas a prestar serviço à comunidade. E ser reconhecido por essa comunidade. (GHEDINI, 2009, p. 18).

Rádios de baixa potência nascem e se instalam com um dono, um proprietário, ou até mesmo um grupo, uma instituição, e não são comunitárias. São rádios a serviço dessas pessoas e não da comunidade. Políticos, empresários e igrejas criam rádios populares, evangélicas ou católicas, mas não são comunitárias porque abrigam um proselitismo implícito. E todo proselitismo implica em separação, exclusão de alguém – ficam de fora aqueles que não concordam com o discurso. A comunidade evangélica e a católica têm direito aos seus veículos de comunicação, mas, conforme a lei, estes veículos não podem se apresentar para a sociedade como rádios comunitárias⁷⁵.

II.8 – Um modelo de rádio comunitária

Uma questão primária em rádio comunitária é exatamente defini-la: o que é rádio comunitária? Ou, em outros termos, o que seria uma rádio comunitária de qualidade?

Uma definição de rádio comunitária é dada pela Lei 9.612/98. Mas essa mesma lei que estabelece princípios e fundamentos para as RCs, acatados por dirigentes de rádios comunitárias e estudiosos, também – como foi visto – impõe uma série de restrições. Os fundamentos da rádio expressos na lei são de ordem ética, filosófica, enquanto as restrições estão no campo da política, embora apareçam como de ordem técnica. Diante dessa contradição, e após constatar que o Estado tem agido contra esse tipo de emissora, descartamos a definição legal (do Estado) para rádios comunitárias.

A legislação tem tantas restrições⁷⁶ que não seria justo aceitá-la como referência única. Considere-se ainda que o Ministério das Comunicações demonstrou estar sujeito a influências de “coronéis” (LIMA, V.; LOPES, 2007), que conseguem concessões burlando a lei. O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) confirma que existem “rádios autorizadas, mas que não são comunitárias; e rádios

⁷⁵ A Lei 9.612/98 veta o proselitismo religioso nas RCs e o seu controle por religiões.

⁷⁶ Vide Capítulo VI desta Dissertação.

não autorizadas que funcionam como comunitárias”. Não é, portanto, a concessão oficial que garante a legitimidade da RC.

Uma vez que a definição legal para as rádios comunitárias está contaminada por uma posição ideológica de Estado (contrária a esse tipo de emissora), o nosso desafio era encontrar uma definição que servisse aos nossos objetivos epistemológicos. Tivemos, assim, que construir um modelo de rádio comunitária - uma definição para o que é “rádio comunitária de fato”, ou “de qualidade”. Este modelo foi essencial para distinguir o que é e o que não é RC.

O nosso ponto de partida foram os critérios definidos por alguns autores: critérios técnicos e políticos que delimitam o espaço conceitual em que se situam as rádios comunitárias. Eles definem minimamente o que é uma “RC de qualidade”.

Nossa decisão em estabelecer o que é uma RC a partir de determinados critérios assume um caráter fundamental nesse trabalho uma vez que é comum emissoras de baixa potência, principalmente as legalizadas, apresentarem-se à comunidade como rádio comunitária, embora estejam sob o comando de religiões, empresários, políticos. São aberrações, engodos, que confundem a comunidade e também o estudioso do tema. Rádios deste tipo podem trazer elementos que a fazem “mais ou menos” comunitária. Algumas se apresentam como “rádios populares”, ou “democráticas”, por abrirem espaços para expressão da população, mas fazem isso sem abrir mão do comando político e administrativo da emissora.

É fundamental que, a partir de determinados critérios, tenhamos claro o que é uma rádio comunitária. Deste modo vamos ter uma fronteira de trabalho bem definida e evitamos cair no engodo criado por falsas RCs. Para os fins desta pesquisa, ao tratarmos de rádios comunitárias, ou rádios comunitárias “de qualidade”, estamos nos referindo a este modelo aqui estabelecido.

Um dos autores a estabelecer critérios para definir uma rádio como comunitária foi a professora Cicilia Peruzzo. Para ela uma rádio comunitária “de qualidade” deve ter:

a) *Caráter público.* *Pertencer a uma coletividade geograficamente definida;*

b) Democracia. Possuir sistemas de gestão compartilhada, funcionando com órgãos deliberativos coletivos, tais como conselhos gestores, editoriais e assembleias públicas;

c) Controle social. A programação deverá ser acompanhada e fiscalizada, no sentido de verificar sua adequação aos interesses da comunidade e aos princípios da lei, por um Conselho formado por entidades da comunidade local;

d) Pluralismo. Ser plural, no sentido de permitir que todos os segmentos da comunidade tenham o direito de se expressar no veículo em igualdade de condições;

e) Não ter fins lucrativos. Os recursos da propaganda devem ser destinados ao custeio, manutenção de pessoal e/ou reinvestimento no próprio veículo ou em ações para a comunidade;

f) Compromisso social. Promover ações que visem o desenvolvimento e a organização da comunidade;

g) Conteúdo Local. Valorizar e incentivar a produção local;

h) Sem proselitismo. As religiões não podem usar a rádio para realizar cultos, missas, pregações;

i) Educar para a cidadania. Tem compromisso com a educação para a cidadania no conjunto da programação;

Aos critérios definidos por Peruzzo para uma RC “de qualidade” estamos acrescentando:

- **Jornalismo com a comunidade.** Ela deve fazer um jornalismo que tem na comunidade o seu foco principal. Não é um jornalismo **para**, mas **com** a comunidade; a comunidade faz o jornalismo que lhe interessa.

- **Programação musical de qualidade.** A RC valoriza a diversidade de expressões musicais; promove os artistas locais; não recebe remuneração para tocar música (jabá); não toca músicas que estimulem a violência, racismo, discriminação, exclusão. Este conjunto de ações possibilita a construção de uma

estética da comunidade; é a comunidade que determina o belo - distinguindo o que é de qualidade – e não mais a indústria cultural.

- **Postura educacional.** Rádio é escola. Sua missão é transmitir o saber. E o que melhor reflete isso é a concepção socrática da *mayéutica* citada por José López Vigil:

Sócrates chamou de *maiêutica* [...] ao seu método filosófico de investigação e aprendizagem. Se tratava de descobrir [...] a verdade que estava adormecida na mente de cada pessoa. Como a parteira que *educe* ao feto e o traz à luz, quem educa também ajuda a extrair as ideias mais honestas, os melhores conceitos de outras pessoas. Sob esta ótica, educar seria facilitar o pensamento próprio. Mais que repassar conhecimentos, a pedagogia socrática aponta para o desenrolar da personalidade, o desenvolver, *descolar*, as potencialidades do ser humano. (LÓPEZ VIGIL, 2008, p. 149, tradução nossa).

- **Publicidade ética.** A RC não faz publicidade de produtos e serviços que não sejam de interesse da comunidade. A propaganda não conflita com o papel educativo da RC e o seu compromisso com a comunidade; ela se adequa a essa relação em que o ouvinte e o “transmissor” se confundem. Toda propaganda se submete à ética.

- **Canais de prestação de contas.** É o instrumento da Ouvidoria. A comunidade pode interpelar a emissora com sugestões e críticas⁷⁷.

Sobre essa liberdade manifestada como exercício de democracia (um princípio das RCs), o dramaturgo alemão Bertold Brecht disse:

O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, constituiria um fantástico sistema de canalização, se fosse capaz, não apenas de *emitir*, mas também de *receber*. O ouvinte não deveria apenas *ouvir*, mas também *falar*: não se isolar, mas ficar em comunicação com o rádio. A radiodifusão deveria se afastar das fontes oficiais de abastecimento e transformar os ouvintes nos grandes abastecedores. (BRECHT apud ORTRIWANO, 2008, p. 57, grifo do autor).

No nosso entendimento (LUZ, D., 2007, p. 24), enquanto meio de comunicação, a RC teria as seguintes funções sociais:

Provocar a reflexão - A RC deve provocar as pessoas a pensarem. Ao sugerir questionamentos, queremos que a comunidade reflita sobre seu cotidiano, sobre os grandes temas nacionais e internacionais e sobre os

⁷⁷ Este critério foi apresentado como sugestão pelo professor Fernando Oliveira Paulino, ao participar da banca de Defesa desta Dissertação, em 27/01/2011. Consideramos oportuna e legítima e por isso a incluímos.

temas que lhe afetam diretamente; que ela reflita sobre sua realidade; sobre sua vida.

Fazer perguntas - A função da rádio comunitária [...] é fazer com que as pessoas façam perguntas, questionem, pensem. [...] A rádio pode até ter sua opinião, mas a boa rádio deixa ao ouvinte a possibilidade dele criar sua posição.

Formular propostas com a população - A RC deve atuar para que os problemas da comunidade sejam resolvidos por todos. A participação é fundamental. As pessoas devem ser incentivadas a buscar soluções em conjunto e a formular novas propostas e projetos de interesse da comunidade.

Educar - A rádio comunitária deve se comportar – sempre! – como uma escola. Sua função maior é ensinar. Por isso, quem faz rádio comunitária tem uma grande responsabilidade junto à comunidade.

Promover a arte e a cultura - Uma das missões da RC é promover os artistas locais, e a arte de qualidade. É através da rádio que a comunidade conhece os seus artistas. [...] A rádio promove a cultura ao mostrar os hábitos locais, as tradições, a música de raiz e a música moderna; ao levar informações importantes de outras regiões; ao estimular a busca do conhecimento.

Aprender com o povo - A boa rádio comunitária é aquela que se constrói com o povo, com a sua comunidade. É aquela que aprende na troca de informações entre a comunidade.

Questionar o latifúndio da comunicação - Uma das funções da rádio comunitária é contar a história das rádios comunitárias. E aí, revelar como se constituiu no país o latifúndio da comunicação – o que é, como agem os ruralistas da comunicação.

Fazer a crítica aos meios de comunicação - Como muita gente ainda não percebeu o que representam os grandes meios de comunicação, é importante que a rádio faça a crítica aos programas e às emissoras.

Enfrentar os grandes temas - Não podemos manter os tabus, preconceitos, discriminações. Precisamos discutir os temas atuais da humanidade, e aqueles que dizem respeito direto à comunidade. Uma das missões da RC é trazer os grandes temas para o debate. A RC é o lugar para se discutir racismo, reforma agrária, aborto, sexualidade precoce, programas infantis, homossexualismo, prostituição,...

Desaprender o que é ultrapassado - Muita coisa que existe no nosso cotidiano a gente sabe que é ultrapassado, mas ainda não enterramos. Em sua maioria, são conceitos e visões que nos foram impostas por essa elite. Cabe à rádio comunitária enterrar esse defunto.

Ser moderna - A RC deve ser moderna, mas não exatamente no sentido tecnológico. Mais importante que usar equipamentos de última geração é a rádio ter uma programação de qualidade, ser educativa, promover a cultura, promover a cidadania, ser criativa, ser honesta com o público. Ser moderna é também ousar na programação, criar programas interessantes, bem-humorados, mas educativos.

Não ter medo do novo - O papel da RC é ser algo diferente, original, algo que não foi feito ainda. Por isso não podemos ter medo do novo. O novo é uma nova idéia, uma nova proposta, um novo programa, uma nova concepção de radiojornalismo.

Mostrar a realidade - (A RC) mostra o lugar, mostra o povo do lugar, mostra o país. Debate questões locais, nacionais, internacionais. [...] Mobiliza o povo para as grandes causas. Provoca a reflexão e a ação.

Cumpre ainda observar uma questão conexas. Na definição do que é rádio comunitária, intencionalmente não estabelecemos distinção entre aquelas que transmitem por radiofrequência (usando transmissores) ou “por fios”, como é o caso das rádios “de poste” ou “rádios cornetas”. A Lei 9.612/98 trata exclusivamente de

RC em radiofrequência. Não faz referência às “rádios cornetas”. Estas, para funcionar, precisam de alvará da Prefeitura - não é da competência do Ministério das Comunicações opinar sobre o tema. De acordo com os critérios de qualidade aqui apresentados, também “rádios- cornetas” podem ser consideradas comunitárias⁷⁸.

II.9 – Mobilização e desmobilização

É preciso entender rádio comunitária como um processo político e social e não apenas como um veículo de comunicação. No nosso caso, podemos considerar o processo comunicacional - onde a RC é o centro - como o elemento transformador da realidade social e política local. Em outros termos: a RC “de qualidade” – e é preciso frisar isto –, por natureza, está sempre promovendo transformações na comunidade.

A principal característica transformadora está no fato dela permitir-se gestão e participação de qualquer pessoa da comunidade. Nenhum outro veículo admite esta abertura. Podemos afirmar que uma RC somente existe quando dá abertura à comunidade, quando qualquer um pode ser “dono” da rádio, fazer programas, operar o áudio, fazer locução, fazer radiojornalismo.

Ao menos legalmente, com o advento das rádios comunitárias, o cidadão ganha uma nova condição: de mero ouvinte/receptor ele se transforma, teoricamente em transmissor/receptor de mensagens (FERREIRA, 2006, p. 283).

O que temos é uma transformação social: aquele que antes apenas ouvia agora pode falar. Mais que isso: ele pode assumir o controle (e o poder) sobre o espaço.

Estamos tratando de atores sociais – indivíduos e instituições. Com esta transformação, os atores sociais, antes relegados ao silêncio, podem se expressar e determinar o jornalismo que querem fazer chegar ao público. Esse poder determinaria todo processo jornalístico: o que é notícia (o valor-notícia), enquadramento (cortes e recortes), quem fala, como fala, o formato, a extensão, horário na programação, reprodução, etc.

⁷⁸ Nas visitas as RCs, observamos que, com a aprovação da lei que regulamenta as rádios comunitárias, ocorreu um fenômeno: rádios de poste que operavam em feiras, mercados, comunidades, passaram a se apresentar como “rádios comunitárias”. Algumas delas adquiriram transmissores, descartaram as cornetas nos postes, e se tornaram “rádios comunitárias”. Temos o exemplo da Rádio Alto Falante, instalada no Alto José do Pinho, em Recife (PE), que funciona como uma legítima rádio comunitária. O fenômeno das rádios cornetas convertidas em comunitárias merece um estudo mais aprofundado.

Na prática, evidentemente não é assim. Podemos ter rádios pretensamente comunitárias sob o controle...

1) da Igreja Católica e denominações evangélicas. Elas disputam o controle do espectro eletromagnético (LUZ, M., 2008);

2) de grupos políticos. Politicamente da esquerda ou direita, esse grupos usam a RC para fazer proselitismo ideológico;

3) de empresários. Eles dispõem de recursos para disputar licitações de emissoras comerciais mas...

muitas vezes, por falta de recursos financeiros ou estrutura empresarial para atender os requisitos de uma licitação comercial, os pequenos empreendedores locais acabam optando por uma concessão comunitária, cujo processo de implantação da emissora exige menos burocracia e investimentos. (FERREIRA, 2006, p. 17).

Muitas dessas emissoras não comunitárias conseguem autorização oficial para transmitir. E se aplicam o rótulo de “comunitárias” ou “populares” para obter legitimidade junto à comunidade. São falsas rádios comunitárias. Certamente, estão distantes do conceito de rádio comunitária “de qualidade” aqui apresentado. Mas como identificar as falsas RCs? Apontamos sete características mais evidentes:

1 – Elas têm proprietário – o empresário, o político, a religião ou o líder religioso; é um grupo fechado.

2 - Fazem proselitismo religioso ou ideológico.

3 - O compromisso delas não é com a comunidade, mas com um grupo, uma pessoa, uma religião, uma ideologia política.

4 - A prioridade delas é o comércio (se o dono é empresário), ou a manutenção do poder político ou religioso na região.

5 – Elas mentem para comunidade ao se apresentar como “comunitárias”

6 - Elas excluem a parcela da comunidade que não comunga ideologicamente, ou religiosamente, com os dirigentes da emissora.

7 – A autorização de funcionamento (concessão) foi obtida no Ministério das Comunicações fazendo uso de subterfúgios, incluindo a influência política ou religiosa sobre o órgão.

Cartilha elaborada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), lista outras características das “pseudocomunitárias”:

Entre as práticas que são mais comuns em rádios comerciais, e que são normalmente incorporadas pelas “*pseudocomunitárias*”, podemos citar:

- venda de espaço na emissora;
- vínculo do tipo “chapa branca”, com relações de subordinação ou parceria com os poderes políticos locais;
- apoio cultural na forma de jabá, veiculando uma grande quantidade de “abraços” e “parabenizações” para comerciantes da região. Muitas vezes, este jabá nem entra no caixa da rádio, indo direto para o bolso de quem captou o apoio;
- É comum vermos comunicadores de emissoras com outorga de comunitária lançando-se para vereador e/ou apoiando candidaturas, direta ou indiretamente Bem como outros eventos de ordem particular/privada. A intenção, nestes casos, é pura e simplesmente a promoção e o benefício pessoal. (GIRARDI; JACOBUS, 2009, p. 25).

As RCs “de qualidade” tendem a uma situação de precariedade: os recursos humanos são voluntários; faltam equipamentos; falta infra-estrutura de comunicação; não têm transporte. Em alguns casos a precariedade é superada quando a emissora consegue um nível de gestão tal que supera as limitações impostas pela legislação e outros elementos da conjuntura.

Diante deste cenário tão negativo para o funcionamento das RCs, é o caso de indagarmos sobre a possibilidade de uma saída política através da organização e mobilização das RCs. E isto se daria com o surgimento de lideranças, a promoção de debates públicos, a ação de entidades que têm como objetivo a promoção das rádios comunitárias.

Nosso entendimento é de que se faz necessário um estudo sobre o que se configura como o “movimento das rádios comunitárias no Brasil”. E um capítulo central deste estudo seria exatamente o papel desempenhado pelas entidades que atuam com RCs no país. Aqui, listamos as principais que atuam com RCs no Brasil: Associação Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc); Sindicato das Rádios Comunitárias (Sinderc), atuando principalmente em São Paulo e Mato Grosso; Conselho Regional de Radiodifusão Comunitária (Conrad), no Rio Grande do Sul; Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço). Merece citação o

trabalho da Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER), de formação em rádios populares e comunitárias, pioneira no continente.

Como contribuição a esse estudo, trazemos algumas observações sobre a entidade mais conhecida, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço).

Fundada em 1996, no município de Praia Grande (SP), por militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), a Abraço usa o modelo institucional da Abert, com filiações nas diversas Unidades da Federação. Isto é, existe uma Abraço nacional, em tese orientadora política e aglutinadora das ações da entidade, e Abraços estaduais, com autonomia para agir na sua região.

Consideramos que a Abraço tem tido uma ação pífia neste “movimento das rádios comunitárias”. Elencamos a seguir as ações e omissões da Abraço nacional que, ao nosso ver, contribuem negativamente para a história das rádios comunitárias do Brasil⁷⁹:

1. Não há rotatividade de poder na entidade

Em quase 15 anos de existência a Abraço só teve dois presidentes (Sebastião Santos e José Sóter), e, entre eles, uma diretoria colegiada. Os dois presidentes são militantes do PT. Como cobrar democracia na comunicação se o princípio da alternância do poder não está sendo seguido pela própria entidade?

2. A instituição não tem uma proposta de lei que substitua a Lei 9.612/98 ou proposta alternativa ao Decreto 2.615/98.

Os problemas da legislação em vigor são evidentes, mas até hoje a entidade não tornou pública nenhuma proposta para o debate.

3. A Abraço não agiu quando se tornou público o estudo realizado por Venício Lima e Cristiano Lopes dando conta de que há interferências políticas e religiosas no Ministério das Comunicações.

⁷⁹ Em novembro de 2010, para ouvir o contraditório da entidade diante do que apresentamos aqui, encaminhamos por email uma série de perguntas. Até a conclusão deste trabalho não recebemos resposta da Abraço.

O estudo comprova que os processos de rádios comunitárias submetidos ao Executivo estão “contaminados” por interferências políticas e religiosas. Era o caso da Abraço denunciar na época o ministro Hélio Costa e o primeiro escalão do MC na Comissão de ética do Executivo. A entidade poderia denunciar publicamente a ilegalidade. A Abraço nada fez.

4. A repressão às rádios não-autorizadas não gerou respostas mais concretas da entidade.

A Abraço não sistematizou as denúncias de abuso cometidas pelo aparato repressor de Estado, o que permitiria um diagnóstico mais preciso da situação. Tampouco fez alguma ação jurídica para conter ou rever a repressão⁸⁰.

5. A Abraço não se comunica.

Somente em 2010, com 14 anos de existência, a entidade conseguiu colocar no ar seu site oficial (www.abraconacional.org). Acessado em 12/10/2010, percebe-se que ele está incompleto: ele se ressent de posicionamentos éticos e políticos, propostas, notícias atualizadas, indicações de bibliografias, informações básicas sobre as rádios comunitárias (como montar, equipamentos, etc.). A bem da verdade, é preciso informar que a filiada estadual da Abraço no Rio Grande Sul mantém um site há pelo menos cinco anos.

6. A Abraço não denunciou nem criticou o fato das igrejas estarem se apossando de concessões de Rádios comunitárias.

Em que pese muitas rádios estarem sob o controle das igrejas (católicas ou evangélicas) a Abraço não denunciou o fato nem se posicionou publicamente sobre o assunto. Não localizamos documento (Nota, Manifesto ou declarações dos seus dirigentes) neste sentido.

7. A Abraço não tornou público os critérios que defende para uma rádio comunitária de qualidade.

⁸⁰ Com referência aos abusos na repressão duas ações precisam ser citadas: 1) a Amarc denunciou o Brasil na Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), por agir contra as normas internacionais; 2) pessoalmente cuidei de sistematizar o Dossiê: violência contra as rádios comunitárias, que foi assinado por várias entidades, incluindo a Abraço. Um segundo dossiê foi elaborado por nós, mas este jamais foi tornado público.

*Não parece claro para a sociedade e, principalmente, para aqueles que fazem ou pretendem fazer rádios comunitárias, o que é uma RC de qualidade. Resultado: nos mais diversos recantos do país, prevalece o que cada um **acha** que é RC. Essa indefinição tem levado as emissoras comunitárias a copiarem o modelo das comerciais. Um documento da Abraço definindo o que é RC de verdade, que seria básico para o setor, não existe. Isso também favorece as intervenções de outros poderes sobre as emissoras comunitárias.*

*Quando foi criada, em 1996, a Abraço produziu um “Código de ética”. Esse documento – que **não** está disponível no site da entidade - estabelece algumas normas para uma RC de qualidade. De qualquer modo um “Código de ética” (que é um código de conduta) é diferente de uma definição conceitual para uma RC de qualidade.*

8. A Abraço não produziu documentos (textos, cartilhas ou revistas) informando o que entende por radiojornalismo comunitário.

Pesquisamos, para incluir neste trabalho, um posicionamento da entidade sobre o tema. Não encontramos. De um modo geral, a entidade não elabora propostas, ideias, conceitos.

No caso do radiojornalismo, embora ele se constitua num dos principais elementos para qualificar as rádios comunitárias, a Abraço não produziu textos sobre o tema. Também desconhecemos se a Abraço promoveu cursos de formação em radiojornalismo para os que atuam nas rádios.

9. A Abraço não reagiu diante da ação do Executivo de retardar a aprovação de lei que anistiava os que foram punidos por operarem rádios sem autorização.

A proposta do Executivo impediu o avanço de Projeto de Lei - considerado melhor - que já estava em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados (na Comissão de Constituição e Justiça). Foi um retrocesso. E a Abraço não reagiu⁸¹.

10. A Abraço criou um falso acordo com o Governo, um “blefe”.⁸²

⁸¹ Vide Capítulo II.6.6 – “O Estado contra as rádios comunitárias”, item 8. “Aprimorou a repressão”.

A partir da Conferência de Comunicação, a Abraço divulgou documento que revelaria acordo firmado entre a entidade e o Governo para atender uma série de reivindicações das rádios comunitárias. O documento que a entidade divulgou é assinado por três representantes do Estado: Marcelo Bechara, consultor jurídico do Ministério das Comunicações; Otoni Fernandes Junior, sub-chefe-Executivo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Gerson Almeida, Secretário nacional de articulação social da Secretaria Geral da Presidência da República.

O documento não tem o timbre do Governo e nem o da própria Abraço, entidade que afirma ter feito o acordo. Como uma entidade firma um acordo e não assina o papel que viabiliza esse acordo?

Isto sugere que o documento seja apenas uma carta de intenções políticas. No melhor sentido, uma promessa sem garantias; no pior sentido, uma farsa, construída com o fim de enganar o movimento e exibir um falso poder político da Abraço sobre o Executivo. Está claro que ninguém pode cobrar dos que o assinaram (funcionários subalternos no Estado) a sua execução em nenhuma instância jurídica. Daí se indaga: qual a validade de um acordo que não pode ser cobrado? Qual legitimidade de um texto apresentado em duas folhas de papel sem timbre, sem data, sem a assinatura de uma das partes (a Abraço), sem prazos para o cumprimento do que teria sido “acordado”, sem compromissos firmados? Está claro: não tem nenhuma validade. É uma farsa.

Em resumo, este “acordo” foi um blefe.

11. A Abraço não questionou a intenção do Governo de colocar as emissoras fora do dial.

Desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, quando a lei 9.612/98 foi sancionada, que a Anatel anuncia, através de “Resoluções”, que pretende colocar as RCs fora do dial (abaixo de 88 MHz). “Fora do dial” significa, na prática, a inviabilidade de recepção do sinal. Não identificamos nenhuma ação da Abraço para combater esta segregação.

12. A Abraço não questionou judicialmente a legitimidade da aplicação do artigo 70 da Lei 4.117/62.

Criado no regime ditatorial o dispositivo está em vigor até hoje.

13. A Abraço não questionou a ilegalidade do Decreto 2.615/98 por exorbitar a Lei 9.612/98.

A Lei 9.612/98 fala que a RC deve atingir a vila, o Decreto 2.615/98, porém, estabelece 1 Km de alcance. Seria o caso de uma Ação Judicial. Isto não aconteceu.

Tudo isso nos faz concluir que a Abraço nacional não contribuiu com a mobilização das rádios comunitárias e com o enfrentamento dos problemas inerentes à área. Embora a entidade se diga representante das rádios comunitárias, consideramos pífias (quando acontecem) suas manifestações políticas diante das ações do Estado contra as RCs. Embora criada em 1996, a Abraço nacional só se manifestou politicamente com relação aos principais temas em 2009, quando da realização de um evento patrocinado pelo Governo, a “I Conferência Nacional de Comunicação” (Confecom)⁸³; isto é, 14 anos depois. Nosso entendimento é de que uma entidade que se diz representante das rádios comunitárias deveria ter posicionamentos, ideias, propostas de mudanças.

A nosso ver a Abraço nacional privilegiou o “assento político” (a presença em eventos, as conversas nos corredores, as alianças com o poder). A entidade desprezou o que nos parece mais importante: estabelecer um rumo conceitual para as rádios comunitárias (no que se refere a princípios, programação, gestão, etc.); fazer a defesa das RCs quanto à legislação, às ações de repressão do Estado, às agressões do setor privado; promover formação em programação, gestão democrática, radiojornalismo. Ao optar pelo “assento político”, a entidade nacional encolheu-se, não agiu nos momentos certos, não construiu uma base conceitual que definisse as fronteiras sobre o que é e o que não é rádio comunitária. O movimento somente avançou, criando referências nacionais em RCs, por conta de: 1) ações isoladas de algumas rádios (caso da Valente FM, Santa Luz FM e Heliópolis, entre

⁸³ A Confecom aconteceu em Brasília, de 14 a 17 de dezembro.

outras); 2) a atuação de entidades como Amarc e Conselho Regional de Radiodifusão Comunitária (Conrad⁸⁴), e de algumas regionais da Abraço.

A pesquisa que fizemos em emissoras do Nordeste, Centro-oeste e Sudeste, revela que apesar do isolamento cultural e político imposto pelo Estado, e apesar d falta de entidades mobilizadoras, algumas rádios construíram, ou estão construindo, rádios comunitárias “de qualidade”.

⁸⁴ O Conrad tem sede em Porto Alegre (RS).

CAPÍTULO III – JORNALISMO E RADIOJORNALISMO

III.1 - Comunicação

Existem vários conceitos de comunicação. Escolhemos alguns autores que estão sintonizados com a nossa visão, partindo de uma conceituação mais abrangente, como a de Wolton, até uma mais particularizada, como a de Peruzzo.

Dominique Wolton concebe três “sentidos” da comunicação:

1. Comunicação direta:

A comunicação é, antes de mais nada, uma experiência antropológica fundamental. Do ponto de vista intuitivo, comunicar consiste em compartilhar com o outro. Simplesmente não há vida individual e coletiva sem comunicação. [...] Não há seres humanos sem sociedade, como não há sociedade sem comunicação. E é por isso que comunicação é, ao mesmo tempo, uma realidade e um modelo cultural. [...] O ato banal de comunicação condensa em realidade a história de uma cultura e de uma sociedade. (WOLTON, 2004, p. 20).

Este é o sentido mais aplicável ao nosso campo de estudos, conforme a concepção de Bourdieu para “campo” (um espaço social estruturado, um campo de forças). Estamos tratando de relações entre pessoas no *construto* de comunidades, incluindo as disputas inerentes ao processo. Não por acaso, dentro desse sentido de comunicação, Wolton considera que “comunicar supõe aderir aos valores fundamentais da liberdade e da igualdade dos indivíduos”, isto é, incorporar-se a uma comunidade com seus valores e tradições. Comunicar é, também, “a busca de uma ordem política democrática”; ou seja, a procura (luta) por momentos democráticos.

2. Comunicação técnica:

A comunicação é também um conjunto de técnicas que, no período de um século, quebrou as condições ancestrais da comunicação direta, substituindo-a pelo reino da comunicação à distância. Entende-se hoje por comunicação tanto a que é exercida de forma direta entre duas ou mais pessoas, como a comunicação mediatizada pelas técnicas (telefone, televisão, rádio...). (WOLTON, 2004, p. 30).

3. Comunicação social:

A comunicação tornou-se uma necessidade social funcional para as economias interdependentes. [...] Se tudo é aberto e em interação com uma

divisão internacional do trabalho, então os sistemas técnicos, dos computadores às redes e aos satélites, são uma necessidade funcional, sem relação com o modelo de comunicação normativo. É a mesma palavra sem o mesmo conteúdo. A ‘comunicação mundial’ não tem mais [...] a ver com o horizonte nem com o seu sentido na escala dos indivíduos e dos pequenos grupos. (WOLTON, 2004, p. 31).

Na opinião do estudioso francês existe um ponto em comum entre esses três sentidos: a interação. Aliás, diz ele, é a interação mesmo que define a comunicação. Wolton alerta, porém, que mais interação, não significa mais compreensão, ou mais “intercompreensão”. Esse paradoxo é evidente. Na medida em que se conhece o outro da comunidade, pode se descobrir que ele é completamente diferente, e assim inviabilizar uma relação (interação).

Para Wolton a comunicação está associada a dois significados: o de *compartilhar*, próximo da idéia de **comunicação normativa**:

Por **comunicação normativa** entendemos o ideal de comunicação, isto é, a vontade de intercambiar para compartilhar algo em comum e compreender-se. A palavra ‘norma’ não implica um imperativo, mas sim um ideal buscado pelos indivíduos. A vontade de compreensão mútua é, nesse caso, o horizonte dessa comunicação. E quem fala em compreensão mútua pressupõe também a existência de regras, de códigos e símbolos. Ninguém ‘aborda’ naturalmente a pessoa alheia. O objetivo da educação e da socialização é fornecer a cada um as regras necessárias para entrar em contato com os outros. (WOLTON, 2004, p. 32, grifo nosso).

E o de *transmissão e difusão*, próximo da idéia de **comunicação funcional**:

Por **comunicação funcional** entendemos as necessidades de comunicação das economias e das sociedades abertas, tanto para troca de bens e serviços como para fluxos econômicos, financeiros ou administrativos. Nesse caso as regras têm um papel ainda mais importante do que no âmbito da comunicação interpessoal, não sob uma perspectiva de intercompreensão ou intersubjetividade, mas sim de uma eficácia ligada às necessidades e aos interesses. (WOLTON, 2004, p. 33, grifo nosso).

Destacamos aqui que a comunicação normativa é a que se faz nas rádios comunitárias.

Por seu turno, ao resgatar a etimologia da palavra comunicação, o professor Venício Lima recupera uma relação fundada entre comunicação e comunidade, o que não difere dessa “comunicação normativa” estabelecida por Wolton.

Diz Lima:

O primeiro problema que se encontra numa aproximação do campo de estudo das teorias da comunicação é o próprio significado original da

palavra. Comunicação tem origem etimológica no substantivo latino *communicationem* (século XV), que significa 'a ação de tornar comum'. Sua raiz é o adjetivo *communis*, comum, que significa 'pertencente a todos ou a muitos'. E o verbo *comunicare*, comunicar, que se significa 'tornar comum, fazer saber'.

Com essa origem, a palavra comunicação carrega até hoje uma ambigüidade não resolvida na ação implícita de seu significado original. Essa ambigüidade é representada, em seus extremos, por transmitir, que é um processo unidirecional, e compartilhar, que é um processo comum ou participativo. (WOLTON apud LIMA, V., 2001, p. 24, grifo do autor),

Venício Lima, estudioso de Paulo Freire, diz que o pedagogo pernambucano faz uma distinção entre **comunicação** e **transmissão** (de informações). Para Freire, transmissão implica transferência, invasão. Esses termos negam a humanidade, transformando o homem em “coisa” (LIMA, V., 2001). Essa “coisa” é o homem alienado na visão marxista.

Qual o papel da comunicação? Paulo Freire deixa claro que “o mundo dos seres humanos é um mundo de comunicação” (FREIRE apud LIMA, V., p. 66). Essa humanidade, porém, só é possível dentro de um compartilhar e um pensar individual dentro do coletivo:

O Sujeito pensante não pode pensar sozinho. Não pode pensar acerca dos objetos sem a co-participação de outro Sujeito. Não existe um 'eu penso', mas sim um 'nós pensamos'. É o 'nós pensamos' que estabelece o 'eu penso' e o proposto. Esta co-participação dos Sujeitos no ato de conhecer se dá na comunicação. [...] A comunicação implica uma reciprocidade que não pode ser rompida. Portanto, não é possível compreender o pensamento sem referência á sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. [...] o que caracteriza comunicação enquanto esse comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. [...] A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE apud LIMA, V., 2001, p. 63)

Para Lima, ao estabelecer a comunicação como um ato de pensar “dos Sujeitos”, Freire estaria...

definindo a comunicação como a **situação social** em que as pessoas criam conhecimentos juntas, transformando e humanizando o mundo, em vez de transmiti-lo, dá-lo ou impô-lo. A comunicação é uma interação entre Sujeitos iguais e criativos”. (FREIRE apud LIMA, V., 2001, p. 64, grifo do autor).

A expressão “diálogo” é um dos lastros do conceito de comunicação de Paulo Freire. Considere-se que nas rádios comunitárias, a priori, a comunicação é dialógica. Deve haver troca de saberes entre os atores sociais envolvidos, e esses atores não podem estar em diferentes planos de fala. Na concepção do diálogo freiriano não podem existir enunciadores com maiores poder de fala. Na rádio

comunitária, por princípio, todos têm o mesmo direito de voz e o mesmo status de enunciação.

O que torna a contribuição de Paulo Freire singular e original é exatamente ele ter ido à raiz conceitual da noção de comunicação e nela incluído a dimensão política da igualdade, de ausência da relação desigual de poder e dominação. Comunicação implica um diálogo entre Sujeitos mediado pelo objeto de conhecimento que, por sua vez, decorre da experiência e do trabalho cotidiano. [...] A comunicação é, portanto, por definição, dialógica. (LIMA, V., 2001, p. 69).

A noção de comunicação como um diálogo também é defendida por **Ciro Marcondes Filho**. Ele considera que “comunicação é uma relação entre pessoas, um certo tipo de ocorrência em que se cria uma situação favorável à recepção do novo” (MARCONDES FILHO, 2008, p. 8).

Para Marcondes Filho, há duas formas de comunicação:

Uma, em que eu removo todo o meu eu de dentro de mim, esvazio minha interioridade, abro espaço para o outro, busco aprender com ele, enriquecer-me com ele, aumentar meu grau de complexidade a partir de nosso relacionamento, em suma, busco chegar a uma comunicação em profundidade, uma comunicação densa, ampla, transformadora. E outra, em que eu não estou interessado em me transformar, mas em me informar, em saber, em compreender tantas as coisas como as pessoas, em dominá-las, domesticá-las. (MARCONDES FILHO, 2008, p. 30).

Marcondes Filho diz que a comunicação ideal ocorre quando: 1) há disposição dos participantes do diálogo, da comunicação, em receber o novo; 2) quando os participantes, por conta desse novo, saem modificados.

Comunicação é exatamente isso: o fato de eu receber o outro, a fala do outro, a presença do outro, o produto do outro, e isso me transformar internamente. (MARCONDES FILHO, 2008, p. 8).

O autor enfatiza que,

a comunicação realiza-se no plano da interação entre duas pessoas, nos diálogos coletivos, onde esse novo tem chance de aparecer, onde o acontecimento provoca o pensamento, força-o, onde a incomunicabilidade é rompida e criam-se espaços de interpenetração. (MARCONDES FILHO, 2008, p. 64).

Por sua vez, o professor de ética da Universidade de Brasília, **Luís Martins da Silva**, introduz uma base moral para a comunicação. Diz ele que “a principal condição para que haja comunicação é a competência moral dos interlocutores” (SILVA, 1997, p.30).

Luís Martins da Silva (SILVA, 2002, p. 262) concebe três modelos de comunicação, ou, no seu dizer, “estágios de perfectibilidade”:

1) “Comunicação anômica” – Quando prevalecem “profundos interesses egocêntricos”, tanto por parte das empresas quanto por parte da massa, demandando o mau gosto em matéria de conteúdos, o sensacionalismo, a comunicação do grotesco, enfim.

2) “Comunicação correta” – Marcada pela busca da correção, da acuidade (*accuracy*), da informação bem apurada e do enfoque plural. Nesta etapa a mídia busca oferecer bons produtos aos consumidores, entre eles, um bom serviço à base da clássica trilogia informação-educação-entretenimento.

3) “Comunicação cooperativa” – Cooperação entendida como a expressão espontânea (não coercitiva) da solidariedade social, estágio no qual a mídia cumpriria papel preponderante na arregimentação de esforços coletivos em prol da superação dos problemas sociais e na consolidação de uma democracia participativa, profundamente marcada pelo surgimento de mecanismos (públicos) de entreajuda. Nesta etapa a sociedade deixa de ser colonizada pela mídia, troca a sua passividade típica de uma moralidade heterônoma (baseada na hierarquia e na autoridade vertical) por uma moralidade autônoma em que a mídia é um reflexo do interesse coletivo (necessariamente plural) e não de grandes particularidades (monopólios, oligopólios, carismas, messianismos).

Silva considera a existência de uma “comunicação mais que perfeita” como aquela que se dá no contexto ético da ação prático-moral, “redundantemente voltada para o bem, bem de todos, e não apenas de algum bem em particular” (2002, p.30). Ora, de fato se trata aqui de uma prática definida a priori para as rádios comunitárias. A RC existe não para servir a segmentos, mas à comunidade. “Fazer o bem” à comunidade é uma das suas razões de ser.

Emerge também em Silva a noção de diálogo:

Comunicação perfeita será aquela que se desempenhe num contexto ideal de fala para o qual uma condição é o que chamaremos de simetria dialógica, ou seja, uma situação em que tanto emissor quanto receptor tenham possibilidade da locução e, portanto, da produção de sentido. Aliás, o sentido será o resultado do entendimento de ambos e não apenas a

supremacia ou melhor performance de um dos locutores. (SILVA, 2002b, p. 267).

Para Martino...

comunicação vem do latim *communicatio*, do qual distinguimos três elementos: uma raiz *munis*, que significa "estar encarregado de", que acrescido do prefixo *co*, o qual expressa simultaneidade, reunião, temos a idéia de uma "atividade realizada conjuntamente", completada pela terminação *tio*, que por sua vez reforça a idéia de atividade. (MARTINO L. C., 2001, p. 12).

O mesmo autor observa ainda que...

o termo comunicação não se aplica nem às propriedades ou ao modo de ser das coisas, nem exprime uma ação que reúne os membros de uma comunidade. Ele não designa nem o ser, nem a ação sobre a matéria, tampouco a práxis social, mas um tipo de relação intencional exercida sobre outrem. (MARTINO L. C., 2001, p. 14).

Finalmente, diz o mesmo autor: "em sua acepção mais fundamental, o termo 'comunicação' refere-se ao processo de compartilhar um mesmo objeto de consciência, ele exprime a relação entre consciências". (Idem).

III.2 – Comunicação comunitária

A comunicação como o compartilhamento de objetos de consciência, presente em Martino L. C., Freire, Silva, Marcondes Filho, entre outros, é o cerne da comunicação comunitária. Enquanto princípio, pelo menos.

A priori, numa rádio comunitária todos da comunidade são iguais perante o microfone. Todos têm o direito de se expressar, opinar, manifestar-se. E os demais "devem"⁸⁵ ouvi-lo. Mas "os demais" inclui aquele que fala. Então os enunciadores do discurso são também os que escutam o discurso.

Antes disso, porém, antes do enunciador, do falante, temos o direito ao direito de voz. Quem outorga o direito de voz? Quem dá esse direito? Na rádio comunitária são os mesmos que falam. Isto é, quem fala obteve esse direito porque fala, e não por concessão de outrem. Quem fala é também dirigente, "dono", gerente da rádio comunitária e tem esse direito. Mas quem ouve – isto é, quem é da comunidade - também tem esse triplo direito: 1) de se dar o direito de voz; 2) de falar; 3) de ser ouvinte.

⁸⁵ O "devem" se refere à prática do devido respeito democrático, ao dialógico: você fala eu te escuto: eu falo você me escuta. Eu tenho o direito de falar; você tem o dever de me escutar.

Quem fala, porém, não é somente “uma pessoa”; é também a comunidade falando por alguém - ela fala por todos. Preserva-se, portanto, a individualidade (e os direitos individuais da pessoa), mas também o coletivo. Quando uma pessoa informa na rádio que seu filho vai casar, ou quando alguém “dedica a próxima música” à namorada, ela está tratando de um fato social particular, mas, principalmente, fortalecendo valores simbólicos fortes, humanísticos, como a união entre as pessoas, a amizade, o amor, a comunhão. Por isso essas mensagens de carinho (que fazem parte da cultura do rádio, e não somente das rádios comunitárias) são tão freqüentes. Todos da comunidade se sentem receptores ou desejosos de receber mensagens como esta. É um informe particular que provoca emoções fortes porque mexe no simbólico emotivo de cada ouvinte.

Igualmente, notícias sobre buracos nas ruas interessam a todos - ao ouvinte que mora perto ou distante dali. Ele vai querer saber como a (sua) rádio comunitária lida com o tema, como a população se organiza para resolver o problema, se o Poder Público vai agir; enfim, como vai se desenvolver o processo de denúncia-solução.

A forma de abordagem do problema tem sempre um efeito pedagógico para comunidade. Se a rádio comunitária cumpre o seu papel de guardião da comunidade, os da comunidade estarão interessados nela. A rádio comunitária é mais que um espelho da realidade, como foi sugerido no passado para o jornalismo, ela é a comunidade e suas realidades, incluindo o imaginário, o simbólico, o transcendente, a cultura, etc.

Se todos da comunidade podem falar, a rádio se torna um fórum permanente de discussões. Nem tudo é consenso, mas, considerando a diversidade de opiniões, culturas e visões presentes numa comunidade, não há porque esperar um consenso sobre tudo e com todos. Como vimos em Wolton, nem sempre a comunicação significa comunhão, consenso, ela também pode significar conflitos. Na comunidade com direito de voz, também vivem os radicais, os inflexíveis, os teimosos.

A comunicação comunitária é um exercício permanente de democracia e, mais que isso, de psicologia social. Porque a política não vai resolver todos os problemas da comunidade. A começar pelos dissensos internos: se A é do partido X, e B

pertence ao partido Y, e X e Y possuem posições ideológicas antagônicas, A e B irão manter uma situação de beligerância no campo político. O consenso pode ser impossível sob o ponto de vista da política. No entanto, a paz pode acontecer quando se apela para elementos emotivos, comunitários, fraternais, e similares; pode ser que A e B descubram que as diferenças ideológicas são menos importantes que as relações de amizade construídas entre famílias, ou originadas na infância...

Produzir consensos não é função da comunicação comunitária. O que a comunicação comunitária possibilita é a “visibilidade da voz” para os da comunidade. Este direito ao saber (saber que pode falar) já é um saber que antecede o que se diz. É um saber e um poder. Se existe a rádio comunitária, **agora** (eis a dimensão temporal, histórica) o morador da comunidade pode dizer “eu posso falar”. A primeira pessoa é o indivíduo, “eu”, que obteve esse direito; daí, diz, “posso”; o verbo é “falar”, mas o que antecede é o poder. Se não tem esse poder (o acesso ao veículo e, no caso, a “propriedade” do veículo) não pode “falar” – a comunidade inexistente ou é invisível. Mas, quando pode falar, a comunidade deixa de ser invisível ou excluída. Ela passa a “se ver” na rádio. E ela existe porque existe na rádio.

É evidente que as relações de classe não desaparecem quando se inaugura uma rádio comunitária. O poder é sempre um poder simbólico – o homem de recursos, ou que tem curso “superior”, tende a se considerar superior ao de poucos recursos, ou ao que não estudou. Talvez a comunicação comunitária não elimine esse padrão de comportamento humano, mas, pelo menos pode cumprir o papel de revelar que ele existe; e que, mesmo existindo essas idiosincrasias, estabelecer que todos podem falar “de igual para igual”.

De “igual para igual”, entenda-se como a possibilidade de pessoas das mais diversas camadas sociais, de diferentes credos, opções sexuais, raças e etnias, poderem falar no mesmo espaço e pelo mesmo tempo. A divisão de classes não vai se extinguir, mas, pode ser assegurado o direito de fala para todos.

A comunicação comunitária revela a divisão de classes (além de outras realidades da comunidade) e, por conta disso, faz surgir o antagonismo original marxista. Patrões e empregados, que estão na mesma comunidade territorial,

podem se encontrar na mesma emissora de rádio para tratar de problemas comuns; ou de problemas que são afetos a apenas um deles. A rádio comunitária propicia este encontro ou desencontro de idéias, o que pode resultar numa solução ou num desastre. Considere-se ainda que o patrão pode nem ser uma pessoa abastada, mas apenas o dono de um barzinho que incomoda os moradores da vizinhança com a música que vai até tarde da noite. Um dos vizinhos, seu funcionário, depois do expediente quer ter direito ao descanso. Se o caso é levado para a RC, o que ela vai favorecer? O poder do patrão ou o direito do empregado/vizinho ao sossego?

A comunicação comunitária pode horizontalizar a comunicação e as relações de comunicação, mas não necessariamente as relações sociais e muito menos as idiosincrasias de indivíduos, pessoas, grupos, partidos. O indivíduo racista da comunidade se considera superior ao negro em qualquer ocasião, incluindo no momento em que faz o debate com um negro numa rádio comunitária sobre qualquer tema.

Como vimos em *Ciro Marcondes Filho*, para haver comunicação é preciso mais que uma troca de informações entre os envolvidos, é preciso que o outro se abra para o que é novo. Este conceito supõe uma interlocução mínima entre os envolvidos e uma disposição para o diálogo. Na comunidade – formada por indivíduos com as mais diversas visões de mundo – isso nem sempre é possível. Ao se ampliar o grupo de envolvidos aumenta também a dificuldade de comunicação e de construção coletiva da RC. Este é um dos maiores desafios da comunicação comunitária.

O professor *Luiz Martins* fecha mais ainda o conceito de comunicação ao afirmar que ela subteme uma “moralidade” dos interlocutores, e que um dos papéis da mídia seria arregimentar “esforços coletivos em prol da superação dos problemas sociais”. A “moralidade” aqui é considerar que não existe comunicação quando os envolvidos no processo comunicacional pretendem agir fora de códigos pré-estabelecidos (os da cultura humanística) sobre o que é o bem. A comunicação comunitária tomaria para si esse paradigma e o aplicaria sobre uma de suas funções mais importantes: servir ao coletivo.

Na abordagem das rádios comunitárias o conceito de comunicação admite especificidades.

A professora Cicilia Peruzzo diz que, dependendo do lugar social, da prática e da percepção dos estudiosos, a comunicação popular pode ser denominada de alternativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica ou radical (PERUZZO, 2009, p. 47). Esse conjunto de nomeações diz respeito à “expressão de segmentos empobrecidos da população”. No final do século passado a expressão “comunicação comunitária”, conforme a autora, passou a designar essa comunicação, pois:

A comunicação comunitária – que por vezes é denominada de popular, alternativa ou participativa - se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter – preferencialmente - propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura e ampliar a cidadania.

Engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle de associações comunitárias, movimentos e organizações sociais sem fins lucrativos. Por meio dela, em última instância, realiza-se o direito de comunicar ao garantir o acesso aos canais de comunicação.

Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de produtor e difusor de conteúdos. (PERUZZO, 2009, p. 55).

Peruzzo diz que a comunicação comunitária exige a formação de vínculos identitários e visa o “empoderamento social progressivo da mídia e ampliação da cidadania” (2009, p. 55).

A comunicação comunitária, conforme Peruzzo, já nasce com objetivos (políticos) definidos. Para ela a comunicação comunitária (“alternativa” ou “popular”) se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida. “É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa” (PERUZZO, 2009, p. 49).

III.3 – O jornalismo e o jornalista

Um dos autores a associar a prática jornalística com a ética é Luiz Costa Pereira Junior.

O jornalismo é um campo de aplicação da ética, mas é também uma disciplina de verificação instrumental. Só fará sentido na interseção entre:

Desempenho técnico (cujo terreno é verificável); e Compromisso ético e humanístico (seu horizonte é a cidadania). (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 13).

Também o radialista e professor de história, Heródoto Barbeiro, advoga a necessidade da ética no jornalismo. Para ele, a ética é quem dá o rumo civilizatório ao homem. Sem a ética teríamos a barbárie.

A falta de ética acentua a desigualdade e a injustiça social; portanto, não se pode considerar os efeitos da ética abstratos. [...] O campo da ética não é o campo exclusivo das vontades e do livre-arbítrio de cada jornalista; é uma construção consciente e deliberada de um conjunto de pessoas em sociedade. (BARBEIRO; LIMA, P., 2003, p. 19).

Outro autor, Luiz Martins da Silva, ressalva que jornalismo é ética, ou não é jornalismo.

A ética estabelece fronteiras para o exercício do jornalismo. O conjunto de princípios que constituem a ética seria válido tanto para um “jornalismo profissional”, praticado na imprensa tradicional, quanto, digamos, um “amador”, praticado nas rádios comunitárias⁸⁶.

Traquina (2005, p.130) diz que ser jornalista implica na partilha de um *ethos* que tem sido afirmado há mais de 150 anos. Esse *ethos* do jornalismo corresponde a uma “constelação de valores” como: liberdade, credibilidade, associação com a verdade, objetividade. A objetividade, no entanto, é alvo de extensa polêmica. Traquina diz que se nos anos 1890 os jornalistas raramente duvidavam da possibilidade de escrever realisticamente; nos anos 1930 os jornalistas reconheciam que a objetividade era uma meta fora de alcance por conta dos fatores subjetivos. (2005, p. 138).

No “Dicionário do jornalismo”, organizado por Ciro Marcondes Filho, encontramos:

Modernamente aceita-se [...] que jornalismo é essencialmente seleção, ordenação, atribuição ou negação de importância de acontecimentos dos mais diversos, que passam a funcionar como se fossem um espelho do mundo. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 207).

O jornalismo é uma versão do mundo, uma versão da realidade elaborada pelo jornalista. Ele narra o que vê segundo seu ponto de vista. O jornalista não é neutro ou imparcial; ele reporta o que viu ou apurou de acordo com a sua consciência, com

⁸⁶ Esta distinção não é conceitual. Mas apenas figurativa; uma divisão pró-forma.

os limites da sua cultura e formação, e sob as regras da empresa em que atua. É difícil aceitar que o jornalista seja aquele observador imparcial que relata o que viu sem introduzir elementos pessoais (como sugere a teoria do espelho).

O professor Luiz Gonzaga Motta fala desse recorte pessoal que abrange o que foi falado e também o que não foi falado:

Toda decisão de comunicar alguma coisa é, ao mesmo tempo, uma decisão de não comunicar outras. O conteúdo não é a única parte que significa. Quando dizemos algo, o que dissemos e o que poderíamos ter dito são partes inseparáveis do que dizemos. [...] O que é comunicado e o que é suprimido depende de cada situação história específica. (MOTTA, 2002, p. 127).

O jornalismo é também um contrato estabelecido entre o jornalista/a imprensa e o leitor/ouvinte/telespectador. Esse contrato diz que:

1. A imprensa vai falar o que o “receptor” quer ouvir.

Como diz Marcondes Filho, “jornalismo é um canal que informa diariamente o que acontece pelo viés que seu leitor ou telespectador quer ouvir” (2008, p. 65). Sob esse ponto de vista todo jornal é conservador. Mesmo quando ele propõe mudanças legais ou morais, ou polemiza sobre temas que geram debates (aborto, homossexualidade, descriminalização da maconha, por exemplo) o faz baseado no que pensa seu leitor.

2. A imprensa deve ser como um guardião (cão-de-guarda) do indivíduo e da sociedade.

É comum o leitor procurar o jornal (rádio ou TV) ou aquele apresentador preferido para reclamar do Governo, denunciar ações que lhe parecem negativas ou omissões do serviço público, ciente de que o jornal, o “seu jornal”, é seu aliado, guardião da moral, da família, dos bons costumes, dos bens públicos, e vai repercutir e “resolver” o problema.

Essa relação bastante comum de parceria entre veículo, indivíduo e sociedade, costuma ser utilizada, ou manipulada, por apresentadores de rádio e de TV. Eles se apresentam como paladinos da Justiça e, pelo tom, pela retórica, pela dramatização usada nos programas, convencem o cidadão de que podem resolver os problemas da cidade. O poder de atração e empatia com seus ouvintes é menos pela solução

que dão aos casos e mais por atuarem como porta-vozes das angústias urbanas. Eles dizem o que as pessoas em casa - atormentadas por falta de saneamento, acesso à escola, à saúde, transporte de má qualidade, desempregadas - gostariam de dizer.

Estes apresentadores fazem o discurso do ausente, daquele que – além de não contar com o Estado – também é um sem-voz. Eles falam pelo pobre, pelo carente. Mas é um discurso enquadrado, manipulado, feito para não mudar a situação. As pessoas em casa são levadas a acreditar que não têm nada a fazer diante do problema (incentivando a imobilidade social), e que é função do apresentador (somente) cobrar “das autoridades” uma solução, ou invocar a “solidariedade humana” para conseguir cadeira de rodas, cesta básica, emprego para “um pobre desempregado”. É dessa matéria-prima que nasce o assistencialismo e o sensacionalismo, o “jornalismo de sangue”, os “programas policiais”, devidamente explorados pela mídia.

A questão é que a população, de modo geral, legitima toda e qualquer denúncia contra o poder público constituído, porque entende ser essa uma forma de se vingar das injustiças sociais e dos maus atendimentos que sofre por parte das instituições públicas. [...] A verdade passa a ter um valor relativo porque basta ao público o escândalo como forma de recompensa pelo que espera dos seus governantes. (CLEVES, 2009, p. 156).

3. A imprensa deve parecer que não fez um recorte do que vai noticiar, mas que irá retratar a realidade “como ela é” (jornalismo como espelho da realidade).

É função do jornalismo a busca da objetividade e da isenção. De boa ou má fé, em determinada matéria o jornalista pode ouvir “vários pontos de vista” que coincidem com a sua posição ou a do jornal. Ou ouvir “o outro lado” dentro de um recorte que sacramenta sua posição⁸⁷.

Apresentamos aqui parte de um “contrato genérico” entre leitor e mídia. Alguns contratos podem estabelecer que o jornalista pode “falar mal” de determinada pessoa (autoridade), dizendo o que o leitor gostaria de dizer. Outro contrato pode incluir “cláusula” em que o veículo se posiciona contra ou a favor de determinado

⁸⁷ Por exemplo, a matéria vai tratar de denúncia de corrupção envolvendo determinada autoridade. Depois de coligir os dados, como manda o “bom jornalismo” o repórter “ouve” a autoridade e coloca entre aspas a sua fala. Esse entre aspas pode ser um trecho de sua fala que reforça a conduta irregular da autoridade ou cria dúvidas no leitor, valorizando a matéria.

governante, partido político ou autoridade pública. O leitor do veículo sabe que seus aliados ou inimigos ideológicos são os mesmos do jornal.

Ao se tratar de jornalismo, faz-se necessário distinguir informação de comunicação.

A informação é uma comunicação que pode ser ativada a qualquer momento, desde que outra consciência (ou aquela mesma que codificou a mensagem) venha resgatar, quer dizer, ler, ouvir, assistir... Enfim decodificar ou interpretar aqueles traços materiais de forma a reconstituir a mensagem. [...] O termo informação se refere à parte propriamente material, ou melhor, se refere à organização dos traços materiais por uma consciência, enquanto que o termo comunicação exprime a totalidade do processo que coloca em relação duas (ou mais) consciências. (MARTINO L. C., 2001, p. 17).

O processo de produção da matéria (*gatekeeper*⁸⁸) é extremamente complexo e inclui questões objetivas (apuração, tecnologia, dados) e também uma série de elementos subjetivos (desde os sentimentos do jornalista com relação à matéria até sua relação com os editores).

O jornalismo é comumente apresentado como o mensageiro da objetividade, por trazer uma "visão neutra" da realidade.

O jornalismo é a forma mais impessoal, informativa, aparentemente neutra, aparentemente objetiva, de se anunciar fatos que acontecem na vida pública, na economia, nas cidades, no comportamento, no lazer, etc. Não apela para emoções, não joga com envolvimento, presta-se apenas a fornecer dados, a apresentar coisas, a anunciar. (MARCONDES FILHO, 2008, p. 62).

A prática jornalística observada na imprensa tradicional adota o padrão "fonte falando para o receptor"; alguém fala e os demais escutam. É uma comunicação de cima para baixo, uma espécie de monólogo em que os enunciadores do veículo de comunicação falam para os demais – ouvintes, leitores telespectadores. Nesse monólogo os enunciadores dizem - para quem recebe a informação - o que é bom e o que é ruim, o que amar e o que odiar, o que comprar, em quem votar; definem o presente e o futuro; fazem o recorte das questões que consideram mais importantes, definem os problemas e apresentam as soluções. Temos aqui uma extrapolação do jornalismo e da mídia. Citando Dalton, Flanegan e Beck, o professor Venício Lima diz que a mídia tem desempenhado funções que tradicionalmente eram reservadas

⁸⁸ "O termo *gatekeeper* refere-se a pessoa que toma decisão numa seqüência de decisões; foi introduzido pelo psicólogo social Kurt Lewin num artigo, publicado em 1947, sobre as decisões domésticas relativas à aquisição de alimentos para a casa" (TRAQUINA, 2005, p. 150).

aos partidos políticos, como: “definir a agenda de temas públicos, fiscalizar as agências de governo e criticar as políticas de governo” (LIMA, V., 2001, p. 191).

Os enunciadores, porém, nem sempre são os jornalistas ou “apresentadores” de programas. Eles podem estar falando em nome dos seus patrões. E o que parece uma matéria jornalística camuflaria um editorial. Se os dirigentes da emissora têm posição contrária à descriminalização do aborto podem determinar ao jornalismo uma matéria ouvindo as mulheres que ficaram traumatizadas porque fizeram o aborto, e colocar em segundo plano, descartar, manipular ou ridicularizar, as opiniões divergentes.

Alguns autores consideram o jornalismo como uma contação de histórias, o que nos leva aos estudos de narrativa. Sendo um relato, uma narrativa, é também uma construção. O jornalismo monta uma história a partir do que observa, dos acontecimentos.

Poder-se-ia dizer que o jornalismo é um conjunto de ‘estórias’, ‘estórias’ da vida, ‘estórias’ das estrelas, ‘estórias’ de triunfo e tragédia. Será apenas coincidência que os membros da comunidade jornalística se refiram às notícias, a sua principal preocupação como ‘estórias’? [...] Poder-se-ia dizer que os jornalistas são os modernos contadores de ‘estórias’ da sociedade contemporânea, parte de uma tradição mais longa de contar ‘estórias’. (TRAQUINA, 2005, p. 21)⁸⁹.

Segundo Motta, é preciso que alguém conte o que está acontecendo. Os fatos requerem um narrador. “Não são os fatos que falam, é um narrador quem media entre a realidade e a audiência” (MOTTA, 2005, p. 25). Isto é uma ação individual, do jornalista ou narrador. “Nossas maneiras de descrever e de contar o mundo físico humano são sempre percepções particulares destes mundos, formas de perceber e de contá-los” (MOTTA, 2005, p. 19).

É o fim da imparcialidade jornalística e a “imposição” da opinião do jornalista (ou do empresário) na forma de notícia. Nada é gratuito. “Nenhuma narrativa é ingênua, muito menos a narrativa jornalística” (MOTTA, 2007, p. 155). O jornalista finge.

Ele (o jornalista) narra como se a verdade estivesse ‘lá fora’, nos objetos mesmos, independente da intervenção do narrado: dissimula sua fala como se ninguém estivesse por trás da narração. [...] Finge que não narra, apaga sua presença. (MOTTA, 2007, p. 155).

⁸⁹ Preferimos o termo “história”. O professor Nelson Traquina, porém, no original lusitano opta por “estória”.

José Lopez Vigil diz que a atitude básica do jornalista é ser vigia, assumindo o papel da imprensa de cão-de-guarda da sociedade:

O jornalista é um vigilante da sociedade. Não espera que o chamem. Vai aonde o convidam e, sobretudo, aonde não o convidam, aonde não querem saber dele. (LÓPEZ VIGIL, 1997, p. 236, tradução nossa).

Para Traquina o campo jornalístico inclui um discurso próprio – os jornalistas adotam uma linguagem própria, o “jornalês”. E uma das características mais marcantes dessa linguagem é ser compreensível para o público.

O mundo é trazido para o campo midiático e aí reconstruído. Temos a “realidade” inscrita no rádio, na TV, no jornal impresso, etc. O espanhol Miguel Rodrigo Alsina (apud PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 26) observa que a matriz da notícia não é a “realidade”, mas a percepção. O que acontece externo ao repórter independe dele, mas só “existe” depois que ele percebe, e relata. “O singelo ato de noticiar é de antemão uma forma de propor um mundo entre aspas, alterado antes mesmo da intenção deliberada de distorcer” (apud PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 26). O repórter tem intenções, posições, gostos e saberes que determinam seu relato. O seu saber prático é o dispositivo que regula o enquadramento da notícia – ele, o repórter, percebe a notícia; ele sabe como transformar o fato em notícia.

O ato de apurar e escrever na imprensa envolve tanto a retórica (ter o público como horizonte) quanto à ética (respeitar esse público e a realidade que se testemunhou para ele) e a técnica (exige que se trabalhe sobre o verificável). O produto do trabalho jornalístico é sempre uma combinação. (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 75).

De acordo com Tuchman, “o trabalho jornalístico é uma prática diária, cujo ritmo exige uma ênfase nos acontecimentos e não nas problemáticas” (apud TRAQUINA, 2005, p. 48). E os acontecimentos, para se tornarem notícia, devem ser estruturados em torno dos indivíduos.

O jornalista cão-de-guarda da sociedade é uma imagem simbólica recorrente. Às vezes o jornalista se confunde com um “super-herói”, um “paladino da Justiça”: “o jornalista é oposição à tirania, à opressão e à injustiça” (TRAQUINA, 2005, p. 59).

Ainda segundo Traquina, a prática do jornalismo requer um modo de ver e um modo de atuar que são característicos do profissional jornalista. E essas aptidões é que definem a notícia.

Mas quem pode ser jornalista? A legislação em vigor não estabelece a exigência de diploma para o exercício da profissão, o que abre espaço para “qualquer um” se candidatar à atividade. Não havendo restrições legais, a questão é saber se este “qualquer um” tem capacidade técnica para assumir, no caso, a função de jornalista na rádio comunitária.

A resposta, em princípio, é positiva. Qualquer pessoa pode redigir uma nota, fazer uma reportagem, entrevistar alguém. Isto é jornalismo. E quem pratica essa atividade deve ser considerado jornalista. Independe de ter ou não um curso superior na área.

Notamos, porém, que esse jornalista sem formação – sem o saber inerente à área - tende a produzir um jornalismo precário, eivado de falhas. Pode haver erros de gramática no texto, falta de sentido na entrevista, confundir propaganda com jornalismo, entre outros. Por outro lado, na falta desse saber jornalístico provido pela academia é comum ao jornalista da RC aprender com o que têm à disposição, adotando como modelo os veículos a que têm acesso. Para o bem ou para o mal. Se podemos encontrar nas rádios comunitárias programas “policiaescos”, como é comum nas emissoras comerciais (rádio e TV), também podemos ter debates sobre direitos humanos. Se temos, no interior do Brasil, locutores que reproduzem um padrão estrangeiro, também podemos ter locutores que valorizam a linguagem e o sotaque local. Isto é, as RCs transitam entre a caricatura (a imitação grotesca do que fazem as emissoras comerciais) e a valorização da identidade local⁹⁰.

Nosso entendimento é de que está havendo uma aprendizagem quanto à dimensão do fazer jornalismo. Muitos que atuam em rádios comunitárias estão percebendo que fazer jornalismo é complexo, exige mais conhecimento do que fazer um programa musical. Qual a saída? Estudar, aprender. Eis um fenômeno observado em várias rádios comunitárias: voluntários estão estudando comunicação para aprender a fazer um jornalismo de qualidade.

⁹⁰ Registro que tenho me deparado com bons jornalistas nas RCs. São pessoas que, mesmo não tendo estudado Comunicação, aprenderam como realizar uma boa entrevista, apurar a notícia, identificar uma boa matéria.

III.4 – Jornalismo cívico

O jornalismo praticado pelas RCs possui alguns elementos do jornalismo cívico. Originário dos Estados Unidos, do final dos anos 1980, conforme Traquina (2001, p. 171), esse “novo jornalismo” nasceu como um movimento e se tornou conhecido por diversos nomes: “jornalismo comunitário”, “jornalismo de serviço público”, “jornalismo público” e “jornalismo cívico”.

Ele é definido pela *Pew Center for civic journalism*, como aquele no qual o profissional tem obrigações com a vida pública, “e sua atividade vai além do simples relato de notícias ou a descoberta de fatos” (SANT’ANNA, 2009, p. 61). As características fundamentais desse jornalismo seriam:

- A capacidade de escolher os enfoques que ofereçam melhor oportunidade de estímulo à tomada de decisão cidadã e à compreensão dos temas por parte do público;
- Tomar a iniciativa de informar sobre os principais problemas públicos, de forma a ampliar o conhecimento do público sobre as possíveis soluções e sobre os valores comprometidos em ações alternativas. (TEIJEIRO apud SANT’ANNA, 2009, p. 61).

Para Traquina (2001, p. 173), o momento decisivo do jornalismo cívico aconteceu em 1988, com a frustração generalizada da cobertura da campanha presidencial norte-americana, marcada, segundo pesquisas com os eleitores, pela superficialidade. Foi quando se deu a primeira experiência prática de jornalismo cívico numa redação, no *Columbus Ledger Enquirer*, do estado da Geórgia (Estados Unidos). O jornal deixou de ser um observador para se engajar como ativista na melhoria da qualidade de vida da comunidade. O jornal encomendou uma pesquisa para identificar os problemas da comunidade, elaborou um relatório sobre o que foi visto, promoveu um encontro com a população e organizou piqueniques com os interessados. Dessas reuniões surgiu um movimento apoiado pelo jornal, que abriu espaço para artigos e cartas dos leitores abordando os problemas locais e regionais.

David Merritt foi um dos pioneiros do jornalismo cívico. Diretor do jornal *Wichita eagle*, do estado do Kansas, Estados Unidos, ele declarou:

Numa sociedade de indivíduos dispersos e abarrotados com informação descontextualizada, uma vida pública efetiva precisa ter uma informação relevante que é partilhada por todos, e um lugar para discutir as suas implicações. Somente jornalistas livres e independentes podem – mas habitualmente não conseguem – providenciar essas coisas. Do mesmo modo, a vida pública efetiva requer a atenção e o envolvimento de cidadãos

consciosos, que só eles podem providenciar. Por outro lado, se as pessoas não estão interessadas na vida pública, elas não têm necessidade dos jornalistas nem do jornalismo. (MERRITT apud TRAQUINA, 2001, p. 177).

Merritt, portanto, questiona o jornalismo, o jornalista e até o leitor que ignora a vida pública. Para ele, o que deve ser feito é uma revitalização da vida pública – uma mudança, uma “revolução” (TRAQUINA, 2001, p. 177). Mudanças como estas, necessariamente integram a prática do radiojornalismo nas rádios comunitárias. É impossível conceber uma RC que não esteja diretamente relacionada à vida da comunidade, relatando seus problemas e buscando soluções para eles.

O jornalismo cívico supõe mudanças no jornalismo convencional, que são as mesmas defendidas pelas rádios comunitárias. Para David Merritt (apud TRAQUINA, 2001, p. 178) esse novo jornalismo deve:

- 1) além da missão de noticiar, também ajudar a melhorar a vida da comunidade;
- 2) deixar a noção de “observador desprendido” para se tornar um “participante justo”;
- 3) preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas;
- 4) o público não é de consumidores, mas de atores da vida democrática; é prioritário para o jornalismo estabelecer relações com os cidadãos.

Não descartamos a possibilidade de Merritt ter se inspirado nas rádios comunitárias para fazer a defesa do jornalismo cívico. Afinal, quando ele assumiu essas mudanças no *Wichita Eagle* as rádios comunitárias já existiam em vários países e defendiam (e defendem) esse tipo de relação com a comunidade.

Traquina questiona alguns conceitos do jornalismo cívico defendido por Merritt. Para ele não se pode desqualificar a noção de “observador desprendido”. O distanciamento e a capacidade de fazer crítica, principalmente quando se lida com o poder político, se constituem em virtudes jornalísticas.

As rádios comunitárias, todavia, podem atuar em um meio termo ao manterem jornalistas-observadores-ativistas que façam as devidas críticas. Este é mais um dos grandes desafios do jornalismo das rádios comunitárias: como cobrir jornalisticamente e de forma “isenta” um fato que acontece na comunidade se a comunidade é a rádio? Como a rádio vai “falar mal” dos seus parceiros? Esse tipo de problema ocorre diariamente nas rádios comunitárias, e as emissoras pesquisadas (conforme se verá no Capítulo V) estão à procura de saídas para o problema.

O fato é que jornalismo público se confunde com “jornalismo comunitário”. Alguns autores, no entanto, buscam diferenciá-los. O diretor da TV Cultura (SP) em 2004, Marco Antonio Coêlho Neto, afirma que “o jornalismo comunitário mostra o problema e cobra soluções, o jornalismo público mostra como os problemas podem ser tratados” (Apud SILVA, 2004, p. 16).

Para o professor Luiz Martins da Silva,

o que tem caracterizado [...] o jornalismo público é a intenção de não apenas se servir dos fatos sociais no que eles apresentam de dramático, mas agregar aos valores-notícias (*news value*) tradicionais elementos de análise e de orientação do público quanto a soluções dos problemas, organizações neles especializadas e indicações de serviços à disposição da comunidade: endereços, telefones úteis, faxes, emails, sites, etc. (SILVA, 2004, p. 10)

Luiz Martins concebe para o futuro uma imprensa tradicional que não se restringiria a enxergar a realidade somente como fonte dos fatos jornalísticos. Para ele,

a grande virada consistiria, portanto, na mudança de uma imprensa que diz “o meu papel social termina com a publicação das notícias” para uma que pudesse dizer “o meu papel social começa na compreensão da gênese dos fatos”. Seria esse basicamente o diferencial fundante de uma categoria que já começa a ser denominada na imprensa brasileira de “jornalismo público”. (SILVA, 2002a, p. 67)

José Cleves aponta para existência de uma relação entre o jornalismo investigativo e o jornalismo cívico. “O jornalismo investigativo visa o interesse público” (CLEVES, 2009, p. 169). E mais...

O interesse público está acima de todos os outros interesses jornalísticos e se caracterizaria, fundamentalmente, pelo clamor social e coletivo por uma causa nobre, humanitária, ou mesmo econômica. A notícia de uma guerra, por exemplo, interessa à coletividade porque ela se opõe à paz, que é um interesse de todos. (CLEVES, 2009, p. 169).

O jornalismo cívico, ou jornalismo público, tem uma “diferença de origem” com relação às rádios comunitárias. Um veículo empresarial, por mais que se empenhe na prestação de serviços e “cuidados”⁹¹ com a comunidade, continua sendo um projeto empresarial. As RCs, por sua vez, pertencem à comunidade. A emissora comercial, educativa ou estatal, pode decidir praticar o jornalismo público; a rádio comunitária é “obrigada” a seguir os princípios do jornalismo público.

Regra geral, seja praticado numa emissora comunitária ou por uma empresa, podemos considerar o jornalismo público como um jornalismo de compromissos sociais. Na empresa as dificuldades estão localizadas no departamento financeiro, numa relação custo-benefício. Se amarrar esse compromisso com a comunidade aumenta as vendas, o número de assinantes e, conseqüentemente, a receita com anúncios, os proprietários se sentirão estimulados a colocar em prática o jornalismo público.

É importante observar que, segundo Silva, algumas empresas experimentaram e tiveram sucesso com o jornalismo público. Segundo o mesmo autor, esse jornalismo público apareceria fragmentado e renomeado como “responsabilidade social”. Como é o caso das campanhas de interesse público veiculadas em vários jornais e televisões (inseridas até em novelas).

No caso das rádios comunitárias, o jornalismo público, o fazer jornalismo compromissado com a comunidade, é princípio, é obrigação, e independe da movimentação do caixa.

III.5 – Valor-notícia

Vamos considerar “notícia” como a divulgação, difusão ou relato de fatos ou acontecimentos por meio da comunicação.

Luiz Costa Pereira Junior observa que “a notícia resulta de seleções e exclusões deliberadas nestes três momentos do trabalho com a informação: apuração, apresentação (redação, produção de imagens) e edição” (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 55).

⁹¹ Por exemplo, ele pode promover reuniões com a comunidade, ou plebiscitos e debates, em busca de soluções para os problemas locais...

Para Marcondes Filho, “produzir uma notícia é transformar um fato pessoal ou social em algo de interesse genérico” (2009, p. 273). Ao fazer essa transformação, a pessoa (o jornalista, o profissional) insere elementos pessoais e interesses diversos no seu relato:

Por ser um componente imaterial com capacidade e certa dose de efeitos que podem impactar a opinião pública, ela (a notícia) jamais é neutra, imparcial ou objetiva; ao contrário, ela entra na disputa política, econômica ou ideológica maior, sendo um dos seus componentes mais importantes. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 273).

É função do jornalista selecionar, entre tantos acontecimentos, o que é notícia. É preciso ter critérios para fazer essa seleção, saber identificar os valores-notícia ou “critérios de noticiabilidade”, assim definidos por Traquina:

Os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de ser notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (*newsworthiness*). (TRAQUINA, 2005, p. 63).

Esses critérios de noticiabilidade não são fixos no tempo ou no espaço. O que é valor-notícia pode mudar com o tempo e de acordo com o veículo de comunicação. Para os jornais populares, por exemplo, assassinato é um valor-notícia poderoso; para uma rádio comunitária (e isto veremos claramente mais adiante) este tipo de acontecimento pode não merecer atenção e até ser descartado.

Não é muito claro para os repórteres ou editores quais os critérios que utilizam para identificar e selecionar o que interessa para o jornalismo. Traquina (2005, p. 62) diz que diversos estudos revelam que os jornalistas têm “uma enorme dificuldade” em explicar o que é notícia e deixar claro quais são os seus critérios de noticiabilidade. Marcelo Parada diz que, em geral, os jornalistas são movidos pelo “faro” na escolha do que é notícia.

No caso das rádios comunitárias, os responsáveis pelo jornalismo nas emissoras comunitárias pesquisadas também admitiram que há dificuldade em explicar como selecionam o que é notícia. Na verdade, temos um problema de origem: o radiojornalismo comunitário, como mostra nossa pesquisa, é feito por voluntários, e eles, em sua maioria, desconhecem as técnicas básicas de jornalismo. É a prática do radiojornalismo que lhes dá esse “faro”, essa percepção “indescritível”

para o que é notícia. E, embora possamos rastrear alguns elementos, identificar alguns valores-notícia recorrentes, o elemento subjetividade sempre vai estar presente.

De qualquer modo, como diz Traquina, identificar o que é notícia não parece ter lastro científico:

À pergunta “o que é notícia?” podemos responder que a resposta dos membros da tribo jornalística não é científica, aparece como **instintiva**, e permanece quase como uma lógica não explicitada. [...] Não há regras que indiquem que critérios têm prioridade sobre os outros; mas os critérios de noticiabilidade existem, e são duradouros ao longo dos séculos. (TRAQUINA, 2005, p. 96, grifo nosso).

Apesar dessa visão, existem algumas regras e critérios mínimos para selecionar o que é notícia. Considere-se o que diz Luís Mauro Sá Martino: para alguns jornalistas a seleção é um processo racional. No entanto,

se para o jornalista parece evidente quais são os critérios de seleção, a análise das matérias publicadas mostra não apenas a escolha arbitrária, mas também certas regularidades no tratamento da informação que indicavam a existência de categorias subjetivas para a seleção dos fatos. (MARTINO, L. M., 2003, p. 109).

Para Luís Mauro Sá Martino, cada fato teria um “preço simbólico” que mostraria sua potencialidade de ser transformado em notícia.

Já Marcondes Filho associa o valor-notícia ao clichê. Ele diz que o valor-notícia resulta da busca de clichês pelos jornalistas. A maior parte das notícias se estruturaria em torno de clichês. “Assim eles (os jornalistas) se tornam atores privilegiados na manutenção de idéias, verdadeiros agentes conservadores da cultura” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 109). Operar com clichês, segundo o mesmo autor, é mais fácil, mais simples. Clichês constroem as notícias: “jornalistas não partem para o mundo para conhecê-lo; ao contrário, eles têm seus modelos na cabeça e saem pelo mundo para reconhecê-los (e reforçá-los)”. (Idem).

O jornalismo, portanto, teria uma função conservadora. Os jornalistas, ainda segundo Marcondes Filho, reconstroem diariamente o mundo com o objetivo de “manter o mundo exatamente como ele é, a saber, o mais próximo da fantasia que as pessoas têm do mundo” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 120).

O primeiro estudo sobre o valor-notícia foi feito por David White, em 1950. Ele observou o processo de *gatekeeper* nas redações - como se seleciona o que é e o que não é notícia. Suas conclusões quanto ao processo nas redações apontam, também, para escolhas subjetivas.

Nelson Traquina (2005) sistematizou as concepções de diversos autores sobre valor-notícia, incluindo a sua proposta:

a) Para Mitchel Stephens (1988) as “qualidades duradouras” das notícias são: o extraordinário, o insólito, o atual, a figura proeminente, o ilegal, as guerras, a calamidade e a morte.

b) Herbert Gans (1979), estudando os telejornais das três principais cadeias norte-americanas (ABC, CBS e NBC) e as revistas *Newsweek* e *Time*, em épocas diferentes, concluiu que 85% das notícias sobre assuntos nacionais tratavam de pessoas conhecidas: 1) o presidente dos Estados Unidos; 2) ministros e a família do presidente; 3) pessoas conhecidas envolvidas em escândalos.

O que era notícia? 1) conflitos e desacordos dentro do Governo; 2) decisões e propostas do Governo e cerimônias; 3) mudanças de pessoas. O estudo ainda aponta para três categorias de acontecimentos: os protestos, os desastres e o insólito.

c) Gantung e Ruge (1965/1993) teriam sido os pioneiros nos estudos para identificação dos valores-notícia adotados pelos jornalistas. Ao final enumeraram doze valores-notícia: 1) duração do acontecimento; 2) a amplitude do evento; 3) a clareza ou falta de ambigüidade; 4) a significância; 5) a consonância (facilidade de inserir o “novo” numa velha ideia que corresponda ao que se espera); 6) o inesperado; 7) a continuidade (da notícia); 8) a composição (em relação às demais notícias); 9) a referência às nações de elite; 10) a referência às pessoas da elite; 12) a referência às pessoas envolvidas; 12) negatividade (*bad news is good news*).

d) Ericson Baranek e Chan identificam como valor notícia: 1) a continuidade; 2) a consonância; 3) o inesperado (os acontecimentos negativos “parecem ter mais valor-notícia”); 4) a infração (de leis, a má gestão, mau comportamento de funcionário ou autoridade).

e) Nelson Traquina concebe:

e.1 – valores-notícia de seleção:

e.1.1 - por critérios substantivos (avaliação da notícia por sua importância): a morte (“onde há morte há jornalistas”), a notoriedade, a proximidade, a relevância, a novidade, o tempo, a notabilidade (a qualidade de ser visível, tangível)⁹², o inesperado, o conflito ou a controvérsia, a infração, o escândalo.

e.1.2 - por critérios contextuais (contexto de produção): disponibilidade (condições de fazer a cobertura), equilíbrio (em relação ao que já foi dado, ou se foi dado em quantidade), visualidade (para a TV, se tem imagens; para o rádio, se há som, registro sonoro ou relato, etc.), a concorrência (a questão da disputa, o “furo”), o dia noticioso (um evento pode ser derrubado pelo outro).

e.2 – valores-notícia de construção: a simplificação (fatos complexos, intraduzíveis, perdem para os mais claros), a amplificação (o título amplia a dimensão do fato e faz virar notícia), a relevância (para a sociedade, para o Governo, etc.), a personalização (quanto mais personalizado o acontecimento mais chances tem a notícia de ser notada), a dramatização (reforço ao emocional), a consonância.

José Cleves trata os valores-notícia como temas de “interesse jornalístico”.
Quais são eles?

Interesse público: é o que mexe com o bolso, com o destino, com a qualidade de vida do cidadão, despertando o interesse coletivo por questões como o patrimônio, propriedades e variações no custo de vida; as inquietações políticas de maior relevância; o clima de insegurança; os prejuízos aos cofres públicos ou qualquer medida política de maior impacto no orçamento e no futuro da população, em suas necessidades básicas.

Interesse popular: é aquele motivado pela curiosidade, o probabilístico, o bizarro, o entretenimento e a crença.

Interesse privado: o interesse individual, particular, de alguma pessoa ou instituição – ou grupos destas, por questões imateriais acerca de um determinado fato que não interessa à coletividade.

Interesse transitório: acontecimentos que interessam ao público naquele momento ou naquele período (eventos sazonais, de épocas bem definidas pelas estações do ano ou eventuais pela sua natureza, porém de relativo interesse jornalístico).

⁹² A questão da notabilidade, como observa o próprio Traquina mostra porque o jornalismo está mais voltado para os acontecimentos e menos para as problemáticas. Uma passeata é notícia, mas, “por não ser visível”, o jornalismo opta por não tratar das condições de trabalho dos que fizeram a greve. Como se verá mais adiante, as rádios comunitárias pesquisadas pretendem enfrentar o desafio de abordar as problemáticas da comunidade e não apenas relatar os acontecimentos.

Interesse volátil: os de grande emoção, fugazes como os prazeres do esporte e da competição. (CLEVES, 2009, p. 172, grifo do autor).

III.5.1 – Valor-notícia para o rádio

Neste sub-capítulo abordaremos o conceito de valor-notícia para o rádio de um modo geral. Oportunamente (Capítulo VII) iremos analisar os valores-notícia específicos para as rádios comunitárias.

A princípio não há diferença entre o valor-notícia adotado para diferentes veículos. O que é notícia para o jornal impresso também seria para o rádio ou para TV. Mas não é assim. Na TV – onde o que importa é a imagem - essa diferença é bem mais evidente. A imagem “graciosa” de um gatinho mamando os peitos de uma cadela pode render a matéria final do telejornal de sábado. Essa mesma notícia, conforme um dos critérios contextuais (“visualidade”) apresentados por Traquina, provavelmente não seria veiculada numa emissora de rádio. Também podemos cogitar de matéria sobre fotos revelando atos irregulares de autoridades públicas – teria bom espaço no jornal impresso, mas sofreria limitações no rádio.

A definição do valor-notícia para cada veículo não é somente uma questão de suporte tecnológico. As particularidades de cada um definem o jornalismo e, antes disso, o que é valor-notícia para cada um. O imediatismo do rádio pode descartar matérias sobre eventos do passado. O jornal impresso pode desprezar a fala de determinada pessoa se a matéria (o fato jornalístico) estiver no tom de quem fala (raivoso, irônico, brincalhão) e impossibilite sua transcrição no jornal.

Andrew Boyd, citado por Marcelo Parada, lista o que seriam “os elementos das grandes notícias” para o radiojornalismo (PARADA, 2000, p. 24):

- 1) Proximidade – A notícia precisa falar de algo que seja de interesse do ouvinte.
- 2) Relevância – O acontecimento deve ser do interesse do maior número de pessoas.
- 3) Imediatismo – A força do rádio é relatar o que está acontecendo aqui e agora.

4) Interesse – Somar o que a audiência precisa saber com o que ela quer saber é acertar. “Errar na dose é fatal”, porém.

5) Drama – “Perigo, aventura, conflitos, perseguições, crimes, rendem grandes notícias”.

6) Entretenimento – Sendo também “companhia para o ouvinte”, o rádio não pode ser somente “sério”. O ouvinte sempre estaria em busca de:

- Hora certa
- Emergências
- Denúncias
- Atos de governo
- Conflitos e debates
- Saúde
- Reclamações de ouvintes
- Dá para resolver
- Previsão do tempo
- Esportes
- Trânsito e estradas. (PARADA, 2000, p. 24):

E se o assunto não se encaixa em nenhum dos acima citados, Parada sugere um “teste final” para decidir se ele é notícia ou não: verificar se se encaixa em um dos seguintes tópicos (PARADA, 2000, p. 27):

- Importante
- Trágico
- Raro
- O último ou o mais recente
- O mais caro
- Acabou de acontecer
- Vai acontecer
- O primeiro ou o maior.

Parada considera que a pauta (a definição do que é ou será notícia) é criada conforme o ouvinte; ou, mais exatamente, para reforçar o laço (contrato e credibilidade) que deve existir entre a emissora e o ouvinte. Porque “qualquer assunto que não lhe diga respeito torna-se uma tremenda chatice no rádio” (PARADA, 2000, p. 84). O mesmo autor defende que tudo que faça parte da vida da “família brasileira” deve estar na pauta da emissora (PARADA, 2000, p. 85).

III.6 – Conceitos de radiojornalismo

III.6.1 – História e normas

Aqui, adotaremos como definição de radiojornalismo, o jornalismo que é feito no rádio ou para o rádio.

O jornalismo para o rádio nasce como uma decorrência do jornalismo impresso. No começo da história do rádio a intenção do locutor era criar uma “página de jornal falada”, ou, mais exatamente, “falar um jornal originalmente impresso” – a intenção era transformar o impresso em oralidade, criando “uma imagem” sonora do impresso. As manchetes eram gritadas; o corpo maior era ressaltado; as imagens eram descritas.

Desta maneira, a linguagem do radiojornalismo foi pensada como uma nova forma de apresentação da mesma mensagem escrita. Tudo o que era dito ao microfone deveria ter sido escrito antes, tanto como modo de controle do conteúdo, quanto como garantia de correção. [...] O condicionamento dos profissionais pela máquina de escrever era tão forte, que muitos se confessaram “inseguros” e “perdidos” com o surgimento de programas que aboliam a etapa textual da produção, utilizando a fala de repórteres pelo telefone. (MEDITSCH, 2007, p. 182).

Em 1926, a Bélgica criou as primeiras normas de redação para o rádio. Na década de 30 elas se espalharam, primeiro na França e depois para toda a Europa (MEDITSCH, 2007, p. 182). Uma outra característica da época era a locução despersonalizada e na voz de um locutor formal, grave e sério. Mas isso mudou. Com o tempo foi percebido que o veículo “só funciona” quando cria intimidades. Descobriram que: ou o rádio cria intimidades ou deixa de existir. E essa intimidade só acontece se o locutor, ao invés de adotar uma fala despersonalizada e gutural, fizer uso de jeitos e modos informais de falar com o ouvinte.

Ao estudar o tema, Meditsch (2007) observou que no final do século passado as regras mais comuns para o texto radiojornalístico diziam que ele deveria ter uma frase de abertura que “venda” a matéria; substituir ideias abstratas por imagens concretas; usar a voz ativa; escolher o presente como tempo verbal; intercalar vozes e usar um tom pessoal para criar empatia com o ouvinte.

Quanto às regras de redação para o radiojornalismo, Marcelo Parada lista algumas (PARADA, 2000, p. 64):

1. Escreva do jeito que você fala.
2. Coloque-se no lugar do ouvinte.
3. Escreva com simplicidade.
4. Não esqueça do verbo.
5. Não use o gerúndio.

6. Escreva sempre na ordem direta.
7. Leia e entenda o que você escreveu.
8. Use a palavra certa no lugar certo.
9. Não use expressões da redação.
10. Evite estrangeirismos.
11. Escreva o texto na forma positiva.
12. Faça um texto limpo.
13. Destaque as palavras mais importantes.
14. Não inicie uma transmissão com citações entre aspas.
15. Não comece uma frase com “vale lembrar”.
16. Não inicie uma frase com pronomes pessoais.
17. Não use “ontem” na primeira frase.
18. Seja original.
19. Não comece textos com “E”.
20. Não classifique a notícia (boa ou ruim).
21. Economize as palavras.
22. Evite números quebrados (arredonde).
23. Escreva os números por extenso.
24. Saiba como pronunciar os nomes de pessoas ou empresas.
25. Desafie as regras sobre texto
26. Releia tudo.
27. Não cometa erros de informação.
28. Responda: o texto interessa ao ouvinte?

O professor Pedro Celso Campos sugere as seguintes regras para o texto de rádio:

- Escreva apenas uma idéia em cada sentença e evite usar longas citações.
- Prefira frases simples. Ao invés de “A Câmara Municipal da cidade tal concordou em colaborar na redução dos custos das passagens de ônibus para o campus da universidade”, prefira: “As passagens de ônibus para o campus da universidade vão ficar mais baratas”
- Use palavras concretas (chuva, neblina) ao invés de termos abstratos como “mau tempo”.
- Não use a expressão “há pouco”. Diga claramente: “O fato ocorreu há tanto tempo”
- Evite jargões como evadiu-se (fugiu), prestou assistência (socorreu), viatura (carro), finalizou (terminou), elemento (suspeito).
- Nunca inicie a matéria com um depoimento ou uma controvérsia. Exemplo: “Muitos administradores têm baixa escolaridade. Foi o que revelou uma nova pesquisa divulgada hoje”. Melhor: “Uma nova pesquisa divulgada hoje revela que muitos administradores têm baixa escolaridade”.
- Nem sempre é preciso dar o nome completo de uma organização ou empresa: Sindicato dos Motoristas de ônibus é aceitável, em vez de Sindicato Nacional dos Condutores de Veículos de Transportes Coletivos.
- O título da pessoa vem antes: O presidente da República, fulano de tal... (CAMPOS, [19-?]).

Entre as muitas regras para o radiojornalismo propostas por Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima in “Manual do radiojornalismo”, elencamos aquelas que nos pareceram as mais importantes (BARBEIRO; LIMA, P., 2003, p. 72, grifo do autor):

1. O texto começa com o lead. Procure a novidade, o fato que atualiza a notícia e a torna o mais atraente possível.
2. Evite frases longas.
3. O texto precisa ter ritmo. Use frases curtas, mas que não sejam telegráficas.

4. Redija o que aconteceu. Ninguém liga o rádio para saber o que não aconteceu.
5. Cuidado com os cacófonos.
6. Evite os gerúndios.
7. Os pronomes **cujo** e **cuja** não têm som agradável no rádio.
8. Endereços, CEPs, telefones, emails, etc., devem ser repetidos para que o ouvinte tenha a chance de anotá-los.
9. Use o *cargo*, *profissão* ou *título* para identificar autoridades e personalidades. Lembre-se que a forma de tratamento deve vir antes do nome. Não use *senhor* ou *senhora* no texto.
10. As siglas estrangeiras pouco conhecidas devem ser adaptadas. FED é Banco Central dos Estados Unidos; FAO é Órgão das Nações Unidas de Incentivo à Agricultura.
11. Em algumas situações os números podem ser simplificados.
12. Nos textos em que forem citados valores em moedas estrangeiras é recomendável a conversão para o REAL.
13. Identifique os lugares.

Já Walter Sampaio diz que “a notícia para rádio” deve apresentar as seguintes particularidades (SAMPAIO, 2008, p. 40):

1. dirigir-se a toda população, inclusive os analfabetos;
2. procurar trazer sempre o imediatismo;
3. ser instantânea pois não oferece a possibilidade de se voltar atrás para se corrigir eventuais erros;
4. ser breve e sintética, devendo, em tese, esgotar o assunto no menor espaço de tempo possível;
5. exercitar o ouvinte no sentido de criar um clima para que ele se sinta envolvido como participante do acontecimento.

Não concordamos com o item 3 dessas anotações de Sampaio. A nosso ver, a instantaneidade não descarta a correção de erros. É normal na rádio o locutor corrigir o erro (ou “erros”) a qualquer momento. Na verdade, a instantaneidade é uma vantagem do rádio em relação a outros veículos para correção de eventuais erros na transmissão - ele pode fazer isso a qualquer momento. O jornal impresso precisa, senão de 24 horas (no caso de um diário), no mínimo de um tempo industrial (gráfico) para se corrigir diante do leitor.

O que nos parece claro é que a notícia para o rádio está submetida a pelo menos duas características fundamentais do veículo:

O imediatismo – essa sua facilidade técnica de estar presente nos lugares capacita-lhe narrar o que acontece “na hora”. Graças a sua portabilidade (cada vez mais ampliada pelos avanços tecnológicos) o imediatismo nos remete à ubiquidade — esse “poder” do rádio de estar em todo canto.

A redundância – ao contrário do jornalismo impresso, o informe do rádio (a notícia) pode ser repetido. Isto porque a memória do rádio é o ouvinte. Ou, em outros termos, a memória do ouvinte é a audição; e ela denota uma fragilidade armazenadora. O rádio auxilia essa memória repetindo notícias, informes, avisos, telefones, endereços.

Essas duas características nos remetem a uma discussão sobre a relação entre o rádio e o tempo.

III.7 – Improviso e imprevisto

O rádio, como observa Meditsch, tem uma relação específica com o tempo. Citando Weaver: o discurso do rádio é um “relato atual de acontecimentos atuais” (WEAVER apud MEDITSCH, 2007, p. 208). O rádio se distingue dos demais veículos pela sua capacidade e disponibilidade de fazer o “ao vivo”; isto é, pelo seu imediatismo. Meditsch sugere que essa capacidade do rádio de levar a realidade para o ouvinte é um dos fatores que contribui para sua empatia com o público. Outros autores ratificam esse poder do rádio: “a utilização do som é uma maneira de transportar o ouvinte para o local do acontecimento” (PARADA, 2000, p. 32). O jornalismo do rádio é o periodismo que garante “a simultaneidade entre a enunciação e o acontecimento externo” (MEDITSCH, 2007, p. 2009). Por razões técnicas? Sim. Por isso o jornal impresso e, principalmente, a TV e os jornais na internet, fazem uso constante de imagens colhidas por amadores – eles estavam lá e gravaram as imagens (muitas vezes em câmeras rudimentares de celulares) que irão garantir a audiência do noticiário que precisa de imagens. Uma coisa é relatar um incêndio na TV, outra é mostrar (mesmo que precariamente) imagens desse incêndio. Na TV as imagens (sempre) valem mais que mil palavras.

Mas ocorre geralmente uma distância temporal entre o acontecimento e o seu relato na TV. Porque há um tempo para colher a imagem (amadora ou profissional) e colocá-la no ar. O rádio, em compensação, mesmo recebendo o acontecimento cru, sem a presença do repórter, pode jogá-lo no ar imediatamente, ou quase isso. O “quase” aqui é apenas o tempo de adotar o mínimo de cuidados para evitar erros. Por exemplo, se há um acidente ferroviário o rádio pode entrar, via celular, com o depoimento de um dos passageiros. Antes disso, porém, deve apurar com outras

testemunhas e em outras instâncias a veracidade dos fatos (a começar se houve de fato um acidente), para evitar tornar notícia o que pode ser um trote (má fé) ou uma leitura errada do acontecimento (embora de boa fé).

Aqui fica determinada uma diferença em relação à TV. O rádio já informou quando estava a caminho e chega falando, característica que lhe garante agilidade e força. A equipe de televisão vai ter de, primeiro, chegar, “armar o circo”, interromper a gravação e depois informar. (PARADA, 2000, p. 39).

O imediatismo é uma característica do rádio. Ou, mais exatamente, um trunfo que ele possui em relação aos demais veículos de comunicação. Esse imediatismo no rádio reconfigura o acontecimento. Como observa Marcelo Parada, se uma reunião está sendo aguardada há horas e ela não acontece esse detalhe se torna notícia. Quando o repórter noticia este “não acontecimento” (o atraso da reunião, avaliando as razões para esse atraso) inclui o silêncio e os murmúrios que compõem o cenário sonoro do fato.

O rádio deve estar sempre na frente, chegar antes, levantar primeiro os assuntos. [...] Por ser o veículo mais rápido, tem a obrigação de chegar antes aos locais, informar antes e ser criativo para que suas reportagens virem assunto obrigatório em outros veículos. O profissional de rádio deve jogar no ataque sempre, tomar a iniciativa todos os dias. (PARADA, 2000, p. 82).

Mas, para que a emissora possa “usar” o trunfo do imediatismo ela deve se planejar. A rádio deve estar preparada para o imprevisto, principalmente quando ele se dá como uma boa notícia. Uma boa pauta pode “cair” diante de um acontecimento importante; programas e jornais podem ser alterados. “Planejamento e organização são fundamentais, mas de forma nenhuma podem significar engessamento ou acomodação” (PARADA, 2000, p. 83).

O imediatismo no rádio tem relação direta com o imprevisto, com aquilo que não foi planejado. Mesmo o radiojornalismo mais cuidadoso sabe que o imprevisto pode ocorrer. E se for uma reportagem ao vivo, as chances dele ocorrer são maiores ainda.

O que não foi previsto decorre de:

1. Falhas técnicas.

Na transmissão. Problemas nos equipamentos: transmissor, telefones, gravadores, computadores, chaves, microfones; fontes de energia; cabos que não foram conectados ou conectados erroneamente; etc.

Problemas na recepção: aparelho de rádio (celular, computador) com problemas; sinal da emissora na região é fraco ou com muitas interferências; etc.

2. Falhas humanas:

Na transmissão: atraso de operador, repórter ou editor; falhas de locução; falhas de redação ou edição; falhas da produção; convidado não veio, chuvas impediram a entrevista; desatenção do locutor; desatenção do operador; falta de comunicação e sintonia entre locutor e operador; etc.

Na recepção: questões emocionais (um abalo pode fazer com que o ouvinte não escute o que diz a rádio), de saúde (doenças), etc.

3. Acontecimentos naturais

Enchentes, ventanias, ressacas, secas, terremotos, erupções vulcânicas, podem interferir no jornalismo. O repórter pode ser atingido (às vezes literalmente) por eles.

4. Outros acontecimentos

Acidentes de trânsito, queda de árvores, etc.

Discorrendo sobre as falhas humanas na locução, Erving Goffman (2008, p. 300) distingue dois grupos:

1) “falhas informadas”: “disfluências” (hesitações, truncamento,...) e lapsos.

2) “falhas desinformadas”: erro crasso (deficiências no alcance intelectual) e gafe (“violação das boas maneiras ou da conduta socialmente aceitável”). Indiscrição, falta de tato, indelicadeza, irreverência, imodéstia e intromissão.

Segundo Goffman (idem), quando o locutor percebe o erro sua resposta se dá de duas formas: como “reação” (embaraço, aflição, notificação extremada) e “reparação” (esforço corretivo).

Entendemos que a reação ao erro nem sempre é como “embaraço, aflição ou notificação extremada”. O locutor mais experiente pode estar tão acostumado com as falhas (devido à precariedade da emissora, se for o caso) que, ao invés de se afligir, incorpora essa falha à sua fala (na forma de humor, por exemplo).

São muitas as variáveis envolvidas numa transmissão (e nem todas foram listadas aqui). De fato, o imprevisto, o acontecimento que pode ou não fazer parte da notícia, o que exige a improvisação, é comum nas rádios. E muitos não se limitam ao radiojornalismo. Quem assume o microfone na rádio deve estar pronto para o imprevisto, porque o locutor pode falhar (na forma ou no conteúdo do que fala), o operador falha, os equipamentos falham.

Finalmente, ao abordar o radiojornalismo, temos que incluir uma discussão de fundo, que é a segmentação do veículo, no mínimo, em dois gêneros: rádios *all news* (exclusiva para o jornalismo) e “rádio musical” ou “de entretenimento”. Autores como Heródoto Barbeiro acreditam que o caminho para o rádio é a segmentação: “é um engano acreditar que uma emissora de música e notícia consiga falar para os dois públicos”. (BARBEIRO; LIMA, P., 2003, p. 14).

O “rádio informativo” (*all news*), conforme Meditsch, dirige-se basicamente há uma classe social com maior poder aquisitivo. É um público que quer somente notícias na rádio.

Defendemos que toda emissora de rádio tenha radiojornalismo. E valorize esse trabalho. Se emissoras como a CBN ou a BandNews priorizam a notícia, as demais não precisam necessariamente apenas tocar música. Rádio não pode se converter em vitrola; ainda mais agora, quando para compactar e ouvir música existe uma série de novos dispositivos tecnológicos. Será cada vez mais difícil para a rádio que “serve apenas para tocar música” disputar com essas novas mídias – cada vez mais potentes, eficientes e seguras. Não acreditamos em emissoras que dispensam o radiojornalismo da sua programação - as “emissoras musicais”.

Esta divisão do rádio em modelos tem relação com a frequência. As FMs, como vimos, por causa da qualidade de som, bem melhor que AM, estaria destinada à música. No entanto, em 1997, com o surgimento da CBN, uma rádio *all news* operando em FM, esta visão mudou. Mas ainda permanece em alguns espaços a visão de que a rádio AM é para **fala** e a FM é para **música**.

Esta questão nos remete à outra: o rádio tem algum papel específico na sociedade? Segundo Meditsch, pesquisas de recepção revelaram que o público em geral vê três funções relevantes para o rádio: entreter, informar e educar.

Nossa opinião é de que essas funções não deveriam ser fragmentadas. A emissora pode entreter, informar e educar. Mesmo a rádio *all news* busca o entretenimento e a educação, simultaneamente. Em contrapartida, uma emissora que não faz 24 horas de jornalismo, que se dedica à música, não poderia desprezar o jornalismo. A nosso ver, informar e educar enquanto entretém, é adotar uma postura mais nobre para a rádio do que reduzi-lo a uma “caixinha de música”.

A polêmica sobre rádios AM e FM, não é, como parece, sobre frequências. Mas quanto ao rádio ser usado para difundir notícias, tocar música, ou realizar as duas funções. Entendemos que uma emissora de rádio pode até excluir a parte musical (como fazem as *all news*), mas uma rádio não poderia excluir da sua grade de programação esta sua capacidade de difundir informações, isto é, de fazer radiojornalismo. Reduzir o rádio a uma caixinha de música, administrada por um computador ou por um locutor que se resume a reproduzir o que determina o “jabá”⁹³ ou uma *playlist*⁹⁴, é desperdiçar o grande potencial do veículo. Rádios que se especializaram em tocar para “sala de espera de dentista”, isto é, que não valorizam a informação ou a descartaram totalmente, correm o risco de serem trocadas por um sistema bem mais eficiente de armazenamento e reprodução musical, como tantos que existem hoje.

⁹³ “Jabá” é uma prática do mercado de música aceita em várias emissoras comerciais. As gravadoras e os produtores pagam às rádios para que toquem determinados artistas. Existe uma tabela pelo serviço. E o cliente pode escolher a quantidade de vezes e o horário em que a música vai tocar. Na prática é propaganda, mascarada como “sucesso do momento”, ou “lançamento do momento”, ou algo do gênero. O ouvinte é enganado, acreditando que a música que ouviu foi selecionada por ser de qualidade ou “sucesso”. Projeto de Lei nº 1048/03, do deputado Fernando Ferro (PT-PE), considera crime a prática do jabá.

⁹⁴ *Play list* é um conjunto de músicas. Elas ficam armazenadas no computador da emissora. Algumas rádios se limitam a reproduzir essa lista.

De fato, estamos diante de mudanças tecnológicas que afetam diretamente o veículo. Enquanto ocorria esse debate sobre a transição do rádio analógico para o digital, o veículo se espalhou por outros suportes, podendo ser ouvido no aparelho celular, na internet, novos sistemas, e sem deixar de usar o “velho” aparelho de rádio. Essas transformações não modificam o rádio e o conceito de rádio porque ele continua mantendo duas características básicas, “dois poderes mágicos”: a invisibilidade e a ubiquidade.

CAPÍTULO IV – RADIOJORNALISMO COMUNITÁRIO

IV.1 – Identidade

A comunidade se forma com a identidade. Ela começa com o indivíduo. Cada pessoa “deve” ter uma identidade para existir na comunidade. Mesmo onde se permitem identidades falsas, como é o caso de algumas existentes na internet, onde se escolhe um “apelido” que nada mais é que seu pseudo-nome, seu falso nome, uma identidade é preciso - com o falso-nome a pessoa pode escolher se apresentar como quem é de fato ou com essa identidade fictícia.

Conforme Stuart Hall, a idéia de identidade que precede à modernidade era a de algo coerente, determinado, unificado. Citado por Hall, John Locke observa que a identidade era uma concepção do sujeito em continuidade – ele sempre foi “isto”. E havia uma relação direta entre os indivíduos e as comunidades que eles integravam. A comunidade, por sua vez, também estabelecia a identidade. Isto é, a comunidade, constituída por tradições, costumes, religiosidades, língua, “dizia” como era o indivíduo. E essa identidade – como a própria comunidade - tinha o caráter da atemporalidade e infinitude. Nada mudava.

Conforme Hall, as transformações associadas à modernidade retiraram dos indivíduos esses apoios que pareciam absolutamente estáveis, fixos na ordem do universo (HALL, 2006). E acrescenta:

Antes se acreditava que essas (tradições e estruturas) eram divinamente estabelecidas; não estavam sujeitas, portanto, a mudanças fundamentais. O status, a classificação e a posição de uma pessoa na “grande cadeia do ser” – a ordem secular e divina das coisas – predominavam sobre qualquer sentimento de que a pessoa fosse um indivíduo soberano. (HALL, 2006, p 25).

Antes de Stuart Hall, porém, Karl Marx havia percebido as transformações que apontavam para um novo tempo:

A revolução constante da produção, os distúrbios ininterruptos de todas as condições sociais, as incertezas e agitações permanentes distinguiram a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis foram varridas, todas as novas tornaram-se antiquadas antes que pudessem ossificar. Tudo que é sólido se desmancha⁹⁵ no ar, tudo que é sagrado é

⁹⁵ No original da obra citada está escrito: “Tudo que é sólido **desmanda-se** no ar”. Optamos pela nossa tradução.

profanado, e os homens são por fim compelidos a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes. (MARX e ENGELS, 1998, p. 14)

Para Marx, as antigas necessidades eram substituídas por outras, exigindo produtos que vinham “de terras e climas distantes”. “No lugar da antiga reclusão e auto-suficiência temos conexões em todas as direções, uma interdependência universal das nações” (MARX; ENGELS, 1998, p. 145).

Segundo Hall a noção de “indivíduo soberano” surgiu entre o Humanismo renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII. E ele teria sido o motor que colocou o sistema social da modernidade em movimento. Já Raymond Williams diz que a história moderna do sujeito individual engloba dois significados: 1) o sujeito é indivisível - uma “entidade” unificada no seu interior e que não se divide; 2) o sujeito é uma “entidade” singular, única.

Com a modernidade as sociedades se tornam mais complexas. “O cidadão individual tornou-se enredado nas maquinarias burocráticas e administrativas do estado moderno” (HALL, 2006, p. 29). O indivíduo, agora, está dentro – “definido” – dessa sociedade sem margens claras.

Hall cita dois eventos que contribuíram para as conceituações do sujeito moderno:

a) A biologia darwiniana. Depois de “A origem das espécies” de Charles Darwin (1859) o sujeito faz um retorno à natureza, mas livre das amarras da religião. Não é Deus quem determina o genótipo e o fenótipo dos seres vivos (incluindo o próprio indivíduo), mas a inteligência. O que faz o mundo evoluir, crescer, existir não é uma razão metafísica, mas cognitiva e não tem relação com divindades. E sem a divindade, sem essa divindade que tudo criou e mantém eternamente, o indivíduo ficou sem lastro, “sem pai”, como diria Freud em “Totem e tabu”, sem rumo.

b) O surgimento das “novas ciências sociais”. Conforme Hall, o pensamento dualista cartesiano institucionalizou-se numa divisão da psicologia e de outras disciplinas. A sociologia, porém, fez a crítica ao individualismo racional cartesiano, apresentando uma explicação que inclui o subjetivismo para a formação das sociedades.

Hall observa que na tentativa de compreender os efeitos da modernidade sobre a identidade, autores falam que o sujeito moderno sofreu uma “desagregação” ou passou por um “deslocamento”. Para compreender essa noção de deslocamento, diz Hall, quatro autores e um movimento são fundamentais:

1) Karl Marx: os agentes da história. A afirmação de Marx, “os homens fazem a história mas apenas sob as condições que lhe são dadas”, fez, nos anos 1960, estudiosos interpretarem que os indivíduos não poderiam de forma alguma ser os “autores” ou agentes da história, uma vez que só podiam agir com base nas condições criadas pelos outros (HALL, 2006, p. 34). Marx, segundo Althusser, “deslocou” duas posições-chaves da filosofia moderna: há uma essência universal de homem; essa “essência” é atributo de cada indivíduo.

2) Sigmund Freud: a descoberta do inconsciente. O criador da psicanálise diz em sua teoria que a individualidade é formada por processos psíquicos e simbólicos que fazem uso de uma lógica muito diferente da razão. Freud destrói o *cogito* cartesiano. O *eu* (a entidade do indivíduo), seguindo a psicanálise, é construído no tempo, a partir da infância e nas relações com os outros – a identidade é um processo.

3) Ferdinand Saussure: a importância da linguagem. Para Saussure, citado por Hall, o homem não é o autor das afirmações que faz ou dos seus significados. “A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós” (HALL, 2006, p. 40). Jacques Derrida, citado por Hall, acrescenta que apesar do esforço de quem fala não há como fixar o significado das palavras. “O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)” (DERRIDA apud HALL, 2006, p. 41).

4) Michel Foucault: o poder disciplinar. Para se manter a sociedade criou o “poder disciplinar”. É ele quem mantém a vida, o trabalho, as alegrias e tristezas do indivíduo. O poder disciplinar visa o “estrito controle”. “Seu objetivo básico é produzir um ser humano que possa ser tratado como um corpo dócil” (DREYFUS e RABINOW apud HALL, 2006, p. 42). Embora esse poder seja direcionado às instituições, ao coletivo, Foucault deixa claro que suas técnicas miram o indivíduo – o poder “individualiza” o sujeito através da vigilância e da observação.

5) O movimento da contracultura dos anos 60. Foi um movimento sem líderes e sem liderados. Seus seguidores (hippies, contestadores, revolucionários) se opunham ao belicismo, ao capitalismo, ao totalitarismo comunista, às formas burocráticas de organização, à igreja, à família, à política, e a todas as formas de controle do prazer. Eram movimentos dentro de um movimento⁹⁶. Propunham a derrocada do “sistema”, nome genérico para um poder quase sempre invisível, conservador, que mantinha as tradições, costumes, hábitos, propostas políticas, sociais e econômicas, da sociedade ocidental capitalista e comunista. O “sistema” definia essa identidade coletiva e homogênea do sujeito dessa modernidade. Já os movimentos “refletiam o enfraquecimento ou fim da classe política e das organizações de massa a ela associadas, bem como sua fragmentação em vários e separados movimentos sociais” (HALL, 2006, p. 44). Os movimentos, frisa Stuart Hall, fizeram nascer o que veio a ser conhecido como a “política de identidade”. “Cada movimento apelava para uma identidade social dos seus contestadores” (idem).

A Guerra do Vietnã (1954-1975) foi uma das grandes motivações para o surgimento do movimento de contracultura. O “sistema” tentava justificar a guerra associando-a à noção de liberdade. Mas esse discurso provocou um efeito contrário, fazendo surgir uma corrente, que se uniu a um movimento nacional, e depois mundial, de negação dos valores atuais e a construção de “novos valores”. A humanidade estava em crise e um novo mundo se propôs, uma nova “comunidade planetária”, marcada pela ojeriza à guerra e à desumanização, recuperando os prazeres humanos (a sexualidade, o ócio e os estados alterados de consciência provocados pelos alucinógenos) e uma relação mais próxima da natureza. Era a busca da identidade cósmica e telúrica, transcendente e natural. Tornou-se a raiz do movimento ecológico que hoje está presente, como atitude ou pensamento, nos mais diversos campos do saber, e, forçosamente, também na pauta da indústria, economia, e política de todo planeta.

⁹⁶ Havia o movimento pela emancipação feminina, o dos direitos das minorias raciais e étnicas, o de emancipação dos povos do terceiro mundo, a defesa do meio ambiente.

O movimento de contra-cultura fez brotar no Brasil e no mundo as “comunidades alternativas”⁹⁷. Estudando uma dessas comunidades, instalada em Pirenópolis (GO), Nogueira observou que:

A comunidade utópica renasce no imaginário dos alternativos como negação a uma realidade vivida, como esperança de refazer “laços perdidos”, com a possibilidade de buscar algo de si supostamente perdido e de preencher o “vazio interior”, instalado pela sociedade moderna a partir da ampliação dos sistemas simbólicos que marca a passagem da infância à idade adulta. (NOGUEIRA, 2001).

O movimento “paz e amor”, como também foi nomeado o movimento de contracultura, tinha esse caráter utópico, de retorno ao paraíso perdido – um lugar (um espaço) de convivência entre pessoas fraternas, solidárias, isto é, uma comunidade⁹⁸. Neste sentido há um conservadorismo na proposta dos movimentos de contracultura: eles buscavam a comunidade da boa vizinhança, ideal, espiritualizada, fraterna, mas de forma renovada, um “paraíso renovado” - fora do sistema, valorizando o indivíduo e o prazer. A nova espiritualidade proposta incorpora elementos orientais; a alimentação é naturalista; sexo e drogas estão liberados; a trilha sonora vai dos agitos do rock até a contemplação *new age*; fica estabelecida uma firme aliança com a natureza. A comunidade ideal? Para alguns. Porque a concepção simbólica de comunidade ideal sempre existiu.

Numa comunidade ideal, como diz Bauman, “fraternidade” é a palavra mágica, aglutinadora, “é o símbolo de se tentar alcançar o impossível: diferentes, mas os mesmos; separados, mas inseparáveis; independentes, mas unidos” (BAUMAN, 2005, p. 16).

Com o fim das comunidades tradicionais e da concepção do indivíduo nos moldes pré-modernos, o nacionalismo é colocado pelos Estados-nações como alternativa de resgate dos antigos valores. A identidade nacional se torna uma obrigação – e dela decorrem o amor à pátria, a defesa dos valores “comuns”, das tradições, da língua; a obediência (ou subserviência) às autoridades; a devoção à seleção nacional (tornado símbolo pátrio), ao sistema, às empresas de sucesso, às religiões tradicionais,... O nacionalismo é imposto no bojo de um discurso naturalista: o Estado impõe a “pátria” como identidade individual e coletiva; ela é apresentada

⁹⁷ De acordo com Nogueira, os integrantes da comunidade se consideram “alternativos” por terem uma organização política com base em práticas espirituais, a busca da auto-suficiência na produção agrícola, educação que provêem para as crianças, alimentação “natural”.

⁹⁸ Em várias regiões do planeta, incluindo o Brasil, no rastro desse movimento surgiram as “comunidades alternativas”.

como natural, hereditária, comum. A noção de pátria é contestada por autores como Canclini. Ele mostra que, com a globalização, é quase impossível identificar os elementos que caracterizam identidades ou nacionalidades.

De fato, conforme Bauman, a idéia de “identidade” e, particularmente “identidade nacional”, não é algo “natural”, um fato auto-evidente da vida. Pelo contrário...

Essa idéia foi forçada a entrar na *lebenswelt* de homens e mulheres modernos – e chegou como uma ficção. [...] A identidade só poderia entrar na *lebenswelt* como uma tarefa – uma tarefa ainda não realizada, incompleta, um estímulo, um dever e um ímpeto à ação. E o Estado moderno fez o necessário para tornar esse dever obrigatório a todas as pessoas que se encontravam no interior de sua soberania nacional. (BAUMAN, 2005, p. 26).

Ernest Gellner observa que “a idéia de um homem sem nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas” (apud HALL, 2006, p. 48). No entanto, acrescenta Gellner: “ter uma nação não é um atributo inerente à humanidade, mas aparece, agora, como tal” (Idem).

Para Stuart Hall as identidades nacionais são construções simbólicas. “A nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentido – um sistema de representação cultural” (HALL, 2006, p. 48).

O Estado moderno criou a “natividade do nascimento”, a nacionalidade, para se legitimar e ter a obediência dos seus indivíduos. Todos os indivíduos nascidos em seu território teriam um destino comum – necessário à ordem e à continuidade da nação. Esse dever de ofício para todos da nação não se estende até aqueles que não têm identidade, os considerados párias: drogados, mendigos, moradores de rua, por exemplo. Porém, sendo ou não amparados pelo Estado, todos têm obrigações com ele.

As transformações da sociedade provocaram reflexos diretos nas noções de identidade e de Estado quando as cidades e o que se entendia por comunidades sofreram mudanças. Se Bauman, como veremos mais adiante, fala em “modernidade líquida”, o sociólogo Alain Touraine fala em “desmodernização”.

Se a modernização foi a gestão da dualidade da produção racionalizada e a liberdade interior do sujeito humano pela ideia de sociedade nacional, a desmodernização define-se pela ruptura dos laços que unem a liberdade pessoal e a eficácia coletiva. Aqui se impõe uma imagem: a decomposição das cidades. (TOURAINÉ, 1998, p. 36).

Touraine considera que a cidade, que era o lugar de produção, de trocas e socialização, era o nome concreto da sociedade, contendo a esperança de que nessas cidades poderiam coexistir a vida pública e vida privada. O indivíduo era o parente, o vizinho, o colega, “o próximo”. No entanto, o modelo clássico de cidade, nascido das comunidades tradicionais, caiu por terra. E quando se pensa em grandes metrópoles, como Paris, Londres, Amsterdã, a noção de cidade é mais uma esperança perdida, mais um desejo que realidade (TOURAINÉ, 1998, p. 36). A sociedade moderna foi além, ela substituiu o indivíduo pelo consumidor. Na cidade grande o que prevalece são relações de consumo - você é o que consome. “A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor (BAUMAN, 1999, p. 88). O consumismo se torna a forma moderna de se obter a felicidade.

O consumismo é a cultura do efêmero: num instante tudo é novidade no mercado, mas logo tudo deixa de ser novidade. O novo é sempre velho. O futuro já chega obsoleto. Inclusive o indivíduo; inclusive a comunidade. Para otimizar seu consumismo a sociedade deve descartar a memória. Esquecer. Esquecer-se. “A cultura da sociedade de consumo envolve, sobretudo, o esquecimento, não o aprendizado” (BAUMAN, 1999, p. 90).

Também o conceito de nação foi alterado com o neoliberalismo e a globalização. Para Touraine, o que existe hoje é uma procura do que é nação, ou do que sobrou enquanto nação:

A ideia de nação deixou de designar a coletividade dos cidadãos livres para indicar a busca de uma identidade coletiva histórica. A sociedade de produção começou a se transformar em sociedade de consumo. (TOURAINÉ, 1998, p. 35).

Quanto à identidade do indivíduo...

A reconstrução do que se pode chamar identidade pessoal (*self identity*) não se faz pela identificação a uma ordem global, econômica, natural ou religiosa, mas pelo reconhecimento da dissociação dos elementos que outrora formavam uma experiência integrada. [...] Não é pela identificação a uma ordem do mundo, a um grupo social, a uma tradição cultural ou mesmo

à própria individualidade que se constitui a identidade. Esta, ao contrário, se forma por desidentificação, por uma volta a si. (TOURAINÉ, 1998, p. 129).

Diante das tantas identidades possíveis para cada indivíduo, neste momento em que tudo que é sólido parece estar se desfazendo no instante seguinte (como disse Marx), a “identidade nacional”, mesmo imposta, dá uma certa firmeza. Mas está solidez da identidade nacional chega até à comunidade? Nem sempre.

Não há uma resposta que sirva para todos porque as comunidades são muito diferentes. Considerem-se comunidades como a de Heliópolis, São Paulo, onde funciona uma rádio comunitária estudada por nós. Ela pode ser vista como uma grande comunidade urbana, afinal tem mais de 125 mil habitantes. Mas, e quando se fala de comunidades instaladas no interior do país, com uma parte na cidade e outra no campo? Quais as suas fronteiras? Qual a identidade de um indivíduo com o lugar se ele sai cedo para o trabalho e retorna apenas para dormir? Aquela construída nos finais de semana?

Vejamos um caso mais específico, o da Rádio Sol, uma emissora comunitária instalada em Olinda, Pernambuco, que foi incluída na nossa pesquisa. A emissora atinge um certo número de indivíduos, moradores do bairro. O que há de comum entre essas pessoas? Podemos considerar que, na maioria, são olindenses, trabalhadores, de poucos recursos, têm gostos musicais parecidos. Excetuando questões de gênero e raça, seriam estes os elementos primários para construção da identidade dessas pessoas. Mesmo assim alguns indivíduos talvez não aceitem para si identidades que, diante da sociedade, caracterizam-se como subclasse de indivíduos, como, por exemplo, “gari”, “flanelinha” ou “desempregado”.

Indivíduos podem rejeitar sua “nacionalidade comunitária”. Uma pessoa pode negar que mora numa “favela”, ou que nasceu em determinada cidade. Há quem não reconheça seu sangue índio ou negro embora tenha traços evidentes dos seus antecedentes. A rejeição da identidade pode ser a negação de uma identificação sexual: homens gays, mulheres lésbicas; transexuais, travestis, podem omitir, negar, rejeitar essas identidades. Eles podem escolher as que consideram mais adequadas. Não existe nada de espantoso nisso. Max Frisch já definiu identidade como a rejeição daquilo que os outros desejam que você seja (apud BAUMAN, 2005, p. 45). A forma com que determinados setores da sociedade, em especial a

religião, abordam a homossexualidade é um bom exemplo de imposição de identidade. Para algumas religiões cristãs existe somente a “identidade masculina” e a “identidade feminina”; homem e mulher formam um casal, base da família. Aquele ou aquela que decide se unir a outra pessoa do mesmo sexo comete um crime contra essa imposição (identitária) atribuída a Deus; a homossexualidade é uma anormalidade, perversão ou doença, merecendo punição, desprezo ou “tratamento psicológico”. Nestas condições o indivíduo pode decidir que é melhor para si ocultar sua identidade homossexual que fazer o enfrentamento a esses poderes homofóbicos.

Em termos gerais, podemos afirmar que a comunidade estabelece valores, normas, códigos, contratos, e também dogmas. Dentro de sistemas comunitários mais rígidos pode ser necessário escolher identidades que mascarem o indivíduo. Podemos considerar como exemplo a Alemanha nazista, quando afirmar-se judeu era correr risco de morte. Também podemos refletir sobre comunidades católicas (seminários onde se formam os padres), onde o indivíduo, para continuar entre os seus, é obrigado a descartar sua identidade (e desejo) sexual, qualquer que seja ela. Ou ainda podemos refletir sobre o sistema de castas, existente na Índia, que estabelece identidades pré-nascimento (transcendente, religiosa); a classificação de identidades por castas significa a imposição de uma situação de exclusão da sociedade.

Outra emissora comunitária estudada, a Santa Luz FM, na Bahia, fala para indivíduos sertanejos e baianos. Mas que outros elementos poderíamos pinçar como marca identitária além daquelas de origem, raça e gênero? Talvez a cultura regional. É provável. Como Santa Luz é uma cidade “em que todos se conhecem” (isto é, formam algo como uma comunidade), existiria uma identidade regional presente.

Ter ou não ter identidade? Sim, estamos diante de uma questão que é também de caráter existencial. Estamos tratando de escolhas do indivíduo diante das imposições políticas de grupos, comunidades, instituições, Estado. E suas decisões devem ser tomadas exatamente dentro da “modernidade líquida” (expressão cunhada por Bauman): um tempo e uma conjuntura marcada pela perda de poder do Estado, pela fragmentação da sociedade, pela perda de confiança nas instituições.

“Identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação”, diz Bauman.

Estas distintas realidades estão submersas na atualidade. “No admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam” (BAUMAN, 2005, p. 33). Daí volta a indagação: como criar rádios comunitárias com estas identidades cambiantes?

Não vamos nos aprofundar mais na questão da identidade. Não vem ao caso para este trabalho. Queríamos apenas registrar que ela é essencial para compreensão da comunidade – ela é composta de indivíduos, e indivíduos “devem ter” identidades.

A questão da identidade é complexa e não se esgota num capítulo, ainda mais que, como alertamos, comporta elementos sociais, políticos e psicológicos, que estão sendo elaborados e re-elaborados nesta atual realidade apropriadamente denominada por Bauman de “modernidade líquida”⁹⁹.

IV.2 – Comunidade

O conceito de comunidade é parte de um conjunto de concepções para o coletivo humano. Esse coletivo inclui: comunidade, “grupo social” e “sociedade”.

Segundo Louis Wirth (1973), **grupo social** refere-se a “qualquer agregação ou associação de homens que, de certo modo, possamos considerar serem da mesma classe e com unidade própria” (WIRTH, 1973, p. 83). Em sua opinião existem duas ordens gerais de grupos sociais: as que podem ser concebidas como **comunidades** e aquelas que constituem as **sociedades**. Wirth é um dos autores a relacionar a comunidade e a comunicação: “o que torna uma comunidade uma sociedade é, aparentemente, o fato da vida social humana invariavelmente envolver certo grau de comunicação” (WIRTH, 1973, p. 85).

⁹⁹ Apenas como exemplo da complexidade do tema, podemos citar o estudo feito pelo argentino Néstor García Canclini, intitulado “Latinoamericanos buscando lugar em este século”. Na obra o autor revela a dificuldade em situar a identidade latino-americana. Diz ele: “No último ano do século XX, deixaram o Uruguai tantas pessoas quantas as que nasceram no país. Vivem nos EUA, na Europa, ou em outras nações centro-americanas, 15% dos equatorianos, uma décima parte dos argentinos, colombianos, cubanos, mexicanos e salvadorenhos”. [...] “Em uma época em que as empresas fabricam não só bens úteis, senão atitudes, estilos de vida e aparências pessoais, as marcas globalizadas reúnem milhões de consumidores”.

A comunicação atua para manter a comunidade coesa:

O fato notável a cerca da vida, na comunidade, hoje em dia, é ser ela capaz de agir coletivamente, como aparenta ser, considerando o fato de que pouca coisa possui, além do mecanismo dos jornais e dispositivos técnicos para se manter coesa. (WIRTH, 1973, p. 87).

O mesmo autor também concebe como elemento fundamental da comunidade a sua base territorial. Para ele, a tarefa preliminar em qualquer estudo sobre comunidade é descobrir “o centro e os limites da comunidade” (WIRTH, 1973, p. 90). Como veremos mais adiante, esse conceito de comunidade como área geográfica, espaço ou território, é contestado por alguns autores.

No início do século passado, quando ainda não existia o conceito de desterritorialização (Touraine) ou de “modernidade líquida” (Bauman), Ferdinand Tönnies concebeu três formas de vida em comunidade:

Consanguínea – baseada em laços de parentesco;

De proximidade – baseada em laços de vizinhança;

Espiritual – marcada por interesses, afeições e sentimentos comuns.

Estas formas, para Tönnies, eram os elementos “naturais” e, portanto, os mais evidentes, para promover a aproximação das pessoas. Para ele, o primeiro grupo humano (a primeira comunidade) é formado por relações de DNA. A primeira comunidade é a base familiar tradicional - pai, mãe, filhos. Quase imediatamente ela inclui os demais parentes e aparentados (avós, cunhados, primos,...). É a comunidade do sangue. Para Tönnies, “o amor fraternal pode ser apresentado como a mais humana das relações entre os homens” (TÖNNIES, 1973, p. 100).

Observamos que Tönnies construiu o seu conceito de comunidade com base num modelo tradicional de família que, se não foi superado, na atualidade tem que conviver com formas diferentes de grupo familiar. As “famílias modernas” estão longe do modelo usado por Tönnies para elaborar esses conceitos. Hoje a família adota padrões “estranhos” se comparados com os da época. Algumas são formadas por parceiros com filhos de outras uniões que se juntam; outras “radicalizam” e formam casais homossexuais que têm (ou adotam) filhos. Citamos esses casos

apenas para mostrar como a família, base comunitária no entendimento de Tönnies, mudou e tem mudado bastante.

A segunda comunidade, para Tönnies, seria a dos vizinhos. No passado, pelo menos até os primeiros anos pós-revolução industrial, a relação de vizinhança talvez ainda formasse “comunidades”. Hoje, porém, para estudiosos como Bauman, Wirth e Touraine, num mundo globalizado, onde ninguém parece conhecer ninguém ou ter interesse em alguém, a vizinhança não pode ser considerada a base para formação da comunidade.

Tönnies faz uma distinção entre comunidade e sociedade.

Tudo que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto, é compreendido como a vida em *comunidade* (assim pensamos). A *sociedade* é o que é público, é o mundo. [...] O homem se encontra em comunidade com os seus desde o nascimento, unido a eles tanto no bem como no mal. Entra-se em sociedade como em terra estrangeira. Adverte-se o adolescente contra a má sociedade, mas a expressão “má comunidade” soa como uma contradição. (TÖNNIES, 1973, p. 97)

No prefácio ao livro “Sobre comunidade” (1987, p. 15), de Martin Buber, Marcelo Dascal e Oscar Zimmermann observam que, membro de uma sociedade rural em transformação, Tönnies percebia dois mundos em conflito: o mundo agrário, das tradições medievais, e o mundo do comércio, dos centros urbanos. Dascal e Zimmermann dizem que Tönnies encontra uma saída metafísica ao idealizar a comunidade como se fora o paraíso perdido bíblico. Tönnies concebia a *Gemeinschaft* (comunidade), que era “natural”, movida pela vontade “integral”, ou *Wesenwille*; e a *Gesellschaft* (sociedade ou associação), sob domínio da vontade “racional”, ou *Kuerwille*. Segundo os dois autores, Tönnies tinha clara preferência pela *Gemeinschaft*, que é “real e orgânica”. A *Gesellschaft*, por sua vez, não passaria de um “agregado mecânico e artificial”.

Tönnies deixa claro que a comunidade espiritual é a expressão mais avançada de comunidade: a “comunidade religiosa é, ao mesmo tempo, a última e a mais alta manifestação da qual a ideia de comunidade é capaz” (TÖNNIES, 1973, p. 106).

Martin Buber também concebe comunidade como plenamente espiritual. Comunidade, para ele, é uma celebração da Vida¹⁰⁰. A comunidade tem propósitos religiosos. Diz Buber:

Para nós [...] que queremos criar a comunidade e elevar a Vida, comunidade e Vida são uma só coisa. A comunidade que imaginamos é somente uma expressão de transbordante anseio pela vida em sua totalidade. Toda Vida nasce de comunidades e aspira à comunidades. A comunidade é fim e fonte de Vida. Nossos sentimentos de vida, os que nos mostram o parentesco e a comunidade de toda vida do mundo, não podem ser exercitados totalmente a não ser em comunidade. (BUBER, 1987, p. 34).

O autor concebe comunidade como uma conquista do homem espiritualizado:

O homem é a criatura na qual a imagem divina da existência universal é realizada não simplesmente como sonho, do mesmo modo que em outras criaturas, mas como dons naturais que ele ambiciona desenvolver. A imagem, a "filialidade" se efetivam no homem que realiza em sua essência e em sua vida o vínculo total; este homem se tornou "filho de Deus". [...] O elemento materno do vínculo total é a terra; a forma originária de sua atuação é o trabalho; a forma espiritual de sua atuação é a ajuda; sua fala, o espírito; sua construção, a comunidade. (BUBER, 1987, p. 45).

Como Tönnies, Martin Buber tentou uma sacralização da comunidade. Para Buber comunidade não é um lugar, um território, mas uma expressão plena da divindade cristã.

Questionamos essa concepção de comunidade. Consideramos que ela é limitada, pois se apresenta como uma proposta religiosa, não abarcando uma visão ampla do tema. Esta conceituação esboçada por Buber sugere mais uma opinião pessoal do autor (que foi rabino) que uma conclusão científica.

Alain Touraine opina que num mundo globalizado as possibilidades das pessoas "viverem juntas" é cada vez mais difícil uma vez que a capacidade de comunicação entre elas é cada vez menor. Mas aponta um caminho que, para ele, é fundamental:

Só conseguiremos viver juntos se reconhecermos que nossa tarefa comum é combinar a ação instrumental e identidade cultural; se cada um de nós, portanto, se construir como sujeitos e se obtivermos leis, instituições e formas de organização social cuja finalidade principal seja proteger nossa busca de viver como sujeitos de nossa própria existência. (TOURAINÉ, 1998, p. 190).

¹⁰⁰ "Vida" foi grafada em maiúsculo no original, denotando divindade.

Jean François Tétu (2002) frisa a importância do “local” em que vivem as pessoas. Para ele a cidade ainda prevalece, mas não há modelos de cidade. O “local” na grande cidade é o bairro. E a unidade de base é o “lar”, que é territorializado.

A definição do local, segundo Tétu, deve levar em conta três componentes essenciais: a **proximidade**, incluindo a “teleproximidade”; o **pertencimento** a um grupo social, com suas marcas de solidariedade definindo as fronteiras de inclusão e exclusão; a **participação**, ou “efetividade do pertencimento”.

O “local” não é a comunidade. Mas é nele que estão os indivíduos que podem formar uma comunidade. E **proximidade**, **pertencimento** e **participação** são elementos chaves para que ela se constitua.

Autores como Maclver e Page observam que os fundamentos sociais da comunidade estão na **localidade** e no **sentimento de comunidade**. Para eles...

Localidade – Uma comunidade ocupa sempre um território. Mesmo comunidades nômades (ciganos, índios) em algum momento ocupam um espaço. Há uma relação entre “coesão social e área geográfica”.

Sentimento de comunidade – A localidade não é suficiente para criar a comunidade. Sem coesão social não há vida em comunidade. “Uma comunidade é uma área de vida em comum”. É preciso que haja “vida em comum com a noção de que se compartilha tanto de um modo de vida quanto da terra comum”. (MAC’IVER e PAGE, 1973, p. 123).

Em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, questionado sobre a noção de comunidade na atualidade e sobre como ela aparece em redes virtuais, como o facebook, Jesus Martin Barbero respondeu:

A comunidade era orgânica, havia muitas ligações entre os seus membros, religiosas, laborais. Renato Ortiz [sociólogo e professor na Universidade Estadual de Campinas] faz uma crítica muito bem feita a um livro famoso de [Benedict] Anderson, que diz que a nação é como uma comunidade imaginada [Comunidades Imaginadas, ed. Companhia das Letras], principalmente por jornais e a literatura nacional. É verdade, são fundamentais para a criação da idéia de nação. [...] O que acontece é que, quando a sociedade moderna se viu realmente configurada pelo Estado, pela burocracia do Estado, começou a sonhar novamente com

a comunidade. Era uma comunidade imaginada no sentido de querer ter algo de comunidade, e não só de sociedade anônima.

Falar de comunidade para falar da nação moderna é complicado, porque se romperam todos os laços da comunidade pré-moderna. Eu diria que há aí um ponto importante, considerando que no conceito de comunidade há sempre a tentação de devolver-nos a uma certa relação não mediada, presencial. Essa é um pouco a utopia da internet. (BARBERO, 2009).

E acrescenta Barbero:

Quando começamos a falar de comunidades de leitores, de espectadores de novela, estamos falando de algo que é certo. Uma comunidade formada por gente que gosta do mesmo em um mesmo momento. Se a energia elétrica acaba, toda essa gente cai.

É uma comunidade invisível, mas é real, tão real que é sondável, podemos pesquisá-la e ver como é heterogênea. Comunidade não é homogeneidade. Nesse sentido é muito difícil proibir o uso da expressão "comunidade" para o Facebook. Mas o que me ocorre ao usarmos o termo "comunidade" para esses sites é que nunca a sociedade moderna foi tão distinta da comunidade originária.

O sentido do que entendemos por sociedade mudou. Veja os vizinhos, que eram uma forma de sobrevivência da velha comunidade na sociedade moderna. Hoje, nos apartamentos, ninguém sabe nada do outro. Outra chave: o parentesco. A família extensa sumiu. Hoje, uma família é um casal. O que temos chamado de sociedade está mudando. Estamos numa situação em que o velho morreu e o novo não tem figura ainda, que é a idéia de crise de [Antonio] Gramsci. (BARBERO, 2009).

Mesmo numa época em que a concepção de comunidade parece estar cada vez mais longe da sua relação com o território (na perspectiva topológica, geográfica), quando se abrem novos horizontes para comunidades virtuais e seus vários gêneros, ainda se acredita nas relações construídas pela territorialidade. E dela a rádio comunitária precisa para existir.

Para Cicilia Peruzzo:

Ao que tudo indica, comunidade nunca deixou de existir, apesar das alterações em suas configurações e dos (des)entendimentos teóricos, e continua fazendo parte do debate na atualidade. Há mudanças substanciais nas concepções de comunidade, ao mesmo tempo em que alguns de seus princípios ainda se verificam.

O sentimento de pertença, a participação, a conjunção de interesses e a interação, por exemplo, são características que persistem ao longo da história, enquanto a noção de lócus territorial específico como elemento estruturante de comunidade está superada pelas alterações provocadas pela incorporação de novas tecnologias da informação e comunicação. Sem menosprezar que a questão do espaço geográfico continua sendo um importante fator de agregação social em determinados contextos e circunstâncias. (PERUZZO, 2009, p. 57).

Que elementos poderiam atuar para formação ou instituição de uma comunidade? A própria palavra "comunidade" é um atrativo forte para as pessoas.

Ela tem algo de utópico: pensar em comunidade é pensar no lugar ideal para se viver.

Com ironia, Bauman observa que:

As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra “comunidade” é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que a comunidade signifique “é bom ter uma comunidade”, “estar numa comunidade”. Se alguém se afasta do caminho certo, frequentemente explicamos sua conduta reprovável dizendo que “anda em má companhia”. Se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a sociedade – o modo com está organizada e como funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa. (BAUMAN, 2003, p. 7).

A expressão “comunidade” está associada a componentes simbólicos e culturais da civilização. No imaginário das mais diversas sociedades ela é um apelo à paz, à harmonia, segurança. É um lugar sagrado.

Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós. [...] Nosso dever, pura e simplesmente, é ajudar uns aos outros e, assim, temos pura e simplesmente o direito de esperar obter a ajuda de que precisamos. (BAUMAN, 2003, p. 8).

Ocorre, porém, que a realidade é bem diferente do que sugere o termo. A comunidade, formada por pessoas, e cada uma com visões diferentes do mundo, é heterogênea. Mesmo uma comunidade religiosa, que tem na crença e nos dogmas os seus elementos conciliadores e agregadores - ou seja, estabeleceu um contrato de “plano mais elevado” entre os seus participantes - não elimina as divergências e cisões. Nesse caso, o juiz é um “Poder Supremo”, inquestionável.

As comunidades se instituem por contratos. Mas por ser tão evidente e “natural” o entendimento compartilhado que cria a comunidade (ou o “círculo aconchegante”) estes contratos nem sempre são percebidos (BAUMAN, 2003).

Para Robert Redfield, a comunidade é **distinta** de outros agrupamentos humanos – é visível onde a comunidade começa e acaba; **pequena**, a ponto de estar à vista de todos os seus membros; **auto-suficiente**, oferece todas as atividades e atende a todas as necessidades das pessoas que fazem parte dela. A pequena comunidade é um arranjo do berço ao túmulo (REDFIELD apud BAUMAN, 2003, p. 17).

Distinta, quer dizer que há uma distinção entre os de dentro e os de fora, “eles” e “nós”. **Pequena**, quer dizer que entre nós a comunicação é forte e quem está fora está em desvantagem. **Auto-suficiência** significa capacidade (poder) de sobreviver sem os de fora (BAUMAN, 2003).

Esta seria mais uma visão idealista, distante da realidade. Para Bauman, uma comunidade como essa não existe.

Na medida em que a informação passa a viajar independente de seus portadores e numa velocidade muito grande, a fronteira entre o “dentro” e o “fora” não pode mais ser estabelecida e muito menos mantida. De agora em diante toda homogeneidade deve ser pinçada de uma massa confusa e variada, por via de seleção, separação e exclusão; toda unidade precisa ser construída; o acordo “artificialmente produzido” é a única forma disponível de unidade. O entendimento comum só pode ser uma realização, alcançada (se for) ao fim de longa e tortuosa argumentação e persuasão. (BAUMAN, 2003, p. 19).

O mesmo Bauman, analisando o impacto da globalização sobre a sociedade, questiona aquilo que lhe parece um princípio fundamental da comunidade: a sua condição territorial. Bauman, citando Paul Virilio, diz que se Fukuyama falava em “fim da história”, pode-se falar agora no “fim da geografia” (BAUMAN, 1999, p. 19). Considerando a expansão do neoliberalismo (o capital sem fronteiras, o mercado no comando dos Estados-nações), “as distâncias já não importam, ao passo que a ideia de uma fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar num ‘mundo real’ (idem). O mundo, o antigo mundo das vizinhanças, parece estar se desfazendo. “Alguns podem agora mover-se para fora da localidade – qualquer localidade – quando quiserem. Outros observam, impotentes, a única localidade que habitam movendo-se sob seus pés” (BAUMAN, 1999, p. 25). Hoje não apenas as pessoas se movem para “fora da localidade”, mas também para fora dessa realidade – facilmente elas podem se deslocar para lugares virtuais, fora da realidade, e até habitar comunidades virtuais (com “pessoas virtuais”) nesses espaços.

Em seu livro “Globalização: as conseqüências humanas”, Bauman distingue duas características da sociedade atual:

1) a mobilidade dos indivíduos é considerada uma virtude (“bem-aventurança”).

2) a localidade é o mundo.

Esses dois aspectos se complementam. Eles contribuem para desfazer o mundo e, junto, as comunidades e os indivíduos que fazem parte delas. Senão, atuam para a transmutação do indivíduo em um “consumidor”.

Para Bauman, a comunicação e o tempo da comunicação refizeram a concepção do que é “longe” e do que é “perto”, “aqui” e “lá”, “dentro” e “fora”. “Longe” é um espaço em que se penetra ocasionalmente ou nunca, é o lugar do desconhecido. “Próximo” ou “perto” é onde a pessoa se sente à vontade. A comunidade tradicional, segundo Bauman, transformou-se. “Seja o que for que se conheça como ‘comunidade local’, foi algo que surgiu dessa oposição entre ‘aqui’ e ‘acolá’, ‘longe’ e ‘perto’” (BAUMAN, 1999, p. 21). Para ele, a rede mundial de computadores deu fim a noção de “viagem” e de distância a ser percorrida, “tornando a informação instantaneamente disponível em todo planeta, tanto na teoria como na prática” (idem).

As chamadas “comunidades intimamente ligadas” de outrora foram produzidas e mantidas, como agora podemos ver, pela defasagem entre a comunicação quase instantânea *dentro* da pequena comunidade [...] e a enormidade de tempo e despesas necessárias para passar a informação *entre* as localidades. Por outro lado, a atual fragilidade e curta duração das comunidades parece ser, sobretudo, resultado da redução ou completo desaparecimento daquela defasagem: a comunicação intracomunitária não leva vantagem sobre o intercâmbio entre comunidades, uma vez que *ambos* são instantâneos. (BAUMAN, 1999, p. 22).

É o fim da comunidade? Não.

No que parece estar de acordo a maior parte dos autores aqui citados, é que a noção de comunidade está em fase de mutação. A antiga noção de territorialidade já não é o bastante para instituí-la, embora não se deva descartá-la. Mesmo com as pressões desse poderoso aparato desagregador, que é o processo de globalização, nenhum dos autores analisados parece disposto a apontar o fim da comunidade. Acaba a geografia, mas não acaba a comunidade.

Bauman ironiza quanto à concepção paradisíaca de comunidade, mas sugere comunidades constituídas por identidades socioculturais e padrões estéticos similares. Ele alerta para o surgimento de uma nova concepção de “comunidade”. Conforme Bauman, “essa noção significa *mesmice*, e a ‘mesmice’ significa a ausência do Outro, especialmente um Outro que teima em ser diferente, e precisamente por isso capaz de causar surpresas desagradáveis e prejuízos”

(BAUMAN, 2003, p. 104). Para Bauman, o antigo sonho da comunidade paradisíaca dá lugar à “comunidade do bairro seguro”. E na marcha em direção a essa “comunidade” aparece “um mutante bizarro”, o “gueto voluntário”, um lugar em que as pessoas experimentam a “segurança da mesmice”, criado para impedir a entrada de estranhos, “alienígenas”.

Outros autores consideram a cidadania¹⁰¹ o novo elemento agregador. Nunes é um deles:

A noção de cidadania ligada ao consumo leva também à redefinição do conceito de comunidade. Para Canclini, a história recente da América Latina sugere que, se ainda existe algo como um desejo de comunidade, este se relaciona cada vez menos a entidades macrosociais tais como a nação ou a classe, dirigindo-se, em troca, a grupos religiosos, conglomerados esportivos, solidariedades geracionais e círculos de consumidores de massa. Um traço comum a estas entidades atomizadas é que elas se organizam mais em torno de consumos simbólicos do que em relação a processos produtivos. (NUNES, 2007, p. 110)

O fato é que a visão de comunidade não parece se esgotar mesmo diante de um mundo cada vez mais complexo que se transforma continuamente em outros mundos mais complexos. É, sim, uma visão que se renova no tempo, negando-se à extinção.

As comunidades são conservadoras de tradições, e podem, ao mesmo tempo, ser um agrupamento de rebeldes - foi o caso do arraial de Canudos (1893-1897) e dos muitos quilombolas no país. Mesmo sendo “revolucionária” em sua origem, para se manter ela vai ter que conservar algo firme; sejam tradições, histórias, línguas, etnias, castas, raças, cultos, rituais, “raízes culturais”. É preciso algo que dê o mínimo de firmeza aos pés. Sem esse lastro simbólico-cultural a comunidade perderá sua condição de comunidade.

Devemos observar ainda o aspecto da sacralidade do território definido pela comunidade.

Uma comunidade sempre tem algo de sagrado. A comunidade é um espaço de fraternidade, igualdade, compreensão entre as pessoas, como observou Bauman, porque é simbolicamente um território sagrado. O sagrado, como observa Mircea Eliade, não existe no mundo, não é algo dado pela natureza ou pela cultura, ele é

¹⁰¹ Como foi visto no Capítulo II.5 – Rádios livres no Brasil, José López Vigil, entrevistado para o nosso trabalho, está propondo mudar o nome de “rádios comunitárias” para “rádios cidadãos”.

um *construto* do homem “religioso”. Uma pedra ou um livro são sagrados porque alguém ou um grupo assim o decidiu. A comunidade sacralizada está à parte do mundo “profano”, então define seus limites, suas fronteiras, separando os “puros” (os de dentro) dos “não-puros” (de fora). Quando esse espaço sagrado se revela (isto é, quando ele é construído) a comunidade assume-o mais inteiramente; agora, além das relações sociais e econômicas, e até mesmo familiares ou de compadrio, existe algo “mais forte”, além-mundo, que é a sacralidade. Agora os membros da comunidade têm pelo que lutar – pela comunidade. É preciso proteger a comunidade, preservar a comunidade, defender a comunidade, unir-se em sua defesa, porque existe um motivo maior, algo superior que está presente neste espaço.

Como observa Eliade, o sagrado não é necessariamente uma teofania ou uma hierofonia. Não há necessidade de religião para um lugar se tornar sagrado. O sagrado é uma relação entre as pessoas e a “coisa”; pode-se dispensar divindades. Um lugar pode ser sacralizado porque nele se construíram as primeiras casas, ou porque nele foi feita uma barragem, ou porque a família X se instalou numa época tal. Sacralizar um lugar, uma comunidade é estabelecer um valor mais elevado para o lugar, é alçá-lo a um status maior, é fazer com que se eleve do plano terreno ao plano transcendente. Existe uma tendência dos membros em sacralizar a sua comunidade, que é uma forma de auto-valorização e também de sobrevivência. Só então pode haver mobilização.

Mobilizam-se pela comunidade quando há o que defender. Ninguém irá defender o que é ruim, negativo. Conforme Bauman, os que moram em situações de miséria dificilmente irão se unir em defesa do lugar. Mas quando o território se faz sagrado não falta quem o defenda: a presença do sagrado destaca o território, torna-o qualitativamente diferente (ELIADE, [19-], p. 40), é uma fortaleza contra o mundo “cruel lá fora; aqui dentro estamos a salvo”, diriam seus membros.

Embora não pretendamos avançar no tema, cumpre registrar que há um outro elemento importante na construção da comunidade: a cultura. É através dela que se afirmam e reafirmam as identidades. A cultura constrói imaginários, incluindo a comunidade.

Mas o que é cultura? Para Moles, o termo se permite mais de 250 definições. Para ele: “uma característica essencial do ser humano é viver em um meio que ele próprio criou. O vestígio deixado por esse meio artificial no espírito de cada homem é o que chamamos cultura” (MOLES apud MOTA, 2008). E acrescenta Mota: “assim sendo, a cultura se origina da vida social, em parte através da educação, em parte através da impregnação”.

Mota captura outras duas definições:

– “Cultura é um conjunto de estórias que contamos a nós mesmos sobre nós mesmos” (Clifford Geertz).

– Cultura diz respeito às “práticas e atividades relacionais vividas em sociedade” (Raymond Williams).

Conforme a professora Célia Mota, há dois sentidos tradicionais para cultura: 1) a que se refere às atividades artísticas, e se dividiria em “cultura popular” e “cultura erudita”; 2) o conjunto de características de um povo, suas festas, cerimônias, idioma, gastronomia, etc. (MOTA, 2008).

Desta concepção chegamos à cultura de massa. O que se entende por cultura de massa vem no bojo da revolução industrial, uma mudança no chamado mundo civilizado, de ordem técnica, econômica (cria-se, entre outras variantes, um mercado organizado de bens e serviços), agrícola e até de mentalidade. Paul Mantoux, em 1880, definiu a revolução industrial como “uma expressão do capitalismo”. Autores como J. U. Neuf contestam o termo “revolução” industrial; teria havido mais uma aceleração que uma ruptura. Já Rostow diz que houve uma decolagem (*take-off*).

A revolução industrial teria facilitado o acesso de “todos” aos bens culturais, fazendo surgir a cultura de massa.

O professor Luiz Martino, contesta esta visão de que a cultura de massa é “filha” da revolução industrial.

Em linhas gerais, a cultura de massa é um processo cujas raízes remontam à Antiguidade e colocam em jogo o aparecimento e o desenvolvimento da Racionalidade.

Sinteticamente pode ser descrito como a universalização dos valores ou da cultura, a desterritorialização e abertura desta, formando uma síntese dos

patrimônios étnicos numa única e gigantesca cultura universal: a cultura da Humanidade. (MARTINO L. C., 2009)¹⁰².

A possibilidade de todos poderem ter acesso à cultura gerou crítica de autores como Ortega y Gasset. Porta-voz de um pensamento elitista da época que concebia a cultura como um bem destinado a poucos, em 1932 ele escreveu um artigo, “A chegada das massas”, em que demonstra sua preocupação com o fato da pessoa comum estar ocupando **seu** espaço em cafés, hotéis, teatros. Neste artigo, Ortega y Gasset divide as pessoas em dois grupos, minorias e majorias, desqualificando a maioria como “tudo aquilo que não atribui valor a si mesmo”. A massa, para este autor, é constituída por indivíduos que se sentem felizes em serem iguais aos demais.

Na opinião de Martino L. C. (2009), a cultura de massa se constitui a partir de três evidências:

- Separação entre produtor e consumidor de cultura. Implica numa dimensão sócio-econômica. Raramente os objetos são feitos pela mesma pessoa que se serve deles. Isto também se dá no plano da cultura, onde aparece uma diferenciação do corpo social entre produtores e consumidores de cultura. Aparece o *produto cultural*, ou seja, a cultura mesma passa a ser objeto de comércio.
- Grande oferta cultural. Corresponde a uma dimensão sócio-cultural: implica fenômenos como a liberação do indivíduo e a universalização dos valores, processos históricos de longo termo e inerentes ao desenvolvimento da racionalidade e de uma organização social específica.
- Desenvolvimento dos meios de comunicação, e a capacidade de reprodução mecânica e em grande escala de produtos culturais. Implica uma dimensão técnica ao mesmo tempo que social (emergência da sociedade, autonomização do indivíduo). Meio = tecnologia + expressão social da experiência¹⁰³.

Essa discussão sobre cultura de massa não se esgotou. Permanece atual o debate sobre a existência de uma “cultura popular” e uma “cultura superior”¹⁰⁴, principalmente quando levada às rádios comunitárias. O que as RCs devem tocar? “A música que o povo gosta”, seria uma resposta. Acontece que esta música, movida pelo jabá, associada ao culto das celebridades, é limitada ao gosto da moda. A mídia forma gostos musicais, conforme o mercado. Isto é, o “gosto popular” é uma criação do mercado, nivelada por baixo – pasteurizado, monocórdio, sem novidades.

O belo não é inacessível. Através das RCs é possível trazer à tona o que, no fundo, todos já trazem no peito varonil: a capacidade de distinguir o que é bom do que é ruim. E fazer disso um valor. Criar juízos de valor. [...]

¹⁰² Anotações de sala de aula. Disciplina: “Teorias da comunicação”, primeiro semestre de 2009, UnB.

¹⁰³ Anotações de sala de aula. Disciplina: “Teorias da comunicação”, primeiro semestre de 2009, UnB.

¹⁰⁴ Ainda não se desfez o debate entre apocalípticos e integrados, citado por Umberto Eco.

Porque a estética de uma nova sociedade está associada a novos valores. A nova estética, portanto, vai abarcar a sociedade ou não será uma nova estética. Ela deve estar ciente de que irá estabelecer novos valores para comunidade e, portanto, uma transformação no modo dela estar e agir no mundo. (LUZ, D., 2007, p. 133).

O que tocar na programação musical? Este é mais um desafio a ser enfrentado pelas rádios comunitárias. Tocar o pasteurizado, determinado pela indústria cultural que a mídia comercial propaga por todos os meios? Ou tocar o que é de qualidade? Aparentemente voltamos ao debate entre uma cultura superior e uma inferior. Mas não é. O debate é se a “massa”, a maioria da sociedade, deve ter acesso somente ao que é inferior (bens descartáveis, de má qualidade, impostos pelo jabá), ou se ela tem direito a acessar e consumir o que é de qualidade?

Uma comunidade que não dispõe de muitos recursos, tende a adquirir o mais barato, o mais fácil. E o mais barato – movido pelo jabá - é o que toca nas emissoras comerciais, “para atender o povo”. Em consequência, rádios comunitárias fazem uma programação musical que reproduz a programação veiculada nas emissoras comerciais.

Podemos compreender a cultura como um elemento que pode unir as pessoas, promovendo a integração da comunidade. É uma possibilidade. Porque a cultura não necessariamente desfaz a Babel típica de um grupo social, com seu multiculturalismo, sua diversidade de “línguas” e desejos. Mas ela pode estabelecer alguns pontos de contato, que podem criar uma rede que integra os indivíduos. Os indivíduos podem estar integrados pela música (se a comunidade faz dela um foco de trabalho, criação e lazer); por conta da origem (podem ser da mesma região); razões políticas (apesar das pessoas defenderem ideologias diferentes a comunidade pode se envolver em campanhas); hábitos tradicionais (festas populares ou celebrações religiosas, caminhadas, encontros); atividades profissionais (uma colônia de pescadores, trabalhadores em geral); linguagem.

A cultura integra, mas não necessariamente promove a solidariedade ou a fraternidade entre os indivíduos da comunidade. Crenças, preferências futebolísticas, ideologias políticas, linguagens e sotaques, podem abrir o diálogo, a comunicação, mas também podem atizar ódios. Além do mais, como observa Touraine, a defesa das tradições e do que é de raiz pode resultar em problemas para a própria cultura. “Num mundo em movimento, a obsessão pelas essências,

pelas tradições e pelos absolutos só pode produzir o declínio cultural” (TOURAINÉ, 1998, p. 235). De fato, sendo orgânica e globalizada, a cultura que se fecha em nichos corre o risco de “mineralização” – quando perde a sua força vital e se transforma em granito, adquirindo feições dogmáticas. Defender o que é de raiz, o “que é verdadeiramente nosso”, é como colocar dragões na porta do castelo para conter as hostes globalizantes – como os dragões não existem, a globalização, por seu caráter fluido e multicultural, vai entrar por todas as frestas por onde passa o ar que se respira.

Fechar-se em comunidades culturais significa a abertura de uma frente de batalha contra outras comunidades culturais. Quando se tenta preservar determinada cultura (música, literatura, artes audiovisuais, hábitos, tradições), colocando-a à parte do que acontece em volta, criando barreiras (culturais, políticas, econômicas) o conflito é inevitável. Inclusive o conflito interno entre aqueles que querem e os que não querem abrir espaço para o que chega.

Podemos refletir agora numa relação entre comunidade e comunicação comunitária. O professor da Universidade Federal da Bahia, Marcos Palácios, fez uma análise do que lhe pareceram **sete teses equivocadas** sobre esse tema. Vale a pena conhecer suas colocações:

Primeira tese

A consolidação do capitalismo industrial assinala o fim da idéia de comunidade. (PALÁCIOS, 1997, p. 33):

Na opinião de Palácios, há um equívoco porque a história mostra exatamente o contrário.

O século XIX, que assinala o momento da consolidação do capitalismo industrial, assina igualmente a redescoberta do conceito de comunidade, que viria a se tornar uma das idéias-chaves de todo pensamento sociológico e estender-se também para além da teoria sociológica, para áreas como a filosofia, a história, a teologia, colocando-se como um dos grandes temas dos escritos sociais do século. (PALÁCIOS, 1997, p. 33).

Conforme Palácios, o pensamento social do século XIX postulou a priorização da comunidade, a tradição e o status em relação às idéias de livre vontade, entre outras.

Segunda tese

Na sociedade capitalista dividida em classes antagônicas, a restauração ou instauração da comunidade é uma forma de resistência à lógica capitalista e

um instrumento de avanço em direção a formas mais progressistas e humanas de organização social. (PALÁCIOS, 1997, p. 34).

Segundo Palácios, o erro aqui é acreditar que as ideias de comunidade, vida comunitária, comunicação comunitária, derivam dos esforços de pensadores progressistas. A redescoberta do conceito de comunidade está associada a pensadores conservadores, como Bonald, Maistre, Burke, Carlyle, Disraeli. A exceção é Karl Marx, que, analisando o colonialismo britânico na Índia, em 1853, teve uma visão negativa sobre comunidade, para, mais tarde, em 1881, considerar que a organização comunitária poderia servir como ponte entre “uma situação pré-capitalista e o socialismo”.

Para Palácios os conceitos de comunidade tanto podem embasar ideias e projetos voltados para a transformação e o avanço social quanto para o imobilismo.

Terceira tese

A comunidade é uma unidade social de tamanho reduzido, que se caracteriza fundamentalmente pela proximidade física entre seus membros. (PALÁCIOS, 1997, p. 35).

Conforme Palácios, esta tese supõe que a comunidade se reduz a grupamentos locais, de vizinhança, como a vila, o bairro. Para ele a comunidade não deve ser concebida como um lugar no mapa, mas como toda forma de relação “caracterizada por situações de vida, objetivos, problemas e interesses em comum de pessoas, seja qual for a dimensão desse grupo e independentemente de sua dispersão ou proximidade geográfica” (PALÁCIOS, 1997, p. 36).

E, citando, Sennet:

Qualquer tipo de comunidade é mais que um conjunto de costumes, de comportamentos ou atitudes a respeito das outras pessoas. Uma comunidade é também uma identidade coletiva. É uma maneira de dizer quem nós somos. Mas, se ficarmos aqui, qualquer grupamento social poderia ser considerado uma comunidade, desde uma vizinhança até uma nação, enquanto as pessoas do grupamento pudessem fazer um retrato delas próprias como um todo. A questão é saber como se formam esses retratos de identidade coletiva, e quais são os instrumentos que as pessoas usam para forjar um sentido de quem somos nós. (SENNET apud PALÁCIOS, 1997, p. 36).

O debate aqui não se esgota. Se a limitação da comunidade à geografia representa um reducionismo do tema, afirmar que a comunidade se constrói por relações é o seu contrário, ou seja, uma generalização. Marcos Palácios, de certa

forma reconhece isso ao afirmar que o problema básico é “repensar o conceito de comunidade em nossa sociedade complexa”. Neste sentido ele aponta dois caminhos, duas deduções deste repensar a comunidade: 1) as comunidades exprimem diferenças dentro do sistema capitalista - elas se preservam, não se diluem mesmo quando constituídas por representantes de uma mesma classe social; 2) a cidadania plena não depende da existência de uma pluralidade de comunidades.

Quarta tese

A comunicação comunitária se contrapõe a comunicação de massa e deve se processar por meios alternativos, essencialmente pelos chamados pequenos meios. (PALÁCIOS, 1997, p. 37).

Palácios considera esta tese equivocada porque: 1º) como a comunidade é pensada em tamanho reduzido, a ela são associados os pequenos meios de comunicação; 2º) como os grandes grupos econômicos dominam os grandes meios (rádio, TV, jornais, revistas,...) o acesso a esses grandes meios é restrito; 3º) faltam recursos financeiros para viabilizar um meio de comunicação de massa.

Com base em McLuhan, Palácios registra que “a escolha do meio depende, em primeira instância, do público que se quer atingir e, só em um segundo momento, do conteúdo das mensagens que se pretende veicular”. (PALÁCIOS, 1997, p. 37).

O fato de uma mensagem ser alternativa não implica, necessariamente, no uso de meios de comunicação alternativos. A questão continua sendo a da democratização do acesso e do controle de tais meios. O que, obviamente não quer dizer que não se deva pesquisar formas de comunicação alternativas e usá-las de forma eficiente. (PALÁCIOS, 1997, p. 37).

O que temos aqui é a necessidade de adequação entre meio e mensagem. Mas isso ainda é pouco. No caso do rádio, os efeitos da mensagem têm relação direta com o veículo que transmite, onde contam elementos como credibilidade, qualidade do sinal, ruídos, e também do programa, do horário, de quem fala, de como se fala, da disposição do ouvinte...

Quinta tese

A comunicação comunitária, na medida em que é feita para a comunidade, deve ser feita por membros da comunidade, excluindo a participação de profissionais. (PALÁCIOS, 1997, p. 38).

Palácios considera que o fato de uma rádio comunitária atuar a serviço da comunidade e com a comunidade não significa excluir profissionais ou especialistas

que podem colaborar com esse trabalho. A comunicação comunitária não tem que ficar à parte da sociedade, rejeitando os profissionais e acatando os amadores somente porque estes fazem parte da comunidade.

Pelo nosso entendimento, seria como criar um gueto, fechando-se para os saberes que acompanham esses profissionais. É difícil argumentar em defesa de jornais de má qualidade, fotografias mal feitas, panfletos mal redigidos e diagramados, cartazes improvisados com cartolina... A comunicação comunitária não precisa ser feia, mal feita, precária, enfim. Não há porque temer a participação de profissionais extra-comunidade.

No caso do radiojornalismo, como veremos com profundidade, as experiências mostram que o profissional de jornalismo precisa se adaptar à RC, ciente de que precisa fazer um trabalho diferente do que faz nas emissoras comerciais. Por outro lado, a maioria das rádios comunitárias não tem como remunerar esses profissionais com valores do mercado. A Sétima tese, veremos, vai tratar disso.

Sexta tese

A comunicação comunitária deve se estruturar a partir dos problemas vivenciados e identificados pela própria comunidade e não a partir de problemáticas trazidas de fora por elementos externos à comunidade. (PALÁCIOS, 1997, p. 38).

A princípio essa questão deveria ser abordada em outro capítulo, afinal lida com comunicação. No entanto, achamos por bem trazê-la aqui para manter uniforme o pensamento do autor.

Palácios critica a exclusão de temas que são de importância para a comunidade.

Não é o fato de uma problemática ser trazida de fora que, automaticamente, invalida-a em termos de comunicação comunitária. [...] É necessário aceitar que muitas problemáticas têm de ser trazidas de fora por elementos externos à comunidade. De outra forma estaríamos caindo em uma visão extremamente espontaneísta dos processos sociais. (PALÁCIOS, 1997, p. 38).

Essa proposta, nos parece, não exclui a priorização do radiojornalismo para as questões locais. Não exclui nem mesmo a possibilidade de um elemento externo trazer para discussão um problema local que não estava sendo abordado na sua devida dimensão. Problemas de segurança, ou de saúde, podem ter de amplitude

nacional, e ter componentes bem mais complexos do que pareceriam aos da comunidade, e mereceriam um debate seguindo a realidade local.

Sétima tese

A academia forma profissionais para a comunicação de massa e não para a comunicação comunitária. (PALÁCIOS, 1997, p. 39).

Palácios fala de uma discriminação à academia¹⁰⁵ e aos que se formam em comunicação. A universidade estaria distante da sociedade e o que se forma em comunicação desconhece como atuar em rádios comunitárias. O professor adverte, porém, que quando a pessoa passa por uma universidade, “na melhor das hipóteses, ela foi apenas iniciada”. O processo de formação vai depender do indivíduo, do seu interesse, sua motivação.

Neste ponto, concordamos em parte com Palácios. Para ele, o profissional treinado para trabalhar nos grandes meios (rádio, TV, jornais, com fins comerciais) não representa problema ou desvantagem em relação a trabalhar na comunicação comunitária. O profissional que saiba produzir bons programas de rádios é capaz de fazer programas para a Prefeitura ou para a uma entidade do movimento social. “As linguagens de comunicação são, efetivamente, diferenciadas”. O profissional competente seria capaz de se adaptar a linguagem às diferenças entre os veículos.

Pelo nosso entendimento, o veículo rádio comunitária tem objetivos diferentes, é feito por pessoas com intenções diferentes, e, por isso, sua linguagem deve ser diferente – o radiojornalismo deve ser diferente; seus compromissos com a comunidade são pragmáticos, radicais – ou está serviço da comunidade ou não é rádio comunitária. A linguagem é importante, mas não é tudo. O profissional competente pode se adaptar a tudo isso e promover uma melhor qualidade no radiojornalismo da RC.

IV.2.1 – Comunidades eletromagnéticas

A partir do momento em que o Estado, no começo do século passado, assumiu o controle sobre o espaço eletromagnético, ele chamou para si as decisões sobre

¹⁰⁵ Observamos dirigentes e líderes de entidades ligadas às rádios comunitárias criticarem à Academia. Entendemos que algumas críticas manifestam um preconceito quanto ao papel da Academia, fruto do distanciamento estabelecido entre academia e a sociedade, mas que está tendo fim (tanto que muitos resolveram estudar comunicação). Já as críticas dos líderes de algumas entidades parecem-nos apenas uma manifestação do receio de perder o poder (controle e manipulação), sacramentado pelo conhecimento superficial do tema.

quem, onde e como deveriam ser as emissões dos serviços de radiodifusão e telecomunicações do país.

O Estado criou Planos de distribuição de canais (uma topografia dos canais disponíveis) para cada serviço. Hoje existem Planos para as emissoras educativas, comerciais e comunitárias.

No caso das rádios comunitárias, quando há solicitação de determinada associação, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) consulta o Plano de distribuição de canais para o Serviço de Radiodifusão Comunitária (Radcom), informando, então, se há canais disponíveis na localidade. Não havendo, conforme avaliações técnicas e políticas, ele pode disponibilizar novos canais, ampliando o Plano de distribuição. É o Estado, portanto, quem decide onde haverá RC.

Quando se trata de rádios comunitárias, o Poder do Estado vai além da decisão quanto ao local de instalação. Ele cria “cercas eletromagnéticas” para o serviço: a comunidade solicitante deve estar dentro de um cercado eletromagnético.

O parágrafo 2º do artigo 1º da Lei 9.612/98 diz que a cobertura da RC deve ser “restrita aquela destinada ao atendimento de determinada **comunidade** de um bairro e/ou vila”. Mas que comunidade é essa? Quais as suas dimensões? A lei deixou a cargo da população a decisão sobre o tema? Não exatamente. O Executivo fez uma intervenção na legislação ao elaborar o Decreto 2.615/98, que regulamenta a Lei. Seus autores decidiram que a comunidade deve estar contida em um círculo de raio de 1 Km. Diz o texto:

Art. 6º A cobertura restrita de uma emissora do RadCom é a área limitada por um raio igual ou inferior a mil metros a partir da antena transmissora, destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro, uma vila ou uma localidade de pequeno porte.

Aqui o Estado está demarcando uma área, um território, fazendo uso de um “muro”, invisível, eletromagnético. Ele estabeleceu que, dentro desse espaço, deve se constituir uma comunidade. Na prática, é o Estado quem está definindo a comunidade.

Poderíamos considerar que esse território comunitário está definido a priori, uma vez que é a comunidade (através da associação) quem provoca o Estado,

solicitando um canal de operação da rádio. A associação requer o Serviço (ao Ministério das Comunicações), e, ao fazer isso, indica o ponto (as coordenadas geográficas) de onde irá transmitir para a comunidade. A partir dessa demanda, o Estado, adota dois procedimentos: 1º) converte esse ponto de origem das transmissões da rádio no ponto central de um círculo; 2º) institui que a comunidade deve se limitar a este círculo.

Uma vez que não existe nenhuma razão para o território da comunidade solicitante ser circular, ao colocar essas cercas eletromagnéticas o Estado está recortando a comunidade original, e delimitando geograficamente o campo em que deve ficar a nova comunidade - na prática cria uma comunidade irreal. Ou um gueto?

Para Bauman (2003) o gueto é o nível mais baixo de comunidade. Loïc Waquant, citado por ele, diz que o gueto significa o confinamento espacial com o fechamento social.

Podemos dizer que o fenômeno do gueto consegue ser ao mesmo tempo territorial e social, misturando a proximidade/distância física com a proximidade/distância moral. [...] a *homogeneidade* dos de dentro contra a *heterogeneidade* dos de fora. (BAUMAN, 2003, p. 105)

Por fim, Bauman elimina a possibilidade de construção de comunidades no gueto:

A vida no gueto não sedimenta a comunidade. Compartilhar o estigma e a humilhação pública não faz irmãos os sofredores; antes alimenta o escárnio, o desprezo e o ódio. Uma pessoa estigmatizada pode gostar ou não de outra portadora do estigma, os indivíduos estigmatizado podem viver em paz ou em guerra entre si – mas algo que provavelmente não acontecerá é que desenvolvam respeito mútuo. ‘Os outros como eu’ significa os outros tão indignos como eu tenho repetidamente afirmado e mostrado ser; ‘parecer com eles’ significa ser mais indigno do que já sou. [...] Nenhum ‘amortecedor coletivo’ pode ser forjado nos guetos contemporâneos pela simples razão que a experiência do gueto dissolve a solidariedade e destrói a confiança mútua antes que tenham tido tempo de criar raízes. Um gueto não é um viveiro de sentimentos comunitários. É, ao contrário, um laboratório de desintegração social, de atomização e anomia. (BAUMAN, 2003, p. 110).

O Estado vai mais além e formaliza esse gueto ao determinar que os dirigentes da emissora **residam** dentro nesse círculo. Diz a Norma Operacional 01/04:

7.2.1. O Estatuto Social das associações comunitárias e fundações deverá:

.....

i) indicar que todos os dirigentes deverão manter residência na área da comunidade atendida.

Existe uma possibilidade muito remota da área geográfica em que a comunidade requerente está inserida coincidir com a área definida (imposta) pelo Estado. A área da comunidade pode ter os mais diversos formatos. Essa conformação resulta da geografia, mas também, e principalmente, da cultura e da identidade dos que fazem parte dela. Cercar (eletromagneticamente) uma área é criar uma nova comunidade. Será uma comunidade artificial ou ilusória, cercada por muros invisíveis. Os do lugar podem não ver estas paredes, **mas elas existem** como símbolo do “poder disciplinar” (Foucault), burocraticamente legitimado, servindo como referência aos fiscais desse poder para vigiar e punir.

Pode se imaginar que a solução adotada pelo Estado para “o problema das rádios comunitárias” (criar as cercas eletromagnéticas) seja de ordem técnica. Existe o argumento de que as “cercas” foram construídas para evitar interferências entre as RCs.

Acontece que o problema das interferências entre emissoras comunitárias deriva de um problema criado pelo Estado: é obra sua a legislação que estabelece um só canal para todas as RCs de determinada região. Ou seja, se a lei obriga todas as RCs de uma mesma região à transmitirem com a mesma frequência, é evidente que ocorrerá o caos, com as rádios se interferindo mutuamente. Como evitar isso? Através de Decreto o Estado “soluciona o problema” (que criou), fazendo uso de guetos, ou “campos de concentração”, cercados por muros eletromagnéticos, onde as pessoas são obrigadas a conviver. Certamente isto nos remete às soluções nazistas para o “problema dos judeus”.

IV.2.2 – Comunidades criadas pelo rádio

Existe a possibilidade das comunidades artificiais criadas pelo Estado tornarem-se reais devido ao processo histórico da própria rádio. Se a RC promover a mobilização dos indivíduos no território alcançado pelo seu sinal, uma comunidade real pode surgir. O processo de mobilização pela rádio independe do território demarcado pela cerca eletromagnética. As emissoras comunitárias pesquisadas pelo autor deixaram claro que não se submetem às fronteiras eletromagnéticas; elas atraem indivíduos colaboradores, voluntários, participantes, dentro do território que

elas consideram o da comunidade, e não no território em que, para o Estado, deve estar a comunidade¹⁰⁶.

Estamos, portanto, visualizando uma inversão do processo: não é somente a comunidade que forma a RC; a RC também forma a comunidade.

O mais comum, porém, é a constituição da rádio comunitária começar com uma mobilização social. Um grupo de entidades, líderes e ativistas, constituem a associação que vai gerir a RC. Outra possibilidade é a de um grupo, não necessariamente formado por entidades ou ativistas, montar uma RC de qualidade¹⁰⁷. Por ser uma RC de qualidade irá transmitir dentro do que consideramos princípios e finalidades da emissora. Isto é, irá promover a solidariedade, preservar a cultura local, as tradições, os valores e os bons costumes, apoiar e fazer a defesa da comunidade; enfim, tudo aquilo que alimenta a existência de uma comunidade.

IV.2.3 – Representação da comunidade

Vimos que a comunidade está representada numa rádio comunitária de diversas formas¹⁰⁸. E essa representação tem relação direta com o modelo de rádio comunitária. Mais exatamente: a RC que adotamos como modelo exige essa representação.

A questão é: quem são os enunciadores da comunidade nesta RC? Quem está falando **para** a comunidade? Quem faz o jornalismo para comunidade?

A princípio (dentro do nosso modelo de RC), qualquer um da comunidade pode produzir e veicular notícias. Qualquer pessoa pode ser o enunciador de si mesmo e da comunidade; todos falam por si e pelos outros.

Este jornalismo coletivo ou, mais exatamente, do coletivo, tem a vantagem de se enunciar, mas a desvantagem da precariedade – a formação inapropriada de um desses “fazedores de notícias” pode resultar na difusão de informações truncadas, superficiais, erradas. Ocorre que o processo de produção jornalística é complexo. Fazer jornalismo não parece ser “coisa para amadores”. Não por acaso, como se

¹⁰⁶ A vivência do autor o leva a afirmar que essa é a regra geral para as rádios comunitárias, autorizadas ou não.

¹⁰⁷ Que esteja dentro do que consideramos modelo de RC, conforme esboçado no Capítulo II.8

¹⁰⁸ Capítulo II.8 – “Modelo de rádio comunitária”

verá mais adiante, nas emissoras pesquisadas só encontramos jornalismo onde há pessoais mais qualificadas para a atividade – estudantes de jornalismo ou profissionais com curso superior¹⁰⁹.

IV.2.3.1 – O lugar de fala na RC

O jornalismo das rádios comunitárias tem esse diferencial de se permitir **vários** enunciadores da comunidade. Mas isso não é o bastante para caracterizá-lo como a serviço da comunidade. Não é a **quantidade** mais a **qualidade** da representação que identifica o radiojornalismo comunitário. Pode ocorrer desses enunciadores estarem a serviço de interesses que não são os da comunidade, mas de determinados grupos políticos, empresariais ou religiosos. Pode haver censura a determinados segmentos, religiões ou ideologias. Quando isso acontece temos um jornalismo a serviço não da comunidade, mas somente do grupo no poder. Nesta RC a comunidade não está representada em sua forma plural, multifacetária, multicultural, mas somente por um segmento dela.

Ocorre que as RCs se constituem num espaço muito recente de exercício do poder. Sabemos, porém, que “todo espaço de poder gera, como consequência, uma disputa pelo seu controle ou acesso” (SANT’ANNA, 2009, p. 49); dentro e fora das emissoras se travam batalhas pelo seu controle. Não vem ao caso, neste nosso trabalho, analisar estas batalhas internas e externas. Porém, não poderíamos deixar de registrar que elas existem e formatam a RC. O melhor projeto de RC pode sucumbir ao se alinhar com determinado grupo político ou religioso, ou diante das pressões de governantes ou outros grupos de poder. Para Van Dijk “poder é uma propriedade das relações entre grupos, instituições ou organizações sociais” (DIJK, 2008, p. 87). Esse poder se concretiza, também, fazendo uso dos instrumentos de comunicação. O meio, no caso a RC, pode ser usado para “eternizar” esse poder. Segundo Van Dijk, análises marxistas clássicas sugerem que “a ideologia dominante de um determinado período costuma ser a ideologia dos que controlam os meios de reprodução ideológica” (DIJK, 2008, p. 47).

¹⁰⁹ Isto não é uma regra geral. Há muitas exceções. O autor tem encontrado profissionais de outras áreas fazendo jornalismo nas RCs. Pedreiros, motoristas, professores, músicos, cuidam do radiojornalismo (ou apenas atuam como repórteres) nas RCs em várias regiões do país.

Ainda segundo Van Dijk, “eles são os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos” (DIJK, 2008, p. 45).

No caso das RCs, podemos supor que os enunciadores – a maioria dos que fazem a comunidade – são pessoas sem poder. E se sabemos que “quanto menos poderosa for uma pessoa, menor o seu acesso às várias formas de escrita e fala” (DIJK, 2008, p. 44), somente quando é garantido o direito de fala de cada um, considerando os poderes intra e extra-muros, é possível afirmar que o discurso da rádio comunitária é “a voz da comunidade”. Se estabelecermos como princípio que os enunciadores devem falar pela comunidade, devemos observar se o discurso enunciado “é o que parece” – uma representação da comunidade. Para averiguar se isto ocorre seria preciso fazer, em cada rádio, uma análise do discurso veiculado. E, o que é mais complexo ainda: considerar nesta análise que o discurso que vai ao ar como radiojornalismo não é o discurso redigido. A fala muda o texto. O discurso no rádio, por ser invisível, é essencialmente subjetivo: o que se diz, conforme o tom, o ritmo, o humor, fundo sonoro, também tem uma compreensão subjetiva pelo ouvinte. A oralidade prega peças: o que se escreve não é o que se fala; o que se fala não é o que se escuta; o que se escreveu não foi o que se entendeu.

Conforme Van Dijk: “discurso é aqui entendido para significar somente um evento comunicativo significativo específico, em geral, e uma forma oral ou escrita de interação verbal ou uso da língua, em particular” (2008, p. 135). O “evento comunicativo” na RC é oral, mesmo considerando a existência do texto jornalístico que dá origem à essa oralidade.

Meditsch trata dos elementos subjetivos contidos na fala “falsa” do locutor de rádio:

Há a intervenção humana direta do jornalista no resultado da fala que chega ao microfone e neste primeiro nível de operação cognitiva, o subjetivo está presente em todas as etapas do processo de produção. (MEDITSCH, 2007, p. 70).

Para José Lopes Vigil:

A notícia não é o fato, senão sua versão. O fato, em si, é objetivo. Porém, qualquer relato que se faça do mesmo nos situa no terreno da subjetividade do relator. O subjetivo não começa no relato de um determinado fato, senão

na seleção que faz o repórter deste fato e não de outro. (LÓPEZ VIGIL, 1997, p. 232, tradução nossa).

No caso do rádio:

O jornalista faz uma versão dos fatos e o ouvinte outra. O processo da informação resulta desta maneira duplamente subjetivo: pelo lado de quem emite e pelo lado de quem recebe. (LÓPEZ VIGIL, 1997, p. 233, tradução nossa).

Uma das grandes diferenças da rádio comunitária em relação aos demais veículos de comunicação é que, na medida em que abre o microfone para qualquer um se expressar, ela se permite o resgate do conceito de “liberdade de expressão”.

Entenda-se “liberdade de expressão” como um direito individual, humano, de opinar e se expressar. E isso independe do jornalismo ou do veículo. “Liberdade de expressão” não deve ser confundida com “liberdade de imprensa”, que é um direito da empresa jornalística de fazer o seu trabalho.

O sujeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais não é uma instituição chamada *a imprensa* ou *a mídia*, mas um ser humano individual. [...] A frase “liberdade de imprensa” é enganosa na medida em que ela inclui uma ideia ilusória de que o privilégio dos direitos humanos é estendido à mídia, seus proprietários e seus gerentes, ao invés de *ao povo* para expressar sua voz através da mídia. (NORDENSTRENG apud LIMA, V., 2010, p. 25).

Uma série de institutos internacionais¹¹⁰ fala do direito da pessoa à liberdade de opinião e expressão, especificando que esse direito inclui “a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independente de fronteiras”. (LIMA, V., 2010, p. 24).

Essa questão é fundamental porque ela nos remete diretamente ao debate sobre quem fala através da mídia. Podemos considerar a imprensa como cão-de-guarda da sociedade, fiscalizadora do Estado e dos valores da sociedade, etc., e, por isso podemos defender a “liberdade de imprensa”. Mas é algo bem diferente da liberdade individual, a liberdade que cada um tem, ou teria, de se expressar. Isto é, a imprensa pode reivindicar para si a liberdade de imprensa, o direito que ela tem de atuar como imprensa. Ela não pode reivindicar para si o direito à liberdade de expressão, porque essa é uma reivindicação pessoal, de cada indivíduo e não de empresa.

¹¹⁰ Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), Convenção Americana sobre Liberdade de expressão (2000).

Feita essa ressalva, podemos fazer uma reflexão sobre o espaço de fala individual, o lugar de fala dos cidadãos. Isto é, quais os espaços disponíveis para o indivíduo exercer o seu direito à liberdade de expressão?

Podemos considerar as assembléias, reuniões, encontros. Mas, dentro da mídia, ou melhor, fazendo uso da mídia, esses espaços são reduzidos. A grande mídia tem uma postura clara do que é comunicação: o enunciador da empresa (ou imprensa) fala para os demais. Estes escutam (ou lêem ou vêem) e não lhes é concedido espaço de “reação”, ou mais exatamente, de “expressão”. Considere-se que a antiga Lei de Imprensa (5.250/67), que garantia o “direito de resposta” ao cidadão comum, caiu por terra com a decisão do Supremo Tribunal Federal¹¹¹ de abril de 2009. Com o fim do direito de resposta, ampliou-se o poder da imprensa e se descartou o direito de opinião, ou, mais exatamente, o de “liberdade de expressão” dos indivíduos (LIMA, V., 2010).

A mídia, de um modo geral, abre espaço para a manifestação “popular”, permitindo que opine sobre determinados temas. Nas TVs, rádios, jornais, o cidadão comum costuma aparecer expressando-se entre aspas, opinando, enfim. Mas isso é um engodo da imprensa. Primeiro porque se trata de uma fala tosca, limitada, rasa, superficial. Não se pode considerar opinião o que se resume a três segundos na TV ou duas linhas nos jornais impressos. Além do mais, essas “manifestações do povo” estão sujeitas ao enquadramento (corte e ajuste) da emissora ou jornal, conforme os interesses (de boa ou má fé) do editor ou do empresário/dono da empresa (“*publisher*”). Se o Governo apresenta proposta de lei que não agrada à empresa jornalística, ou se determinado movimento social faz ato contrário aos seus interesses ou dos seus aliados na economia ou na política, o jornalismo pode coletar depoimentos somente daqueles que são contra a proposta e o ato. O fato é que existem diversas formas de manipulação ou censura das falas que não interessam à empresa.

Na opinião de Pereira Junior, o tradicional “fala povo” é uma anomalia de abordagem do jornalismo.

¹¹¹ Julgando contrário a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 130, em 29/04/2009, o STF decidiu sem efeito os artigos da Lei de Imprensa que prevêm o direito de resposta para quem se sentiu atingido, e punição para os jornalistas que cometessem os crimes de calúnia, injúria e difamação.

O jornalista, no caso, finge atribuir valor (na verdade confirma o que deseja confirmar, mas aparentando fazer o ofício) à afirmação irrisória e superficial. [...] Não está, de fato, em questão conhecer o cotidiano anônimo, que é sempre prenhe de vitalidade. É antes uma forma de amordaçá-lo, estabelecer um espaço para as pessoas comuns que não põe o veículo em constrangimento, porque delimitado, tímido, insípido – a expressão mais genuína de uma desigualdade no tratamento da informação e da fonte de informação. (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 94)

Gisela Ortriwano tem opinião similar: “o ouvinte, como *fonte direta de (re) alimentação* do sistema só participa na medida em que atende aos interesses do próprio sistema, nunca para questioná-lo” (2008, p. 58, grifo do autor).

Os veículos e os profissionais de imprensa se valem de práticas e rotinas que podem ser consideradas uma forma de censura. Eles têm o poder de condenar à invisibilidade as ações e palavras dos atores sociais que por ele forem consideradas insignificantes e de glorificar aquelas que julgarem relevantes. [...] Em um sistema midiático oligopolizado, a tendência é o afunilamento ainda maior da agenda difundida à opinião pública, menos espaços para as contradições e exclusão mais acentuada de temas e acontecimentos da vida cotidiana. (SANT’ANNA, 2009, p. 212).

A mídia escolhe o que deve ser silenciado:

Quem tem poder para difundir notícias, tem poder para manter segredos e difundir silêncios. Tem poder para decidir se o seu interesse é mais bem servido por notícias ou por silêncio. Podemos concluir, pois, que uma parte do que de importante ocorre no mundo, ocorre em segredo e em silêncio, fora do alcance dos cidadãos. (SANTOS apud GUARESCHI, 2005, p. 76).

Esta censura estabelecida pela imprensa se faz com um enquadramento do entrevistado, manipulação, ou um corte raso nas respostas, para que se adequem ao que o jornalismo/imprensa/empresa quer. Na prática, somente a imprensa/empresa é que tem garantido o seu “decreto de fala”, a sua “liberdade de imprensa”. Foi negado o direito do indivíduo (e de instituições adversárias da empresa jornalística) à “liberdade de expressão”.

A imprensa costuma optar pela fala da “autoridade”: cientista, especialista, estudioso ou representante do Poder Público. A autoridade – quando fala conforme o enquadramento da matéria – traz a vantagem de “não necessitar” ser questionada pelo repórter; a autoridade legitima a matéria. Quando o jornalismo não tem opinião formada, a matéria fala da “polêmica formada” sobre determinado assunto e abre para pontos de vistas contraditórios. No entanto, quando já existe uma posição, o contraditório é colocado de forma tal (raso, ou desconexo) que fica diminuído no contexto da matéria. A fala da autoridade, porém, sempre tem mais peso (tamanho e

profundidade) do que a fala do cidadão comum. O peso simbólico da autoridade (legitimando a matéria) dispensa outras falas. A autoridade é o poder.

Autores como José Cleves questionam se há jornalismo nesse tipo de cobertura que se limita a ouvir a autoridade:

É obrigação do jornalista apurar, por exemplo, se são verdadeiros os dados oficiais de uma denúncia. Ele não pode apenas relatar o que lhe foi dito, seja a palavra de um cidadão comum ou a do Presidente da República. Havendo dúvida tem que investigar. (CLEVES, 2009, p. 173).

Além do mais...

O jornalista irresponsável, respaldado pela direção dos veículos, é aquele que se anula nesse processo bipolar de busca da verdade, pela comodidade dos argumentos oficiais, proclamando inocentes e culpados com a mesma facilidade com que criam falsos mitos e fabricam falsos ídolos. (CLEVES, 2009, p. 166).

Como reação a esse “jornalismo”, nas últimas décadas duas novas vertentes de comunicação se sedimentaram na sociedade: as “mídias das Fontes” e as rádios comunitárias.

As “mídias das fontes” foi tese de doutorado de Francisco Sant’Anna¹¹². O autor esclarece:

As mídias das fontes podem ser compreendidas enquanto um novo tipo de mídia alternativa que busca trazer ao público uma informação por vezes desprezada, minimizada ou deturpada pela imprensa tradicional. (SANT’ANNA, 2009 p. 57)

Diz ainda Sant’Anna:

As mídias das fontes têm como elemento comum de identidade – o fator principal que as reagrupa – o fato de serem gerenciadas por atores sociais que não são empresas jornalísticas e que, com maior ou menor peso, buscam, por meio da difusão informativa, o poder de influenciar a esfera pública. Estas iniciativas devem ser compreendidas como um processo de transmissão de ideias, valores, sentimentos aos indivíduos em busca de uma dinâmica social que resulte na interferência e/ou construção de uma determinada opinião pública. (SANT’ANNA, 2009 p. 54).

Essas mídias aparecem após a ditadura militar, em meados dos anos 1980. Uma vez que “sedenta por liberdade, a sociedade brasileira não poderia deixar suas práticas sociais reféns de um modelo informativo restrito, fechado, podemos dizer, autoritário”. (SANT’ANNA, 2009, p. 143).

¹¹² Publicada em 2009 pelo Senado Federal com o título “Mídia das fontes – um novo ator no cenário jornalístico brasileiro”, faz parte da bibliografia desse trabalho.

Um dos fatores para o surgimento dessa mídia, conforme Sant'Anna, é de ordem existencial: aparecer para sobreviver. Diz ele:

A busca de visibilidade pública dos diversos grupos de interesse por ocasião da fase de abertura política é outro importante elemento potencializador das atividades de um modelo de jornalismo promovido pelas fontes. A maior parte dos segmentos [...] sociais passou a se servir da divulgação de suas informações como forma de existência pública (SANT'ANNA, 2009, p. 145).

As duas vertentes – rádios comunitárias e mídias das Fontes - têm em comum o fato de abrirem espaços de fala para quem antes era “sem-voz”. E “sem voz” era a instituição e também o indivíduo, porque até então dependiam dos veículos tradicionais. Negado ou manipulado o direito de fala para indivíduos, instituições e movimentos sociais, estes criaram seus próprios veículos de comunicação. As instituições, aqui, compreendem os diversos atores sociais: igrejas, ONGs, sindicatos, empresas, movimentos sociais, órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, times de futebol, universidades, entre outros. Na medida em que criam suas próprias mídias e se tornam fontes, podem se dar ao luxo de dispensar os grandes veículos para difundir suas falas. Agora elas têm um lugar de fala e têm público também.

Agora o cidadão comum pode cotejar a fala do dirigente da instituição (pública ou privada) que está no jornal de circulação nacional com aquilo que “realmente foi dito” pelo dirigente, lendo no jornal ou site da instituição. Uma vez que o direito de resposta não existe mais (salvo apelando para Justiça), ao perceberem que uma notícia saiu de forma irregular, as fontes e movimentos podem usar o recurso da “nota oficial”. A “nota oficial” da entidade é tornada pública e as pessoas ficam sabendo a opinião da entidade ou do movimento diante de tal fato. As instituições já não “precisam brigar”¹¹³ no jornal, rádio ou TV, para que publiquem sua versão dos fatos uma vez que elas têm como difundir a versão de cada uma sobre tais fatos.

Para o cidadão comum se expressar uma opção é as rádios comunitárias. Como vimos, por princípio e conforme a lei, elas são obrigadas a abrir espaço de fala **para todos**.

¹¹³ Na prática, embora as instituições e movimentos tenham expressado sua versão no site, blog, boletim, programa de rádio, ou no jornal da instituição, elas exigem do jornal que ponha sua versão. É o lógico, porque os leitores/telespectadores de determinados veículos receberam uma versão unilateral do fato e precisariam conhecer a outra versão.

CAPÍTULO V – ESTUDO DE CASOS

V.1 – As rádios escolhidas

As oito emissoras escolhidas têm, cada qual ao seu jeito, notícias na programação. Como esperávamos, dentro dos dois universos selecionados encontramos rádios bastante diferenciadas quanto à gestão, participação comunitária, e no que entendem por radiojornalismo. A Sol FM, de Pernambuco, por exemplo, embora aparentemente tenha um trabalho atuante, voltado para a comunidade, dificilmente poderia ser considerada rádio comunitária. A Nova Vida (DF) também não pode ser considerada comunitária conforme estabelecemos no Capítulo II.8. Ela, que não era subordinada a nenhuma religião, é hoje uma emissora evangélica, com o noticiário exclusivamente direcionado ao público evangélico.

As três emissoras que possuem um jornalismo mais perto do convencional - Santa Luz FM, Valente FM e Heliópolis - se aproximam também do modelo ideal de rádio comunitária preconizado no Capítulo II.8. Os responsáveis pelo jornalismo nas duas emissoras da Bahia (Valente FM e Santa Luz FM) e na de São Paulo (Heliópolis) se conhecem e conversam por email.

As duas emissoras da Bahia têm uma proximidade geográfica (distam 18 Km entre si) e ideológica. As duas sofreram com a repressão estatal por operarem sem autorização; já integraram uma rede regional de notícias; trocam programas, notícias e informes; são participantes ativas dos movimentos sociais e integram uma entidade que reúne rádios comunitárias da região, a Abraço-Sisal.

As três emissoras pesquisadas no Distrito Federal estão localizadas em “cidades-satélites” de Brasília e têm um histórico de resistência à repressão à ação da Anatel e Polícia Federal. Das três, a Utopia FM é a que mais se aproxima do modelo ideal de RC.

A Rádio Líder e a Nova Vida operam em Recanto das Emas, região administrativa distante 25 Km da Esplanada dos Ministério de Brasília. As duas estão próximas (8 Km). Os dirigentes da Líder e da Nova vida se conhecem e participam de eventos comuns; as rádios são parceiras em algumas atividades culturais e de capacitação.

Com exceção da Rádio Sol (Olinda-PE), todas as emissoras pesquisadas sofreram repressão policial por operar sem autorização do Estado. Seus equipamentos foram apreendidos, seus dirigentes foram processados. A maioria conseguiu a autorização de funcionamento depois de um longo tempo de espera. Foi o caso das emissoras: Valente, Santa Luz, Heliópolis, Guabiraba, Líder e Utopia – esperaram dez anos pela concessão.

Somente a Rádio Sol está instalada no térreo de uma casa. As demais emissoras pesquisadas estão instaladas no primeiro andar de um prédio.

V.1.1 – Rádio Santa Luz FM – Bahia

V.1.1.1 – Instalações

A Santa Luz FM está localizada no município de Santa Luz, sertão da Bahia, distante 268 Km de Salvador. A população de Santa Luz é de 33 mil habitantes. A emissora opera no primeiro andar de um prédio no centro da cidade na frequência de 104,9 MHz; seu transmissor é de 25 Watts. As instalações compreendem dois estúdios: um maior (3x5 metros), utilizado para as transmissões ao vivo; outro, menor (2x3 metros), para gravações. O estúdio maior é dotado de ar condicionado; o espaço comporta até seis pessoas sentadas em torno de uma mesa de debates (quatro microfones); tem um computador e “chave híbrida” (equipamento para receber ligações dos ouvintes). É a mais bem aparelhada das oito emissoras visitadas. A rádio é parceira de um recém-instalado “centro de cultura”, distante 2 Km dos estúdios da rádio, usado para cursos, gravação de spots e músicas dos artistas locais.

Fundada em 1998, a Santa Luz ganhou autorização definitiva em 2008. No período foi fechada cinco vezes pela Anatel e Polícia Federal por operar sem autorização.

A emissora conta com um total de 12 pessoas¹¹⁴ atuando como voluntárias; destas, quatro nada recebem pelo trabalho. A remuneração é proporcional à dedicação. Os recursos se originam do que cada uma consegue como “apoio

¹¹⁴ O trabalho voluntário é extremamente rotativo. Acontece com todas as emissoras pesquisadas. Estamos informados que, meses depois das entrevistas feitas para esta pesquisa, as equipes se modificaram – mudaram as pessoas e o número de voluntários.

cultural” (patrocínio) para o seu programa e também dos projetos sociais implementados pela emissora. O site – www.santaluzfm.com.br – permite a audição da Santa Luz pela internet.

V.1.1.2 – Origens

De acordo com Edisvânio Nascimento¹¹⁵, um dos fundadores da Rádio Santa Luz e atual coordenador de jornalismo, as primeiras discussões sobre direito à comunicação aconteceram em 1997, e já envolviam diversas entidades da região – alguns sindicatos, movimentos sociais, cooperativas e ONGs. A discussão espalhou-se e incorporou vários municípios da região sisaleira. Os envolvidos, porém, ainda não sabiam o que era rádio comunitária.

Nessa época, uma entidade da região, o Movimento de Organização Comunitária (MOC), atuava com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e, para otimizar suas ações, promoveu oficinas de capacitação em comunicação. O MOC foi fundamental para implementação da rádio comunitária de Santa Luz. A RC, portanto, resulta da junção de várias entidades, que assumiram o projeto de criação da rádio. No dia 17 de julho de 1998 a Santa Luz FM entrou no ar. O MOC é parceiro até hoje da Santa Luz.

V.1.1.3 – Jornalismo

Em 2008, sob a supervisão da “Abraço Sisal”, entidade que incorpora 11 emissoras, a Santa Luz integrou uma rede de notícias da região, a “Rede Sisal”. Quando da nossa visita à RC, a rede estava desativada, mas se cogitava seu retorno.

Edisvânio Nascimento, responsável pelo jornalismo da Santa Luz FM, é “âncora¹¹⁶” e faz reportagens para o principal espaço dedicado ao jornalismo da emissora, o “Rádio revista¹¹⁷”, um programa de variedades que vai ao ar de segunda à sexta-feira, das 12h00 às 13h00. A equipe do “Rádio Revista” é formada por Edisvânio, Sandro Costa e Mariana Marques. O programa está no ar desde maio de 2009. De acordo com Edisvânio, Sandro “faz reportagem, edição de áudio das

¹¹⁵ Depoimento ao autor em 24/09/2009.

¹¹⁶ “Âncora”, para Edisvânio, é “a pessoa responsável pela transmissão da notícia”.

¹¹⁷ “Revista” é um gênero de programa de rádio que inclui a apresentação de músicas, entrevista, notícias, serviço público, avisos, etc.

matérias, a sonoplastia; quando necessário, ele atua como “âncora” e também ajuda nos comentários¹¹⁸. Mariana é locutora, mas também coleta informações nos hospitais e postos de saúde do município para compor o noticiário da rádio.

O jornalismo, porém, não se resume à Revista. Conforme Edisvânio, a qualquer momento a emissora abre para notícias da comunidade. Os locutores estão preparados para ler as notícias (coletadas por alguém da rádio ou trazidas pela comunidade) ou abrir o microfone para quem procura a emissora. Além disso, a rádio tem boletins diários, a cada hora, com duração de 2 ou 3 minutos, sobre temas regionais, nacionais ou internacionais.

Desde que surgiu, a Santa Luz FM tem como um dos principais focos os problemas da criança e do adolescente da região. Por conta disso, em 2007, mesmo com a rádio operando sem autorização, Edisvânio (que não tem formação em jornalismo) recebeu da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) o prêmio “Jornalista amigo da criança”¹¹⁹.

O jornalismo da Santa Luz FM se pauta pela comunidade. Edisvânio diz o que é notícia:

A gente entende que notícia pode ser, prioritariamente, o que está acontecendo; como a gente se pauta muito na comunidade, o que está acontecendo na comunidade. É o que a gente entende como naquele momento vale a pena ser colocado, porque é uma notícia que vai chegar naquele ouvinte, é até uma forma mais fácil pra que ele entenda. Prioritariamente é o que está acontecendo na comunidade, que é como nós vivemos. E o rádio trata, em uma questão dinâmica, de falar a língua do povo. Nós entendemos que notícia é aquilo que está acontecendo, que a gente vai buscar e trazer para o ouvinte¹²⁰.

Ele destaca o imediatismo no rádio como parte da notícia:

(Notícia) é aquilo que acontece naquele momento, o que a gente entende que cabe ser divulgado. Tem situações que podem ser adiadas para mais tarde, o que chamamos de pauta fria. Mas, por exemplo, se acontece de um trem descarrilar, um trem que passe ali no meio da cidade; eu creio que seja

¹¹⁸ Depoimento ao autor em 24/09/2009.

¹¹⁹ Critérios da ANDI para o profissional receber o título: “Produção freqüente de matérias de qualidade na cobertura de temas relevantes à defesa dos direitos de crianças e adolescentes; Interferência qualitativa e quantitativa na criação de pautas e linhas editoriais que priorizem essa temática; Contribuição para a construção de novos valores, buscando uma mudança de comportamento em seus públicos-alvos no que diz respeito aos direitos infanto-juvenis; Estímulo à participação das próprias crianças e adolescentes na construção de políticas públicas que assegurem seus direitos, ao ouvi-los e permitir que expressem suas opiniões através da mídia; Ética no exercício da profissão; Atuação com grande responsabilidade social enquanto formador de opinião”. In: <http://www.andi.org.br/mini_sites/jac/> Acesso em 20/11/2010.

¹²⁰ Idem.

uma notícia imediata que a gente vai transmitir, informar em primeira mão¹²¹.

Edisvânio aponta cinco elementos que identificariam, ou ajudariam a identificar, o que é notícia para as rádios comunitárias:

1) *O olhar clínico de quem faz a rádio. É a “observação do fato”.*

Então você tem que estar aceso. Principalmente a gente que vive com limitações de equipamentos, de transporte, não tem carro, é tudo na perna, na bicicleta. Então você tem que estar atento para aquilo que está acontecendo o tempo inteiro e valorizar cada ligação que chega na rádio. Também porque, uma ligação que chega na rádio, de repente pode gerar uma notícia importante. Às vezes, por ter sido só uma ligação para a qual não se deu importância, deixa-se de informar a comunidade, ou de chamar atenção para algum fato. Muito importante então é estar atento mesmo¹²².

2) *Colocar-se na condição de ouvinte. “O que eu, na condição de ouvinte, gostaria de ouvir”, diz ele.*

3) *Agilidade ao noticiar.*

O povo é carente de informação do município, e se a gente não é ágil o município perde e o povo vai saber por outros canais, de formas distorcidas. Então a gente quer essa prioridade, correr e fazer com que a notícia chegue o mais rápido possível até o radiouvinte¹²³.

4) *“Notícia, sobretudo, é focar nas causas do município, da nossa cidade, da nossa comunidade”.*

5) *Veracidade. Para Edisvânio se trata de verificar “se aquilo realmente é. Aí se entra naquela questão de você ouvir as fontes, porque de repente você pode estar entrando numa fria”¹²⁴.*

A rotina do jornalismo da Santa Luz tem início às 7h30. As fontes são muitas. Conforme Edisvânio:

A primeira é o que a gente chama de ‘notícia a nível internacional’. A gente vai ter que partir pra os sites, para o jornal, internet mesmo. Para as “notícias nacionais”, também internet. Depois, a gente parte para as “regionais”, e têm vários contatos. Algumas são rádios com as quais a gente sempre troca idéias. Algumas são comunitárias. Mas, às vezes, temos alguns contatos com outras não comunitárias. Temos essa abertura hoje com alguns comerciais. Às vezes você faz contato, contribui, de repente faz uma troca com algumas agências de informação da região, utiliza alguns

¹²¹ Depoimento ao autor em 24/09/2009.

¹²² Idem.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem.

sites da região também. Como a região é abastada de muitas entidades da sociedade civil e conselhos de desenvolvimento e território a gente tem sempre ouvido diversas fontes. E tem os contatos: por telefone ou, às vezes, quando podemos, deslocamos um repórter para lá, a depender da cidade. Se não for tão longe. Até porque não há como você ir e voltar¹²⁵.

A rotina, de fato, tem início quando acaba o programa “Rádio revista” – é quando se determinam as pautas para o dia seguinte.

A coleta de informações para o noticiário local começa pela manhã, com a equipe de jornalismo da Santa Luz telefonando para sindicatos e associações. Informações do hospital e da Polícia (Civil e Militar) são consideradas fundamentais: “independente de acontecer algo mais grave ou menos grave, temos que estar lá”, diz Edisvânio.

Essa é uma prática normal das rádios que têm jornalismo, comunitárias ou não. Conforme Eduardo Meditsch, “em qualquer emissora haverá alguém encarregado de fazer a ‘ronda telefônica” (MEDITSCH, 2007, p. 110).

O hospital fornece dois tipos de notícias: 1) o que está registrado no livro de ocorrências (emergência, clínico geral, etc.); 2) o registro de atendimento ao público. O jornalismo da Santa Luz aproveita para colocar no ar a opinião de especialistas que atuam da área médica.

A questão da violência é um desafio para a Rádio Santa Luz. Como noticiar os crimes sem desaguar no lugar comum do jornalismo policiaisco? Edisvânio diz que: “além da informação da ocorrência da violência, do acontecimento em si, sempre se faz um debate sobre a situação real que está acontecendo¹²⁶”.

Quando é para noticiar um crime, o ideal, segundo Edisvânio, é ouvir todos os envolvidos. Ocorre que o acusado e seus familiares não falam, e muito menos a vítima, com medo de uma retaliação. Resta apenas a Polícia como fonte. E se os ouvintes cobram da rádio que noticie o crime, a família do acusado pede que nada seja dito. Edisvânio afirma que não gosta de noticiar crimes:

A gente se sente mal, não pense que a gente dá com gosto não velho, pense num negócio ruim. As outras coisas a gente faz com prazer, mas

¹²⁵ Depoimento ao autor em 24/09/2009.

¹²⁶ Depoimento ao autor em 24/09/2009.

essa aí é ruim, e a melhor é quando a gente chega no programa e diz que não houve notícia¹²⁷.

O mais comum na rádio é noticiar o social da comunidade:

A gente entende que todo momento é momento para se divulgar o social; teve, a gente está lá. O problema aí é se informam a gente, se informou tem missa, batizado, assembleia, pastoral, reunião de associações, sindicato, grupos de jovens. Às vezes tem pequenos grupos que fazem reuniões de bairros, grupos de teatros, fanfarra...¹²⁸

Esse noticiário entra direto na programação: “a notícia local já não tem horário, chegou é transmitida em qualquer horário”, diz ele.

Edisvânio diz que a emissora costuma fazer “reportagens”. Ele define reportagem como um processo de produção de notícias:

É o repórter ir lá, até o fato; coletar as informações, transformar isso em um texto, e pegar também a fala dessas fontes que estão lá, e agregar esses valores e transmitir a notícia, as informações¹²⁹.

Para ele, checar os dados é fundamental: “tem que ser até porque senão você vai perder a credibilidade”. Edisvânio define: “jornalismo é o ato de informar, de investigar, de informar e se informar primeiro, para depois informar e conseqüentemente formar a opinião”.

Quanto a possibilidade de surgir um radiojornalismo comunitário. Edisvânio diz:

Olha, eu sonho com isso. Mas vejo que a gente ainda está muito longe. Apesar de que muita gente olha, ouve e se encanta, e diz que está ótimo, tá bom. Só que eu ainda não estou contente porque sei que, realmente, para ser um jornalismo de rádio comunitária, efetivamente, ele teria que ter essa dedicação maior à comunidade. E para ter essa dedicação maior que a comunidade está buscando, tem que ter subsídios, recursos, e aí se inclui recurso do ponto de vista pessoal, recurso financeiro para deslocamento¹³⁰.

Edisvânio diz que o radiojornalismo comunitário está associado a um compromisso da rádio com a comunidade. Um compromisso que é testado quando se faz a matéria. Se há um problema na comunidade a rádio tem que estar lá. É preciso ir?

É. Porque se não vai o **compromisso** com a comunidade você não tem. Além de noticiar tem a questão do compromisso, um compromisso que você tem de brigar por ela (a comunidade). E aí nós vamos até o final ver se

¹²⁷ Depoimento ao autor em 24/09/2009.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem.

resolve o problema. Para não ser taxado de que não resolve o problema deles¹³¹ (grifo nosso).

Para Edisvânio um dos objetivos das rádios comunitárias é “humanizar o rádio”.

Eu digo que no radio comunitário trabalhamos para humanizar o radio. Aí alguém vai perguntar: humanizar o rádio? Esse cara está louco. Primeiro, como é que se humaniza o rádio se ele é um instrumento de comunicação? Tornar as pessoas humanas... Aí alguém diz: “mas nós já somos seres humanos”. Mas na minha concepção, enquanto militante, de humanizar e tornar seres humanos é: uma pessoa que possa compreender os valores do seu semelhante, que ela possa ter a sensibilidade para entender o que esta acontecendo com aqueles seres humanos da sua comunidade. A rádio comunitária eu acho que ela faz isso, e faz muito bem cara.

Conforme o coordenador de jornalismo da Santa Luz FM, ainda é pouco a participação da comunidade na emissora.

Ainda há falta de iniciativa do povo mostrar suas inquietações, o que está incomodando. Então que a gente use esse canal, ligue pra cá, participe e informe o que está acontecendo no seu bairro, na sua comunidade. Mas a gente sente que ainda estão tímidos. Não sei se é o medo de algum tipo de represália, de não querer se expor.

Todos os dias a gente fala no programa (“Revista do rádio”); pede para que o pessoal participe. A linha está aberta para a participação deles. Que tragam seus anseios, o que acontece na comunidade. Os presidentes de associações... Os próprios moradores. Se tem um buraco na sua rua, ligue pra falar, pra reclamar, pra pedir que o setor responsável do poder público vá lá e resolva esse problema. Esse tipo de coisa. Porém até o presente momento - vamos fazer cinco meses de jornalismo nesse tempo - eu acho, acho não, eu tenho certeza, que nem dez pessoas participaram trazendo informação¹³².

Como a rádio não tem veículo para transportar os repórteres, nem recursos para bancar um táxi, se o repórter precisar se deslocar vai ter que usar “ônibus ou carona”. Quando acontece um fato importante em outro município a Santa Luz faz contato com a rádio da região. Se for o caso, “você entra em contato com a rádio e ela te informa. Se precisar falar com o delegado, ela faz a ponte¹³³”.

Edisvânio tem formação em letras e está no primeiro semestre do curso de comunicação da Universidade Estadual da Bahia (Uneb). Ele dá dedicação exclusiva à rádio. Edisvânio e os outros da rádio aprenderam a lidar com a emissora através de cursos de capacitação e, principalmente, com a prática diária.

¹³¹ Depoimento ao autor em 24/09/2009..

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

A equipe de jornalismo é remunerada. Como coordena os trabalhos, é “âncora” e faz reportagens, Edisvânio recebe R\$ 500,00 por mês¹³⁴. Sandro Costa, que disponibiliza menos tempo para a RC (um período/dia), recebe uma gratificação mensal de R\$ 300,00. Mariana atua menos ainda e recebe R\$ 200,00. Esses recursos têm origem na arrecadação de apoio cultural pela rádio. Para Edisvânio esses valores são “irrisórios”; mas, garante ele, a rádio não tem como pagar mais. Um “estímulo razoável” para os voluntários, segundo Edisvânio, seria pagar um valor mensal de R\$ 700,00.

Edisvânio reconhece que se não há como remunerar melhor os envolvidos com a rádio a tendência é serem seduzidos por propostas de emissoras comerciais ou mudarem de atividade. Isso acontece “queiramos ou não, doa ou não. Pelo menos conforta saber que nós estamos preparando essas pessoas para o mercado”, afirmou.

Sandro Costa, 22 anos, pai de uma filha, locutor da Santa Luz, é um exemplo. Ele comentou com o autor que já tinha trabalhado em emissoras comerciais ganhando bem mais (R\$ 1.700,00) que na Santa Luz. Sandro afirma ter recebido recentemente três convites de emissoras da região, e “convites muito bons” (ganhar R\$ 1.300,00). Por que não foi? Sandro responde:

Mas aí você tem que ver que um emprego onde você vai ganhar um salário desse valor. A cidade geralmente onde você vai o custo de vida é bem maior. E chega o final de tudo você vai estar com o mínimo do mínimo, talvez um valor menor do que você ganharia numa emissora comunitária. A questão de estar morando com a minha família e estar fazendo uma coisa que eu gosto, com as pessoas que eu sei que gostam de mim,...
Porque tem a questão também de você estar numa emissora comercial e aí, desculpa a palavra, é um querendo comer o outro. “Eu quero pegar o espaço dele por que ele ganha mais, o horário que ele apresenta é melhor, tem mais patrocinadores”¹³⁵.

Três meses depois dessa entrevista, recebemos a notícia de que Sandro foi seduzido por uma boa proposta, deixou a comunitária Santa Luz FM e foi trabalhar numa emissora comercial no interior do Piauí. Hoje três voluntários da Santa Luz FM, incluindo Edisvânio, estão estudando comunicação no município vizinho de Conceição do Coité.

¹³⁴ Para efeitos comparativos, na época o salário mínimo da região era R\$ 465,00.

¹³⁵ Depoimento ao autor em 24/09/2009.

V.1.2 – Rádio Valente - Bahia

V.1.2.1 – Instalações

O município de Valente dista 232 Km de Salvador. Está localizado no sertão baiano, na “região sisaleira”¹³⁶. Sua população é estimada em 20 mil habitantes.

A rádio Valente, que funciona 24 horas por dia, conta com oito voluntários remunerados. Cléber Silva, o responsável pelo jornalismo da rádio, os recursos para rádio vêm das entidades parceiras e da publicidade. O que entra de publicidade é muito pouco.

A gente hoje cobra barato pelo comercial (a propaganda); faz questão de dizer que é comercial, com várias chamadas - três ou quatro por comerciante - com o valor de dez, quinze reais; isso impede a nossa sobrevivência e a nossa estabilidade¹³⁷.

As limitações na obtenção de recursos limitam os horizontes profissionais de Cléber: “eu não tenho perspectiva; eu tenho que fazer uma outra atividade pra me sustentar”.

V.1.2.2 – Origens

Nos anos 1990 os movimentos sociais do município de Valente e região¹³⁸ estavam politicamente mobilizados e tinham um programa na rádio comercial local. A rádio cobrava pelo arrendamento do espaço, mas estabelecia restrições políticas ao conteúdo do programa apresentado pelas entidades. Por exemplo, não podia criticar o governador do estado, aliado político do dono da emissora.

As entidades perceberam, então, que só havia um modo de escapar deste tipo de censura, criar a sua própria rádio. Em 1995/96 começaram as discussões neste sentido. Essas entidades de Valente estavam cientes do que acontecia no país – neste momento efervescia a idéia de rádios livres e comunitárias, culminando, dois anos depois, com a criação da Lei 9.612, que regulamenta o serviço. A Valente FM foi fundada e entrou no ar exatamente no ano em que a lei foi sancionada, 1998.

¹³⁶ A região sisaleira, ou “território do sisal”, fica a 200 Km de Salvador e compreende 25 municípios do Semi-árido, com uma população superior a 800 mil habitantes. A expressão, “sisaleira”, vem do cultivo do sisal, uma planta bastante utilizada na confecção de cordas, redes, cobertas.

¹³⁷ Depoimento ao autor em 27/09/2009.

¹³⁸ Sindicatos dos trabalhadores rurais, fórum da cidadania (que já reunia várias entidades), lideranças comunitárias, Apaeb. Cléber, que ajudou a fundar a rádio, fazia parte de um grupo de ação política, o Terra, e do movimento pela cidadania.

No ar, mas sem autorização, a rádio foi fechada várias vezes pela Anatel e Polícia Federal. A autorização de funcionamento do Ministério das Comunicações só foi obtida em 2004.

V.1.2.3 – Jornalismo

Durante a programação, de hora em hora a emissora apresenta boletins informativos com notícias regionais e nacionais. Tem ainda um plantão de notícias, que entra no ar quando ocorre algo de relevante na cidade. A Valente FM tem uma “revista informativa”, a “Rádio comunidade” que vai ao ar de segunda à sexta-feira, das 12h00 às 13h30.

Cléber Silva explica que o programa não faz uma divisão entre noticiário local ou nacional. Há um encadeamento de temas. Por exemplo, se há uma notícia nacional sobre saúde, na sequencia vem outra sobre a saúde local.

A comunidade participa telefonando para rádio. Mas há restrições. Cléber explica:

Um ouvinte liga: quer fazer uma reclamação, uma denúncia. Uma denúncia mais grave, a gente tenta filtrar um pouco. Porque quando é mais grave envolve outras situações e a gente pede que a pessoa vá na rádio prá que a gente possa entender direito o que é o assunto e tal; pra não colocar diretamente no ar sem também ouvir a outra parte quando é um assunto mais grave. Uma coisa mais simples a gente libera logo no programa¹³⁹.

As fontes de informação da rádio estão na internet: jornais de grande circulação (usados esporadicamente), site da agência “Bahia notícias” (www.ibahia.com.br); entidades como a Associação dos pequenos agricultores do estado da Bahia; a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB)¹⁴⁰, parceira da rádio e uma das grandes mobilizadoras sociais da região, é procurada diariamente; agências de notícias de fora do estado, incluindo a Pulsar¹⁴¹. Outras fontes da Valente são as rádios comunitárias da região sisaleira - elas formam uma entidade, a Abraço sisal¹⁴².

Quando a gente sabe que está acontecendo alguma coisa em algum lugar a gente liga perguntando prá alguém da rádio. Quando acontece alguma

¹³⁹ Depoimento ao autor em 27/09/2009.

¹⁴⁰ www.apaeb.com.br

¹⁴¹ A Pulsar é a agência de notícias da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC).
<http://www.brasil.agenciapulsar.org>

¹⁴² www.abracosisal.org.br

coisa em alguma rádio a gente liga pra lá pro pessoal passar a informação¹⁴³.

Segundo Cléber, a informação local é prioridade do noticiário da Valente. Neste caso as fontes são: Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Associação dos pequenos agricultores do estado da Bahia; cooperativas de créditos (com agências em sete municípios da região sisaleira); associações de bairro (Pantanal, Cidade Nova, Liberdade, etc.). Outra fonte é o Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável.

A Prefeitura Municipal de Valente é uma fonte muito procurada pela rádio. Mas, segundo Cléber, “o pessoal (o Poder Executivo) não gosta muito da rádio por causa das críticas e denúncias que a rádio faz”. A rádio, todavia, consegue driblar essa dificuldade: “então a gente consegue identificar uma ou mais pessoas lá, e conseguem passar para a gente as informações que os beneficiam e as que nos beneficiam também¹⁴⁴”.

Cléber diz que, no caso da Prefeitura, o processo de coleta dados se faz por todos os caminhos disponíveis: repórter da emissora vai ao local; ou ocorre o inverso – alguém da entidade vai até a rádio; quando há necessidade as entidades passam as informações por telefone.

A equipe de produção de jornalismo na Valente é constituída por quatro pessoas: Cléber Silva (“salário” de R\$ 620,00); Toni Sampaio (R\$ 620,00); Toni Carvalho (R\$ 450,00) e Zé Neto (voluntário sem remuneração).

A rotina do jornalismo tem início quando acaba o programa do dia; a equipe se reúne, debate e decide a pauta do dia seguinte. Nem todo jornalismo, porém, é gerado pela equipe: os locutores da rádio têm liberdade de, quando acharem conveniente, baixar notícias da internet e colocá-las no ar.

Cléber faz uma distinção entre o que é “notícia” e o que é “aviso” ou “prestação de serviço”.

Muita gente liga: “olha meu cachorrinho sumiu”. Entra no ar como **aviso, prestação de serviço. Notícia é tudo que tem interesse social.** Se o Sindicato dos Trabalhadores rurais está fazendo um encontro com

¹⁴³ Depoimento ao autor em 27/09/2009.

¹⁴⁴ Idem.

pequenos agricultores para discutir sobre formas de acessar o Pronaf¹⁴⁵, isso é notícia. Se a associação está angariando assinatura para trazer um trator para beneficiar a comunidade, é notícia. A relevância dela é que vai dizer¹⁴⁶. (grifo nosso)

Quanto ao tema da violência. Segundo Cléber, a rádio considera que a fonte oficial não é a única. A rádio noticia o que considera o factual, “batida de carro, batida de moto, roubo de moto, enfim, delegacia...”. Mas o mais importante é o repórter ir ao local do crime.

Por exemplo, se for um assalto a gente vai ver a vítima. A gente tenta ver quais são as versões para aquele caso. Às vezes não dá para trabalhar todas as versões de uma vez; a gente tenta dar uma ou duas informações. A gente tenta não trabalhar com o mundo cão. Mas sim com uma perspectiva diferente. Se a violência existe, se o crime existe, é porque algo de errado está acontecendo na sociedade¹⁴⁷.

Cléber faz um comparativo entre o que a Valente faz hoje e o que fazia uma emissora comercial da região. A rádio comercial tinha um programa cujo carro-chefe eram as notícias policiais.

Muito na linha do mundo cão, do mundo do crime, o caso do cara “que vai ver o sol nascer quadrado”, “o meliante”... Às vezes a pessoa errava, roubou um relógio, roubou um celular, mas era uma atitude que não era a vida do cara... Mas o cara era tratado como “o meliante” que ia ver “o sol nascer quadrado”. E a gente (na rádio comunitária) conseguiu tratar diferente¹⁴⁸.

Ele diz que a rádio comunitária, ao optar pela “não-oficialidade¹⁴⁹” da fonte, ou da oficialidade como única fonte, consegue se aproximar da verdade e esta nova versão (dada pela rádio) é aceita e legitimada pela oficialidade.

A gente já desconstruiu inclusive algumas coisas oficiais; até advogado já fez defesa aqui e conseguiu provar, por notícia da rádio, que as coisas não eram como estavam nos autos, nos registros da delegacia. Isso pra gente é importante¹⁵⁰.

Ao optar por esse tipo de jornalismo na abordagem da violência, a rádio teve que refletir sobre a atividade policial e incorporar práticas que reduzem o risco para a equipe:

Geralmente quem critica (o locutor ou repórter) a gente não manda ir lá pegar informação. A gente manda outra pessoa porque a relação fica meio complicada. Geralmente, se fizermos uma crítica à Polícia Militar, o policial

¹⁴⁵ Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

¹⁴⁶ Depoimento ao autor em 27/09/2009.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Entenda-se “oficial” e “oficialidade”, como representações do Estado. Para Cléber, “oficial” é o que vem do Estado.

¹⁵⁰ Depoimento ao autor em 27/09/2009.

vai tomar como crítica pessoal a ele e não à instituição. E às vezes o policial nem tem culpa. Falta capacitação, falta equipamento, então a gente tem que trabalhar discernindo isso. O policial pode errar também, por causa de uma série de questões¹⁵¹.

Existe uma dificuldade da Polícia em receber as críticas:

A parte mais difícil de você fazer uma crítica, e depois ir lá e ter uma relação boa, é com a Polícia. Com o restante não. A gente consegue criticar os processos que andam muito lentos; a gente consegue criticar a Justiça, a gente consegue criticar o Ministério Público, a Câmara dos vereadores, ir lá fazer cobertura pegar entrevista. A gente critica o prefeito, mas o prefeito quando a gente liga, ele conversa... Então você consegue manter uma relação mais institucional, separando as coisas. Ele (o prefeito) entende isso. Não aceita não. Mas já entende isso¹⁵².

E qual o retorno dos ouvintes?

Quando você está num bar, tomando uma cervejinha, ele (o prefeito) senta, bate um papo com você... Até a população estranha: “ele estava criticando ontem, hoje já estão aí”... Mas depois eles (os ouvintes) entendem, aos poucos¹⁵³.

A Câmara de vereadores assinou contrato com a rádio; ela paga para a RC transmitir suas sessões. Mas Cléber Silva informa que as matérias que a rádio produz sobre a Câmara independem desse contrato com os vereadores. O jornalismo da rádio, garante, tem liberdade e autonomia.

Cléber diz que a rádio “trabalha com números, principalmente com relação à Prefeitura”, o que dificulta as contestações do Poder:

O prefeito vem e reclama: “ah, tá caindo o repasse do ICM”... A gente vai prá internet, puxa o ICMS... “Não prefeito, aqui diz que não está caindo”... Aí vem aquele embate¹⁵⁴.

Na relação com o Poder local, a Valente distingue o que é notícia do que é publicidade dos atos da Prefeitura:

Nós damos a notícia: uma ponte vai ser construída. Ou um açude pequeno. São exemplos. A gente anuncia que vai ser feito, quantas pessoas vão se beneficiar, onde, quando. A gente acompanha. A gente vai lá, se informa em que dia vai começar. Começou? Se não começou a gente está lá. Se começou a gente vai lá, acompanhando; a gente vê se está errado, se estão usando material inadequado. A gente dá a informação. Existe um caso bem concreto que é a construção das casas populares, que é um programa do governo Lula. Demos a notícia de que iam construir, o local, as pessoas que iam ser beneficiadas. Participamos do critério para seleção das pessoas; e não teve critério nenhum. Só os amigos

¹⁵¹ Depoimento ao autor em 27/09/2009.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Idem.

do prefeito. Noticiamos que não tinha critério. Fomos acompanhar. Os alicerces mal feitos, cavados na areia pura; usavam areia lavada para construir. Cimento era 8x1. Algumas casas estão rachadas. Ficaram prontas e dissemos quais os problemas que elas tinham, porque acompanhamos tudo. A mídia comum só informa “vai construir” e também o lançamento da pedra fundamental.

Mas quando o prefeito diz, “fale o que a gente construiu”, ele já tem que pagar. Construiu, a gente noticia. Quando ele diz, “fale sobre o que a gente construiu”, aí já é propaganda. Ele tem que pagar. É comercial? Está fora do jornalismo.

Para Cléber, é possível existir um jornalismo que seja singular das rádios comunitárias. E o acompanhamento de um fato, “o seu processo”, é uma das marcas desse radiojornalismo comunitário:

Eu acredito não só que é possível (o jornalismo singular das rádios comunitárias) como que ele existe. Por exemplo, o fato de você dar uma informação e acompanhar o processo. O problema é o processo. Não adianta informar “lançou a pedra fundamental para a construção das casas populares”, depois “inaugurou as casas populares”... Não adianta só isso, é você acompanhar¹⁵⁵.

Cléber elenca cinco características desse radiojornalismo singular:

1) *“Acompanhamento do processo” (o desenrolar dos fatos)*

2) *Espontaneidade (“a gente é menos formal”).*

3) *O tratamento dado à notícia (critério de seleção da notícia e como ela será apresentada).*

4) *Tratar a notícia com uma visão mais social que comercial.*

5) *O ouvinte participa fazendo a notícia.*

O jornalismo da Valente, informa Cléber, também cria conflitos com as entidades parceiras da rádio. Como noticiar os erros dos aliados que “estão construindo a rádio”? Esse problema existe e, segundo Cléber, ainda não está resolvido:

Quando a Associação dos Pequenos Agricultores erra a gente critica. Como quando ela estava jogando salitre na área, estava agredindo o meio-ambiente, nós colocamos a informação no ar. Eles foram consertar. Mas essa é a parte difícil (para eles entenderem): “como é que a gente ajuda uma emissora que bate na gente?”. É um problema. Há quem queira fazer

¹⁵⁵ Depoimento ao autor em 27/09/2009.

jornalismo, mas aquele jornalismo parcial. Imparcial pros outros. Quando é prá gente: “vamos ver o que é que entra”¹⁵⁶.

Cléber é formado em letras. Resolveu estudar, diz ele, estimulado por ter entrado para a rádio. É também radialista profissional e professor universitário. Aprovado no concurso da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para um contrato de dois anos, leciona “produção radiofônica”. Cléber demonstra interesse em fazer uma nova graduação, não necessariamente comunicação, mas mantendo o foco em rádios comunitárias. O site da emissora é www.valente.fm.br

V.1.3 – Rádio Heliópolis – São Paulo

V.1.3.1 - Instalações

A Heliópolis FM é subordinada à União de Núcleos Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (UNAS). A emissora funciona na entrada da comunidade¹⁵⁷ de Heliópolis, em São Paulo; é a maior da América Latina, com 125 mil habitantes. Tem sede própria – um prédio com térreo e primeiro andar, numa ruazinha estreita. Uma estrutura gigantesca para a antena, em metal, recebe os visitantes à entrada. No térreo funciona o estúdio principal (4x5 metros) com três computadores, microfones, chave híbrida; a rádio tem uma copa e uma sala de recepção. No primeiro andar há um estúdio secundário, um pouco menor, também usado para audições ao vivo.

A emissora conta com 30 voluntários. Na opinião de Cláudia Neves, a Claudinha, coordenadora de jornalismo da Heliópolis FM, o trabalho voluntário deve ser remunerado:

Eu sou contra isso (a não remuneração do trabalhador voluntário)! Aí é sacanagem. Se já não pode ganhar dinheiro, então a gente vive do quê? Primeiro porque você está doando seu tempo. Tudo bem, você faz o que ama, o que gosta, mas manter uma rádio comunitária não é fácil. Tem gente que vem aqui todo dia. Quando a gente diz que não ganha nada a pessoa vai embora. Quem faz programa pela manhã é um senhor ou senhora porque é aposentado. Quem faz à noite é quem trabalha de dia. Quem faz nos finais de semana é quem trabalha e estuda e só tem tempo nos finais de semana¹⁵⁸.

¹⁵⁶ Depoimento ao autor em 27/09/2009.

¹⁵⁷ Os moradores preferem que Heliópolis seja tratada como “comunidade”, descartando “favela”, que consideram pejorativo.

¹⁵⁸ Depoimento ao autor em 08/02/2010.

Recursos financeiros são obtidos com “apoio cultural” - uma “contribuição de valores simbólicos do comércio local, apenas para a divulgação do nome do estabelecimento sem citar valores”, diz ela.

De acordo com Claudinha:

(A captação de recursos na forma de) apoio cultural é cada um por si. Cada um corre atrás do seu. É 50% da rádio e 50% do locutor, então aqui a gente faz assim: quem é da comunidade a gente cobra 100 reais e quem é de fora, tem um comércio maior, a gente vai pela cara do comércio. Se a gente achar que tem dinheiro logicamente que a gente cobra mais; aí sobe o preço, mas todos (os spots de propaganda) passam 10 vezes ao dia e eles (os comerciantes) pagam por mês. Fora os calotes que a gente leva; o que é normal¹⁵⁹.

A emissora também consegue recursos ao aprovar projetos sociais.

A única saída para a gente é escrever projetos. Só que nem sempre todos os projetos são aprovados. Aí tem que ver a questão. Nós somos trinta. Desses trinta, muitos trabalham, têm seus empregos fora e tudo mais. Outros não. Outros gostariam de ficar aqui; colaboram com a gente, fazem vinhetas. Por que não pagá-los? Mas quando a gente escreve projeto tem que fazer alguma coisa. Eu sei dar aula de rádio, mas não é todo mundo que sabe. Aqui tem gente que faz vinheta, pode dar aula de vinheta; dar aula de dança, aula de locução. E o resto vai fazer o quê? A gente faz projetos, mas, às vezes, eles não beneficiam a todos os locutores. Lógico que beneficia a rádio. Mas gostaríamos era de ajudar a todos. Pelo menos com uma ajuda de custo de 250, 300 reais¹⁶⁰.

V.1.3.2 – Origens

A Heliópolis FM foi fundada em 1992, operando inicialmente com cornetas (caixas de som) espalhadas pelas ruas. Ela obteve autorização de funcionamento em 2008.

A emissora nasceu de uma demanda da comunidade:

Heliópolis estava crescendo muito e aí tinha reunião de sem-teto, reunião da Pastoral da criança. Não tinha mais condição de você ficar batendo de casa em casa pra avisar de reunião. Então se pensou em uma rádio. Mas não tinha dinheiro para colocar essa rádio no ar. Então colocamos uns postes com alto-falantes; então era rádio alto-falante. Ficou assim durante cinco anos. Ela ia ao ar todos os domingos das dez ao meio-dia. Durante cinco anos ficou como alto-falante. Depois, em 1997, a gente entrou com Frequência Modulada, com a ajuda de uns alemães que vieram aqui na comunidade para conhecer e prometeram um dia voltar, e

¹⁵⁹ Depoimento ao autor em 08/02/2010.

¹⁶⁰ Idem.

voltaram com uns padres alemães. Eles trouxeram os equipamentos e a gente transformou em rádio FM¹⁶¹.

V.1.3.3 – Repressão

A rádio Heliópolis funcionou sem autorização até 2006. No dia 20 de julho deste ano ela foi fechada pela Anatel e Polícia Federal. Foram levados todos os equipamentos de operação e transmissão. Claudinha relata o ocorrido:

Éramos eu e o Fabinho que estávamos no ar, fazendo a programação. Tinham sete agentes da Polícia Federal e dois representantes da Anatel; e ainda tinha um cara do Ministério de Comunicações. Agora eu não sei o nome, ele falou que veio acompanhar (o fechamento da emissora)... O Gerô era dirigente da rádio na época e naquele dia eu não tinha visto o Gerô. E não sabia o que fazer. Achei que era “pegadinha”, que era mentira. Eu falei: “não vou tirar essa rádio do ar, não!” Eu falei: “já que você é da Anatel, então vai lá e tira (do ar)”. Foi àquela confusão toda, eu comecei a chorar, segurar os equipamentos, mas não teve jeito¹⁶².

O presidente da Associação responsável pela rádio na época, Gerônimo Barbosa, o Gerô, conseguiu chegar à emissora, mas não impediu que ela fosse fechada e tivesse seus equipamentos apreendidos.

Conforme Cláudia Neves, a emissora ficou fechada durante um ano e 22 dias. Três meses depois de fechada, em outubro de 2006, o Ministério das Comunicações procurou os dirigentes da rádio propondo que a emissora voltasse a funcionar “em caráter experimental” na frequência de 87,7 MHz. Mas havia uma condição: a emissora deveria firmar uma parceria com a Universidade Metodista. Essa licença especial teria a duração de seis meses, renovável por igual período.

Mas a rádio não tinha como voltar ao ar porque não havia equipamentos: a repressão estatal levava tudo. Mesmo ciente da decisão do Ministério das Comunicações de ceder uma licença de operação “em caráter especial” a Anatel não devolveu os equipamentos. Outro detalhe: os equipamentos levados pelos agentes da Anatel e Polícia Federal eram de um Ponto de cultura¹⁶³ que funcionava com a Rádio Heliópolis. Isto é, o que tinha sido cedido pelo Estado (Ministério da Cultura) foi levado pelo Estado (Anatel e PF); e quando o Estado (Ministério das

¹⁶¹ Entrevista ao autor em 08/02/2010.

¹⁶² Idem

¹⁶³ “O Ponto de Cultura é a ação prioritária do Programa Cultura Viva e articula todas as demais ações do Programa Cultura Viva. Iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil, que firmaram convênio com o Ministério da Cultura (MinC), por meio de seleção por editais públicos, tornam-se Pontos de Cultura e ficam responsáveis por articular e impulsionar as ações que já existem nas comunidades. Atualmente, existem mais de 650 Pontos de Cultura espalhados pelo país”. In: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nI4crpVz4PAJ:www.cultura.gov.br/cultura_viva/%3Fpage_id%3D31+que+s%C3%A3o+Pontos+de+Cultura&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a. Em 11/05/2010.

Comunicações) autorizou a operação, o Estado (Anatel/PF) negou-se a aceitar a determinação.

V.1.3.4 – Jornalismo

De acordo com o site da emissora (www.heliopolisfm.com.br), a Rádio Heliópolis faz prestação de serviços; informa sobre pessoas e animais desaparecidos. Atua na área de educação e conscientização da comunidade; dá orientações sobre saúde e meio ambiente. Abre espaço para reclamações de moradores. A programação inclui “indicações bibliográficas”: o locutor recita poesias de Carlos Drummond de Andrade, Rosa Luxemburgo, Martin Luther King, “chamando para a reflexão”. Possui momentos de “orientação religiosa no sentido de mensagens positivas, sem ater-se a instituições religiosas ou ao sentido de alienação”. Não reproduz músicas “com apologia ao crime, sexo e drogas”. Segundo Claudinha, todos os programas da rádio são obrigados a veicular informações e difundir o que é de utilidade pública.

Na lista do que Claudinha entende por jornalismo se incluem dois programas que tratam de Saúde. Na terça, da 9h00 às 9h30, um médico, clínico geral, da Unidade Básica de Saúde (UBS), responde as perguntas da comunidade ao vivo; na quinta de 11h00 às 12h00, tem o “DST AIDS nas ondas do rádio”, produzido pela equipe do posto de saúde local (“está com a gente há mais de treze anos”). Este programa inclui a distribuição de preservativos com a comunidade e a coleta de material para exame (“HIV, sífilis, hepatite B e C”) no espaço da rádio.

A prestação de serviços é comum às rádios pesquisadas. Claudinha conta dois casos associados à prestação de serviço ocorridos na emissora que dirige:

Uma ouvinte tinha uma dor de cabeça. E quando foi na sexta-feira entrou na UTI - deu aneurisma cerebral, derrame cerebral. Só o coração estava batendo. Ela era ouvinte nossa. E aí ela faleceu ontem, à meia noite. A filha dela me ligou hoje aqui. Então a gente estava passando (veiculando na rádio): “quem quisesse velar hoje o corpo dela...”

Semana passada houve o caso de uma criança desaparecida e fomos obrigados a “passar” toda hora. Acho que foi sexta ou quinta-feira. Veio uma mulher aqui, e a gente acabou até cutucando ela um pouquinho, dando uma bronca, pois um menino de três anos desapareceu às 8 horas da manhã - estava descalço, usava uma camisa regata, uma calça moletom -, quando deu 2 horas é que ela veio procurar. E ainda era tia dele; porque a mãe estava trabalhando e nem sabia que o filho sumiu. Apareceu. E sabe onde estava? No Conselho Tutelar.

Então a gente pede: quando achar, a pessoa deve ligar pra rádio pra avisar, né? Já foi perdido óculos, cachorro, pessoas que têm problemas mentais¹⁶⁴.

A Rádio Heliópolis não tem um programa fixo de jornalismo. O noticiário ocorre de quatro modos:

1) Claudinha produz as notícias curtas, informes, com o máximo de três minutos de duração, a partir de fontes diversas; estes informes são veiculados ao longo da programação.

2) Prestação de serviço – vem de duas fontes: 1) do morador da comunidade, que telefona ou se desloca até a rádio; 2) do locutor, que baixa da internet (de várias fontes).

3) Programas específicos – sobre Saúde e Cultura, por exemplo.

4) Factual – o locutor ou “repórter” da rádio, ou alguém da comunidade, dá o informe pelo telefone, ou grava e depois põe no ar.

Claudinha relata sua rotina de trabalho:

Eu chego bem cedo e seleciono todas as notícias. E como estou aqui todo dia, toda hora, estou atualizando. Tem as notícias escritas e tem as gravadas para quem tem a dificuldade da leitura. Eu gravo ou pego daquele site da Agência RadioWeb, que tem as notícias do dia-a-dia. E tem as notícias também da comunidade com os adolescentes de 13, 14 anos, que fazem a programação aqui na rádio - gravam e alguns já mandam gravado. Tem um programa que se chama ‘Catraca Livre’ que só fala sobre cultura. Primeiro a internet. Alguns contatos com as associações são feitos por telefone, outros por e-mail... ‘Olha, está acontecendo isso e isso’. Quando vai ter festas beneficentes muitos ligam. Exemplo: Lar Santa Teresa, Lar dos Idosos, das igrejas. Eles avisam, por exemplo, onde vai ter um bazar e a gente noticia¹⁶⁵.

A Rádio Heliópolis pega na internet as notícias dos grandes jornais diários e adapta ao seu público:

Vamos ler, resumir, e refazer com as próprias palavras, em uma linguagem mais simples, pegando as coisas mais interessantes. Eu ensinei (os locutores e apresentadores) a fazerem isso¹⁶⁶.

As fontes consultadas, segundo Claudinha, nem sempre são de aliados das rádios comunitárias...

¹⁶⁴ Depoimento ao autor em 08/02/2010.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Idem.

Eu falo para eles: olha o dia em que eu não estiver aqui vocês vão lá no site tal, lá tem um monte de notícias e vocês podem pegar o que acham que é interessante. O G1 (da Globo)... (é) inimiga da rádio comunitária. Mas, fazer o quê?, tem muitas notícias boas. Agência RádioWeb. A gente pega o R7 da Record, o site da Folha. Todo site de notícias que você pode imaginar a gente pega.

Nós temos que dar a informação por que se fosse assim nós nunca íamos ler o *Estado de São Paulo* por que eles foram os primeiros que massacraram a gente. A Martha Suplicy na época veio aqui. Primeira página do jornal: “Prefeita visita rádio pirata”. Nunca vou esquecer isso¹⁶⁷.

Como selecionar o que é matéria de interesse da comunidade? Claudinha fala dessa dificuldade:

Questão de dólar interessa a nossa comunidade? Não. Acho que não. Mas depende do ouvinte, porque às vezes tem ouvinte que gosta. Leite materno é um tema legal? É. Tem algum adolescente ouvindo? Tem. Então se coloca alguma coisa sobre camisinha, sobre gravidez na adolescência, sobre saúde...

Já fizemos pesquisa sobre o que o povo gostaria de ouvir na rádio. Eles disseram: “Notícias da comunidade”. Mas o quê da comunidade? Coisas relacionadas à saúde, posto de saúde, médico... Cursos gratuitos, eventos, coisas gratuitas do Sesi, Sesc. Coisas do dia a dia, de novela. Fofoca de novela a gente não faz. Só horóscopo, culinária¹⁶⁸.

Com o tempo Claudinha percebeu que alguns temas são mais apreciados pela comunidade:

Saúde e Educação, moradia, eles gostam. Eles gostam de saber como estão indo as obras do PAC¹⁶⁹ do Governo Federal. Eu acompanho muitas obras. Eles gostam de cursos gratuitos, vagas nas escolas e creches. A gente tem um vínculo muito grande com as escolas da região. O diretor das (três) escolas (públicas) vem aqui¹⁷⁰.

Claudinha diz que não somente no jornalismo, mas em toda programação da rádio, há um cuidado em não reproduzir as emissoras comerciais:

A gente não está aqui para ser igual a todo mundo. A gente quer ser diferente. Se não fosse para ser diferente não haveria rádio comunitária. A gente está aqui porque quer ser diferente¹⁷¹.

Para Claudinha, o jornalismo das rádios comunitárias é característico dessas emissoras:

Com certeza o jornalismo da rádio comunitária é diferente de tudo e de todos. Não tem como não ser. O jornalismo numa rádio comunitária é totalmente diferente de uma grande rádio. Não adianta querer ficar imitando, falar bonitinho, todo empostado, como uma rádio Globo ou CBN, que não vai ser nunca¹⁷².

¹⁶⁷ Depoimento ao autor em 08/02/2010.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ O Programa de Aceleração do crescimento (PAC) foi idealizado e implementado no Governo Lula (2003-2010). Consiste numa série de obras de engenharia, incluindo pontes, metrô, saneamento, etc.

¹⁷⁰ Depoimento ao autor em 08/02/2010.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Idem.

Ela aponta alguns elementos diferenciais desse radiojornalismo:

1) *Defender os interesses da comunidade*

2) *Informar sobre os seus direitos deveres*

3) *Defender os moradores*

4) *Usar uma linguagem mais simples*

5) *Tratar dos projetos sociais. “Quem passou na comunidade, como foi conseguido um projeto social, quem está por trás disso, patrocinando”.*

6) *Dar a voz ao povo. “As grandes rádios, os grandes jornais, nunca vão fazer isso na vida, nunca vão dar a voz pro povo, infelizmente”.*

Cláudia Neves é jornalista formada pela Faculdade São Marcos (SP) em 2005. De todas as emissoras pesquisadas para esta dissertação é a única jornalista formada atuando numa rádio comunitária¹⁷³. Além de cuidar do jornalismo da Rádio de Heliópolis, Claudinha ainda faz um programa– “Frequência do sucesso” – veiculado aos sábados e domingos, das 11h00 às 12h00. “É um pouco de tudo: informação, notícias, debates, signos”, diz ela.

Quando era estudante Claudinha foi discriminada por professores e colegas da faculdade por atuar numa rádio comunitária, e de uma “favela”. “Eu sofri muito com preconceito: era ‘a favelada’”. Diziam mais: “e aí Claudinha, como vai aquela sua rádio?” Hoje Claudinha é professora de rádio comunitária, convidada para dar palestras em faculdades, incluindo naquela que lhe discriminou.

V.1.4 – Rádio Sol – Olinda (PE)

V.1.4.1 – Instalações

A emissora funciona numa sala que é parte de uma residência no Jardim Atlântico (o maior bairro de Olinda), com uma população estimada em 50 mil

¹⁷³ Atuando com rádios comunitárias desde 1996, conhecemos rádios comunitárias em todo país. Desde então, somente encontramos uma outra jornalista atuando no jornalismo de emissoras comunitárias. Foi em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Infelizmente a RC foi fechada por operar sem autorização oficial. Uma vez que há essa tendência das rádios estimularem seus militantes a estudar comunicação, outros casos devem existir. Mas é um fenômeno recente. Desconhecemos casos similares ao de Claudinha. Mas é certo que muitos voluntários resolveram estudar comunicação depois que entraram para uma RC.

habitantes. O bairro fica a 14 Km do centro de Olinda. Em uma única sala, medindo 3x4 metros, se concentra o estúdio com dois microfones, um computador, telefone. A rádio transmite na frequência de 90,7 MHz e pela internet: www.tanasol.com. Seu lema é: “Tá na Sol... Tá quente”.

V.1.4.2 – Origens

A emissora surgiu em 2007, “com o intuito de inserir uma programação diferenciada na região” (...) “com um cunho cultural e social, onde a música é a maior atração¹⁷⁴”.

O projeto de criar uma rádio comunitária é de John Bigu, fundador e diretor-presidente da Rádio Sol FM. Ele diz que trabalhou numa rádio comunitária do bairro e gostou tanto que se tornou diretor de programação da emissora¹⁷⁵. Foi quando “descobri o valor profundo de uma RC”. Mas essa rádio comunitária, segundo ele, “tinha o cunho eleitoreiro”. E resolveu fundar sua própria emissora com um grupo de amigos. “Vendi meu carro velho para montar a Sol FM”.

O folheto da Sol FM, criado para atrair publicidade para a rádio, deixa claro os objetivos da emissora: “investir nessa rádio é incentivar a nossa cultura, é valorizar o exercício da liberdade de expressão e do direito à informação para toda comunidade. Associar sua marca, produto ou serviço à Sol FM, só traz benefícios ao seu negócio e ao povo¹⁷⁶”. Hoje 16 pessoas atuam como voluntárias na emissora. Não há salário. Elas recebem metade do que conseguem de patrocínio para o programa que fazem; a outra metade é para custear a manutenção da rádio.

V.1.4.3 – Jornalismo

O jornalismo da rádio se restringe ao programa que John Bigu produz e apresenta sozinho: “Sol de olho”. Vai ao ar de segunda à sexta-feira, das 10h30 às 13h00. No domingo, John faz outro programa, “Momento nordestino”, e também inclui notícias.

¹⁷⁴ Folheto distribuído pela Sol FM para atrair clientes.

¹⁷⁵ Depoimento ao autor em 11/10/2009.

¹⁷⁶ Folheto distribuído pela Sol FM para atrair clientes.

O diretor da Rádio Sol tem curso técnico de contabilidade, que não exerce. John tem outras atividades profissionais além da rádio. Ele trabalha como Disc Jockey (DJ) e web-designer (produção de sites), o que aprendeu sozinho, diz ele.

A Rádio Sol sobrevive da venda de anúncios, o que, segundo John, é suficiente apenas para cobrir as despesas de manutenção da emissora.

A tabela abaixo mostra os valores cobrados pela Sol FM.

Tabela de preços para veiculação

Chamadas por dia	Chamadas por mês	Links ao vivo	Valor
6	180	0	R\$ 120,00
10	300	2	R\$ 220,00
15	450	4	R\$ 320,00

Fonte: Panfleto da Rádio Sol FM

John Bigu produz e apresenta sozinho o programa “Sol de olho”. Ele descreve:

O meu programa envolve enquetes, envolve notícias, envolve quadros: “você sabia”? Aí eu pego as notícias e digo: “você sabia que um deputado federal puxa dos cofres públicos mais de cem mil reais?” Eu pesquiso um pouco daquilo e passo para as pessoas [...]: “o que você acha disso?” Geralmente enquete que seja do momento. [...] O que você acha: “Sarney deve continuar? O que você acha de Sarney como presidente do senado?”¹⁷⁷

John diz que costuma realizar “debates” trazendo determinados assuntos para discussão com os ouvintes. É o caso da novela da Globo “Viver a vida” que colocou uma menina como vilã e, por isso, foi notificada pelo Ministério do Público do Rio de Janeiro. John diz que trouxe o tema para debate da seguinte forma: “você acha correto, hoje eu te pergunto, você acha correto uma criança de oito anos interpretar o papel de vilã numa novela?”¹⁷⁸

A rotina de produção do programa “Sol de olho”, segundo John Bigu, começa às 7h30, com a leitura do noticiário na internet - jornais e agências de notícias,

¹⁷⁷ Depoimento ao autor em 11/10/2009. Na época o senador José Sarney, presidente do Senado, era citado pela imprensa como envolvido em irregularidades nas suas atividades.

¹⁷⁸ Depoimento ao autor em 11/10/2009.

priorizando os de Pernambuco; em especial a *BBC Brasil, Jornal do Commercio, Folha de Pernambuco*. John diz que não copia o texto, não faz anotações nem redige um novo texto, ele “memoriza o tema” e leva ao ar ao seu jeito.

O noticiário local é deficiente na emissora, conforme John, por falta de colaboradores. Mas é preciso preparo desses colaboradores. John fala da dificuldade em atrair colaboradores capacitados:

Você tenta conversar com essas pessoas, você tenta envolver essas pessoas nessas questões e essas pessoas já vêm cheia de vícios, cheias de outras situações, maneira de falar, maneira de achar. E você tem que transformar e colocar aquilo ali para que eles possam falar do abuso sexual da criança e do adolescente¹⁷⁹.

Além do mais, segundo John, não ter como remunerar afasta os possíveis interessados:

Para envolver um colaborador da comunidade, em busca dessas notícias, ele teria que ter, de certa forma, um entusiasmo financeiramente. Porque você preparar aquela pessoa, e a pessoa ir à pé, se deslocar seja numa burrinha, numa bicicleta, um carro ou coisa parecida para envolver a comunidade e chamar a gente pra gente ir até lá¹⁸⁰.

John resolve o problema da falta de noticiário local trazendo para discussão temas que não perdem a atualidade:

A gente se preocupa mais é como que está a situação dos buracos de Olinda por exemplo. Como a gente trabalha via internet a pergunta é estabelecida: o que você gostaria de pedir ao prefeito ou à prefeita de sua cidade. Aí surgem às perguntas e as pessoas cobram.

Segundo ele, evita-se o sensacionalismo na abordagem da violência: “A gente tem uma preocupação de não passar só notícias sangrentas, notícias de tráfico, notícias da violência...”¹⁸¹”

John explica como aborda a questão da violência, tema presente nas periferias do país e recorrente nas rádios comunitárias:

Eu falo do crime, eu falo do crack, como uma grande doença da sociedade, como um câncer da sociedade atual. E já fiz perguntas sobre o crack entendeu? Eu me preocupo com esse lado, e não: “olha, na favela tal está tendo muita venda de crack, fulano...” Eu não toco nesse assunto¹⁸².

¹⁷⁹ Depoimento ao autor em 11/10/2009.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² Idem.

O recorte que John Bigu faz das notícias que pega nas suas fontes passa por uma visão de comunidade:

Na primeira instância eu olho a capa, a manchete; aí onde está aquele assunto, que eu acho que vai ser de grande interesse para a comunidade. Eu vou lá, clico e vejo aquele assunto; recorto um pedaço e ajeito um pouco; já é um assunto para eu debater, passar para as pessoas aquilo, como repórter¹⁸³.

Há um cuidado com as duas linguagens: a radiofônica (específica do veículo) e a popular (da comunidade):

Eu mudo às vezes, sim, eu mudo palavras; não que fuja do contexto, mas tem palavras que eu procuro trazer pro lado mais popular, para que as pessoas possam entender melhor o que aquilo quer dizer¹⁸⁴.

A convivência com a comunidade, diz John, permite selecionar as notícias de um modo rápido e objetivo: “eu não faço um ibope com a comunidade, mas eu acredito que isso ou aquilo é um assunto que traz interesse para a comunidade¹⁸⁵”.

Mas o que é de interesse da comunidade pode não ser importante para comunidade. Algumas notícias John classifica como “povão”. E veta.

É um interesse às vezes povão. (exemplifica:) “Ontem Hebe Camargo caiu na piscina”. Eu não estou preocupado se ela caiu. Essa não dá, porque eu acho isso banal. Não pego notícias bestas¹⁸⁶.

A participação da comunidade se dá, principalmente, pelo telefone. John conta que as pessoas ligam reclamando de problemas de ordem pública. Nesse caso fazem a reclamação direto, no ar; ou repassam para o locutor que a divulga. John diz que o mais comum é ele ligar imediatamente para a empresa ou órgão público criticado, colocar a conversa no ar, gravar, e estabelecer um prazo para que haja solução do problema. Se não acontecem mudanças, ele reproduz a gravação e a fala do entrevistado com os compromissos assumidos de público.

A emissora não faz reportagens, nem tem condições de apurar as denúncias. Mas John diz que “seria maravilhoso” fazer isso.

¹⁸³ Depoimento ao autor em 11/10/2009..

¹⁸⁴ Aqui há uma aparente contradição. Inicialmente John Bigu fala que não copia, mas memoriza tudo; depois dá a entender que copia e modifica a redação do texto. Uma vez que, no depoimento, Bigu enfatizou que “memoriza, memoriza tudo”, acreditamos que a mudança do texto, o recorte inclusive, não é na redação, mas no memorizar.

¹⁸⁵ Depoimento ao autor em 11/10/2009.

¹⁸⁶ Idem.

V.1.5 - Rádio Guabiraba – Recife (PE)

V.1.5.1 – Instalações

A Guabiraba FM fica no bairro de mesmo nome, distante 13 Km do centro da capital pernambucana. O estúdio da emissora fica no primeiro andar. É completo, com computador, telefone, microfones, chave híbrida, etc. Como a rotatividade é grande, nela trabalham como voluntárias, entre 9 e 12 pessoas.

V.1.5.2 – Origens

Subordinada à “Associação de difusão comunitária Guabiraba FM”, a emissora foi fundada por Hélio de Oliveira, seu atual presidente, em novembro de 2003. Ele nega, porém que seja “dono” da rádio. A emissora, segundo ele, tem 22 dirigentes.

A Guabiraba FM surgiu depois que um grupo de pessoas percebeu que o programa que faziam numa emissora comercial do Recife, a São Miguel FM, não atendia às expectativas da comunidade. Precisavam de mais espaço.

Na época da pesquisa para este trabalho, a Guabiraba FM operava sem a concessão pública. De acordo Hélio, o pedido de autorização de funcionamento ao Ministério das Comunicações foi encaminhado no início de 2009.

V.1.5.3 – Jornalismo

A emissora tem um programa – “Verdade aberta” - que vai ao ar de segunda à sexta-feira, das 9h00 às 12 horas. Segundo Hélio, é neste programa que a rádio concentra as notícias. A locução é de Wilton Lima, que é músico profissional – toca baixo elétrico numa banda de forró. Segundo Hélio, as notícias podem entrar a qualquer momento na rádio e não necessariamente no programa “Verdade aberta”.

Wilton faz mais que locução. Hélio diz que ele “sai pela comunidade catando as informações, o que está acontecendo na comunidade, e liga para cá ao vivo¹⁸⁷”. Há uma ênfase no comércio porque pode render patrocínio para rádio: “ele vai nos comércios locais ver preços de mercadoria e manda as informações pra cá e a gente avisa à comunidade sobre qual o local que está vendendo a mercadoria mais

¹⁸⁷ Depoimento ao autor em 11/10/2009.

barato¹⁸⁸. Mas não é só isso. Wilton explica: “A gente procura nos bairros, um evento, uma falta de água¹⁸⁹”.

Um colaborador, Biro, manda informes sobre acidentes e crimes registrados nos quatro grandes hospitais do Recife: Agamenon Magalhães, Getúlio Vargas, Hospital da Imbiribeira e Hospital da Caxangá. Biro tem livre trânsito nas instituições porque, informa Hélio, como ele já foi “maqueiro” (carregador de maca), conhece os funcionários e consegue ter acesso à informação. Segundo o presidente da rádio, Biro não é remunerado pelo trabalho e paga a passagem “do bolso dele”. Quanto a Wilton, a rádio “ficou de dar uma cobertura aí (dar alguma remuneração); ele está indo nos comércios e hoje já tem uma ligação muito grande com os comerciantes¹⁹⁰”.

Hélio assegura como 10% dos informes é sobre questões locais. O restante é sobre o que acontece “no Brasil e no mundo”.

Segundo Wilton Lima a comunidade participa da rádio:

O pessoal, quando quer divulgar, fazer uma denúncia, dar uma notícia ou fazer um documentário, eles entram em contato com a gente diretamente, por telefone, ou então manda carta, mandam email¹⁹¹.

O assistencialismo (a assistência aos necessitados) é uma prática da rádio:

Eu estava aqui semana passada e uma pessoa ligou e eu estava entrevistando o pessoal da Universidade Federal de Pernambuco. Aí ela pediu prá falar comigo de uma vizinha que estava necessitada de uma cadeira de rodas. Uma pessoa da comunidade preocupada em ajudar a vizinha e nós divulgamos isso ao vivo, eu achei interessantíssimo isso¹⁹².

A participação da comunidade ocorre principalmente no programa “Bote a boca no trombone”, que é veiculado aos sábados pela manhã. “As pessoas ligam reclamando do que está acontecendo e a gente escreve tudo que sai. Liga ao vivo, leva pro Conselho dos Moradores; o Conselho prepara uma ficha e encaminha para o orçamento participativo¹⁹³”.

¹⁸⁸ Depoimento ao autor em 11/10/2009.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ Idem.

A abertura para a comunidade falar na rádio não é automática. A pessoa só entra no ar se passar pelo crivo da direção. A rotina adotada consiste no seguinte: a equipe do programa anota o recado (refazendo a fala) e transmite a sua versão. Por que esse controle? Hélio responde com uma experiência vivida pelo seu radiojornalismo, que costuma reproduzir as matérias veiculadas nos jornais, isentando-se de responsabilidade pelo ato.

Porque comunidade carente é cercada hoje de pessoas diferenciadas. Então a gente sempre procura preservar os locutores. Aconteceu aqui: a notícia dada em jornal (impresso) falava de um “inferninho” lá em Olinda. Aí houve uma pessoa que não entendeu a notícia e veio com outra história. Aí eu tive que ir lá na casa do cara mostrar a ele o jornal e mostrar qual foi a notícia¹⁹⁴.

As fontes do noticiário da Guabiraba FM são: a internet, de um modo geral; os três grandes jornais de Pernambuco, *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e *Folha de Pernambuco*. Os jornais impressos gozam de muita credibilidade nesta emissora. Segundo Hélio, a rádio não tem condições de apurar uma denúncia, mas se ela sai no jornal merece respeito e o locutor pode ler. “A gente dá credibilidade primeiro, porque é óbvio; segundo, o que a gente vê lá é o que acontece no dia-a-dia. Eles apuram, eles vão pro setor, eles dão a notícia depois que ela passa na redação¹⁹⁵”.

Existe um certo cuidado da direção da rádio em não expor a emissora e sua equipe à violência presente na comunidade. Esclarece Hélio:

Primeiro, que a gente não tem nenhuma autoridade. Segundo, que a rádio funciona como você sabe que funciona: a gente vive hoje no mundo da lua, com medo, aí fica difícil, principalmente com a comunidade. Em contrapartida a gente não quer por (a equipe) em risco; é um cuidado com o locutor, com a emissora¹⁹⁶.

As notícias sobre violência são lidas dos jornais. Em seguida Hélio ou Biro, dependendo de quem está na locução, faz comentários, mas numa abordagem diferente, sem citar nomes, fazendo aconselhamentos:

Por exemplo: “morreu um jovem de 17 anos, assassinado na ladeira da pedra, tal e tal. Isso aconteceu ontem, a partir das 24h00, horas e tal. O jovem saiu de casa pela manhã com más companhias e foi assassinado”. Aí a gente alerta as pessoas com relação a isso. Isso é mais um motivo para as pessoas que estão querendo ir além, jovens de 15,16,17 anos, pra sair

¹⁹⁴ Depoimento ao autor em 11/10/2009.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Idem.

tomando isso como exemplo, porque o caminho errado não leva ninguém a nada¹⁹⁷.

Hélio tem uma história de militância política. Por três vezes ele foi presidente do Conselho da Associação de moradores de Guabiraba. Hoje é coordenador da Associação dos amigos da comunidade e presidente da Federação das Rádios Comunitárias de Pernambuco (Fercom).

O sonho de Hélio é voltar a estudar, passar no vestibular, e se tornar advogado. Mas o fato de lidar com rádio o faz pensar em estudar Comunicação. O estímulo vem dos mais jovens: uma colaboradora, Juliana que mantém, o programa católico “Visão mundial”, está no sexto período de Comunicação. Seu filho, Joaquim Francisco Sales de Oliveira, que começou no rádio com 11 anos de idade, agora, com 18 anos, é diretor de programação da emissora e está no primeiro período de Comunicação. Juliana e Joaquim Francisco estudam na mesma escola de jornalismo, a Faculdade Maurício de Nassau, no Recife.

Hoje a Guabiraba FM conta com 10 pessoas se revezando para manter a rádio no ar. Ninguém é remunerado oficialmente. São todos voluntários. Ganham, porém, quando conseguem publicidade para o programa que fazem. Nesse caso, garante Hélio, fica tudo com eles; a rádio não leva nada.

V.1.6 - Rádio Utopia - Planaltina (DF)

V.1.6.1 – Instalações

A Rádio Comunitária Utopia FM iniciou suas atividades em 1998. Mas a autorização de funcionamento somente foi homologada em 2006.

A emissora hoje ocupa duas salas no primeiro andar de uma loja na cidade de Planaltina. João Batista de Oliveira Filho, o Batista, como é mais conhecido o presidente da “Associação de Difusão Comunitária Utopia”, diz que a associação paga um “valor simbólico de aluguel”, uma vez que o dono é seu sogro.

Batista tem o Ensino médio. Técnico em administração, por oito anos trabalhou na área burocrática da Fundação Hospitalar, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Não se aposentou.

¹⁹⁷ Depoimento ao autor em 11/10/2009.

A Utopia FM – como as demais emissoras pesquisadas - opera à base do voluntariado. São 20 pessoas, e ninguém é remunerado pelo que faz. Só há recursos para remuneração do pessoal quando se viabilizam projetos que forneçam bolsas.

Também entram recursos da publicidade.

É mínimo. Aqui em Planaltina é triste. Quando tem não dá nem para as despesas. Quem até hoje ainda banca (a rádio) somos nós mesmos. Duas, três pessoas, bancam as despesas da rádio¹⁹⁸.

V.1.6.2 - Origens

De acordo com Batista, a Utopia FM nasceu com intenções políticas e culturais:

Os idealizadores da Rádio Utopia eram pessoas basicamente ligadas ao movimento cultural [...] e ao movimento político-partidário da cidade. O nome “Rádio Utopia” tem ligação direta com um núcleo de base do PT, que era resgatar a utopia¹⁹⁹.

Quanto ao movimento cultural, ele explica:

São pessoas ligadas à Via Sacra; pessoas ligadas à música que se faz na cidade; pessoas ligadas ao teatro da cidade. Em Planaltina tem muito disso. Se a gente for pegar, por exemplo, na época dos festivais aqui do DF, duas das cidades que mais arrebataram prêmios na área musical, na década de 70 pra 80, foram Planaltina e Gama²⁰⁰.

Segundo Batista, a Utopia tem uma linha de trabalho baseada no tripé: educação, cultura e meio ambiente.

Educação:

Pelo fato de que grande número das pessoas que se aproximaram da rádio são professores da rede pública, educadores mesmo. Foi o que deixou mais claro, mais definida esta linha. Até hoje temos muitos professores que trabalham na rádio²⁰¹.

Cultura:

O histórico da cidade. Já que é uma das mais antigas. Então, culturalmente, é uma rádio que já tinha raízes. Isto ocorreu devido aos professores que trabalham na rádio. Isto fez com que tivéssemos cuidado com a preservação da história, do patrimônio, do aspecto cultural da cidade²⁰².

¹⁹⁸ Depoimento ao autor em 29/03/2010.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

Meio Ambiente:

Não tem como separar diversidade da questão ambiental. Depois da Eco-92 o discurso da questão ambiental ficou mais conhecido²⁰³.

A dimensão cultural da Rádio Utopia tem relação direta com a história da cidade. Planaltina é a cidade mais antiga dentro do quadrilátero que define o Distrito Federal: foi fundada no século XVII. Distante 38 Km do Plano Piloto, tem uma população superior a 140 mil habitantes.

V.1.6.3 – Jornalismo

Batista afirma que a Rádio Utopia FM não tem jornalismo nos moldes tradicionais. Porém, as notícias (“quando chegam”) entram em qualquer programa.

Para Batista o jornalismo “é uma necessidade da gente”. Há um programa de jornalismo com notícias da cidade, que ele ainda considera “fraquinho”, que vai ao ar às terças e quintas das 13h00 às 15h00. Na sua opinião, esse programa é “um teste” para um futuro jornalismo de qualidade. “Hoje é o melhor que conseguimos. Só que nestes últimos dias as duas pessoas (jovens de 17 anos, estudantes do segundo grau) que estavam nos ajudando estão faltando²⁰⁴”.

A Utopia FM também conta com uma “Revista de notícias”. Ela é feita por três pessoas e vai ao ar às terças e quartas-feiras, das 8:00 às 9:00 horas. A revista aborda vários temas, com ênfase na política de Planaltina e do Distrito Federal. As fontes para esse jornalismo, segundo Batista, “estão na cidade; nos locais em que a gente convive; na Administração regional...²⁰⁵”

Batista destaca três elementos que caracterizam a notícia para uma RC:

- 1) *aquilo que foge do comercial;*
- 2) *o tratamento que se dá a informação;*
- 3) *ouvir o máximo possível de pessoas.*

Para ele jornalismo é “informação de interesse geral”.

²⁰³ Depoimento ao autor em 29/03/2010.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Idem.

Batista considera que a grande dificuldade em se fazer um radiojornalismo de qualidade é a falta de recursos: “A dificuldade é a não-remuneração das pessoas. Já tivemos em determinados momentos programas de jornalismo, mas as pessoas não conseguem emprego (fora) ou mudam de horário²⁰⁶”.

V.1.7 - Rádio Líder – Recanto das Emas (DF)

V.1.7.1 – Instalações

A rádio comunitária Líder FM está instalada na área comercial da Região Administrativa de Recanto das Emas, distante 30 Km do centro de Brasília. Sua população é estimada em 120 mil habitantes.

A emissora está instalada no segundo andar de um prédio de dois andares, ocupando duas salas alugadas. A entidade é subordinada à Associação dos Moradores do Recanto das Emas. Na Líder FM 17 pessoas atuam como voluntárias.

V.1.7.2 – Origens

De acordo com o presidente da associação, Divino Cândido Ferreira, a entidade existe desde 1993. A rádio surgiu em 1998, “junto com a comunidade”.

Ela (a rádio) começou num fundo de quintal. Nós tínhamos uma casa lá e reunimos o pessoal. Na realidade foi um grupo de pessoas. Criamos a rádio com a idéia de cobrança, de participação da comunidade, das necessidades dos moradores aqui da cidade²⁰⁷.

A Líder FM conseguiu autorização de funcionamento em 2009, dez anos depois de entrar com o pedido de concessão no Ministério das Comunicações. Nesse meio tempo enfrentou a repressão para permanecer no ar.

Em 1999 existia um processo de busca e apreensão. Foi quando a Anatel veio com a Polícia Militar. Aí eles lacraram, mas nós deslacraramos. Fizemos funcionar de novo. Passou seis meses, a Polícia Federal pegou os aparelhos e levou. Aí compramos outros equipamentos e botamos no ar. Em 2002, eles sempre ficavam procurando, o pessoal avisava, “a Anatel tai”, e a gente mudava de local. Chegamos a botar a rádio dentro de uma Kombi²⁰⁸.

A emissora se sustenta com publicidade do comércio local. A publicidade oficial é “só para rádio grande”. Segundo Divino:

²⁰⁶ Depoimento ao autor em 29/03/2010.

²⁰⁷ Depoimento ao autor em 31/03/2010.

²⁰⁸ Idem.

Nós conseguimos uns apoios culturais, do comércio. Pela lei, nós somos ainda reprimidos. Ano passado a Anatel veio aqui e me reprimiu. Vieram me multar por essa questão da publicidade²⁰⁹.

V.1.7.3 – Jornalismo

Segundo Divino – de profissão vigilante – a Líder FM tem “jornalismo e informação”. A rádio, diz ele, faz a “cobertura diária da cidade”. Essa cobertura se dá através do locutor. Todos os locutores da rádio fazem isso. Usam as fontes da internet. “Se tem um caso que está repercutindo muito na mídia, leva (é notícia), entendeu?²¹⁰”.

Divino reconhece, porém, que os locutores não estão preparados para selecionar ou montar a notícia. “Acho que falta muito pra rádio profissionalizar, mas porque é muita responsabilidade”, esclarece ele.

Na opinião de Divino, “a rádio sem informação não tem condição”. Mas o problema não é ter uma equipe de jornalismo.

O primordial é a participação da comunidade. Tem música, debate, reclamação. O pessoal reclama muito e acho isso importante. Claro que a informação é importante. Temos que ser formador de opinião²¹¹.

A participação da comunidade ainda é pequena, reconhece Divino.

Locutor da Líder FM, João Moreno tem 37 anos e cursa o quinto semestre de Pedagogia. Aos sábados, das 8h00 às 9h00, ele produz e apresenta o programa “Líderes em debate”, quando entrevista políticos do Distrito Federal.

Depois desse programa, continua com a programação, até às 12 horas, com música e informação. João Moreno diz que a sua principal fonte de notícias é a internet. Mas a rede mundial de computadores não tem informações sobre a sua cidade, Recanto das Emas. Então, como preparar o noticiário local? Identificando os problemas da comunidade. “O que falta para a comunidade ser bem atendida no âmbito geral? Qual o problema que existe dentro da comunidade?”, indaga João²¹².

João reconhece que falta participação da comunidade - “esse tipo de ligação instantânea” entre o cidadão e a emissora criada para apoiar suas causas. O ideal

²⁰⁹ Depoimento ao autor em 31/03/2010.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Idem.

²¹² Idem.

para João Moreno é que a rádio tivesse “um carro de som” (com um link e caixas de alto-falante, como fazem as rádios comerciais), “para que a gente possa estar na rua”, entrevistando a ouvinte que ligou reclamando da “sujeira no seu lote”.

As fontes de João Moreno são os jornais do Distrito Federal, *Correio Braziliense*, principalmente, e mais: *Tribuna do Brasil*, *Jornal de Brasília*, alguns blogs, *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil*. Diz ele que quando a notícia “é curta”, é lida na íntegra; no caso de matérias mais extensas, João faz uma síntese e opina sobre o assunto.

João Moreno define jornalismo como:

Tudo aquilo que a gente passa como realidade, sem aquela inversão de valores. Porque tem várias formas de se dar a notícia. Agora compete a quem está à frente, quem trabalha (na rádio), se isso vai ser veiculado da melhor maneira possível. As coisas vêm mais mascaradas do que real²¹³.

É muito comum nas rádios comunitárias o ouvinte ligar e pedir para informar sobre assuntos pessoais (casamento, batizado, recado para a namorada,...). Na opinião de João Moreno ao abrir para o ouvinte falar a emissora está cumprindo seu papel de dar voz à comunidade.

Você dá oportunidade para aquele cara que não tem oportunidade nenhuma; é a possibilidade dele expressar aquilo que ele acha interessante para ele mesmo. Nem que não venha a ser para o outro que esteja ouvindo, mas para ele é interessante, e a oportunidade está sendo dada, coisa que não acontece hoje. Nem para as coisas sérias ou para aquilo que você quer debater não é dada a oportunidade. Pode não ser importante para todo mundo, mas para ele é. O espaço foi dado a ele, coisa que ele muitas vezes buscou e não conseguiu. E a gente concede isso²¹⁴.

Um jornalismo de mais qualidade não parece viável a Divino uma vez que todos são voluntários e faltam recursos para capacitar essa gente. Quando se trata de remunerar os que atuam na rádio comunitária e garantir a sustentabilidade da emissora, Divino tem uma visão particular, diferente dos demais entrevistados de outras rádios comunitárias:

É uma questão complexa. A rádio comunitária é da comunidade. Se você começar a pagar poderia ficar uma coisa distorcida. Porque hoje você tem 50 Reais e amanhã você não tem nem Zero Reais pra pagar a conta²¹⁵.

²¹³ Depoimento ao autor em 31/03/2010.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ Idem.

Na opinião do dirigente, todos que trabalham nas RCs devem ser voluntários. A rádio somente deveria pagar salário quando chegasse à sustentabilidade.

Acho que deve ser assim: se tem sustentabilidade tudo bem. Ou algum incentivo. Aqui tem um pessoal que é servidor público, uns que são desempregados. Acho que temos que ser solidários com esse pessoal.

Divergindo dos demais dirigentes entrevistados, Divino diz que na Líder FM não é comum a rotatividade de pessoal. Ele explica que os locutores sempre ganham “alguma coisa” com o patrocínio que trazem para os programas que fazem e isto os segura porque foram para lá “pelo coração”. Mas e se o locutor foi atraído por um emprego numa rádio comercial?...

...vem outros, né? A rádio não pode ficar em prol de uma pessoa só. Se o cara achar que deve sair... É uma rotatividade. Sai um hoje, amanhã vai ser outro²¹⁶.

João Moreno é voluntário na rádio, mas não tem apegos. Ele topa trabalhar numa emissora comercial.

Na questão da rádio, a gente tenta fazer a questão profissional à parte do voluntarismo. Caso houvesse uma oportunidade de ir para uma comercial com certeza eu iria. É uma questão até de remuneração. Mas isso é uma coisa difícil, enquanto você não é profissional dificilmente vai adentrar no ramo comercial²¹⁷.

Para João, a capacitação profissional é fundamental para quem pretende trabalhar numa emissora comercial. No entanto, trabalhar numa rádio comercial significa se ajustar à normas que praticamente não existem nas comunitárias.

Muitos não vão sair daqui porque os caras não buscam (conhecimento). A minha intenção é sempre buscar mais conhecimento e me aprimorar. E tenho interesse sim (em trabalhar numa rádio comercial). Mas a gente esbarra em uma coisa: a gente não tem a liberdade em uma comercial que a gente tem em uma comunitária. Obedecer a ordens em questão de matérias; você não pode ultrapassar aquele limite que está escrito ali, o tempo; a tua opinião já não pode ser tão jogada ao ar da maneira que você gostaria que fosse²¹⁸.

Divino também tem opinião diferente dos demais entrevistados no que se refere a possibilidade de existência de um jornalismo que seja característico das RCs. Ele diz que não existe esse jornalismo singular. “Cada rádio comunitária faz do jeito que ela acha melhor”²¹⁹.

²¹⁶ Depoimento ao autor em 31/03/2010.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem.

V.1.8 - Rádio Vida Nova – Recanto das Emas (DF)

V.1.8.1 - Origens

A Vida Nova é singular no movimento de rádios comunitárias. Não por ser evangélica – há muitas assim espalhadas pelo Brasil. O singular é que ela era comunitária até o momento em que seu diretor-presidente “se converteu” (tornou-se evangélico), entrando para a igreja Assembléia de Deus, há dois anos.

Alan Vida Nova dirigiu por mais de 10 anos, em Recanto das Emas, uma rádio comunitária que se aproximava do modelo ideal de rádio comunitária. Disk Jôquei ligado à cultura da cidade, seu nome artístico era Kico. Com a conversão ao protestantismo, adotou um novo nome artístico, Alan Vida Nova. E, com ele, a rádio também se converteu.

A antiga emissora que Alan dirigia, diz ele, estava mais perto do que se entende por rádio comunitária. Funcionava sem autorização oficial. Alan informa que entrou com o pedido há dez anos e até hoje espera a autorização, mas o processo não avança, está parado no Ministério das Comunicações. Sem a concessão, a rádio foi fechada pelo menos quatro vezes pela Anatel e Polícia Federal. Ele diz que cansou de esperar a autorização e passar dificuldades, por isso, depois de se converter ao evangelismo criou essa rádio “comunitária-evangélica²²⁰”.

A Rádio Vida Nova não tem um movimento popular em torno dela. A rádio nasceu de uma ação pessoal de Alan, após sua conversão ao protestantismo. Hoje ela é uma rádio da comunidade evangélica, ligada à Assembléia de Deus.

Alan Vida Nova lamenta ter abandonado o antigo projeto:

Quando eu sonhava com rádio comunitária, eu pensava que quando se legalizasse uma rádio comunitária essa rádio iria trabalhar pra cidade, iria ter um programa voltado para sua comunidade; e, por ela ser legalizada, o Governo ia ajudar. Ou seja, ela seria um trabalhador para o Governo. A rádio comunitária ia ser uma perna, um braço do Governo. E iria ser remunerado sim para aquele trabalho ser voltado só para a comunidade. Acaba que, por não ter ajuda nenhuma, a rádio comunitária acaba fugindo do padrão de comunitária. Sai do padrão porque tem que ter sustento. Aí acaba tocando o que alguém da comunidade quer mais, o que vai agradar mais e foge do padrão comunitário. Se a gente tivesse nossa ajuda comunitária, nós não iríamos precisar trabalhar como uma rádio

²²⁰ Depoimento ao autor em 31/03/2010.

convencional. A gente iria trabalhar como uma verdadeiramente comunitária²²¹.

V.1.8.2 – Instalações

A Rádio Vida Nova é uma emissora evangélica, embora se apresente como comunitária. Subordinada à Associação de Rádio Comunitária Vida Nova, opera na cidade de Recanto das Emas, a 30 Km do centro de Brasília.

A emissora está instalada no segundo andar de um prédio de dois andares, ocupando três salas.

V.1.8.3 - Jornalismo

Segundo Alan Vida Nova, sua rádio não tem jornalismo.

Já teve por muito tempo, mas no momento não tem justamente porque não está legalizada. Fica até difícil. Se a gente combate ou fala de uma notícia da nossa cidade que desagrada A ou B, fica arriscado para nós²²².

Na rádio existe noticiário, mas tudo que se noticia – incluindo o que se entende como “prestação de serviços” - é direcionado exclusivamente à comunidade evangélica.

A prestação de serviço tem um espaço de utilidade pública onde, por ser um público mais evangélico, ficou mais usado do que quando era uma rádio normal. Porque hoje as pessoas ligam pedindo uma cadeira de rodas, pedindo cesta básica; ligam pedindo alguma coisa. E fica muito mais fácil de a gente ajudar. Com o público que a gente atende hoje é mais fácil de ajudar²²³.

Que público é esse?

É o público evangélico. Então esse trabalho de captar alguma coisa fica mais fácil do que o público normal. É um trabalho que nós temos que fazer para as pessoas; o pessoal da igreja tem que fazer²²⁴.

O presidente da rádio tem uma vivência de mais de dez anos com rádio comunitária. E, embora tenha criado essa emissora “comunitária” evangélica (“para sobreviver”), sabe que há muitas diferenças entre o que ele faz hoje e o que se propunha antes.

O que Alan entende por notícia?

²²¹ Depoimento ao autor em 31/03/2010.

²²² Idem.

²²³ Idem.

²²⁴ Idem.

O que poucas rádios hoje fazem. Deveria ser o que acontece na comunidade: debates, acontecimentos locais e da redondeza da onde aquela rádio está implantada. O que deveria ser implantado em todas e não só nas comunitárias. Em todas as rádios deveria ter um espaço para sua comunidade. Quando eu pensei em rádio comunitária era isso. Era a notícia da nossa comunidade, mas feita pela nossa comunidade²²⁵.

Integrante da Assembléia de Deus, Alan diz que a rádio abre espaço para “todas as congregações”, contanto que sejam evangélicas. Umbanda e candomblé, por exemplo, não entram. Essa postura conflita com a legislação de rádios comunitárias que veta o proselitismo (art. 4º, § 1º). Alan sabe disso:

Esse conflito é criado. Para a rádio comunitária ele é criado. Só que no momento eu sou verdadeiro em te falar que eu não estou trabalhando com o padrão rádio comunitária por não ter conseguido ainda minha liberação. Agora, quando a rádio é legalizada ela tem que se enquadrar e abrir para todas as classes, todas as etnias e todos os tipos de programa. Se é comunitária, tem que ser aberta para todos os estilos, todo tipo de programa e para a comunidade²²⁶.

Segundo Alan, a rádio comunitária deveria ter,

um jornalismo que priorizasse a situação da comunidade. Educação, cultura, teatro é um exemplo. Dança, música... Hoje a gente quase não vê falando nisso nos jornais. O interesse deles é política; é só a política deles. Se é algo de governo, é só algo deles. Não se vê mais falando da dança. Algum artigo ou outro no jornal. Acho que tinha que ser um jornal priorizando aquilo, o que a comunidade faz. O que está acontecendo para educar, o que está acontecendo de social, o que está acontecendo em cada estado, em cada lugar. Iria ser um trabalho comunitário²²⁷.

Alan se deparou com um problema comum nas rádios comunitárias: como a remuneração é pouca, os trabalhadores, tratados como “voluntários”, tão logo se capacitam na função vão atuar nas rádios comerciais²²⁸. Isto é, as rádios comunitárias estão formando trabalhadores para as emissoras comerciais. Alan estima que a rotatividade da sua equipe é elevada, em torno de 80%.

Porque as pessoas viam que eles eram bons, mas aqui eles não tinham como ganhar. Nós não temos como pagar um profissional de rádio. Eles se adaptam melhor ou fazem cursos e, quando vêem um espaço, vão embora²²⁹.

²²⁵ Depoimento ao autor em 31/03/2010.

²²⁶ Idem.

²²⁷ Depoimento ao autor em 31/03/2010.

²²⁸ De um modo geral saem para trabalhar nas rádios comerciais ou para atuar aonde se requeiram conhecimentos de locução ou operação de instrumentos de som.

²²⁹ Depoimento ao autor em 31/03/2010.

V.2 – OUTRAS VOZES

Uma vez que esta pesquisa é sobre práticas e conceitos, questões que não estão claras para muitos, fomos ouvir também outras pessoas que atuam na área, as “autoridades” no tema. Entrevistamos especialistas do campo teórico-acadêmico, gente que faz rádio comunitária cotidianamente (“na prática”, como diz o senso comum), e aqueles que mesclam a “teoria” (visões conceituais não necessariamente acadêmicas) com a prática. O critério principal para essas entrevistas adicionais era o entrevistado ter uma sólida atuação no campo das rádios comunitárias.

Eis o que obtivemos:

V.2.1 - Denise Viola

Denise lida com o tema há mais quase 20 anos. Ela atua na Rádio MEC, emissora da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), e integra a Rede de Mulheres do Rádio. Foi ouvida pelo autor em 13/04/2010.

“Parto do princípio que existe um jornalismo que deve ser incentivado e estimulado, que é o jornalismo cidadão. Um jornalismo que tem o foco na notícia a partir do interesse do cidadão²³⁰”. Para ela o radiojornalismo de “uma rádio comunitária não pode esquecer de jeito nenhum o local - o bairro, a vila.

Denise diz que a questão local é o ponto de partida do radiojornalismo comunitário.

Porque você pode – e deve inclusive – informar o que acontece no mundo. Mas a partir da vivência daquele local. É estabelecer sempre a ponte do local com o global, mais até do que os grandes meios de comunicação que falam para um universo muito maior do que aquela comunidade²³¹.

A relação estabelecida entre o cidadão e a rádio é fundamental.

O compromisso de uma rádio comunitária, assim como o compromisso de uma rádio cidadã, é com quem está do outro lado do radinho, é com o ouvinte, é com o público daquela rádio.

Esta relação se construiria a partir de uma definição do que é notícia, o que é a noticiabilidade dos fatos. Segundo Denise:

²³⁰ Depoimento ao autor em 13/04/2010.

²³¹ Idem.

Quem decide o que é notícia é o ouvinte da rádio. Porque se você está falando de uma rádio comunitária que está no coração de São Paulo a notícia vai ser uma. Se você está falando de uma rádio comunitária que está em Tabatinga, no Amazonas, fronteira do Brasil com Peru e Colômbia, a notícia vai ser outra. E você vai organizar a fila de prioridades (pauta) a partir da prioridade da sua comunidade, a partir do impacto nessa comunidade, e também a partir da possibilidade de transformação²³².

A função desse jornalismo é também buscar soluções para os problemas das comunidades:

Não é o radialista comunitário que tem que fazer as perguntas e as respostas. Ele também tem um papel muito importante de interlocutor com o poder público, de interlocutor com as autoridades e com os especialistas no assunto. Ele é a ponte para a comunidade. Então se eu estou falando em uma rádio comunitária no Rio de Janeiro, tenho que falar das vítimas do deslizamento, vou falar dos carros que ficaram perdidos e um monte de coisas do cotidiano do Rio. Se estou no sertão da Bahia, olho isso com um olhar um pouco mais distanciado e posso sim fazer disso uma notícia que faça parte do cotidiano das pessoas que vivem naquele sertão da Bahia e que dependem da água para sobreviver²³³.

V.2.2 – Altamiro do Nascimento Costa (Mirim)

Mirim é Diretor de comunicação da Rádio Novos Rumos FM, emissora comunitária que opera no município de Queimados, baixada fluminense, a 50 Km da capital do estado.

A Novos Rumos iniciou suas operações em 1991. Em abril de 2010 a rádio completou 19 anos no ar. A autorização de funcionamento somente foi obtida em 2007. De acordo com Mirim, por três vezes a rádio foi fechada e teve os seus equipamentos apreendidos. Ele nos deu um depoimento em 13 de abril de 2010.

A emissora, uma das pioneiras no Brasil, é conhecida por ter um perfil noticioso. Mirim confirma:

A gente tem uma logística de programação que, de 7h da manhã às 15h, o que prevalece é a notícia local, é informação para a população; programa de cunho jornalístico, informativo. Música também, só que não é o carro-chefe nesse horário. Na parte da tarde, de 15h às 18h, a gente tem uns programas mais musicais. E de 18h até a meia-noite, são programas variados²³⁴.

Mirim relata que são os programadores que preparam seus noticiários, colhendo os dados na internet, mas eles também se “se baseiam muito na

²³² Depoimento ao autor em 13/04/2010.

²³³ Idem.

²³⁴ Idem.

informação local. A gente vai a campo, vai aos bairros, procurar ver o que está acontecendo na cidade²³⁵”.

Na Novos Rumos...

o carro chefe é a notícia local. A gente coloca notícias de todo o Estado do Rio de Janeiro também. Mas a nossa preocupação maior é a notícia da cidade de Queimados, onde estamos situados, e o entorno da Baixada Fluminense. Claro que casos como o que aconteceu recentemente no Rio de Janeiro, como a enchente, teve total cobertura da gente²³⁶.

Quanto às fontes para o noticiário local:

A gente se baseia mais no telefonema do ouvinte. O ouvinte nos liga e faz uma denúncia. Por exemplo: o posto de saúde não está atendendo perfeitamente. Aí vamos lá pesquisar, vamos até o secretário da saúde perguntar. Através da denúncia dos ouvintes, ou até mesmo dos elogios, a gente sai de dentro da rádio e vamos procurar a notícia na rua²³⁷.

A rádio abre o espaço para a comunidade. Isso determina o que é valor-notícia.

A gente não tem muito essa didática do jornalismo, de diferenciar uma coisa e outra. Qualquer evento que tenha na cidade, de chuva a uma festa, vira notícia na Rádio Novos Rumos FM. A gente fica feliz quando a notícia que vem de reclamação da população é atendida pelo poder público através da rádio. Hoje várias coisas são feitas no município porque a população usa a rádio como ouvidoria pública. Ela denuncia na rádio para que a Prefeitura ou o poder local possa atendê-la²³⁸.

Para Mirim, os informes levados para rádio pela comunidade é jornalismo. Jornalismo “engloba tudo”.

Jornalistas, por formação, nós não temos nenhum. Tem até uma equipe que está estagiando na rádio com a gente, mas a gente não sabe conceituar o que é o jornalismo. A gente costuma dizer que são notícias comunitárias. É o povo que traz a notícia pra gente e a gente vai a campo. Hoje, com uma estrutura melhor, através da Amarc, da Agência Pulsar, a gente pegou uma estrutura melhor de notícia. Aprendemos a fazer a chamada, dividindo a notícia de acordo com que ela cabe ali. Mas ainda sem com toda a didática jornalística²³⁹.

Existiria um jornalismo específico das RCs?

Creio que sim, porque o que a gente vê nos grandes veículos de comunicação comercial são notícias tendenciosas, notícias que, como um grande grupo da máfia, na maioria das vezes a classe alta, quer que você veja aquela notícia. Diferente do Seu José, do Seu Sebastião, da Dona Severina, que traz pra você aquela notícia e ela entende a notícia na nossa

²³⁵ Depoimento ao autor em 13/04/2010.

²³⁶ Idem.

²³⁷ Idem.

²³⁸ Idem.

²³⁹ idem

linguagem. Sabe falar a língua do nosso ouvinte. Diferente daqueles termos técnicos que os grandes veículos usam às vezes com a intenção de manipular a população como um todo. E a rádio comunitária não. Ela fala exatamente o que está acontecendo, da maneira que nosso ouvinte possa entender²⁴⁰.

V.2.3 - Jerry de Oliveira

Gravamos a entrevista, feita por telefone, com Jerry de Oliveira, em 02/06/2010.

Segundo Jerry, não existe um jornalismo que seja característico das rádios comunitárias. “O que existem são propostas buscando uma linguagem. E como o Brasil tem uma grande diversidade de linguagens essa é uma coisa que as RCs querem preservar²⁴¹”.

Para Jerry a rádio comunitária foge do jornalismo tradicional, “que molda a informação e não se aprofunda”.

Para nós não é somente a informação. A gente trabalha a proposta de Paulo Freire: ver, pensar e agir. Para nós a informação tem o sentido de formação política. A RC está focada para que a população possa interagir em cima da informação. Se a informação for de interesse ela se engaja²⁴².

Ele sugere sete características de um jornalismo de RC:

1) Linguagem informal. A linguagem formal do jornalismo tradicional não funciona. “Ao invés de dizer ‘a passagem de ônibus está mais cara’, dizemos ‘busão subiu’. Experimentamos vários formatos de apresentação. O que mais deu certo foi uma linguagem mais alegre²⁴³”.

2) Regionalismo. O sotaque é fundamental.

3) Estar na realidade local. Os que fazem a rádio têm que conhecer a comunidade; visitar os lugares.

Um jornalismo que não convive com a realidade local não é jornalismo. E quando você conhece não diz como no jornalismo tradicional: ‘morreram 15 pessoas num acidente’. Você fala: ‘15 vidas se perderam’. Na rádio comunitária o sentimento aflora. A RC tem lado.

²⁴⁰ Depoimento ao autor em 13/04/2010.

²⁴¹ Entrevista por telefone em 02/06/2010.

²⁴² Entrevista por telefone em 02/06/2010

²⁴³ Idem.

4) Pessoalidade – Para Jerry, “pessoalidade” é quando o locutor se dirige ao ouvinte, conversa com ele; “porque ele conhece a pessoa”. Ele fala: “Dona Maria isso é importante para senhora. E todas as Marias vão saber que é importante”.

5) O tempo do jornalismo é o da notícia e não o da rádio. A matéria pode se estender, conforme sua importância para comunidade. Ela não precisa se submeter à grade da programação. Bons assuntos merecem mais tempo.

O tempo não é primordial; é o assunto quem determina o tempo da matéria. Mais importante é esclarecer todas as dúvidas. O jornalismo tradicional tem regras que não servem para as RCs. Para nós, se for necessário a gente se aprofunda sem observar o tempo. Não temos determinadas cadeias. Na emissora comercial o repórter pode ouvir coisas como: “o comerciante não vai gostar que você aborde esse assunto”. Na comunitária não tem disso²⁴⁴.

6) O lead não funciona. As indagações básicas do jornalismo (o quê, quem, onde, quando, como e por quê) não funcionam em RC porque, segundo Jerry, elas não aprofundam; pelo contrário, “amarram” a matéria.

7) Espontaneidade. “Diferente em RC é a alegria. As vezes o cara entra no ar e não tem pauta. Essa espontaneidade do comunicador popular é uma característica da RC²⁴⁵”.

V.2.4 - Cicilia Peruzzo

A professora Cicilia Peruzzo respondeu às nossas questões por email, em 19/05/2010.

Para Cicilia Peruzzo existe sim um jornalismo que é característico das rádios comunitárias. Mas ele ainda não está presente na maioria das emissoras comunitárias.

Em sua opinião, as características essenciais desse jornalismo são:

1) Parte do local. Isto é,

interessa mais (não só) a notícia de proximidade, tanto a geográfica como provindas de outras identidades comunitárias. Enquanto o critério número um da grande imprensa é abordar temas que interessam a um grande número de pessoas, o jornalismo comunitário privilegia assuntos que dizem

²⁴⁴ Entrevista por telefone em 02/06/2010.

²⁴⁵ Entrevista por telefone em 02/06/2010

respeito diretamente às pessoas que vivem em uma dada localidade ou que compartilham de outras afinidades e modos de vida²⁴⁶.

Esse “jornalismo de proximidade”, porém, não ocorre em todas as RCs.

Seja por falta de equipe para apurar os fatos ocorridos no entorno da emissora, pela carência de formação que possibilite que o radialista comunitário saiba identificar fatos locais com valor de notícia ou porque a emissora ainda está na fase de imitar as rádios comerciais²⁴⁷.

2) As principais fontes são pessoas comuns. “São as lideranças populares e cidadãos comuns que vivem as situações tratadas pelo jornalismo comunitário”.

3) Linguagem coloquial. “A padronização no formato lead, em geral, não chega a ser respeitada nos meios de comunicação populares”.

4) As abordagens são mais características do formato debate, entrevistas simples e notas do que reportagens.

5) Preponderantemente ao vivo.

6) Caráter denunciativo. O poder público é denunciado quando comete atos irregulares ou presta serviços inadequados: mau atendimento nos serviços de saúde, escolas, ruas e estradas, redes de esgoto, no fornecimento de água, segurança, promessas não cumpridas, etc.

7) Jornalismo como serviço social.

Ênfase a esclarecimentos sobre campanhas, orientações sobre procedimentos, seja para inscrição para participação em uma determinada atividade a ser oferecida na comunidade ou sobre horários, itinerários de transporte coletivo no bairro em caso de mudanças e assim por diante²⁴⁸.

V.2.5 – José Ignacio López Vigil

O cubano José López Vigil é autor de livros e cartilhas sobre as rádios comunitárias. Dirigente da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc) e da Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER), López Vigil é referência mundial no tema. Atendeu-nos, por email, em novembro de 2009 e janeiro de 2010.

²⁴⁶ Depoimento ao autor em 19/05/2010.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Depoimento ao autor em 19/05/2010

Para López Vigil (1997, p. 126), o roteiro de produção radiofônica pode ser estabelecido a partir do processo simplificado: emissor-mensagem-receptor. Ele classifica os gêneros radiofônicos segundo três perspectivas: o modo de produção das mensagens, a intencionalidade do emissor e a segmentação dos destinatários.

1. Modos de produção: Dramático, Jornalístico, Musical.

2. Intenção do emissor: Informativo, Educativo, De entretenimento, Participativo, Cultural, Religioso, Mobilização social, Publicitário.

3. Segmentação dos destinatários (público ouvinte): Infantil, Juvenil, Feminino, De terceira idade, Camponês, Urbano, Sindical.

No caso, interessa-nos o gênero jornalístico (*periodístico*, no original). Para López Vigil (1997, p. 133), esse gênero se divide em quatro subgêneros, que adotam os seguintes formatos:

Informativo – são notas, crônicas, boletins, entrevistas, reportagens,...

Opinativo – comentários, editoriais, mesas redondas, entrevistas, ...

Interpretativo – reportagens.

Investigativo.

Segundo José López Vigil o jornalismo na rádio comunitária tem uma tripla finalidade social:

1) Informar para formar

Diz ele que “a maior parte das nossas opiniões não estão comprovadas nem fundamentadas por nós. Nos disseram. Nos repetiram na família, na escola, na igreja, entre os amigos” (LÓPEZ VIGIL, 1997, p. 225, tradução nossa). É preciso que as pessoas tenham opinião e saibam expressá-la.

2) Informar para inconformar

Para sacudir as comunidades daqueles a quem lhes sobra e para remover a passividade daqueles a quem lhes falta. As notícias, bem trabalhadas, ainda que sem opinião explícita, sensibilizam sobre esses graves problemas e

movem vontades para resolvê-los. (LÓPEZ VIGIL, 1997, p. 227, tradução nossa).

3) Informar para transformar

Mais que criar consciências, a RC deve criar consensos. A emissora pode aglutinar a opinião pública em torno de idéias democráticas. Pode mobilizar a população para causas nobres. Pode influir em decisões coletivas. A rádio deve buscar articular-se com movimentos sociais e organizações cidadãs. Trata-se de vincular a comunicação com o desenvolvimento. (LÓPEZ VIGIL, 1997).

Para ele a notícia responde a duas necessidades básicas do ser humano: saber o que está acontecendo (curiosidade) e comunicar o acontecido aos demais (socialização). A notícia, para José López Vigil, é composta de três elementos fundamentais:

Os fatos - Eles ocorreram ou irão ocorrer.

A atualidade – Nem todo fato se converte em notícia. Para se converter na palavra que relata, o fato precisa ser atual. E, por ser atualidade, a notícia é um artigo perecível.

O interesse coletivo – Diz respeito, primeiramente, a quantidade de pessoas afetadas por um fato.

Para José López Vigil a rádio comunitária deve fazer uso da **ética informativa**. Esta, por sua vez, tem como base o Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Art. 19

Qualquer um tem direito a liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui liberdade de sustentar opiniões sem interferência e procurar, receber e compartilhar informações e idéias por qualquer meio e independente de fronteiras.

Por liberdade de expressão se entende que ela é:

Universal - Diz respeito a toda cidadania e não somente aos jornalistas.

De mão dupla - Implica tanto o direito de estar informado como o de informar. Garante o acesso equitativo de todos os setores a todas as frequências do espectro.

Responsável - Minha liberdade não pode servir de pretexto para violentar a liberdade de outras pessoas. (LÓPEZ VIGIL, 2008, p. 283, tradução nossa).

A “liberdade responsável”, proposta por López Vigil, pressupõe “quatro pilares que sustentam a **ética informativa**”, como prática do radiojornalismo comunitário: **1) Objetividade; 2) Pluralismo informativo; 3) Independência; 4) Respeito.**

1. Objetividade:

- Ser fiel aos fatos
- Verificar a fonte (os fatos devem ser comprovados antes de serem difundidos).
- Recorre a outra versão
- Dar uma informação completa (as notícias importantes têm seguimento).
- Selecionar fatos positivos
- Separar fatos de comentários
- Direito à réplica
- Dever de retificação

2. Pluralismo informativo

- Democratizar a palavra (o direito à diferença implica no dever da tolerância).
- Variedade de fontes (as entrevistas não privilegiarão autoridades ou intelectuais).
- Visão ampla do mundo (a informação refletirá a diversidade cultural dos povos).
- Nenhuma discriminação
- Nenhuma censura
- Nem auto-censura (tanto o público quanto os jornalistas poderão expressar seus pontos de vista, ainda quando estes sejam divergentes com a linha editorial da emissora).

3. Independência

- Transparência
- Não se calar
- Não se deixar comprar
- Nem se vender
- Ter agenda própria
- Compromisso com a cidadania

4. Respeito

- A si mesmo
- Ao público
- Às fontes informativas
- A quem entrevistamos
- Às instituições e marcos legais
- A quem pensa diferente
- À vida privada
- Aos outros colegas
- Aos outros meios de comunicação. (LÓPEZ VIGIL, 2008, p. 284, tradução nossa).

CAPÍTULO VI – LIMITES AO RADIOJORNALISMO COMUNITÁRIO

VI.1 – Limites

O jornalismo manifestado nas rádios comunitárias está submetido a fronteiras internas e externas; diz respeito à condição humana e à técnica, questões econômicas e legais, sociais e políticas.

A compreensão dos conceitos e práticas do radiojornalismo nas rádios comunitárias só é possível quando se leva em conta as limitações existentes. Estas limitações, barreiras, fronteiras ou constrangimentos, moldam o jornalismo nas RCs. Elas determinam o fazer radiojornalismo.

Antes de apresentarmos os conceitos e práticas do radiojornalismo nas rádios comunitárias, motivo da nossa pesquisa, consideramos importante apresentarmos alguns aspectos limitadores (ou constrangedores) presentes no contexto das rádios comunitárias, e mostrar como eles podem interferir no radiojornalismo.

VI.1.1 – Limitações legais

A legislação que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária (Lei 9.612/98 e Decreto 2.615/98) contém várias restrições. Já fizemos uma análise dessas restrições e seus efeitos sobre a RC, em termos globais, no Capítulo II.6.5. Agora vamos averiguar como tais restrições interferem especificamente na rotina jornalística e no resultado final: a notícia, sua veiculação, a participação da comunidade, os efeitos da notícia sobre a comunidade²⁴⁹.

A questão é: quais as conseqüências dessa legislação restritiva para o radiojornalismo? Analisamos aqui cada restrição e seus efeitos:

1) Potência máxima de 25 watts e alcance de 1 Km.

O noticiário da emissora não conterà informes sobre determinado bairro (comunidade) se o sinal da emissora não chegar até lá. A princípio não interessa para a RC veicular informes sobre determinado bairro se a transmissão não alcançar

²⁴⁹ Em RC, como se viu, o papel da emissora muitas vezes não se esgota em denunciar um problema, mas em chegar à sua solução, com a participação da comunidade. Daí quando se trata de “efeitos da notícia sobre a comunidade”, está-se se tratando de um fenômeno comum nas rádios comunitárias.

seus moradores. A rotina de produção deve fazer um recorte vetando notícias dessas áreas além-fronteiras.

A restrição de alcance da rádio a um círculo de 1 Km pode desanimar a equipe de produção de jornalismo. Pode não ser interessante produzir um jornalismo que só atinja uma pequena porção da comunidade.

As emissoras pesquisadas que apresentaram um radiojornalismo mais presente (Valente FM, Santa Luz FM e Heliópolis) não pareceram preocupadas com o alcance. Eles superaram essa limitação legal simplesmente não obedecendo, transmitindo além do raio de 1 Km²⁵⁰.

2) Repressão com base em dispositivo criado pela ditadura militar²⁵¹.

Os que atuam no jornalismo da rádio irão trabalhar sob um clima de tensão que pode resultar num informativo tenso, medroso, colérico, raivoso, corajoso; enfim, um jornalismo que refletirá a condição psicológica de quem age diante da possibilidade de ser enquadrado em lei criada pela ditadura militar, mas ainda em vigor no país. O medo é maior ainda quando se sabe que a repressão às rádios comunitárias costuma ocorrer com a invasão de estúdios e residências por agentes da Anatel e agentes da PF, armados de rifles e metralhadoras, e com práticas de abuso de autoridade.

3) Designa um só canal de frequências.

Com apenas um canal frequência para todo município, os sinais de emissoras distintas se confundirão, restando-lhes a opção de reduzir a potência para evitar o conflito, ou aumentá-la para superar a outra rádio. Ao invés de estimular a cooperação e a solidariedade entre emissoras/comunidades vizinhas, a legislação fomenta a disputa. O jornalismo de uma rádio pode refletir isso, criando animosidades contra a outra emissora/comunidade, ou simplesmente descartando

²⁵⁰ O autor conheceu rádios comunitárias em todo país, e não encontrou nenhuma (autorizada ou não) que obedecesse ao limite legal de alcance.

²⁵¹ Decreto 236/67. Criado na ditadura militar, estabelece punição para quem opera emissora sem autorização.

do noticiário os informes direcionados para a comunidade instalada “fora das suas fronteiras²⁵²”.

Produzir jornalismo nessas condições pode ser frustrante para a equipe responsável pelo trabalho.

4) Sinal fora do dial

Se a rádio não é captada ela se torna invisível - é um fantasma no ar. Ao não ser captada se torna uma rádio inútil. Nessas condições, os dirigentes da emissora ou a equipe de jornalismo, podem não achar conveniente investir recursos no jornalismo. Fazer jornalismo para quem e para quem se a comunidade não tem como ouvir a rádio?

Nesta situação se encontra a rádio comunitária de Heliópolis, que hoje opera na faixa de 87,5 MHz. A emissora tem dificuldades em ser captada pela comunidade. A saída encontrada pela RC de Heliópolis foi também transmitir pela internet.²⁵³

A transmissão pela internet é uma alternativa estratégica de sobrevivência utilizada por quase todas as rádios pesquisadas (a única exceção é a Rádio Guabiraba). Transmitir pela internet tem duas vantagens imediatas: a rádio sai do gueto que a torna invisível; fica garantida a possibilidade de audiência.

A internet, porém, não é a melhor solução. Considere-se que o acesso à internet ainda é um item raro para o brasileiro, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. E não resolve a questão do jornalismo. Pode até confundir. Como jornalismo pode abordar a comunidade local se o público da rádio não é somente a comunidade local, mas também esta sociedade sem pátria, sem lugar, sem compromissos que é a internet? Para a equipe, diante da distância estabelecida entre a RC e o indivíduo, talvez não seja interessante fazer jornalismo. Ela pode achar que não vale a pena noticiar sobre a comunidade se o público pode ser vago, distante, virtual.

²⁵² Reconhecemos que esta é uma expressão vaga. Não há, tecnicamente, topologicamente, como visualizar este muro eletromagnético erguido pelo Estado.

²⁵³ A Rádio Heliópolis já mudou de frequência quatro vezes: em agosto de 1997, ela abandonou as “cornetas” e foi para a transmissão radiofônica, usando a frequência de 102,3 MHz; em 1999, para eliminar interferências sobre as emissoras comerciais, mudou para 98,3 MHz; em 2002, mais uma vez para evitar interferências sobre as comerciais, troca para 97,9 MHz; no dia 15 de junho de 2009, a Anatel obriga a RC ao operar com uma nova frequência, 87,5 MHz.

Existe a possibilidade da indústria de eletrônicos oferecer aparelhos de rádio adequados à recepção dos sinais de rádios comunitárias, o que as tiraria da invisibilidade forçada. Não cremos, porém que isto vá ocorrer. Não parece sensato esperar que as empresas do setor modifiquem as plantas industriais para produção de aparelhos com novos canais de recepção, se para ouvir rádio hoje existe uma série de alternativas.

5) Exige que os dirigentes da emissora residam dentro do círculo determinado pelo raio de alcance, 1 Km.

O jornalismo da RC fica condicionado as pessoas que moram dentro desse círculo, que podem ou não dar importância à atividade. É uma limitação de diversidade de pensamento humano. Além do mais, se o dirigente não valoriza o jornalismo ele pode ser descartado da rádio ou acontecer de forma precária.

6) Veda a formação de redes.

A troca de informações é comum entre rádios comunitárias instaladas na mesma região. As duas RCs da região sisaleira ouvidas pelo autor já formaram essa rede no passado e pretendem retomá-la em breve. Em Campinas (SP) uma rede de RC foi formada e, segundo Jerry de Oliveira, está tendo sucesso ao promover a integração da região.

As redes são formadas principalmente para difusão de jornalismo. Em alguns casos elas **fazem surgir o jornalismo** na RC. Conforme Cléber Silva, da Rádio Valente, foi o que ocorreu na sua região.

Portanto, havendo o veto à formação de redes, é eliminada uma fonte de estímulo ao jornalismo nas rádios comunitárias.

7) Veda a publicidade, permite apenas o “apoio cultural”

A falta de recursos da rádio atinge diretamente o jornalismo. Sem dinheiro a rádio não tem como remunerar jornalistas e, regra geral, os mais capacitados nas outras áreas. O caso da Rádio Santa Luz FM (Santa Luz, BA) é emblemático. Poucos meses depois de entrevistado pelo autor, quando afirmou ter recusado diversos convites para trabalhar em emissoras comerciais, o locutor Sandro Costa

foi seduzido por uma proposta irrecusável de rádio comercial do Piauí e abandonou a comunitária de Santa Luz. João Moreno, da Líder FM (Recanto das Emas, DF), deixou claro que uma RC dá mais liberdade que uma comercial, mas se aparecer uma boa oferta numa emissora comercial ele sai da Líder FM.

A Rádio de Heliópolis (SP) tem problema similar. Cláudia Costa, responsável pelo jornalismo nessa rádio (a única jornalista formada em atividade nas rádios comunitárias pesquisadas), trabalha como voluntária e recebe um valor simbólico como pagamento pelo seu trabalho. É muito provável que em algum momento ela tenha que optar entre um salário justo em outro lugar e a militância na rádio comunitária.

Sem ter como remunerar os profissionais a tendência do jornalismo da RC é se manter precário, com voluntários que oportunamente deixarão a emissora. Isto é, ocorre uma limitação de recursos humanos em quantidade e qualidade.

Na falta dos recursos da publicidade as emissoras buscam projetos sociais. Em alguns casos, observamos, o jornalismo comunitário é favorecido. É quando o radiojornalismo se torna o ponto central do projeto, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade. O projeto social pode incluir cursos para comunidade (informática, pré-vestibular, gestantes, etc.) ou uma ação continuada de combate à violência contra a criança e o adolescente. O jornalismo comunitário, devidamente atrelado aos projetos sociais e à comunidade, pode reforçar os informes de serviço (oferta de emprego, cursos, ajuda aos mais carentes, debates,...). Isto se deu com a Valente FM e com a Rádio Heliópolis. Portanto, a restrição legal, nesse caso fortaleceu o jornalismo comunitário. Mas por uma questão de sobrevivência da RC; na falta de opções, e não pelo exercício da liberdade.

8) Não protege a emissora da interferência de outros serviços de radiodifusão.

A equipe de jornalismo pode se sentir constrangida em trabalhar para um veículo de comunicação que, ao contrário dos outros, não é protegido pelo Estado. Perceber que o Estado dá tratamento especial, diferenciado e valorizado, para as

emissoras comerciais, pode acentuar esse constrangimento. E ele pode gerar falta de interesse na equipe e, daí, má qualidade no jornalismo.

A equipe pode considerar que não vale a pena produzir radiojornalismo comunitário se a emissora comercial (por acaso concorrente na região) tem o direito, assegurado em lei, de sobrepor seu sinal, abafando a rádio comunitária.

Os dirigentes das RCs pesquisadas deixaram claro que essa discriminação exposta na lei reduz a auto-estima de quem lida com RC.

9) De um modo geral a legislação gera medo e insegurança.

Ter que funcionar fora da faixa do dial, não ter a proteção do Estado quanto à interferência de outros sistemas de radiodifusão, submeter-se a repressão estatal baseada em “lei” criada no regime de exceção, não poder captar recursos para sobreviver, são elementos formadores de um cenário político que ratifica a situação de marginalidade imposta às rádios comunitárias.

Com as limitações impostas pela legislação, fazer RC é tentar trabalhar num gueto, um gueto imposto. Foi uma solução sócio-política encontrada pelo Estado para as rádios comunitárias. E o gueto, como vimos em Bauman (2003), dissolve as relações comunitárias. Nas condições de gueto, quem faz RC tem medo das autoridades, da Anatel, Polícia Federal, Ministério das Comunicações, da grande imprensa,...

Resulta que, nessas condições, o jornalismo, pode se manifestar como baixa auto-estima. Ele pode até alimentar o sentimento de exclusão e de insegurança da comunidade diante dos poderes estabelecidos (ou marginais). Fragilizada por essas limitações a RC pode se submeter aos poderes locais e fazer um jornalismo chapa-branca - um jornalismo que intencionalmente confunda noticiário de interesse da comunidade com propaganda do poder. O poder local pode seduzir a rádio com a oferta de vantagens e benefícios, que podem ser individuais (ao locutor, apresentador de programas) ou coletivos. A oferta pode ser lícita ou ilícita, em forma de recursos financeiros, emprego, propina, viagens, prestígio, etc.

Ao poder local interessa uma emissora aliada (submissa) e, em especial, um noticiário que não seja crítico de suas ações ou omissões. Portanto, conseguir cooptar a rádio e a equipe de jornalismo é uma grande vantagem para esse poder.

Quando isto ocorre temos uma situação trágica para as RCs. Na prática significa calar a voz dos rebeldes, dos críticos, daqueles que têm opinião divergente do poder. Além disso, quando o poder local domina a RC, ele está impedindo a fala da comunidade, retirando o direito de voz da comunidade, e, ao mesmo tempo, difundindo a “realidade” que é de seu interesse e não o da comunidade. O jornalismo pode propagar mentiras com respeito às ações do poder, manipular ou ocultar dados.

Em nenhuma das oito emissoras pesquisadas encontramos indícios de que tenham sido cooptadas pela Prefeitura ou outro poder instituído. No caso da Valente FM (BA), por exemplo, como foi visto, o responsável pelo jornalismo – Cléber Silva – deixou claro que há uma diferença entre o noticiário da rádio e a propaganda da Prefeitura. Encontramos essa mesma postura na Santa Luz FM (BA), Heliópolis (SP), Sol (PE), Utopia e Líder (DF). A Rádio Guabiraba (PE) foi a única que pareceu confundir o que é jornalismo com propaganda do mercado.

Considere-se, finalmente, que as tentativas do poder local de cooptar a RC e o seu jornalismo contam com um forte aliado, que é o fato dela ser operada por voluntários; na maioria são jovens em busca de uma carreira profissional.

V.1.2 – Limitações técnicas

A questão técnica pode ser um empecilho ao jornalismo da rádio comunitária. Se ela não tem um equipamento simples como a chave híbrida, que permite a entrada ao vivo do ouvinte pelo telefone, o jornalismo da emissora perde a possibilidade de participação da comunidade.

Se a rádio não tem computador e provedor de acesso à internet, ela não tem acesso às principais fontes de informação de caráter regional, nacional e internacional. Em muitos casos (e isso ocorre também nas emissoras comerciais) a internet substitui o repórter e o redator – algumas agências (caso da Radio Web) fornecem a matéria pronta para ir ao ar.

V.1.3 – Recursos financeiros

A principal fonte de recursos das rádios comunitárias é a propaganda. Mas, com os limites impostos pela legislação, a captação de recursos é pequena. Mesmo assim, ainda que precariamente, garante a manutenção da rádio. Em alguns casos, como na Valente FM e na Santa Luz FM, ainda “sobram” recursos para remunerar a equipe de jornalismo.

Regra geral, os valores arrecadados com propaganda são precários, insuficientes para remunerar melhor o jornalista ou o profissional mais qualificado para função. E sem ter como pagar bons profissionais o resultado é sempre um jornalismo de menor qualidade.

Numa rádio sem recursos não somente o jornalismo é precário. A tendência é de que tudo nela seja precário. O que prevalece nas rádios pesquisadas é exatamente isso: as emissoras que têm um jornalismo mais qualificado (Valente, Santa Luz e Heliópolis) remuneram mal os responsáveis pelo trabalho. E é o principal fator para a alta rotatividade dos que trabalham (voluntários) nessas emissoras.

V.1.4 – Recursos humanos

As pessoas que atuam nas rádios comunitárias pesquisadas são voluntárias. Portanto, não há como cobrar profissionalismo delas. Elas são remuneradas com o pouco arrecadado do comércio local que, apesar de pagar menos pelo anúncio na comunitária que na comercial, sabe que a Anatel não permite que os anúncios detalhem as ofertas dos produtos²⁵⁴.

Nas rádios comunitárias pesquisadas encontramos duas características que, tudo indica, são afetas a todas as emissoras comunitárias do país: grande rotatividade da mão-de-obra e falta de formação. Uma questão está associada à outra. As pessoas empenhadas em colocar a rádio no ar, regra geral, não estão qualificadas para a atividade (são da comunidade e exercem outras funções) e atuam voluntariamente. Sendo voluntárias, os “contratos” delas com a emissora é débil, sujeito ao rompimento a qualquer momento. Diante desta falta de qualificação

²⁵⁴ A Anatel considera que detalhar oferta de produtos contraria a norma 01/04, que permite publicidade apenas de “mensagens institucionais”. E pune com multa as RCs.

da equipe, a maioria das rádios pesquisadas tem disponibilizado cursos aos seus voluntários (de locução e operação, principalmente). Mas, paradoxalmente, quando o voluntário se profissionaliza, é chamado para trabalhar numa emissora comercial que paga melhor que a RC.

Quando se trata do jornalismo é diferente. Não há mercado. Como as emissoras comerciais do interior do país não costumam valorizar o jornalismo (SANT'ANNA, 2008), não há interesse em contratar jornalistas ou quem faz jornalismo em RCs. O interesse é no locutor/operador de som. Para este há mercado de trabalho.

Essa limitação de mercado para jornalistas nas rádios comerciais pode ser um fator positivo para as rádios comunitárias. A falta de mercado pode fazer com que haja menos rotatividade neste setor, formando mais profissionais na atividade. Não havendo opções fora das emissoras comunitárias, os mais qualificados – os que podem fazer um jornalismo melhor – ficarão na RC. Mas podem se frustrar quando perceberem que a RC não tem como remunerar melhor.

Considerando que o jornalismo na RC pode ser exercido por qualquer pessoa da comunidade, independente de formação e status, a atividade pode selecionar aqueles que têm mais talento. Esta “seleção natural” de futuros profissionais da comunicação na comunidade ocorreu em três das RCs estudadas:

Rádio Valente (BA) – Cléber Silva, o responsável pelo jornalismo na RC, fez pedagogia, leciona rádio na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), e pretende fazer comunicação.

Rádio Santa Luz (BA) – Edisvânio Nascimento, responsável pelo jornalismo, é formado em Letras e, em janeiro de 2010, iniciou o curso de Comunicação Social na UNEB. Três outros voluntários da rádio estudam Jornalismo.

Rádio Guabiraba (PE) – Joaquim Francisco, filho de Hélio Oliveira, dirigente da emissora, e Juliana, colaboradora, estão cursando Jornalismo.

O imprevisto é uma característica das rádios comunitárias. E isto é mais um adicional à precariedade do seu jornalismo. O imprevisto resulta da falta de formação e conseqüente inabilidade para lidar com o assunto.

Em comunidades com poucos recursos, em que o acesso à escola é um processo extremamente complexo, o voluntariado que se apresenta para trabalhar na RC tem formação escolar limitada ao primeiro ou segundo grau. Isto foi notado em todas as emissoras pesquisadas e, em especial, entre aqueles que atuam como locutores e operadores.

No caso do jornalismo, porém, o diferencial é a formação em terceiro grau. Em quatro das oito emissoras pesquisadas²⁵⁵, a existência do jornalismo, ou da intenção em fazer jornalismo na emissora, está associada à graduação universitária. Os dirigentes dessas emissoras são formados, estudam Comunicação ou têm curso superior. Ao que parece, fazer jornalismo em RC requer um conhecimento a mais que as pessoas em geral não possuem.

Em resumo, podemos afirmar que a precariedade do jornalismo tem relação direta com o trabalho voluntário e com a falta de capacitação desse voluntariado.

Nas emissoras pesquisadas está claro que onde há remuneração o trabalho funciona. As três emissoras que têm um jornalismo mais presente remuneram de alguma forma esses profissionais.

V.1.5 – Política

Algumas emissoras no país estão subordinadas a políticos. Quando isto ocorre o jornalismo da rádio se limita a reproduzir conteúdos que se submetem aos interesses dos políticos. É um jornalismo sem autonomia que pode, direta ou indiretamente, censurar as vozes que não servem ao político “dono” da rádio.

Nenhuma das emissoras pesquisadas pareceu ao autor estar subordinada a políticos ou partidos. Os políticos, no entanto, exercem uma pressão constante e poderosa sobre as emissoras, na tentativa de submetê-las ao seu poder.

V.1.6 – Poder Local

Os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, individualmente ou coletivamente, podem atuar numa determinada região para impedir que as RCsousem afrontá-los com um radiojornalismo crítico. A bem da verdade, em

²⁵⁵ Valente FM, Santa Luz FM, Heliópolis e Guabiraba.

determinadas regiões do país os poderes locais não se limitam aos três republicanos. Também tem poder a Polícia Militar, o empresário de sucesso e a religião. Pode ainda acontecer da RC estar numa zona onde ocorre o tráfico de drogas, ou sob o controle de milícias paramilitares - forças marginais, criminosas, clandestinas, mas reais, que podem determinar limites para atuação das RCs.

Cabe a rádio decidir se faz o enfrentamento a esses poderes (legais ou ilegais) ou se se rende a eles. Uma terceira opção é abordar determinados temas (violência, por exemplo) sem citar todos os personagens envolvidos. A rádio pode veicular a notícia de que um homem foi encontrado morto e não informar que ele atuava no tráfico de drogas.

Diante do poder o jornalismo sempre vai se defrontar com esse dilema: o que dizer, como dizer ou se é melhor calar-se. O poder assusta, constrange, limita, ainda mais quando se é frágil diante dele.

A Prefeitura pode querer que a RC divulgue suas ações na forma de noticiário. E o jornalismo vai ter que decidir se é independente ou se está subordinado a esse prefeito.

Políticos corruptos podem assediar dirigentes, jornalistas ou locutores da emissora para que omitam informações, ocultem fatos, manipulem dados. É quando princípios éticos são colocados à prova. É quando a emissora é testada quanto aos seus verdadeiros compromissos com a comunidade. O que fazer?

Não há melhor antídoto contra as mordidas dos corruptos e corruptas que a luz pública, a voz pública. Os meios de comunicação social são espaços privilegiados para controlar os abusos de poder. Todos os poderes. (LÓPEZ VIGIL, 2008, p. 182, tradução nossa).

V.1.7 – Religião.

O poder da religião na RC é exercido de dentro para fora e de fora para dentro. A igreja pode ser proprietária da rádio²⁵⁶, ou “somente” ceder suas instalações para a emissora. Quando a rádio tem um “dono”, porém, ela não é mais comunitária. Neste caso o jornalismo pode ser subserviente à igreja e divulgar somente o que é

²⁵⁶ A Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias (Ancarc), instituição vinculada à CNBB, informa que detém 200 emissoras de rádio devidamente legalizadas. Vale observar que a Lei 9.612/98 veta às religiões o comando ou propriedade de rádios comunitárias. Essa propriedade é, portanto, ilegal. (LUZ, 2008)

de interesse da instituição. É o caso da Rádio Vida Nova (Recanto das Emas, DF). Seu dirigente, Alan Vida Nova, que era conhecido na comunidade como Kico, não apenas incorporou a instituição ao nome como fez da rádio um veículo exclusivo dos fiéis da sua religião. A rádio existe para servir à igreja. E Alan, que é um antigo militante das rádios comunitárias, reconhece isso.

Quando a igreja “apenas” faz parte do conselho de dirigentes, ou quando o dirigente da entidade é um religioso convicto, o jornalismo resultante pode ser de acordo com os princípios da igreja. Se a igreja ostenta uma campanha contra o uso da camisinha, ou de criminalização do aborto, o jornalismo pode ser freado se tentar promover debates ou fazer matérias que conflitem com esses princípios. Em rádios dominadas pelas igrejas, temas de ordem moral podem ser submetidos à censura, omissão ou manipulação.

O resultado de uma rádio pretensamente comunitária dominada pela igreja, pode ser um jornalismo moralista, voltado para defesa dos princípios da igreja, pregando contra aquilo que ela considera “moralmente reprovável”.

Em particular, devemos considerar o poder da igreja Católica nas cidades do interior. Um poder que, em alguns casos, supera ao do Executivo, Judiciário e Legislativo. Quem tem um poder dessa dimensão talvez não aceite ficar em segundo plano e se subordinar às decisões de um conselho que tem como integrantes representantes da comunidade com menos poder.

Mesmo não sendo “dona” da RC ou integrando o seu conselho gestor, a religião pode interferir no jornalismo. É difícil para o jornalismo da RC inserir notícias que incomodam as religiões em geral e aquelas instaladas na localidade; não somente os dirigentes destas instituições religiosas podem reclamar, mas, principalmente seus fiéis. E o que incomodaria as religiões? Abordagens mais democráticas para temas que são tabus para a igreja; temas que dizem respeito à moral, ao sexo, família, filhos, aborto, entre outros. Uma denúncia de pedofilia envolvendo o pároco local pode ser omitida (censurada) se a equipe de jornalismo avaliar que não tem como fazer o enfrentamento à igreja. Ou, da equipe de jornalismo pode fazer parte o seguidor de determinada religião e ele decidir censurar as denúncias de enriquecimento ilícito de alguns dos seus pares.

O radiojornalismo em emissoras de cunho religioso corre risco constante. Existem conflitos éticos na divulgação da informação. Uma campanha de combate à AIDS que distribui preservativos aos jovens nas escolas contradiz princípios defendidos pelo Vaticano. Qual deve ser o comportamento do apresentador evangélico no debate sobre o aborto de bebês com anencefalia? E quando o tema em debate for casamento de pessoas do mesmo sexo? (JUNG, 2009, p.59)

De acordo com Van Dijk “o poder social é geralmente indireto e age por meio da ‘mente’ das pessoas, por exemplo, controlando as necessárias informações ou opiniões de que precisam para planejar e executar suas ações” (2008, p. 40). Mas, observa ainda Van Dijk, o exercício do poder não se limita a uma forma de ação; ele consiste numa forma de interação social. Se a RC também precisa interagir (porque ela é interação ou não é RC) vai haver uma disputa de espaço político/ideológico entre a rádio e a instituição-poder. E o jornalismo da RC estará sempre na linha de frente dessa disputa.

López Vigil ilumina o nosso ponto de vista sobre a questão:

Uma cidadania consciente rechaçará qualquer intromissão da igreja na esfera pública. No terreno privado, que cada qual obedeça às normas morais que lhe atenda. [...] Porém, na esfera pública, o poder está indissolúvelmente nas mãos populares. E o que a gente uniu a igreja que não separe.

- Para saúde das mulheres é urgente que o Estado seja laico – disse a ginecologista Ana Maria Pizarro²⁵⁷.

E tem muita razão. Porque a pior intromissão (da igreja) se dá no terreno dos direitos sexuais e reprodutivos. Bloquear o divórcio civil. Impedir a educação sexual. Proibir o uso de camisinhas ou pílulas do dia seguinte. Culpar o prazer. Opinar sobre o que pode ou o que não se pode fazer na vida íntima. Resulta insólito que um grupo de varões que – supostamente – não exercem sua sexualidade dite como as mulheres devem exercer a sua. Com bom humor disse uma garota: se os padres engravidassem o aborto seria um sacramento. (LÓPEZ VIGIL, 2008, p. 120, tradução nossa)

Temos claro que há uma disputa religiosa entre as duas maiores correntes religiosas cristãs: o catolicismo e o evangelismo. É uma disputa política, uma disputa de espaços, incluindo o eletromagnético. Essa batalha é apresentada ao público como uma ação espiritual – “divulgar o evangelho” ou a “palavra de Cristo” - mas seu objetivo é material, palpável, ampliar o latifúndio da comunicação. Nesta luta, como notamos, vale até agir fora da lei, e conseguir autorização para rádios comunitárias. O pior é que esas religiões fazem isso em parceria com o Estado.

²⁵⁷ Revista Envío, Managua, <http://www.envio.org.ni/archivo.php?ano=2003>

VII – CONCEITOS DE RADIOJORNALISMO COMUNITÁRIO

Este Capítulo apresenta os resultados finais da nossa pesquisa.

Nossa hipótese inicial era de que haveria um jornalismo típico das rádios comunitárias. Esta hipótese foi parcialmente satisfeita. Embora exista tal possibilidade, nossa pesquisa conclui que esse jornalismo não existe. O que encontramos foram indícios da existência desse radiojornalismo, referendado por algumas práticas em rádios comunitárias.

Notamos que ele se manifesta em algumas emissoras pesquisadas. No entanto, por dois motivos, não poderíamos adotar como modelos esses exemplos isolados: 1) esse radiojornalismo está em processo de formação; 2) generalizar seria forçar um ideal de radiojornalismo e não retrataria a realidade.

Apesar das condições atuais contribuírem negativamente para a manutenção da RC, acreditamos que há uma tendência – a longo prazo - desse processo se estabilizar e de termos mais claramente um radiojornalismo característico dessas emissoras. Enquanto prática e enquanto conceito. Ao que parece, a prática está forjando a conceituação, e vice-versa.

A prática do radiojornalismo nas RCs está recriando o radiojornalismo. Quando, no capítulo anterior, abordamos as limitações existentes para o jornalismo das rádios comunitárias estávamos destacando as dificuldades em fazê-lo e, conseqüentemente, em defini-lo como singular e típico das RCs. Essas limitações, em muitos casos, inviabilizam não somente o jornalismo como a própria RC. E dificultam “testar”, na prática, o que seriam os conceitos para o radiojornalismo comunitário.

Apesar dessas dificuldades conseguimos identificar alguns conceitos de radiojornalismo comunitário. Em alguns casos descobrimos conceituações teóricas que estão sendo testadas na prática; em outros, observamos práticas que pode redundar em formulações teóricas. Portanto, aqui conceitos e práticas se contribuem e formulam uma diretriz para o que seria, ou poderia ser, um radiojornalismo das rádios comunitárias.

Outra conclusão nossa é de que esse radiojornalismo característico das RCs somente se aplica (ou irá se aplicar, como vimos) às rádios comunitárias “de qualidade” (conforme modelo expresso no Capítulo II.8). Se alguns dos conceitos/práticas que elencamos surgirem em emissoras que se apresentam como RC sem o serem, terá sido um acaso. Isto porque a maior parte das conceituações encontradas estabelece padrões éticos de gestão democrática, participação comunitária, produção de jornalismo voltado para comunidade, compromisso e credibilidade com o lugar, o que, no conjunto, dificulta a possibilidade de uma falsa rádio comunitária fazer uso deles. Como conseguir a credibilidade da comunidade se a rádio pertence a um partido ou igreja? Como a rádio pode se apresentar como comunitária se o seu jornalismo favorece os ricos e poderosos do lugar? Como falar em compromisso com a comunidade se a rádio, que se diz comunitária, não está presente nas horas em que ela necessita?

Mas uma emissora comercial ou educativa poderia adotar tais conceitos? Nossa conclusão é de que o fato de estarmos apresentando conceitos e práticas aplicáveis às RCs não exclui a possibilidade de alguns deles estarem presentes pontualmente em outros tipos de emissoras. Nem todos são exclusivos das RCs.

Eis os conceitos:

VII.1 - A notícia como “um processo”

É o que Cléber, da Valente FM, tratou como “acompanhamento do processo”, o desenrolar dos fatos²⁵⁸. Já López Vigil diz que uma informação completa não se esgota numa única notícia; as notícias importantes têm seguimento (LÓPEZ VIGIL, 2008, p. 284, tradução nossa).

A notícia não se esgota com a difusão da notícia. O acontecimento continua sendo notícia enquanto for de interesse da comunidade. Cabe a equipe de jornalismo da rádio estabelecer o prazo de validade do acontecimento, em acordo com a comunidade.

²⁵⁸ Depoimento ao autor em 27/09/2009.

Não se trata apenas de identificar o valor-notícia, mas do jornalismo da RC ter sensibilidade para perceber quando o tema deve prosseguir na pauta ou quando ele já se esgotou.

A Valente FM e a Santa Luz FM, que têm equipes de jornalismo, fazem isso de um modo mais planejado. John Bigu, da Rádio Sol FM, que faz praticamente sozinho o jornalismo da emissora, adotou uma estratégia particular de acompanhamento da matéria jornalística: ele grava a denúncia e a resposta do responsável; estabelece um prazo para o problema ter solução; se isso não acontece John reproduz a gravação e a promessa do entrevistado; depois cobra o prometido²⁵⁹. Por sua vez, a Utopia FM, do Distrito Federal, defende que a RC dê um tratamento especial à informação; para esta emissora em RC há um jeito especial de se fazer radiojornalismo²⁶⁰.

VII.2 - O ouvinte faz a notícia

Não se trata aqui da simples “interação” estabelecida entre a emissora e o ouvinte, como acontece em vários gêneros de emissoras de rádio (e também nas televisões). Não é apenas o ouvinte ligando e pedindo para tocar determinada música ou reclamando do posto de saúde. Na rádio comunitária o ouvinte é parte da rádio e tem o direito de informar pelo telefone, deixar o recado para o locutor, ou usar o microfone da rádio para relatar o acontecimento.

Para Cléber, da Valente FM, numa RC “o ouvinte participa fazendo a notícia²⁶¹”. Claudinha, da Rádio Heliópolis, amplia esse conceito. Para ela o jornalismo de RC deve “dar a voz ao povo; algo que as grandes rádios, os grandes jornais, nunca vão fazer²⁶²”. A RC é o espaço “dado” para que cada um possa se expressar. É um espaço coletivo em que o indivíduo se afirma. Como disse João Moreno da Líder FM:

Você dá oportunidade para aquele cara que não tem oportunidade nenhuma; é a possibilidade dele expressar aquilo que ele acha interessante para ele mesmo. Nem que não venha a ser para o outro que esteja ouvindo, mas para ele é interessante, e a oportunidade está sendo dada, coisa que

²⁵⁹ Depoimento ao autor em 11/10/2009.

²⁶⁰ Depoimento ao autor em 29/03/2010.

²⁶¹ Depoimento ao autor em 27/09/2009.

²⁶² Depoimento ao autor em 08/02/2010.

não acontece hoje. [...] Pode não ser importante para todo mundo, mas para ele é²⁶³.

VII.3 - Linguagem informal

A linguagem de rádio é uma linguagem informal. Ou uma linguagem que busca a informalidade. Ao buscar a informalidade ele cria uma linguagem própria, que não é exatamente a coloquial, mas uma versão “falsa” de coloquialidade para o rádio. É “falsa” na medida em que a conversa se dá em moldes diferentes de uma conversa com o ouvinte, o interlocutor, mas, ao mesmo tempo, é uma conversa porque o locutor fala para “uma pessoa”, esse “ouvinte”, no singular, que lhe escuta e com quem conversa por telefone. Milton Jung explica:

Nunca somos naturais diante do microfone. Jamais agimos da mesma maneira que na vida privada. Nem devemos. Para falar ao público, cumpre-se um ritual que dá sentido ao discurso, torna a comunicação eficaz e procura seduzir. Se alguém parece ser natural, isso é obra do exercício diário da profissão. Assim como um ator que ensaia muito antes de subir ao palco, o jornalista de rádio também usa recursos artificiais para representar um personagem que, às vezes, se parece muito com ele. Aliás, quanto mais parecido for melhor será o resultado. (JUNG, 2009, p. 71).

O mesmo autor reforça a questão:

A comunicação radiofônica abandonou a narração dramática dos fatos pelo tom coloquial, como se estivéssemos em uma conversa a dois. Isso é uma verdade. Mas jamais reproduziremos a naturalidade da fala espontânea. Ao emitirmos mensagens pelo rádio, televisão ou discursos em público, enfrentamos uma situação artificial de comunicação. [...] O segredo está em desenvolver, a partir de um padrão construído da fala, técnicas que nos aproximem do padrão espontâneo. (JUNG, 2009, p. 120).

Walter Sampaio diz que:

Linguagem coloquial no radiojornalismo nada mais é do que a linguagem do cotidiano, isto é, a linguagem oral em oposição à escrita. Sendo essencialmente oral, ela estabelece um certo diálogo mental entre emissor e receptor. Mas para que esse fluxo comunicativo se realize há certas regras que não podem ser desprezadas porque, caso contrário, o diálogo vira solilóquio, do emissor para ele mesmo, sem a ponte dialogal. Essas regras são simplicidade, correção e seriedade. (SAMPAIO, 2008, p. 42)

Autores como López Vigil, Jung e Meditsch, frisam o caráter subjetivo da fala do locutor. O coloquial é uma embalagem, uma postura do discurso do locutor. Mas essa “conversa” entre o locutor e o ouvinte se dá conforme signos e significados, e também quanto ao tom, timbre, ritmo de quem fala. Palavras mudam de significado

²⁶³ Depoimento ao autor em 31/03/2010.

conforme a forma com que se fala. “O que mais prende a atenção do público não é tanto o que se diz, mas como se diz”. (JUNG, 2009, p. 120).

A informação é transmitida como conversa. Autores como Meditsch, Jung, López Vigil, Girardi e Jacobus, Luz, D., insistem nisso. “Tenha como certo: a primeira atitude profissional de um locutor consiste na máxima naturalidade de sua voz” (LÓPEZ VIGIL, 1997, p. 105, tradução nossa).

Girardi e Jacobus alinham as “dicas para uma boa locução” numa RC:

- Os textos têm que ser bem lidos e comentados, evitando erros (para transmitir credibilidade), mas o tom tem que ser o mais natural possível;
- A dicção tem que ser a mais correta e clara possível, pois é fundamental que o ouvinte entenda o que você está falando;
- É recomendado ler as notícias previamente para entendê-las, sublinhar sempre que houver dificuldade com alguma palavra e definir a pronúncia;
- O ritmo da leitura tem que ser variado para romper a monotonia. Não pode ser muito rápido, por que o ouvinte pode não entender o que está sendo dito. E também não deve ser muito lento, porque o ouvinte pode perder a atenção;
- Não esqueça de ser natural, como se estivesse conversando;
- Evite redundância. Exemplos: subir para cima, adiar para depois, manter o mesmo time, etc.;
- Fuja de chavões, clichês e jogos de palavras desnecessários. (GIRARDI; JACOBUS, 2009, p. 65)

Noticiar usando um tom coloquial não significa desqualificar a notícia ou o noticiário. Apenas o formato da notícia tende a ser diferente do que é adotado por outros veículos. Não obedecer à fórmula do lead e à pirâmide invertida significa buscar formatos e gêneros que lhe sejam mais próximos. E ao valorizar a conversa e o bom humor, numa “linguagem coloquial”, como observa Peruzzo²⁶⁴, a RC busca um caminho próprio do jornalismo.

Por este caminho segue a Valente FM. Cléber, dirigente do jornalismo na emissora, deixa bem claro que uma das marcas do trabalho da sua equipe é a espontaneidade: “a gente é menos formal²⁶⁵”. Jerry de Oliveira, da rede de jornalismo de RC de Campinas, diz que já “experimentou” (testou) vários formatos, mas “o que mais deu certo foi uma linguagem mais alegre²⁶⁶”, isto é, com bom humor. Claudinha, de Heliópolis, vai pelo mesmo caminho. Para ela “usar uma linguagem mais simples” é característica do radiojornalismo comunitário²⁶⁷. E

²⁶⁴ Depoimento ao autor em 19/05/2010.

²⁶⁵ Depoimento ao autor em 27/09/09.

²⁶⁶ Entrevista por telefone em 02/06/2010.

²⁶⁷ Depoimento ao autor em 08/02/2010.

Altamiro do Nascimento Costa, o Mirim, da Rádio Novos Rumos, do Rio de Janeiro, diz que a rádio comunitária deve “falar a língua do nosso ouvinte²⁶⁸”.

O tom coloquial é uma característica do veículo rádio, e não somente da RC.

Uma das características do rádio é a proximidade com o ouvinte, a conversa direta com o cidadão. A expressão “falar ao pé do rádio” transformou-se em lugar comum, mas reproduz bem a sensação de quem está à frente do microfone contando histórias do cotidiano. (JUNG, 2009, p. 39).

A informalidade tem como vantagem facilitar a aproximação do locutor com o ouvinte. A informalidade é a linguagem da conversa, do igual para igual. Ela funciona para fazer a aproximação porque seduz mais esse ouvinte do que aquele locutor engravatado que fala “de cima para baixo”. Conforme Meditsch, a BBC, que estabelecia padrões internacionais de “radiogenia” exigia dos seus locutores que “lessem as notícias vestidos a rigor com roupas de grife”. Em 1945 as mulheres não falavam na BBC porque não conseguiam dar impessoalidade ao que liam. (MEDITSCH, 2007, p. 186). Elas tinham o “péssimo hábito” de colocar sentimentos no que diziam. A BBC preferia o locutor de voz fúnebre:

O padrão de “sobriedade de locução” que vigorou então, e que ainda hoje é tido como ideal em muitas emissoras voltadas para um público de elite, foi buscado, significativamente, na forma contida adotada pelos jornalistas na cobertura de cerimônias fúnebres. (MEDITSCH, 2007, p. 186).

É o que Meditsch e outros tratam por “linguagem impessoal”; uma linguagem de baixa estimulação, sem emoção na voz. A fala é “elaborada”, monótona e distante do coloquial; os comunicadores não têm intimidade com os ouvintes; usam a formalidade para se expressar. É uma fala dirigida para um público elitizado.

Essa busca da impessoalidade, ainda hoje perseguida por algumas emissoras, é totalmente descartada pelas rádios comunitárias. Meditsch observa que os novos meios tecnológicos provocaram uma abertura da programação para as mais distintas vozes (vivas e pessoais). O locutor “sério”, “formal”, que insiste na fala amarrada, fúnebre, artificial, transparece como uma infantilidade. “A insistência do locutor despersonalizado aparece como a ingenuidade da criança que, tapando os próprios olhos, julga estar escondida dos pais” (MEDITSCH, 2007, p. 188).

²⁶⁸ Depoimento ao autor em 13/04/2010.

A informalidade está associada ao bom humor. Mas isto não é uma marca singular das rádios comunitárias. Defendemos, ao lado de autores como Jung e Meditsch, o bom humor como uma característica da linguagem do veículo rádio. Diz Milton Jung:

Ser simples, claro e objetivo é usar linguagem coloquial, sem vulgaridade. É falar e escrever de forma que o ouvinte entenda de imediato. Exemplos: dizer causa da morte em lugar de *causa mortis*; trocar genitora por mãe; lograr êxito por ter êxito, vítima fatal por morto; e anuência por aprovação. Mesmo expressões usadas com frequência podem ser simplificadas. É o caso de reforma tributária que pode ser traduzida por mudanças nos impostos. (JUNG, 2009, p. 62)

Para Milton Jung, o rádio, um veículo que ensina e educa, “pode cumprir essas funções com bom humor sem perder sua importância ou influência”. E acrescenta:

Durante a apresentação de um programa, sorrir no momento certo dá significado ao texto. Tem a força de um editorial, se feito com ironia. Ajuda o interlocutor a perceber melhor a informação. [...] Comentários bem humorados tendem a ser lembrados com mais frequência pelo público. É comum a pessoa se referir a uma brincadeira feita durante o programa em vez de comentar a notícia em destaque. O cidadão sente-se mais próximo do apresentador ou do repórter ao encontrar nele alguém capaz de sorrir, sem medo de dividir um instante de alegria. (JUNG, 2009, p. 133).

Enfatizamos o humor no rádio:

Alegria, alegria!

Seja bem-humorado. Não seja fúnebre nem formal. O bom comunicador consegue tratar dos mais diversos temas mantendo a alegria. Rádio é no pé do ouvido, e aí o tom tem que ser alegre.

A alegria muitas vezes se disfarça como energia. Um locutor vibrante, aquele que sente na pele o que está acontecendo, em qualquer situação é capaz de tratar de qualquer assunto – alegre ou triste - sem incomodar ao ouvinte. Pelo contrário, não importa o tema, ele sempre tem uma abordagem que lhe dá credibilidade junto ao público. (LUZ, D., 2004, p. 57).

López Vigil reforça mais ainda o papel do riso e do bom humor:

Se uma emoção há de ser privilegiada no rádio, essa é a alegria. Tem entrada em quase todos os programas. Tem demanda em quase todos os ouvintes. [...] Alegria a vida das pessoas: talvez seja essa a primeira missão de uma rádio. Uma missão educativa, certamente. Afinal de contas, pedagogia não é acompanhar, fazer juntos os caminhos? Pois nada mais acompanhador que uma amiga simpática, um amigo que entretém. Isso vale para todos os programas curtos²⁶⁹ e para todos que querem passar um conteúdo. Antes se dizia: a letra com sangue entra. Um grande disparate, porque entra com riso, com bom humor. [...] É preciso aprender a rir-se – de verdade – diante do microfone. (LÓPEZ VIGIL, 1997, p. 38, tradução nossa).

²⁶⁹ “ligeros”, no original.

VII.4 - Prioriza o local

Informar sobre a comunidade é prioritário no jornalismo de RC. O que acontece na comunidade é a principal notícia da rádio comunitária – é o que ocupa mais espaço no jornalismo, é o que lhe dá mais audiência, é o que mais cria laços com a comunidade.

Cicilia Peruzzo observa que o jornalismo de RC deve partir do local, privilegiando assuntos que tratam das pessoas dessa comunidade, ou que compartilham “outras afinidades ou modos de vida²⁷⁰”. Jerry Oliveira, de Campinas, São Paulo tem opinião parecida: “um jornalismo que não convive com a realidade local não é jornalismo²⁷¹”, diz ele.

Edisvânio, da Santa Luz FM, já disse aqui: “notícia é focar nas causas do município, da nossa cidade, da nossa comunidade²⁷²”.

Para Girardi e Jacobus, a RC deve...

Priorizar as notícias da comunidade, da cidade, da região, do estado, do país e do continente, nessa ordem. [...] Por último, em casos mais importantes como guerras, as notícias do mundo, que podem ser tiradas dos jornais diários e em grandes portais da Internet. (GIRARDI; JACOBUS, 2009, p. 57).

VII.5 - Compromisso com a comunidade

A emissora estabeleceu um contrato com a comunidade. A RC tem como missão fazer a defesa da comunidade. Foi um compromisso assumido de origem, e expresso em Lei (artigos 3º e 4º da Lei 9.612/98).

Edisvânio, da Santa Luz FM, diz que não basta noticiar; se há um problema na comunidade a rádio precisa estar lá.

Porque se não vai (ao local) o **compromisso** com a comunidade você não tem. Além de noticiar tem a questão do compromisso, um compromisso que você tem de brigar por ela (a comunidade). E aí nós vamos até o final ver se resolve o problema. Para não ser taxado de que não resolve o problema deles²⁷³. (grifo nosso).

Ele advoga a constituição de uma relação visceral entre rádio e comunidade:

²⁷⁰ Depoimento ao autor em 19/05/2010.

²⁷¹ Entrevista por telefone em 02/06/2010.

²⁷² Depoimento ao autor em 24/09/2009.

²⁷³ Idem.

Ela é da Comunidade, neste sentido a emissora é formada e tem que ser pela comunidade, pelos diversos segmentos que nela estão incluídos;

Para a Comunidade, neste segundo, a Rádio é sim feita pela comunidade para desenvolver um trabalho social, educacional e cultural observando a realidade a que pertence;

Com a comunidade, neste último costume dizer que a Rádio que se diz Comunitária, mas que não ouve a comunidade, por si só, perde a sua essência e deixa de ser Comunitária. Pois a Rádio Comunitária é feita para ser apartidária, não ter em sua grade de programação, tendência política, ideológica ou religiosa, não devendo haver nenhum tipo de exclusão ou discriminação. (NASCIMENTO, 2009, grifo do autor)

Denise Viola diz:

O compromisso de uma rádio comunitária, assim como o compromisso de uma rádio cidadã, é com quem está do outro lado do radinho, é com o ouvinte, é com o público daquela rádio²⁷⁴.

Jerry Oliveira, de Campinas, foi taxativo: “rádio comunitária tem lado”, está com a comunidade²⁷⁵. Claudinha, da Heliópolis, considerou que a RC deve: “defender os interesses da comunidade; informar sobre os seus direitos e deveres; defender os moradores²⁷⁶”.

Mas defender a comunidade do quê? Quem são os inimigos da RC?

Para os entrevistados, a comunidade está sendo “agredida” ou discriminada, quando o Poder Público deixa de atender a comunidade oferecendo os serviços básicos a que tem direito. É papel da rádio comunitária denunciar o mau atendimento do Serviço de Saúde, as condições das estradas, a situação das escolas. Mas a RC também irá interferir quando o setor privado cometer abusos ou omissões: quando a operadora de telefonia não funcionar, o ônibus atrasar, a construtora não concluir a ponte na data prevista,...

A RC atua em defesa do coletivo e também do cidadão. O morador pode “usar” a rádio para denunciar que foi mal atendido na Prefeitura, ou que determinada loja vendeu um produto que não funciona.

Este posicionamento da rádio – como ativista e militante – nos remete diretamente ao jornalismo cívico, abordado no Capítulo III.4.

²⁷⁴ Depoimento ao autor em 13/04/2010

²⁷⁵ Entrevista por telefone em 02/06/2010.

²⁷⁶ Depoimento ao autor em 08/02/2010.

VII.6 - A notícia é serviço para o social

Os entrevistados para esse trabalho mostraram que a notícia faz parte de um contexto social. Principalmente as notícias que partem do local.

A professora Cicilia Peruzzo fala em “jornalismo serviço²⁷⁷”. Cléber, da Rádio Valente, no sertão da Bahia, diz que deve se “tratar a notícia com uma visão mais social que comercial”; “notícia é tudo que tem interesse social”. Notícia inclui “prestação de serviço, recados de namoro²⁷⁸”.

Edisvânio, da Santa Luz FM, reforça esse papel da notícia:

A gente entende que todo momento é momento para se divulgar o social; teve, a gente está lá. O problema aí é se informam a gente, se informou tem missa, batizado, assembléia, pastoral, reunião de associações, sindicato, grupos de jovens. Às vezes tem pequenos grupos que fazem reuniões de bairros, grupos de teatros, fanfarra...²⁷⁹

A notícia numa RC é mais que informação. Ela é o elemento agregador ou desagregador do coletivo. Em comunidades carentes as notícias mais que informam dão o contexto social, relatam a ausência do Estado, ou seus abusos, as conquistas e derrotas da comunidade, manifestam seus sonhos e pesadelos.

A notícia na rádio comunitária necessariamente faz a crônica do cotidiano das pessoas do lugar. Notícias sobre casamentos, batizados, reuniões religiosas, formaturas; ou notícias sobre o caos no setor de Saúde, sobre a precariedade das escolas, oferta de empregos,... Cumprem um papel fundamental para comunidade. Elas revelam, constroem e sustentam a identidade da comunidade. A notícia não expressa apenas o acontecimento, ela diz como são as pessoas, como elas interagem, o que pensam, o que projetam; a notícia diz como é a comunidade.

A notícia também se confunde com a rádio. Não há RC sem essa busca do social. Isto é, sem a procura dessa identidade da comunidade; uma identidade que se constrói do indivíduo para o coletivo e vice-versa.

²⁷⁷ Depoimento ao autor em 19/05/2010.

²⁷⁸ Depoimento ao autor em 27/09/2009.

²⁷⁹ Depoimento ao autor em 24/09/2009.

A ênfase no social da comunidade tem a ver com aquilo que Edisvânio considerou “humanizar a rádio comunitária”. A RC teria como missão fazer com que...

...uma pessoa possa compreender os valores do seu semelhante, que ela possa ter a sensibilidade para entender o que está acontecendo com aqueles seres humanos da sua comunidade. A rádio comunitária eu acho que ela faz isso, e faz muito bem, cara²⁸⁰.

VII.7 - Credibilidade

A credibilidade é fundamental para as RCs. É um valor e uma medida da relação entre os envolvidos – a rádio e a comunidade. A credibilidade é também um processo. Significa a construção e manutenção de uma relação de confiança da rádio comunitária com a comunidade. A credibilidade se sustenta quando a comunidade percebe que pode contar com a rádio: ela está presente nos momentos mais importantes, nos debates mais polêmicos, nas situações em que é preciso um porta-voz firme, nas denúncias que faz contra os abusos do poder, ao difundir o que é de interesse da comunidade; também está presente nas suas conquistas, nas celebrações, nas festas e reuniões.

Perda de credibilidade representa perda de audiência, o que já é um transtorno para operação da emissora. A perda da credibilidade se traduz como a perda de confiança: a rádio comunitária não é mais uma aliada da comunidade. Este é um prejuízo de grandes proporções - não há como imaginar uma RC sem esse contrato de parceria com os integrantes da comunidade.

Podemos considerar níveis de perdas de credibilidade. Por exemplo, pode acontecer somente da parte de um locutor ou apresentador; ou em relação a determinado dirigente. Temos aqui um prejuízo mais localizado, até pontual e menor, a depender do poder dessas pessoas. Todavia, no caso de um noticiário, um jornal ou boletim, se ocorre dele perder a credibilidade, o prejuízo é bem maior, comprometendo toda emissora.

Quando ocorre a perda da credibilidade? Quando a comunidade, ou parte dela, percebe que a RC deixou de noticiar fatos evidentes, ocultou ou manipulou dados, defendeu interesses que não são os da maioria, etc.

²⁸⁰ Depoimento ao autor em 24/09/2009.

VII.8 - Liberdade do radiojornalismo

O radiojornalismo da RC deve ter autonomia e liberdade para trabalhar. Ele não pode se submeter aos poderes locais ou a grupos de interesse.

Conforme José Cleves, a liberdade do jornalismo atua para evitar erros:

Qualquer erro da imprensa pode perpetuar a impunidade ou a injustiça, motivo pelo qual nunca se deve abdicar da independência jornalística, sob pena de se distanciar da verdade. (CLEVES, 2009, p. 166).

Este é um dos grandes desafios do radiojornalismo comunitário. As emissoras comerciais e educativas têm mais condições econômicas, políticas e até legais para se sustentar, as comunitárias, porém, estão fragilizadas pela lei, pela limitação de recursos financeiros e humanos, pelas ações discricionárias do Estado.

Conquistar essa liberdade é conquistar o direito de fazer um jornalismo isento, o que vai lhe permitir cumprir sua missão junto à comunidade. Liberdade pressupõe autonomia para abordar os mais diversos temas e para fazer a crítica aos poderes instituídos.

A autonomia é fundamental para o radiojornalismo e para a emissora. A rádio pode perder a confiança da população se esta perceber que o radiojornalismo da emissora não tem autonomia e independência. Os ouvintes podem notar que o noticiário faz a defesa sistemática dos poderes constituídos, ou se omite na abordagem de temas que estão na comunidade para não ferir interesses de grupos ou pessoas; ou manipula informações; mente,... Em resumo: a rádio comunitária perde a credibilidade junto à comunidade quando deixa de fazer jornalismo. A liberdade do jornalismo é fundamental.

É preciso deixar claro para o mercado a total independência do departamento de jornalismo, não apenas quanto ao assédio comercial, mas também às pressões políticas. (JUNG, 2009, p. 89)

Quanto ao papel do jornalista:

Ao jornalista cabe a isenção ao executar seu trabalho. Palavra que nos dicionários é usada como sinônimo de imparcialidade mas que, na cobertura jornalística vem a ser o exercício intelectual da busca da verdade por meio da apresentação do contraditório e da abertura de espaço para os diferentes pontos de vista. É a caminho da isenção que se afasta o risco de os meios de comunicação se transformarem em veículos panfletários, instrumentos de grupos econômicos, políticos e religiosos. (JUNG, 2009, p. 109)

O conceito de liberdade no jornalismo não se restringe às rádios comunitárias. O jornalismo, em qualquer circunstância, deve ter isenção e autonomia – é o que prevê, junto conosco, autores como Meditsch, Jung, Traquina, entre outros. Traquina enfatiza: “o jornalismo sem liberdade ou é farsa ou é tragédia” (TRAQUINA, 2005, p. 23). Ressaltamos este aspecto porque em RC ele é fundamental para sua existência. Quando uma emissora comunitária, mesmo fragilizada por diversos condicionantes, consegue fazer um radiojornalismo com qualidade, este adquire características próprias que o diferenciam do praticado nas demais emissoras. Mas se se dobra aos interesses comerciais, políticos ou religiosos, deixa de fazer jornalismo, engana o ouvinte - não deve ser considerada RC.

Os entrevistados pelo autor garantiram como numa RC há mais liberdade de tempo e espaço para fazer radiojornalismo do que numa emissora comercial. Jerry Oliveira diz: “Não temos determinadas cadeias (prisões). Na emissora comercial o repórter pode ouvir coisas como: ‘o comerciante não vai gostar que você aborde esse assunto’. Na comunitária não tem disso²⁸¹”.

Acreditamos que esta sensação de liberdade para quem atua em RC se origina de: 1) como é uma pessoa da comunidade, o locutor-colaborador também se sente “dono” da rádio; 2) ele sabe que há muito mais flexibilidade na grade de programação e pode avançar no tempo e no tema; 3) percebe que “sempre” está legitimado para abordar assuntos de interesse da comunidade; 4) a comunidade é sua aliada e lhe dá o poder de ocupar o microfone por mais tempo e profundidade; 5) ele se considera porta-voz da comunidade, e tendo a comunidade ao seu lado, estaria imune a vetos; 6) não sendo funcionário da rádio, mas voluntário, estando ali por gentileza, “de favor”, o locutor pode se sentir no direito de “cobrar esse favor”, usando mais tempo ou opinando mais abertamente sobre determinado assunto.

No entanto, há casos em que a emissora pode impor vetos ao jornalismo sem isso signifique censura ou algo parecido. A direção da rádio ou o seu jornalismo podem não achar conveniente abordar ou se aprofundar sobre determinado assunto. O jornalismo da rádio pode estar apurando determinada denúncia e não querer que a notícia vá ao ar antes da conclusão desse trabalho. A notícia do assassinato de um morador pode ser vetada porque a vítima estava envolvida com tráfico de drogas

²⁸¹ Entrevista por telefone em 02/06/2010.

e isso levaria a uma retaliação contra a emissora ou o repórter. Ou pode ser o caso de se vetar abordagens porque ferem a legislação em vigor ou para evitar conflitos localizados. Abordar determinados temas, ou tratá-los sem os devidos cuidados, pode ampliar uma animosidade existente.

Finalmente temos que observar que a RC comunitária é também um espaço de disputa política intra e extramuros. É grande o assédio dos poderes locais, em especial dos políticos e das religiões. Não é fácil garantir as fronteiras para um jornalismo livre.

Se uma rádio se casa com um partido político, já não faz comunicação, mas propaganda. Se o pensamento e a opção política dos dirigentes excluem a quem pensa diferente estamos diante de um simples aparelho de persuasão para captar eleitores e votos. (LÓPEZ VIGIL, 2008, p. 84, tradução nossa).

Para López Vigil é fundamental que a RC garanta a sua independência informativa. O que significa isso? Ele sintetiza em seis pontos:

1) TRANSPARÊNCIA.

Os fatos não serão manipulados em favor de ideologias, partidos políticos, religiões ou interesses distantes da verdade e da notícia.

2) NÃO SE CALAR

Não se intimidar por ameaças ou chantagens, venham de onde vier, destinadas a amordaçar quem informa.

3) NÃO SE DEIXAR COMPRAR

Recusar dinheiro, viagens, doações ou privilégios, de origem pública ou privada, destinados a interferir no trabalho informativo.

4) NÃO SE VENDER

Atitudes servis ante os chefes ou anunciantes para assegurar o emprego ou não perder publicidade é também uma forma de corrupção.

5) TER AGENDA PRÓPRIA

Não ser repetidores de grandes cadeias (de comunicação) que, por sua vez, são vozes de interesses econômicos, políticos ou militares.

6) COMPROMISSO COM A CIDADANIA

A primeira lealdade, antes de ser com a instituição com a qual trabalha, é com a comunidade. Os comunicadores e comunicadoras devem ao povo. (LÓPEZ VIGIL, 2008, p. 286, tradução nossa).

VII.9 – Valor-notícia focado na comunidade

Todas as emissoras pesquisadas colocaram o foco da notícia na comunidade. João Moreno, da Líder FM, no Distrito Federal, fala disso: “qual o problema que existe dentro da comunidade? O que falta para a comunidade ser bem atendida no âmbito geral?”²⁸².

²⁸² Depoimento ao autor em 31/03/2010.

Definir o que é notícia para o radiojornalismo comunitário requer o desenvolvimento de uma “sensibilidade” com relação ao veículo e, principalmente, um olhar diferenciado sobre a comunidade. É o olhar do repórter-parceiro da comunidade. É o repórter que vê o que poucos vêem, e decide: “isto é notícia”; é o olhar do morador que percebe e avisa: “a RC precisa denunciar isso”; “a rádio precisa fazer alguma coisa em relação a isso”. Estas decisões nem sempre são objetivas. Os entrevistados informaram ao autor que sabem selecionar o que é notícia, mas nem sempre sabem o porquê da seleção. Na dúvida apelam para a regra geral: tal fato é notícia porque é importante para comunidade.

A partir dos depoimentos dos que fazem RC e/ou estudam o tema, sistematizamos três valores-notícia presentes nas rádios pesquisadas²⁸³:

1. Problemas na oferta de serviços públicos: transporte, educação, saúde, saneamento, etc. Denúncias e/ou cobranças de correção. Estradas esburacadas, falta de água, escola que não tem professores, ônibus que não cumpre horário,...

2. Denúncias de irregularidades no serviço público. Autoridades envolvidas em corrupção; corruptos e corruptores; etc.

3. Solidariedade. Ajuda aos desempregados, inválidos, doentes, etc. Procura de emprego; orientação sobre como ter acesso aos benefícios do Estado; localização de desaparecidos... Em alguns casos este valor-notícia se confunde com assistencialismo.

Em nossa opinião (LUZ, D., 2004, p. 87), é notícia para o radiojornalismo comunitário aquilo que:

- 1. Aconteceu na comunidade*
- 2. É de interesse da maioria*
- 3. Tem a ver com o cotidiano da comunidade*
- 4. É uma ação do povo organizado*
- 5. É uma ação do homem comum*

²⁸³ Excluímos dessa lista aqueles valores-notícia que são mais evidentes e fazem parte do jornalismo de um modo geral.

6. *Promove a educação*

7. *Promove a arte e cultura local*

8. *Promove a integração da comunidade*

9. *Aconteceu no Brasil e diz respeito a todos*

10. *Estimula a criatividade, a cultura e a beleza.*

Andrés Geerts, da *Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica* (ALER), diz que na rádio “queremos escutar”:

- o que se passa em nossos campos e nossos bairros,
- o que sofremos e também o que gozamos,
- o que nos fazem e também o que fazemos,
- nossa vida, nossa cultura, nossas organizações,
- nosso ponto de vista sobre o que é nosso e o alheio,
- e como quiséramos que fosse este mundo ingrato. (GEERTS, 1993, p. 9, tradução nossa).

O mesmo autor detalha quais seriam os três principais critérios para selecionar notícias em uma rádio popular ou comunitária: “1) o que interessa à nossa audiência saber; 2) a conjuntura política em que se vive; 3) o que todo mundo anda comentando” (GEERTS, 1992, p. 35, tradução nossa).

Geerts detalha quais devem ser as “preferências” da rádio sobre o que noticiar:

- 1) preferimos o que afeta a muitos mais do que o que afeta a poucos (os novos preços do leite, pão e arroz, aos novos preços dos cosméticos importados);
- 2) preferimos o que é de interesse dos pobres mais do que é de interesse dos poderosos (as eleições dos sindicatos às eleições do Rotary Club);
- 3) preferimos o que se passa mais perto da nossa audiência do que o que se passa distante (uma marcha de protesto no bairro mais que uma marcha na China);
- 4) preferimos as ações do povo organizado mais do que o que faz um indivíduo, por mais famoso que seja (a construção de uma estrada vicinal à última canção de Madona);
- 5) Preferimos o atual mais que o passado (a guerra contra o tráfico de drogas às guerras de independência do passado);
- 6) preferimos o que se passa em nossos países mais do que o que se passa nos países ricos (a seca no Nordeste brasileiro à atmosfera contaminada de Nova York);
- 7) preferimos o de cada dia, o que é comum, mais que o excepcional ou extraordinário (a fome nos campos mais que a aparição de um disco voador). (GEERTS, 1992, p. 36, tradução nossa):

Para José López Vigil (1997, p. 239), que também integra a ALER, são cinco os valores-notícia de uma rádio comunitária:

a) A proximidade da notícia com a audiência.

Uma proximidade que é expressa em três coordenadas: **1) temporal** (atualidade); **2) proximidade** (“o mais próximo se converte no mais noticiável”); 3) o interesse particular da audiência (“a proximidade de interesse é o indicador de rota, caminho aberto e não túnel”. O autor alerta, porém, para a necessidade de contextualização histórica das notícias: “a atualidade sem história resulta de uma irresponsável amnésia jornalística, faz caótico o mundo” (LÓPEZ VIGIL, 1997, p. 240, tradução nossa).

b) O raro, o insólito, o extraordinário.

“Destacar o que sai do normal não implica necessariamente sensacionalismo ou superficialidade”. (LÓPEZ VIGIL, 1997, p. 242)

c) O trágico, o desastroso, o catastrófico.

Para López Vigil, calamidade não é somente terremoto ou enchentes. Grandes problemas sociais são tragédias que devem ser noticiadas. A rádio deve noticiar que quase 1 bilhão de pessoas passa fome no mundo; que há milhões de crianças morando nas ruas; que milhões de pessoas estão migrando para as cidades porque não têm terra para trabalhar, expulsas pela expansão do latifúndio.

d) O interesse humano.

As notícias individuais e emotivas que despertam a compaixão:

O idoso exilado que quer morrer em sua pátria, a jovem operada de um fibroma gigante, a criança heroína que salvou do fogo a sua mascote, o reencontro do marido seqüestrado, a cândida Erêndira e sua avó desalmada. (LÓPEZ VIGIL, 1997, p. 244, tradução nossa).

É o tipo de notícia que aborda a humanidade em cada um. “O interesse humano se faz presente em todos os detalhes excepcionais de uma pessoa vulgar e em todos os detalhes vulgares de uma pessoa excepcional” (MIGUEL PÉREZ CALDERÓN apud LÓPEZ VIGIL, 1997, p. 244).

e) Sangue e sêmen.

Ou, em outras palavras, como diz López Vigil, o amor e o ódio, ou Eros e Tanatos, que se traduz como sexo e violência.

José López Vigil critica um tipo de valor-notícia adotado por boa parte da imprensa: o culto as personalidades. A tendência natural “do rebanho”, diz ele, é referir-se ao líder, ao chefe. Não importando o que faça ou deixe de fazer, o que diga ou “contradiga” o ídolo. São políticos, artistas e desportistas que vivem rodeados por uma nuvem de repórteres. O jornal diário mostra que só fazem notícias os homens públicos. “Boa parte das notícias que ouvimos ou lemos sobre os grandes deste mundo – estadistas e militares, empresários e cardeais – não são outra coisa senão publicidade grátis para eles ou campanha política disfarçada”. (LÓPEZ VIGIL, 1997, 243, tradução nossa).

Como foi visto no Capítulo III.5, o valor-notícia no jornalismo, não importando o veículo, tem critérios de noticiabilidade que são básicos. Há quase um consenso com relação a estes critérios: o insólito, o extraordinário (GEERTS discorda deste), a proximidade, o interesse humano, a guerra, a morte, relevância, notoriedade, calamidades, etc. São critérios amplos, genéricos, também aplicáveis ao radiojornalismo comunitário, mesmo considerando as peculiaridades da RC. Eles se constituem sempre numa base para seleção do que é notícia.

Se os responsáveis pelo jornalismo na rádio sabem o que é importante para a comunidade podem não apenas identificar o que é notícia a partir de um ponto de vista mais geral (saiu na grande imprensa, por exemplo), como relatar fatos da comunidade que, aos olhos de uma pessoa de fora, pareceriam desnecessários ou distantes do que se entende por jornalismo. É o caso das “notas sociais”²⁸⁴. Podemos ter o caso do ouvinte que liga, ou vai à rádio informar que está muito feliz porque sua filha vai se casar. Ou anuncia que vai fazer uma viagem para o Nordeste. A rádio pode se limitar a esse informe ou ampliar e contextualizar a migração, o porquê da migração, as condições de vida dos migrantes na cidade grande. Como também pode apelar e - como fazem alguns programas - explorar a miséria.

²⁸⁴ Consideraremos “notas sociais” os informes sobre as relações sociais e as conquistas pessoais e familiares dos que constituem a comunidade.

Noticiar sobre questões familiares ou pessoais é o que Jerry de Oliveira tratou como “pessoalidade”²⁸⁵. A nota ou o comentário sobre determinada pessoa será importante para todos.

Para López Vigil, no entanto, isso não é “notícia”:

A notícia para uma só pessoa tem outro nome. Se chama aviso, comunicado, serviço social... Em muitas emissoras da região existem espaços onde se anuncia o extravio de carteira, [...] a boda de Tomasa e o velório do avôzinho. Estes avisos não se qualificam como notícias, apesar de serem feitos de atualidade, porque lhes falta a dimensão coletiva. (LÓPEZ VIGIL, 1997, 231, tradução nossa)

Não concordamos com López Vigil. Consideramos que as “notas sociais” da comunidade são um contraponto saudável às tradicionais “colunas sociais”, presente na maioria dos jornais, grandes ou pequenos. As “colunas sociais” divulgam as atividades dos ricos e das celebridades, das elites locais e nacionais. Em contrapartida, as “notas sociais” da comunidade promovem a integração e a solidariedade entre os da comunidade, revelando, muitas vezes, detalhes da intimidade dos moradores que criam laços com os demais. Quando tornadas públicas pela rádio, “pequenas conquistas” individuais (formaturas, casamentos, aprovação em concurso), podem aproximar os da comunidade.

Mas isso não conflita tanto com o conceito de notícia estabelecido por López Vigil. Para ele “notícia é o relato de um feito atual de interesse coletivo” (LÓPEZ VIGIL, 1997, p. 232). Afinal, se uma “nota social” (ou “aviso”, como diz Vigil), individual ou familiar, provoca reações coletivas (e positivas, conforme os princípios das RCs, como a integração e a solidariedade) podemos considerar que esta nota é de interesse coletivo.

Diante do que foi exposto, podemos agrupar os informes de uma rádio comunitária em três linhas:

1. Notícia – O fato ou acontecimento nos moldes do jornalismo tradicional, com as peculiaridades estabelecidas neste capítulo para as RCs.

2. Serviço – Campanhas, oferta de emprego, localização de pessoa desaparecida, documentos perdidos, etc.

²⁸⁵ Entrevista por telefone em 02/06/2010.

3. Social/afetivo – Informes pessoais ou das famílias; reuniões, casamentos, batizados, etc.

VII.10 - Prestação de serviço

Uma das principais missões da RC é prestar serviços à comunidade e o radiojornalismo da emissora tem um grande papel nisso. Afinal, como foi visto nas emissoras pesquisadas, a prestação de serviços acontece mesmo quando não há um jornalismo mais presente – mesmo quando a rádio não tem programa específico de jornalismo há pessoas (locutores) fazendo isso.

Todas as emissoras comunitárias pesquisadas prestam serviços à comunidade²⁸⁶. Não é de estranhar. Existe uma demanda natural da comunidade em ser informada sobre quem está oferecendo empregos; há desempregados em busca de empregos; há pessoas tentando localizar documentos perdidos; a comunidade está interessada nas campanhas de Saúde, em matrículas nas escolas; há uma demanda por roupas e agasalhos, comida, utensílios domésticos, próteses e cadeiras de rodas, material de construção.

Pesquisa realizada por Ferreira, com 22 dirigentes de rádios comunitárias do Noroeste de São Paulo, identificou que, para mais da metade (59%) das emissoras ouvidas, a “prestação de serviços e a abertura à comunidade são os principais aspectos que determinam se uma emissora é ou não comunitária” (FERREIRA, 2006, p. 284).

VII.11 - Formato adequado à RC

De um modo geral, o tratamento dado à notícia numa rádio comunitária é diferenciado, singular. Como diz Cléber, da Valente FM, isso acontece desde a seleção da pauta até sua veiculação na rádio. Batista, da Utopia FM, também fala num “tratamento” especial para informação²⁸⁷. Cicilia Peruzzo observa que o tradicional lead não conta para as RCs: elas teriam mais debates, entrevistas e notas, do que reportagens²⁸⁸.

²⁸⁶ Consideramos, pela vivência na área, que isto acontece em todas as rádios comunitárias do país, autorizadas ou não.

²⁸⁷ Depoimento ao autor em 29/03/2010.

²⁸⁸ Depoimento ao autor em 19/05/2010.

Haveria, portanto, um formato de radiojornalismo próprio das rádios comunitárias.

Mas qual seria este formato singular? Não temos uma resposta conclusiva. Sabemos, porém, que ele se aproxima do conjunto das singularidades aqui apresentadas e que não é um modelo que se aplique a todas as RCs, principalmente se considerarmos que as comunidades são diferentes e requerem representações diferentes.

É engano pensar que, devido a proximidade geográfica e origem similar (movimentos populares), o radiojornalismo da Valente FM e o da Santa Luz FM adotam o mesmo padrão jornalístico. O noticiário da Valente FM está voltado para a comunidade de Valente, o que significa a adoção de determinados valores-notícias, fontes, enquadramentos, redação, e um formato, que são diferentes dos que são adotados pela Santa Luz FM. Cada rádio tem seu jeito de colocar a notícia no ar.

VII.12 - As principais fontes estão na comunidade

A rádio comunitária deve adotar a comunidade como principal fonte do seu jornalismo. É na comunidade que acontecem os fatos mais importantes para comunidade. São as pessoas do lugar, as lideranças, as instituições públicas ou privadas, sindicatos patronais ou dos trabalhadores, que mais frequentemente têm as informações necessárias para suprir o noticiário da RC.

Entre os entrevistados para esta pesquisa há um aparente consenso com relação ao tema.

A professora Cicilia Peruzzo diz que as principais fontes do radiojornalismo comunitário devem ser as pessoas comuns²⁸⁹. Mirim, da Rádio Novos Rumos, acredita que a notícia vem “através da denúncia dos ouvintes ou até mesmo elogios; a gente sai de dentro da rádio e vai procurar a notícia na rua²⁹⁰”. Denise Viola, da Rede de Mulheres no Rádio afirmou: “quem decide o que é notícia é o ouvinte da rádio²⁹¹”. Nesta mesma linha, Edisvânio, da Santa Luz FM, coloca que “notícia, sobretudo, é focar nas causas do município, da nossa cidade, da nossa

²⁸⁹ Depoimento ao autor em 19/05/2010.

²⁹⁰ Depoimento ao autor em 13/04/2010.

²⁹¹ Depoimento ao autor em 13/04/2010.

comunidade²⁹²”. O jornalismo da emissora de Santa Luz FM começa com o levantamento das notícias junto a sindicatos e associações, hospitais e Polícia.

Se, regra geral, a comunidade deve participar da RC, ao atuar como fonte ela fornece os principais elementos do jornalismo. Ao fazer isso ela é mais que uma fonte de informações: é quem dá e quem recebe as informações; quem provoca e é provocada. Quando isso acontece, a comunicação se orienta para sua forma mais horizontalizada – quando todos são fontes e são locutores, informantes, e também ouvintes. “O ouvinte participa fazendo a notícia²⁹³”, resume Cléber da Valente FM.

Notamos que a questão das fontes é uma questão do jornalismo em geral. No rádio – e não somente nas RCs – ela toma uma dimensão diferente. De acordo com Sant’Anna:

A imprensa radiofônica, dentre os diversos campos midiáticos, é a que mais se alimenta com as informações pré-produzidas pelas fontes. Um dos motivos talvez esteja no próprio formato tecnológico, já que para as fontes é fácil e barato produzir e difundir rádioreportagens, os chamados *rádios releases*. (SANT’ANNA, 2008, p. 77).

Recortar a notícia dos jornais e agências na internet e depois fazer a leitura no microfone da rádio não é uma prática exclusiva das comunitárias. Diz Jung:

Oito décadas depois (do surgimento do rádio), ainda é possível encontrar jornalistas de rádio que têm como “inspiração” jornais impressos. Notícias do dia anterior, que já não chamam a atenção nem dos leitores são reproduzidas em um veículo que tem compromisso com a agilidade. Erro provocado pela falta de pessoas, de tempo, de criatividade e de vergonha na cara. (JUNG, 2009, p.19).

Para Sant’anna “a exemplo do verificado na *webimprensa* brasileira, grande parcela do radiojornalismo se limita a um ato de *piratagem jornalística* ou *chupagem*, segundo o jargão profissional (autorizada ou não), onde prevalece o *copiar colar*” (2008, p. 88).

No rádio brasileiro, a maior parte do conteúdo [...] não é produzida por meio de um trabalho de apuração e checagem de informações em que o repórter “vai para a rua” antes de escrever a reportagem. O que acontece, na maioria dos casos, é a cópia de material de outros veículos. (ADGHIRNI apud SANT’ANNA, 2008, p. 88).

²⁹² Depoimento ao autor em 24/09/2009.

²⁹³ Depoimento ao autor em 27/09/09.

A cartilha elaborada pela Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), “Para fazer uma rádio comunitária com ‘C’ maiúsculo”, orienta o sobre as possíveis fontes de uma RC e de como o leitor fazer uso delas:

Jornais, revistas, outras rádios, telejornais e agências de notícias: tome cuidado para não reproduzir simplesmente o que é veiculado pela mídia em geral. Muitas vezes, tais informações são carregadas com uma postura tendenciosa, vinculada a interesses em desacordo com a proposta das comunitárias;

Documentos e bibliotecas: enciclopédias renomadas e documentos emitidos por instituição com credibilidade são ótimas fontes. No caso dos livros, procure informar-se sobre os autores para compreender melhor suas idéias e intenções;

Correspondentes: jornalistas que trabalham para a emissora ou o programa que têm como tarefa recolher periodicamente os fatos da sua área para enviar com a sua própria voz;

Internet: a rede mundial de computadores oferece de tudo, o que presta e aquilo que não é confiável. Dentro da mídia descentralizada, existem dezenas de blogs, portais, páginas e fontes de informação populares muito interessantes. Dentre estas, estão dezenas de páginas com arquivos de conteúdos de áudio e que podem ser baixados gratuitamente. A pesquisa permanente é a melhor maneira de se informar e buscar os bons conteúdos da internet. Mas aqui, as fontes são sempre suspeitas. Priorize pesquisas fatuais, com dados brutos e legalmente respaldados, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Controladoria-Geral da União (CGU), etc. Além de portais renomados de movimentos populares, jornalismo de investigação e instituições de ensino. Eles darão mais credibilidade às informações veiculadas. (GIRARDI; JACOBUS, 2009, p. 56).

Para José Cleves, as fontes de informação se dividem em dois campos: **oficial** e **alternativa**. Segundo Cleves (2009, p. 179):

- **Fonte oficial** é a autoridade pública ou alguém que fale por ela.

- **Fontes alternativas** são as “oficiosas” (pessoas não autorizadas a falar pela autoridade, mas ligadas ao poder) e as “independentes” (informantes e testemunhas “sem ligação jurídica com o caso”). Segundo José Cleves, para o jornalismo investigativo, as fontes independentes são as mais confiáveis.

VII.13 - Propaganda não é jornalismo

A publicidade nas rádios comunitárias deve obedecer a critérios específicos, diferentes dos que são adotados para as emissoras comerciais. Considere-se que, no caso da RC, o que for colocado como fala publicitária deve ter o aval da comunidade. Podemos considerar que a comunidade pode não ficar satisfeita se a “sua” rádio comunitária promover o comércio de agrotóxicos ou de produtos

suspeitos. E tudo ficará mais complicado ainda se a propaganda for mascarada e veiculada como jornalismo, ocultando os reais interesses do enunciado, enganando a audiência²⁹⁴.

Sobre o assunto, disse Jung:

Deve-se ter muito claro que o fato de que notícia não é propaganda, não tem preço e não se resolve com dinheiro – pelo menos em um cenário socialmente responsável. [...] É preciso deixar claro para o mercado a total independência do departamento de jornalismo, não apenas quanto ao assédio comercial, mas também às pressões políticas. (2009, p. 88)

As pressões políticas numa cidade do interior podem se converter em negócios, e, depois em jornalismo comprometido com os políticos. Não é jornalismo, mas propaganda, “vendida” aos ouvintes como notícia. Uma entrevista com o prefeito ou deputado, a inauguração de uma obra, a crítica a determinados políticos e o elogio a outros, podem ocultar à comunidade a existência de contratos de publicidade estabelecidos entre a rádio comunitária e alguns políticos.

Portando, ao definir o que é propaganda, mostrando que ela não se mistura com o jornalismo, a RC qualifica o trabalho desse jornalismo. A Rádio Valente, conforme Cléber, deixou claro para a Prefeitura de Valente – um dos grandes poderes locais – sobre o que é território da propaganda e o que é do campo jornalístico. Para Cleber está claro: “é comercial? está fora do jornalismo²⁹⁵”.

O estabelecimento das fronteiras entre os dois campos inaugura mais um critério diferencial e singular do jornalismo das RCs. Porque, se é certo, como alerta Jung, que o jornalismo e o departamento comercial devem manter distância, numa RC esta distinção de atividades pode ser um dos grandes diferenciais entre rádio comunitária e rádio comercial. Não que a comercial seja venal, afinal ela também pode colocar no ar um jornalismo isento, feito com liberdade. Ocorre que o compromisso da rádio comercial com a comunidade atingida é de outro tipo: é mais aberto, menos “amarrado” com a comunidade. Na rádio comunitária, todavia, esse compromisso é um “laço de sangue” – quem faz a RC, em teoria, é a comunidade. Se a direção da rádio ou algum apresentador de programas fizer propaganda como

²⁹⁴ Deve-se observar que tanto o Código de ética dos jornalistas, aprovado em assembléia da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), quanto o Código de ética da propaganda, aprovado pelo Conselho nacional de Auto-regulamentação (CONAR), estabelecem como princípio que todos veículos deve deixar claro ao leitor, ouvinte, telespectador, o que é jornalismo e o que é publicidade – os dois não podem se confundir.

²⁹⁵ Depoimento ao autor em 27/09/2009.

se fosse jornalismo, isto é, se mentir para a comunidade, ele estará traindo os “seus irmãos de comunidade”.

VII.14 - O tempo do jornalismo é dado pela notícia.

O jornalismo de uma rádio comunitária não se limita ao tempo da programação. Existe a liberdade para o noticiário avançar sobre a grade de programação, indo além do estabelecido. Trata-se de valores. O que é mais importante para a rádio comunitária? A notícia fechada na redação ou na fala do locutor, a obediência à grade de programação, ou o atendimento à demanda da comunidade por mais informes?

Quando não está noticiando (informes, serviços, notas,...) a rádio está tocando música. Portanto, a decisão é quase sempre sobre noticiar ou tocar música. E, no entendimento de vários entrevistados, a notícia deve prevalecer. Mesmo aqueles dirigentes de emissoras que não têm jornalismo formal reconhecem que a notícia deve entrar na programação a qualquer momento.

Esta liberdade do radiojornalismo para crescer conforme a pauta é uma singularidade já observada em algumas rádios comunitárias (conforme relato de Jerry de Oliveira, de São Paulo, e Mirim, do Rio de Janeiro). De fato, é difícil imaginar um radiojornalismo comunitário – de serviços, integração, cultura e educação da comunidade, como estabelece os fundamentos da emissora – submetida a uma grade que aprisiona o noticiário a tempos determinados. As notícias que são importantes para comunidade – boas ou más - não podem se submeter a tais limites. A comunidade sairia perdendo caso a rádio deixasse de noticiar ou debater com a necessária profundidade temas que lhe dizem respeito. Não teria sentido, por exemplo, o momento mais “quente” de um debate sobre temas polêmicos (mau atendimento à saúde, abuso policial, homofobia, entre outros) ser interrompido para entrar um programa musical.

Jerry de Oliveira diz que numa rádio comunitária a programação tem que ser flexível: “é o assunto quem determina o tempo da matéria. Mais importante é esclarecer todas as dúvidas²⁹⁶”. A professora Cicilia Peruzzo também considera que a flexibilidade do tempo no jornalismo é marca das rádios comunitárias. Para ela: “a

²⁹⁶ Entrevista por telefone em 02/06/2010.

matéria pode se estender, conforme sua importância para comunidade. Bons assuntos merecem mais tempo²⁹⁷”.

²⁹⁷ Depoimento ao autor em 19/05/2010.

VIII – PRÉ-CONCLUSÕES

A pesquisa realizada nas emissoras comunitárias e a nossa convivência com o tema permitem-nos destacar outros aspectos do radiojornalismo comunitário que não são necessariamente conclusivos. São observações adicionais que consideramos importante para este trabalho. Alertamos, porém, que estas observações merecem estudos mais aprofundados e não se aplicam apenas às emissoras pesquisadas.

VIII.1 – Contexto político precariza radiojornalismo comunitário

A situação de precariedade técnica e de infra-estrutura das RCs resulta num jornalismo também precário. Se faltam recursos humanos e financeiros, se a legislação restringe, se os poderes locais (políticos, militares, empresariais e religiosos) pressionam para que a rádio se submetida a eles, o resultado é um jornalismo limitado. Mesmo quando há gente mais preparada para função e a rádio tem uma tradição de luta (caso de Heliópolis, Valente FM e Santa Luz FM), as restrições estruturais impedem um jornalismo mais eficiente. As três emissoras citadas valorizam o jornalismo, têm pessoas qualificadas no jornalismo, mas falta gente preparada para fazer reportagens.

VIII.2 – Falta de infra-estrutura influi negativamente no jornalismo

O equipamento básico de uma rádio comunitária consiste num estúdio com transmissor, antena, mesa de som, telefone, microfones, computador. Nem todas as rádios possuem a chave híbrida, que permite a intervenção do ouvinte por telefone, ou gravador de qualidade.

A grande maioria das RCs não dispõe dos equipamentos que garantam o deslocamento do repórter até o local do acontecimento. Em alguns casos (Santa Luz FM), quando o repórter precisa fazer uma matéria fora da rádio tem que usar o ônibus ou pegar carona.

Essas limitações de equipamentos restringem o jornalismo. Uma matéria pode ir ao ar sem com poucas informações ou simplesmente não ir ao ar.

VIII.3 - Jornalismo em RC é noticiar

As RCs consideram que jornalismo é: opinar sobre determinado assunto; ler notícias veiculadas nos jornais, TV, revistas, notas na internet; reclamações da comunidade; texto produzido para o noticiário.

VIII.4 - “Notícia” é um conceito amplo

Algumas RCs consideram que notícia é todo tipo de informação que a rádio pode colocar no ar. Isso inclui informar o horóscopo do dia, apresentar o resumo da novela; mandar beijo para namorada, dedicar música para o ouvinte.

VIII.5 - Presença do jornalista favorece o jornalismo

Das oito emissoras pesquisadas, somente uma tem jornalista formado (Heliópolis FM). A Valente FM não tem jornalista atuando, mas o responsável pelo jornalismo, Cléber Silva, leciona na Faculdade de Jornalismo. No momento da pesquisa, a Santa Luz FM tinha três dos seus colaboradores estudando jornalismo, incluindo o responsável pelo setor, Edisvânio Nascimento. Há críticas, porém, ao jornalista formado que quer impor à RC o padrão de uma emissora comercial.

VIII.6 - Assistencialismo

Embora condenado por algumas rádios pesquisadas (Valente, Santa Luz, Heliópolis e Utopia FM), o assistencialismo²⁹⁸ é praticado em rádios comunitárias de todo país. É comum ele se confundir com prestação de serviços.

VIII.7 - Violência

O tema violência é recorrente nas comunidades de poucos recursos. Ela é parte do cotidiano. E as rádios comunitárias são permanentemente instigadas a tratarem do assunto.

A primeira tentação é fazer uma abordagem nos moldes dos programas policiais que proliferam na mídia comercial. Isto é, a partir da perspectiva do policial. O jornalista se posiciona “atrás do policial” e de lá, bem protegido, a partir

²⁹⁸ Entendemos “assistencialismo” como práticas de ajuda às pessoas que não promovem a cidadania nem visam transformar sua atual condição social. Alguns fazem isso, equivocadamente, de boa fé, visando ajudar o próximo; outros de má fé, com o objetivo de manipular as pessoas.

desse plano e desse discurso, reporta o acontecimento. Há casos de jornalistas que xingam o detido²⁹⁹, fazem o devido julgamento e estabelecem a sua punição.

Autores como Jung criticam o jornalismo policialesco, presente em rádios e televisões brasileiras:

O jornalista não pode se deixar influenciar pelos preconceitos que emanam da sociedade principalmente em momentos em que esta se encontra acuada pela violência. Ele tem obrigação de levar ao público elementos que mostrem a necessidade de se preservar o respeito aos direitos humanos, defender um comportamento ético e aceitar as diferenças, mesmo que essas idéias, em situações críticas e de perda de valores, não soem simpáticas para determinado público. (JUNG, 2009, p. 110).

Para José Cleves, jornalista, e ele próprio vítima do jornalismo policialesco³⁰⁰, o jornalismo investigativo primeiro investiga para depois denunciar. Mas é comum no jornalismo tradicional o repórter reproduzir a opinião da polícia.

Fazer jornalismo baseado em boletins policiais ou em dossiês, como se a denúncia, por si só, fosse notícia – a rigor, é anti-jornalismo – não é uma conduta ética. (CLEVES, 2009, p. 155).

Considerando que a violência é parte do cenário de vida da comunidade, e, portanto, tem relação direta com os amigos, vizinhos, famílias da comunidade, as rádios comunitárias estão descobrindo que precisam fazer uma abordagem diferente da violência. Principalmente porque todos se conhecem. Mas também para evitar retaliações de criminosos ou acusados, da família ou amigos dos acusados. Se a rádio comunitária está instalada numa região controlada pelo tráfico, não é conveniente colocar a emissora na frente de batalha contra os traficantes³⁰¹.

Todas as rádios comunitárias pesquisadas estão, direta ou indiretamente, procurando uma nova forma de abordar a violência. A Valente FM, Sol FM, Heliópolis FM e a Santa Luz FM parecem estar próximas de um padrão: mais

²⁹⁹ Isto acontece principalmente em rádios e televisões comerciais de vários pontos do país. Pessoalmente encontramos esses “programas policialescos” em Aracaju e Recife.

³⁰⁰ Em seu livro “A Justiça dos lobos”, José Cleves relata como a polícia, em retaliação aos seus trabalhos no jornal Estado de Minas - quando denunciou a “banda podre” da corporação - forjou provas para incriminá-lo por um crime que não cometera, o assassinato de sua mulher. Boa parte da imprensa mineira e emissoras em rede nacional aceitaram cupidamente a versão policial, sem questionar a autoridade, sem apurar informações. “Ninguém investigou nada, mas todos, polícia, imprensa e Ministério Público, queriam minha condenação” (CLEVES, 2009, p. 115). O caso foi a júri popular no dia 7 de abril de 2006. O advogado de defesa (Marcelo Leonardo) desmontou facilmente todas as “provas” montadas e Cleves foi absolvido. Os jurados gastaram menos de cinco minutos para anunciar o que a imprensa desdenhou durante mais de cinco anos: [...] que o inquérito policial era uma farsa” (Idem, p. 124). Placar: 7 a 0, pela absolvição.

³⁰¹ Em outras regiões do país, observamos rádios que optaram por orientar genericamente os jovens, aconselhando-os a não se envolverem com as drogas. Este “aconselhamento cotidiano” da rádio resulta de um “acordo” com os traficantes. Eles admitem que a RC dê conselhos aos jovens, mas censuram a citação dos nomes dos envolvidos, casos de prisão, e mesmo notícias “em detalhes” de acontecimentos que dizem respeito ao tráfico. A rádio pode informar que fulano morreu e que seu sepultamento será tal dia e tal hora, mas não pode precisar como, onde e os motivos da morte. Este é um caso. Não há uma regra fixa, porém.

importante que relatar um acontecimento é fazer um debate sobre a violência, analisando suas causas e consequências. Estas emissoras já chegaram á conclusão de que nem sempre a polícia, o poder instituído, está ao seu lado e, portanto, não devem relatar os acontecimentos a partir da visão policial. A comunidade que sofre com as ações policiais (porque em alguns casos estas ações se estendem aos inocentes), tem dificuldades em aceitar uma RC que copia o modelo tradicional de programa policiaisco das emissoras comerciais.

As RCs sabem que, se não devem abrir uma guerra contra os marginais, tampouco podem fazer guerra com a polícia. A polícia existe, é aparato de Estado, e se comete os abusos, ela também atua (ou pode atuar) para proteger a comunidade. A polícia é quase sempre “estrangeira” na comunidade. Ela entra na comunidade para “resolver um problema” e depois vai embora. Mesmo quando se instala no lugar, por razões de segurança e eficiência da própria polícia, seu efetivo não é dali. Já no interior do país a polícia é formada por moradores da comunidade, todos se conhecem e se encontram nos espaços públicos. Como a RC vai lidar com policiais que cometem abusos se eles fazem parte da comunidade, circulando entre os da comunidade? São estes policiais que não admitem críticas, como observou Cléber, da Valente FM³⁰².

A alternativa que as RCs estão encontrando é, além de adotar como padrão o debate da violência e o aconselhamento aos jovens sobre a criminalidade, manter uma relação institucional com a polícia. Mas não é fácil. Cléber, da Valente FM, Claudinha, de Heliópolis, e Edisvânio, da Santa Luz FM, relatam que a polícia não se sente a vontade em debater os problemas de violência da comunidade com a comunidade e menos ainda no espaço de visibilidade, que é a RC. Os três dizem que é comum a instituição fugir dos debates negando-se a discutir abusos que teriam sido cometidos pelos policiais.

Por razões conjunturais locais, as rádios comunitárias estão sendo obrigadas a fugirem do padrão de abordagem da violência presente no jornalismo “policialesco”. E estão se encaminhando para um radiojornalismo que valoriza a educação, a integração e solidariedade entre os da comunidade, como estabelecem os princípios (e compromissos) da emissora.

³⁰² Depoimento ao autor em 27/09/2009.

Temos que considerar, porém, que a comunidade carente é também, e principalmente, carente de fala. E se no rádio ou na TV surge um “paladino da justiça”, aquele que xinga os “bandidos”, crítica a “insensibilidade” das autoridades, a ausência dos poderes constituídos, responsabilizando-os pelos crimes e pela violência, é alçado à condição de porta-voz da população.

A abordagem da violência de um modo específico nas RCs é algo que se instala. No entanto, podemos afirmar que neste momento as emissoras citadas na pesquisa estão refletindo sobre o tema, e já deram quatro passos neste sentido: 1) perceberam que o padrão policiaresco das emissoras comerciais não lhes serve, (pelo contrário, é extremamente nocivo); 2) as instituições policiais não estão preparadas para abordagens diferentes das tradicionais; 3) em alguns casos é preciso fazer pactos com os marginais; 4) o debate aberto com todos da comunidade (incluindo autoridades e o cidadão comum), e não apenas com os envolvidos no conflito, substitui o padrão unilateral, elitista, discriminador e sensacionalista do atual jornalismo de polícia.

VIII.8 - Formação superior dá mais qualidade ao jornalismo

Um dos fatos mais evidentes nas emissoras pesquisadas é que a presença de pessoas com graduação superior no comando do jornalismo lhe dá mais qualidade (o processo de produção de notícias e o noticiário veiculado se aproximam de um fazer jornalismo). Três emissoras mostram isso: Valente FM, Santa Luz FM e Heliópolis.

A formação superior faz a diferença porque a prática jornalística requer um conhecimento extra. Ocupar o microfone da rádio para anunciar músicas, fazer um programa de variedades, ler notícias da internet, não requer habilidades especiais. Contudo, escrever uma matéria, entrevistar uma autoridade, colher dados e fazer uma denúncia requer um conhecimento especializado, algo que se aprende somente num curso de jornalismo ou numa formação especializada. Cléber e Edisvânio não são jornalistas, mas os dois têm vários cursos de formação, são líderes comunitários, fundaram e atuam em emissoras comunitárias. Os dois perceberam a importância da RC noticiar e investiram nisso enquanto “paixão pessoal”, mas também profissionalmente. Cléber dá aula de rádio no curso de comunicação da

UNEB, e Edisvânio, ganhou o prêmio “Jornalista amigo da criança”, concedido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI).

Observamos, porém, que se a formação superior (não necessariamente de jornalista) qualifica mais o jornalismo da rádio, há emissoras com um embrião de jornalismo produzido por pessoas sem a formação de terceiro grau.

VIII.9 - Origens comunitárias da RC reforçam um bom jornalismo

As emissoras que têm jornalismo mais forte estão naquelas que têm melhores histórias de mobilização comunitária. Elas nasceram de mobilizações populares e enfrentaram muitas batalhas até chegarem ao que são hoje. As três emissoras que têm essa origem comunitária são: Valente FM, Santa Luz FM e Heliópolis.

VIII.10 - Boa remuneração dá bom jornalismo

A Valente FM é a RC que melhor remunera seus profissionais. É também a rádio que tem o jornalismo melhor estruturado. As emissoras que têm jornalismo mais presente (Valente e Santa Luz FM) remuneraram os responsáveis.

VIII.11 - Melhor jornalismo depende de melhor formação

Quanto mais qualificados os recursos humanos melhor o radiojornalismo. Vimos isto na Santa Luz FM e na Valente FM. A capacitação rende bom jornalismo.

VIII.12 - Fontes de informação associadas à credibilidade

A credibilidade da rádio tem relação direta com as fontes de informação. Rádios focadas na comunidade têm mais credibilidade que rádios focadas nos notáveis.

VIII.13 - Legitimação da rádio

Rádios independentes em relação ao poder se legitimam junto ao Estado e junto à comunidade. Rádios que atuam como cão de guarda da sociedade se legitimam junto à comunidade. Rádios que se submetem ao poder instituído perdem a credibilidade junto à comunidade.

VIII.14 - A internet é a principal fonte

A Internet é fundamental para “baixar notícias”, matérias (das agências de rádio) ou dados que podem gerar notas ou reportagens.

VIII.15 – Liberdade de fazer RC sucumbe na comercial

Os locutores entrevistados disseram que fazer rádio comunitária significa ter liberdade de opinar, expressar-se, fazer o trabalho ao jeito de cada um. Mas essa liberdade tem prazo de validade para os que estão se profissionalizando. Os mais competentes podem ser convidados para trabalhar em rádios comerciais, trocando essa liberdade por um novo status salarial.

Em resumo: as rádios comunitárias estão formando profissionais para as rádios comerciais.

VIII.16 - O rádio tem um “encantamento” que atrai as pessoas

As pessoas fazem rádio por vários motivos: por entretenimento, lazer, para fazer algo pela comunidade, pelo prazer de falar para muitos, por vaidade, em busca de uma profissão... Há um “encantamento” em fazer rádio. E fazer jornalismo é parte desse encantamento.

VIII.17 – O sotaque é um elemento agregador³⁰³

Algumas emissoras de rádio e TV comerciais censuram o sotaque do locutor ou apresentador (jornalista, inclusive) com o argumento de que ele dificulta a compreensão da informação junto ao público. Não concordamos com isto.

No caso das RCs comunitárias o uso do sotaque é quase uma exigência da comunidade. O sotaque aproxima os da “tribo”, criando essa intimidade de fala, sedimentando um dos elementos chaves da comunidade, que é uma língua comum.

³⁰³ A questão do sotaque foi incorporada à Dissertação por sugestão do Professor Fernando Oliveira Paulino, integrante da banca que analisou este trabalho.

IX – CONCLUSÕES

IX.1 – O observado

Fazer rádio comunitária é uma atividade extremamente difícil no Brasil. Principalmente quando se adota como objetivo fazer uma rádio de qualidade em termos de gestão, programação e participação democrática.

Historicamente o Estado tem privilegiado as grandes redes de comunicação, e o aparecimento de uma legislação específica para as RCs não alterou essa prática. Temos, conforme, Michel Foucault, a imposição de uma “ordem disciplinar”: impõem-se regulamentos, normas, controle, punições, com o objetivo de tornar dóceis e subservientes os indivíduos e os grupos. No caso, as rádios comunitárias.

O Estado impôs diversas limitações ao exercício do Sistema de Radiodifusão Comunitária (Radcom): legislação restritiva; burocracia complexa e sujeita a interferências de políticos e religiões; segregação do dial; descumprimento da lei; repressão abusiva e direcionada; poder de polícia aos agentes públicos da Anatel.

Por conta dessas imposições do Estado, as rádios comunitárias têm grandes dificuldades de sobrevivência. Como manter suas instalações e a infra-estrutura de trabalho se há restrições que impedem a captação de recursos? Como qualificar e remunerar a sua “mão-de-obra”- hoje formada por voluntários que, tão logo estão “preparados” para função, vão trabalhar em rádios comerciais? Como manter os recursos humanos necessários para colocar a rádio no ar?

O Estado e seus parceiros (as grandes redes de comunicação, as religiões, os grandes interesses econômicos) montaram uma estrutura legal-burocrática-repressiva com o objetivo de desqualificar, inviabilizar ou, em último caso, manter sob controle as rádios comunitárias. É uma tentativa deliberada, tirânica, de liquidar um dos grandes dispositivos de promoção do desenvolvimento humano, social e econômico, existente hoje no Brasil.

Embora este trabalho não tenha avançado na questão política, porque, afinal, não era seu objetivo, temos claro que estas ações sobre as rádios comunitárias ocorrem principalmente porque as rádios comunitárias: 1) surgem com o “estigma” da rebeldia, do inconformismo, da transformação, da reflexão; 2) adotam como

princípio a promoção de valores humanos fundamentais (solidariedade, integração; promoção da educação e cultura); 3) têm como fundamento das suas atividades a promoção e o exercício da democracia.

As RCs incomodam aos poderosos porque elas fazem o “povo” pensar. Elas asseguram ao cidadão e à cidadã o direito à liberdade de expressão. Elas refazem o conceito de propriedade (a comunidade é “dona” da rádio) no campo das comunicações, aonde se instalou a cultura de propriedade sobre o que é um bem público (as concessões). As rádios comunitárias reconstróem o conceito de comunicação como “compartilhamento” – não é somente um que fala e os demais escutam, na RC todos falam e todos escutam. Por princípio.

São princípios, fundamentos. Eles não se aplicam às aberrações existentes – rádios que se dizem comunitárias, mas estão nas mãos de padres ou pastores, empresários, políticos, ou pertencem a determinado grupo. No Capítulo II.8 definimos claramente o que é rádio comunitária “de qualidade”, exatamente para evitar que se confundam práticas desonestas, criminosas, indecentes, com aquilo que de fato deve ser tratado como rádio comunitária. Observamos que os critérios estabelecidos no Capítulo II.8 representam um Norte, um ideal de RC, mas o fato de uma emissora não ter alcançado este patamar não significa que ela não seja rádio comunitária. Os nossos critérios não são absolutos. “Buscar a verdade”, tentar fazer uma “RC de qualidade”, é buscar os princípios que norteiam as RCs, e isso é muito mais importante que encontrar “a verdade absoluta” (chegar ao padrão solidificado, estagnado) – a verdade também é uma coisa orgânica.

Quanto ao radiojornalismo nas rádios comunitárias.

Nossa pesquisa revela que, nas condições atuais, é inviável para as rádios comunitárias fazerem um jornalismo de mais qualidade. Basicamente por três motivos: 1) falta uma estrutura de trabalho; 1) não há como remunerar jornalistas ou mesmo gente mais qualificada para a função. b) quando qualificados, os voluntários são atraídos para as emissoras comerciais.

Há uma tendência das RCs reproduzirem a programação das emissoras comerciais, incluindo o jornalismo (ou pseudo) que é veiculado nelas. Essa é uma

tendência esperada, afinal a hegemonia das comerciais no dial criou um padrão histórico de rádio e a comunidade se “educa” nesse padrão.

O radiojornalismo singular nas RCs está em construção. Descobrimos indícios aqui e ali, em práticas e concepções teóricas, mas também em construções sedimentadas e específicas das rádios comunitárias. Podemos afirmar que existe esta tendência em se criar um jornalismo singular, mas ele não está totalmente claro e nem ousamos prever quando este processo se concluirá. Inferimos que este jornalismo singular ficará nos limites dos quatorze conceitos/práticas esboçados no Capítulo VIII (Conceitos de radiojornalismo comunitário): 1) A notícia como “um processo”; 2) O ouvinte faz a notícia; 3) Linguagem informal; 4) Prioriza o local; 5) Compromisso com a comunidade; 6) A notícia é serviço para o social; 7) Credibilidade; 8) Liberdade do radiojornalismo; 9) Valor-notícia focado na comunidade; 10) Prestação de serviço; 11) Formato adequado à RC; 12) As principais fontes estão na comunidade; 13) Propaganda não é jornalismo; 14) O tempo do jornalismo é dado pela notícia.

As condições políticas e econômicas dadas para criação e manutenção de uma rádio comunitária são tão limitantes que seria temerário de nossa parte estabelecer estes conceitos como definitivos. Vemos neles uma possibilidade grande de estratificação, mas alertamos que isso ocorre dentro das atuais condições: temos, de um lado, um grupo com postura ideológica contrária as RCs (o Estado, as grandes redes de comunicação, algumas religiões); do outro, os interessados em fazer rádios comunitárias de qualidade, movidos também por razões ideológicas, mas, principalmente, pela “paixão” que a atividade alimenta.

Além da necessidade de se fazer grandes mudanças na legislação, o outro modo do radiojornalismo nas rádios comunitárias ter mais qualidade é através de uma melhor qualificação e remuneração para quem o faz. As rádios pesquisadas que mostram um jornalismo mais presente representam exceção à regra, ou, pelo menos, ao que se esperava delas. Este jornalismo sobrevive graças ao esforço

particular de alguns e ao apoio de algumas instituições públicas³⁰⁴ e ONGs, que investem em projetos sociais ou atuam em parceria com nas RCs.

IX.2 – Projeções

As condições atuais contribuem negativamente para a manutenção da RC, mas percebemos uma tendência – a longo prazo - desse processo se estabilizar e de termos um radiojornalismo característico dessas emissoras. Frisamos, porém: essa é uma afirmação temerária, daí usarmos a expressão “longo prazo”.

Nas atuais condições políticas e econômicas não vislumbramos jornalismo de mais qualidade para as rádios comunitárias. Para que o radiojornalismo deixe de ser precário ou inexistente nas RCs seria preciso que:

- 1) a legislação em vigor fosse modificada;
- 2) o Poder Público atuasse de forma **honesto** na certificação das RCs;
- 3) o Poder Público promovesse a qualificação dos que atuam em RC;
- 4) o Poder Público, em todas as instâncias, investisse recursos nas RCs;
- 5) houvesse organização e mobilização das RCs, descartando o apoio de algumas entidades³⁰⁵;
- 6) houvesse uma mudança (substancial) de rumo do Estado no tratamento da questão rádio comunitária;
- 7) ONGs, universidades, instituições públicas e privadas, formassem parcerias com as rádios comunitárias, visando a promoção da emissora, em especial, quanto a qualificação do seu quadro de “voluntários”;
- 8) as RCs valorizassem e investissem mais no seu jornalismo. O jornalismo pode contribuir para uma transformação social e econômica da comunidade que pode representar o crescimento da rádio e do seu jornalismo.

³⁰⁴ O próprio Estado, em alguns casos. O Ministério da Saúde, por exemplo, há mais de dez anos faz parceria com rádios comunitárias para divulgar campanhas de Saúde, especial com a DST/AIDS.

³⁰⁵ Consideramos a Abraço nacional é uma referência questionável para tratar de rádios comunitárias.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Ideias para a sociologia da música. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCOLOTO, Valci (orgs.). **Teorias do rádio: Textos e contextos**, Florianópolis: Insular, vol. II, 2008. p. 173-178

ALVES, Rosental Calmon. Radiojornalismo e a linguagem coloquial. In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio: Textos e contextos**, Vol. I. Florianópolis: Insular, 2005. p. 163-168.

ANDRADE, Mário de. A língua radiofônica. In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio: Textos e contextos**, Vol. I. Florianópolis: Insular, 2005. p. 113-117.

BACHELARD, Gaston, Devaneio e rádio. In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio: Textos e contextos**, Vol. I. Florianópolis: Insular, 2005. P. 129-133.

BALSEBRE, Armand, A linguagem radiofônica. In: MEDITSCH, Eduardo. **Teorias do rádio: Textos e contextos**, Vol. I. Florianópolis: Insular, 2005. p. 327-336

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de radiojornalismo – produção, ética e internet**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BARBERO, Jesus Martin. Comunidades falsificadas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 ago. 2009. Caderno “Mais!”. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=552ENO004>> Acesso em: 14 jun. 2010. Entrevista concedida a Renato Essenfelder.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECKER, Fernando. **O que é construtivismo?** Revista de Educação AEC, Brasília: v. 21, n. 83, p. 7-15, abr./jun., 1992.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **A fome que não sai no jornal:** o discurso da mídia sobre a fome. Brasília: Plano Editora, 2002.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade.** São Paulo: Perspectiva, 1987.

CAMPOS, Pedro Celso. **Introdução ao Radiojornalismo.** Disponível em: <<http://webmail.faac.unesp.br/~pcampos/Introducao%20ao%20Radiojornalismo.htm>> [19-?]. Acesso em: 10 set. 2010.

CASAQUI, Vander. Propaganda. In: MARCONDES FILHO, Ciro (org.). **Dicionário da Comunicação.** São Paulo: Paulus, 2009. p. 291-292.

CASAQUI, Vander. Publicidade. In: MARCONDES FILHO, Ciro (org.). **Dicionário da Comunicação.** São Paulo: Paulus, 2009. p. 295-296.

CLEVES, José. **A justiça dos lobos:** porque a imprensa tomou o meu lugar no banco dos réus. Belo Horizonte: Biográfica, 2009.

COSTA, Sérgio. O desafio da ética em pesquisa e da bioética. In: DINIZ, Debora; SUGAI, Andréa; GUILHEM, Dirce; SQUINCA, Flávia. **Ética em pesquisa:** temas globais. Brasília: Letras livres: UnB, 2008. p. 25-52.

CUNHA, Mágda. A era pós-mídia desenhada nas rádios livres: o pensamento de Felix Guattari. In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio:** Textos e contextos, Vol. I. Florianópolis: Insular, 2005. p. 209-222.

DIJK, Teun A. Van, **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2008.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano:** a essência das religiões. Lisboa: Livros do Brasil, [19-].

FERREIRA, Gisele Sayeg Nunes. **Rádios comunitárias e poder local:** estudo de caso de emissoras legalizadas da região Noroeste do estado de São Paulo. 2006. 2006. 309 f. Dissertação (mestrado). Ciências da comunicação, USP, São Paulo, 2006.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Latinoamericanos buscando lugar em este siglo**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

GEERTS, Andrés. **Guia para El trabajo com corresponsales populares**. Série: como hacer rádio popular nº 1. Quito (Equador): Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER), 1993.

GEERTS, Andrés. **La noticia popular**. Manual de Capacitación nº 4. Quito (Equador): Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER), 1992.

GHEDINI, Fred. **Nas ondas sonoras da comunidade: a luta pelas rádios comunitárias no Brasil**. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005

GIRARDI, Ilza; JACOBUS, Rodrigo (Org.). **Para fazer rádio comunitária com “C” maiúsculo**. Porto Alegre: Revolução de Idéias, 2009. Disponível em: <<http://www.editorarevolucaoideias.com.br/ebooks/RADIO%20COMUNITARIA.pdf>> Acesso em: 9 nov. 2010.

GOFFMAN, Erving. A fala do rádio – um estudo dos percursos dos nossos erros. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCOLOTO, Valci (orgs.). **Teorias do rádio: Textos e contextos**, Florianópolis: Insular, vol. II, 2008. p. 297-325

GUARESCHI, Pedrinho; Biz, Osvaldo. **Mídia e democracia**. Porto Alegre: [s.n.], 2005.

GUATTARI, Felix, Milhões e milhões de Alices no ar. In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio: Textos e contextos**, vol. I. Florianópolis: Insular, 2005. p. 199-207.

GUILHEM, Dirce, Glossário. In: DINIZ, Debora; SUGAI, Andréa; GUILHEM, Dirce; SQUINCA, Flávia. **Ética em pesquisa: temas globais**. Brasília: Letras livres: UnB, 2008. p. 373-395.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HESSEN, Johannes. Investigação fenomenológica preliminar. In: **Teoria do conhecimento**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. P. 19-45.

JESUS, Sônia Meire de; BRETAS, Silvana Aparecida. La universidad y las políticas sociales. In: BOLÃNO, Cesar; JESUS, Sônia Meire de; SANTOS, Verlane Aragão (Orgs.). **Comunicación, educación y movimientos sociales em América Latina**. Brasília: Casa das musas, 2009. P. 177-191.

JUNG, Milton. **Jornalismo de rádio**. São Paulo: Contexto, 2009.

KAPLÚN, Mario. A natureza do meio: limitações e possibilidades do Rádio. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCOLOTO, Valci. **Teorias do rádio: Textos e contextos**, vol. II. Florianópolis: Insular, 2008. p. 81-90.

KERLINGER, Frederick Nichols. A natureza da ciência e da pesquisa científica. In: **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EPU, 2007. p. 1-21.

KOGAWA, Tetsuo. Rumo ao rádio polimorfo. In: In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCOLOTO, Valci. **Teorias do rádio: Textos e contextos**, vol. II. Florianópolis: Insular, 2008. p. 263-272.

KOTTOW, Miguel. História da ética em pesquisa com seres humanos. In: DINIZ, Debora; SUGAI, Andréa; GUILHEM, Dirce; SQUINCA, Flávia. **Ética em pesquisa: temas globais**. Brasília: Letras livres: UnB, 2008. p. 53-86.

LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 3ª São Paulo: Atlas, 1991.

LEAL, Sayonara de Amorim Gonçalves. **Rádios comunitárias no Brasil e na França: democracia e esfera pública**. Aracaju: Editora UFS, 2008.

LIMA, Venício Arthur de; LOPES, Cristiano Aguiar. **Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004): as autorizações de emissoras como moeda de barganha política**. Observatório da imprensa, Instituto para o desenvolvimento do jornalismo (Projor): 2007. Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2010.

LIMA, Venício Artur de. **Mídia: Teoria e Política**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Existe concentração na mídia brasileira? Sim**. 2003. Observatório da imprensa. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/plq010720031.htm>>. Acesso em: 17/07/2010.

_____. **Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia**. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

LOPES, Cristiano Aguiar. **Brasil, um país de todos?** A influência de políticos profissionais na outorga de rádios comunitárias nos dois primeiros anos do Governo Lula. Seminário Internacional Latino-Americano de Pesquisa da Comunicação, em 12 de maio de 2005a.

_____. **Política pública de radiodifusão comunitária no Brasil: Exclusão como estratégia de contra-reforma**. 2005. 164 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação. Universidade de Brasília. Brasília, 2005b.

LÓPEZ VIGIL, José Ignacio. **Manual urgente para radialistas apasionados**. Quito (Equador): Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC), 1997.

_____. **Ciudadana radio: el poder del periodismo de intermediación**. Venezuela: Ministério de Comunicación e Información, 2008. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--8/tp--27/libros_folletos.html>. Acesso em: 15 nov. 2010.

LUZ, Dioclécio. **Trilha apaixonada e bem humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias, na intenção de mudar o mundo**. 2 ed. Brasília: [s.n.], 2004.

_____. **A arte de pensar e fazer rádios comunitárias**. Brasília: [s.n.], 2007.

_____. **O que fazer pelas rádios comunitárias.** Observatório da imprensa. 2008a. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=4033>. Acesso em: 16 jul. 2010.

_____. **Os 10 anos de uma lei troncha.** Observatório da imprensa. Em 26/02/2008b. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=474IPB001>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

_____. **Projeto do governo amplia repressão.** Observatório da imprensa. Em 17/02/2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=525IPB001>>. Acesso em: 15 set. 2010.

LUZ, Maria Moraes P. da. **A especificidade do jornalismo nas rádios comunitárias:** a construção da notícia cidadã no contexto neoliberal. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação. Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

MC'IVER, R. M.; PAGE, Charles H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade:** leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia editora nacional, 1973. P. 117-131.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Para entender a comunicação:** contatos antecipados com a nova teoria. São Paulo: Paulus, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro (org.). **Dicionário da Comunicação.** São Paulo: Paulus, 2009.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos.** 2 ed. São Paulo: Hackers editores, 2002.

MARQUES, Ângela. Complexidade. In: **Enciclopedia Intercom de comunicação.** São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da

Comunicação. 2010. Disponível em:
<<http://www.fundaj.gov.br/geral/ascom/Enciclopedia.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? In: **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz c.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico**. São Paulo: Paulus, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

MEDITSCH, Eduardo. A nova era do rádio: o discurso do radiojornalismo como produto intelectual eletrônico. In: BIANCO, Nélia R. Del; MOREIRA, Sônia Virgínia (Orgs.). **Rádio no Brasil: tendências e perspectivas**. Brasília: UnB, 1999. p. 109-129.

_____. **O rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radiojornalismo**. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 2007.

MELIANI, Marisa. **Rádios livres, o outro lado da voz do Brasil**. 1995. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MOTA, Célia Ladeira Maria. **Representações sobre a identidade nacional na notícia da TV: a construção discursiva da crise dos vistos entre Brasil e Estados Unidos**. 2008. 328 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Comunicação, Programa de Pós Graduação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia: teoria e análise da narrativa jornalística**. Brasília: Casa das musas, 2005.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007, p. 143-167.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Ideologia e processo de seleção de notícias. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e poder**. Brasília: UnB, 2002. p. 125-148.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UnB, 2002.

NASCIMENTO, Edisvânio. **Rádio comunitária no Brasil: uma trajetória de desafios na busca por igualdade de direitos e pela democratização da informação e da construção cidadã**. 2009. Disponível em: <<http://comunicauneb.blogspot.com/2010/05/radio-comunitaria-no-brasil.html>>. Acesso em 9 set. 2010.

NOGUEIRA, Aico Sipriano. **Comunidades da nova era no Planalto Central - utopia, ideologia e reafirmação da ordem**. Revista Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(1): 159-184, maio de 2001.

ORTIZ, Renato. **A Escola de Frankfurt e a questão da cultura**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 1. 1985. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_05.htm>. Acesso em: 20 out. 2010.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. De Brecht aos (des)caminhos do radiojornalismo. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCOLOTO, Valci (Orgs.). **Teorias do rádio: Textos e contextos**, vol. II. Florianópolis-SC: Insular, 2008. p. 57-68.

PALÁCIOS, Marcos. Sete teses equivocadas sobre comunidade e comunicação comunitária. In MONTORO, Tânia Siqueira (org.) **Comunicação, cultura, cidadania e mobilização social**. Série Mobilização social, vol. 2. Brasília/Salvador: UnB, 1997. p. 32-41.

PARADA, Marcelo. **Rádio: 24 horas de jornalismo**. São Paulo: Panda, 2000.

PERUZZO, Cicilia. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações do setor. **Eco-pós**, Rio de Janeiro, n. 12, p.46-61, 2009

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

POPPER, Karl. A lógica das ciências sociais. In: **Em busca de um mundo melhor**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 92-115.

Ministério das Comunicações. **Radiodifusão comunitária no Brasil – Análise da situação e sugestões para sua disseminação**. Relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). Brasília: Ministério das Comunicações, 2005. Documento apócrifo.

RIBEIRO, Lavina. Comunicação e Comunidade: Teoria e Método. In: **Revista Comunicação e Espaço Público**, Ano VII, nº 1 e 2, Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FAC, Brasília: UnB, 2004.

SAMPAIO, Walter. Teoria e prática do jornalismo no rádio. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCOLOTO, Valci (Orgs.). **Teorias do rádio: Textos e contextos**, vol. II. Florianópolis-SC: Insular, 2008. p. 37-55.

SANT'ANNA, Francisco. **Radiojornalismo no Brasil, um jornalismo sem jornalistas**. Líbero - Ano XI - nº 22 – Dez. 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/ensinodareportagem/artigos/Radiojornalismo%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

_____. **Mídia das fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro: um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

SCHAFER, Murray. Rádio radical e a nova paisagem sonora. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCOLOTO, Valci (orgs.). **Teorias do rádio: Textos e contextos**, Florianópolis: Insular, vol. II, 2008. p. 237-250.

SILVA, Luiz Martins da. Comunicação, mobilização e mudança social. In: MONTORO, Tânia Siqueira (org.) **Comunicação, cultura, cidadania e mobilização social**. Série Mobilização social, vol. 2. Brasília/Salvador: UnB, 1997. p. 28 a 31.

_____. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e poder**. Brasília: UnB, 2002a. p. 47-74.

_____. Imprensa, discurso e interatividade. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UnB, 2002b. p. 253-271.

_____. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007. p. 84-104.

SILVA, Luiz Martins da (Org.). **Jornalismo público: o social como valor-notícia**. Brasília: Casa das musas, 2004.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL (SJPDF). **Querem calar a voz do povo!** A violência contra as rádios comunitárias do Brasil. Brasília: Casa das musas, 2005.

SPA, Miguel de Moragas. Perspectiva semiótica da comunicação radiofônica. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCOLOTO, Valci (orgs.). **Teorias do rádio: Textos e contextos**, Florianópolis: Insular, vol. II, 2008. p. 281-288.

STEIN, Maurice R. Importância do estudo de comunidade para a formação do sociólogo. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1973. p. 235-268.

TARIZZO, Davide. Filósofos em comunidade: Nancy, Espósito, Agamben. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 31-62.

TÉTU, Jean-François. A informação local: espaço público local e suas mediações. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Unb, 2002. p. 431-448.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. São Paulo: Vozes, 2008.

THOMPSON, John B., **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis, São Paulo: Vozes, 2007.

TORO, Bernardo. Mobilização social: uma teoria para a universalização da cidadania. **Comunicação e mobilização social**, Brasília: UnB, vol. 1. Série Mobilização social, 1996. p. 26-40.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1973. p. 96-116.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **Estudo do Jornalismo no Século XX**. S. Leopoldo-RS: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1997.

_____ **Teorias do jornalismo - Porque as notícias são como são**. Vol. I, Florianópolis: Insular, 2 ed., 2005.

_____ **Teorias do jornalismo, a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Vol. II, Florianópolis: Insular, 2005.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

WIRTH, Louis. Delineamento e problemas da comunidade. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade**, v. 1. São Paulo: Nacional, 1973.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5 ed. Lisboa: Presença, 1999.

ZAREMBA, Lilian. Kogawa e as polimorfases do rádio. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCOLOTO, Valci. **Teorias do rádio: Textos e contextos**, vol. II. Florianópolis: Insular, 2008. p. 273-280.

ANEXO I: Nota da ABERT sobre rádios sem autorização

RÁDIOS ILEGAIS: UM COMUNICADO DA ABERT E DA AVEC

A ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e a AVEC - Associação dos Veículos de Comunicação do Distrito Federal, perplexas diante da espantosa proliferação das rádios ilegais, cumprem o dever de tornar público o seguinte:


- Atualmente, milhares de rádios operam ilegalmente no Brasil. Alegando serem prestadores de serviços, atuam clandestinamente, sem a autorização oficial, desrespeitando as leis do nosso país, sonegando impostos, não respeitando os direitos trabalhistas e prejudicando a população de várias maneiras.
- Sem compromisso com a sociedade, esses rádios interferem criminosamente em serviços essenciais, prejudicando a comunicação entre hospitais e ambulâncias, delegacias e viaturas, quartéis e bombeiros e aeroportos e aviões, colocando em risco milhares de vidas humanas.
- As rádios ilegais interferem, ainda, na telefonia celular e nas emissoras de rádio e televisão legalmente estabelecidas.

A expansão das rádios ilegais é uma afronta ao público e grave exemplo de desobediência às leis brasileira. É fundamental que a população e as autoridades estejam atentas a esse grave problema e tomem todas as iniciativas cabíveis para erradicá-lo definitivamente.

ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
AVEC - Associação dos Veículos de Comunicação do Distrito Federal

ANEXO II: Documento da Anatel

Fechamento de rádio sem autorização, argumentando "Risco à vida humana"

	<h2>TERMO DE INTERRUÇÃO DE SERV</h2>	
	<input type="checkbox"/> Telecomunicações	<input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão
I - Identificação da Entidade		
Nome da Entidade	ASSECIACAO SERRINIE DO AMOR CP D.	
Local de Instalação	QN 316 CONJUNTO 03 LOTE 02 APT 202	
Tipo de Serviço	RADIODIFUSAO	Município / Distrito SAMAMBAIA
Representante da Entidade no Ato da Fiscalização	MARCOS DA SILVA YANUA	
Função na Entidade	VICE PRESIDENTE	
II - Motivo da Interrupção e Fundamentação Legal		
<input checked="" type="checkbox"/> Risco à vida humana (Situação de perigo de vida). Artigo 63, § 2º, da Resolução nº 259, de 19/04/2001	<input type="checkbox"/> Não cumprir em pr pela ANATEL.	
<input checked="" type="checkbox"/> Interferência prejudicial. Artigo 63, § 2º, da Resolução nº 259, de 19/04/2001	Enquadramento: <input type="checkbox"/> Decisão Judicial. <input type="checkbox"/> Sentença Anexa	
<input checked="" type="checkbox"/> Uso não autorizado de radiofrequência Artigo 163 da Lei nº 9.472 de 16/07/1997 e Artigos 79 e 80 da Resolução nº 259 de 19/04/2001	<input type="checkbox"/> Decisão Administr Ato Anexo	
<input type="checkbox"/> Uso de equipamento não certificado Artigo 63 da Resolução 242 de 30/11/2000	<input type="checkbox"/> Outros: _____	
III - Identificação dos Presentes no Ato de Fiscalização		
Eu (Nós), abaixo identificado(s), Agente(s) de Fiscalização da Agência Nac Autarquia Federal, com Sede e Foro em Brasília-DF, situada à Quadra 06, Bl Setor de Autarquias Sul - SAUS, CEP 70070-940 e Unidade Regional, situada no Estrada Parque do Contorno KM11, Lote 03, Zona Rural de Sobr		

ANEXO III: BUROCRACIA

Trecho da *Norma Operacional 01/04*.

Listagem dos documentos solicitados pelo Ministério das Comunicações para
habilitação de uma rádio comunitária

.....

7. DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA

7.1. A entidade requerente deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;
- b) Estatuto Social, devidamente registrado;
- c) Ata de constituição da entidade e Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registradas;
- d) relação contendo o nome de todos os associados pessoas naturais, com o número do CPF, número do documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ, número de registro no órgão competente e endereço da sede;
- e) prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados;
- f) manifestação de apoio à iniciativa, formulada por pessoas jurídicas legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a execução do Serviço ou na área urbana da localidade, conforme o caso, ou firmada por pessoas naturais que tenham residência ou domicílio nessa área;
- g) declaração, assinada pelo representante legal, especificando o endereço completo da sede da entidade;
- h) declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso;
- i) declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;
- j) declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
- l) declaração, assinada pelo representante legal, constando a denominação de fantasia da emissora, se houver;

m) declaração, assinada pelo representante legal, de que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1 ou 18.2.7.1.1;

n) declaração, assinada por profissional habilitado ou pelo representante legal da entidade, confirmando as coordenadas geográficas, na padronização GPS-SAD69 ou WGS84, e o endereço proposto para instalação do sistema irradiante;

o) declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade apresentará Projeto Técnico, de acordo com as disposições desta Norma Complementar, e com os dados indicados em seu requerimento, caso lhe seja outorgada a autorização; e

p) comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas de cadastramento.

7.2. A documentação apresentada pelas entidades deverá atender os requisitos estabelecidos nos subitens 7.2.1 a 7.2.4 e 7.3.

7.2.1. O Estatuto Social das associações comunitárias e fundações deverá:

a) ser apresentado na íntegra;

b) estar legível;

c) conter no cabeçalho e artigos pertinentes, a denominação da entidade rigorosamente de acordo com a constante da Ata de constituição ou da Ata da Assembléia Geral que a tenha alterado, quando se tratar de Associação Comunitária, ou ainda, do ato constitutivo ou da alteração estatutária que a tenha alterado, quando se tratar de Fundação;

d) estar registrado no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas, sendo que qualquer alteração efetuada deverá estar averbada junto àquele Registro;

e) conter a denominação, os fins, o endereço da sede e o tempo de duração da entidade e, ainda, quando houver, o fundo social;

f) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade específica de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, mencionando expressamente os fins a que se destina, conforme incisos I a V do art. 3º da Lei no 9.612, de 1998;

g) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

g.1) os cargos que compõem a estrutura deliberativa e administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

g.2) o cargo ao qual caberá a representação passiva e ativa, judicial e extrajudicial;

g.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria;

h) indicar que todos os dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

i) indicar que todos os dirigentes deverão manter residência na área da comunidade atendida;

j) indicar as condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei n o 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil; e

l) indicar as condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio, observadas as disposições contidas nos arts. 61 e 69 da Lei n o 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

7.2.1.1. Os Estatutos Sociais das associações comunitárias deverão ainda conter disposições que:

- a) estabeleçam os critérios para ingresso, demissão e exclusão dos associados;
- b) assegurem o ingresso, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na localidade;
- c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- d) assegurem o ingresso, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na localidade, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- e) estabeleçam os direitos e deveres dos associados;
- f) especifiquem as fontes de recursos para manutenção da entidade;
- g) determinem que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados; e
- h) determinem as competências da Assembléia Geral, observadas as disposições constantes do art. 59 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

7.2.2. A Ata de constituição da entidade e Ata de eleição da diretoria deverão:

- a) ser apresentadas na íntegra; e
- b) estar legíveis.

7.2.2.1. A Ata de constituição da entidade deverá ser registrada no Livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas e a Ata de eleição de diretoria deverá ser registrada no Livro "B" do Registro de Títulos e Documentos.

7.2.3. A comprovação de nacionalidade e da capacidade civil dos dirigentes poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) certidão de nascimento ou casamento;
- b) certificado de reservista;
- c) título de eleitor;
- d) carteira profissional;
- e) cédula de identidade;
- f) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; ou
- g) escritura pública de emancipação.

ANEXO IV: O “ACORDO” GOVERNO-ABRAÇO

Disponível em:

http://www.abraconacional.org/primeira_pagina/resultados_confecom.pdf

Acesso: 18/10/2010.

A Conferência Nacional de Comunicação tem como objetivo formular propostas orientadoras de uma Política Nacional de Comunicação a partir de um debate amplo, democrático e plural com a sociedade brasileira, garantindo a participação social em todas as suas etapas.

A I Conferência Nacional de Comunicação – CONFECOM, a se realizar no período de 14 a 17 de dezembro, representa a oportunidade de afirmar a importância da comunicação comunitária para a democratização da mídia e para a construção da cidadania, particularmente nas periferias urbanas e nas pequenas cidades.

As rádios comunitárias são um exemplo de democratização da comunicação no Brasil. São milhares de emissoras que levam informação e promovem a cultura local em milhares de municípios. Muitas cidades têm na rádio comunitária a única emissora local.

A Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária é uma organização que congrega entidades que tem interesse nesse serviço de radiodifusão.

Muitas das iniciativas da entidade são propostas apoiadas pelo governo, outras inclusive já encaminhadas.

- a) Criação da Subsecretaria de Radiodifusão Comunitária.
- b) Abertura de aviso de habilitação permanente, com preferência para as regiões não atendidas pelo serviço de radiodifusão comunitária.
- c) Criação de uma lista única (disponibilizada na internet) dos processos, pela data de protocolo. Essa ordem poderá ser alterada caso o requerente do processo anterior não atenda as exigências de correção do projeto e/ou apresentação de documentos, dentro dos prazos estabelecidos;
- d) Agilização na tramitação dos processos com a realização de concurso público para contratação de servidores para o setor responsável pelo licenciamento das emissoras comunitárias;
- e) Realização de mutirão com o intuito de colocar em dia os processos que estão em tramitação no Ministério das Comunicações;
- f) Consideração de processos, de solicitação de outorga, arquivados pelo Ministério das Comunicações;
- g) Criação de representações estaduais do Ministério das Comunicações. Esta iniciativa facilitará a protocolização dos processos e o acompanhamento da sua tramitação.
- h) Possibilidade de adequação as exigências técnicas e legais - nenhum processo de solicitação de outorga poderá ser indeferido sem que seja oferecido ao solicitante ampla possibilidade para adequação as exigências legais.

- i) Revogação da legislação que considera crime a operação de emissoras sem a autorização, tendo inclusive sido encaminhado Projeto de Lei, nesse sentido, ao qual serão aceitas emendas.
- j) Comprovação da interferência por laudo técnico de engenheiro. Notificação da emissora outorgada para apresentação de defesa prévia. Caso a defesa prévia não seja aceita, notificação estabelecendo prazo para a emissora outorgada se adequar às especificações técnicas. Caso não seja atendida a notificação deverá ser aplicada multa. Em caso de reincidência aplicação de multa com o valor dobrado. Em caso de nova reincidência, apreensão dos equipamentos.
- k) Aumento do número de canais destinados às emissoras comunitárias, com a alocação de, no mínimo, três canais na faixa de 88 a 108 MHz. A existência de um único canal para as rádios comunitárias gera problemas nas grandes cidades.
- l) Destinação de publicidade institucional e de utilidade pública considerando a lei.
- m) Liberação de rede entre rádios comunitárias em casos de calamidade pública.



MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKA

Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações

Presidente da Comissão Organizadora da 1ª Conferência Nacional de Comunicação



GERSON ALMEIDA

Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República



OTTONI FERNANDES JUNIOR

Subchefe-Executivo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

ANEXO V: IMAGENS DAS RÁDIOS VISITADAS**1 – RÁDIO SANTA LUZ FM – BAHIA**

Edisvânio Nascimento, diretor



Sandro Costa, locutor/repórter

2 – RÁDIO VALENTE – BAHIA

Tony Sampaio, locutor da rádio entrevista estudante

3 – RÁDIO HELIÓPOLIS – SÃO PAULO



Vista área de Heliópolis



Antena



Equipe da Rádio Heliópolis

4 – RÁDIO SOL – OLINDA (PE)



John Bigu, diretor

5 - RÁDIO GUABIRABA – RECIFE (PE)



Hélio Oliveira, diretor



Wilton Lima, locutor e repórter

6 - RÁDIO UTOPIA - PLANALTINA (DF)



Programa de jovens na Utopia FM

7 - RÁDIO LÍDER – RECANTO DAS EMAS (DF)

Divino, diretor



Locutor da rádio

8 - RÁDIO VIDA NOVA – RECANTO DAS EMAS (DF)

Alan Vida Nova, diretor